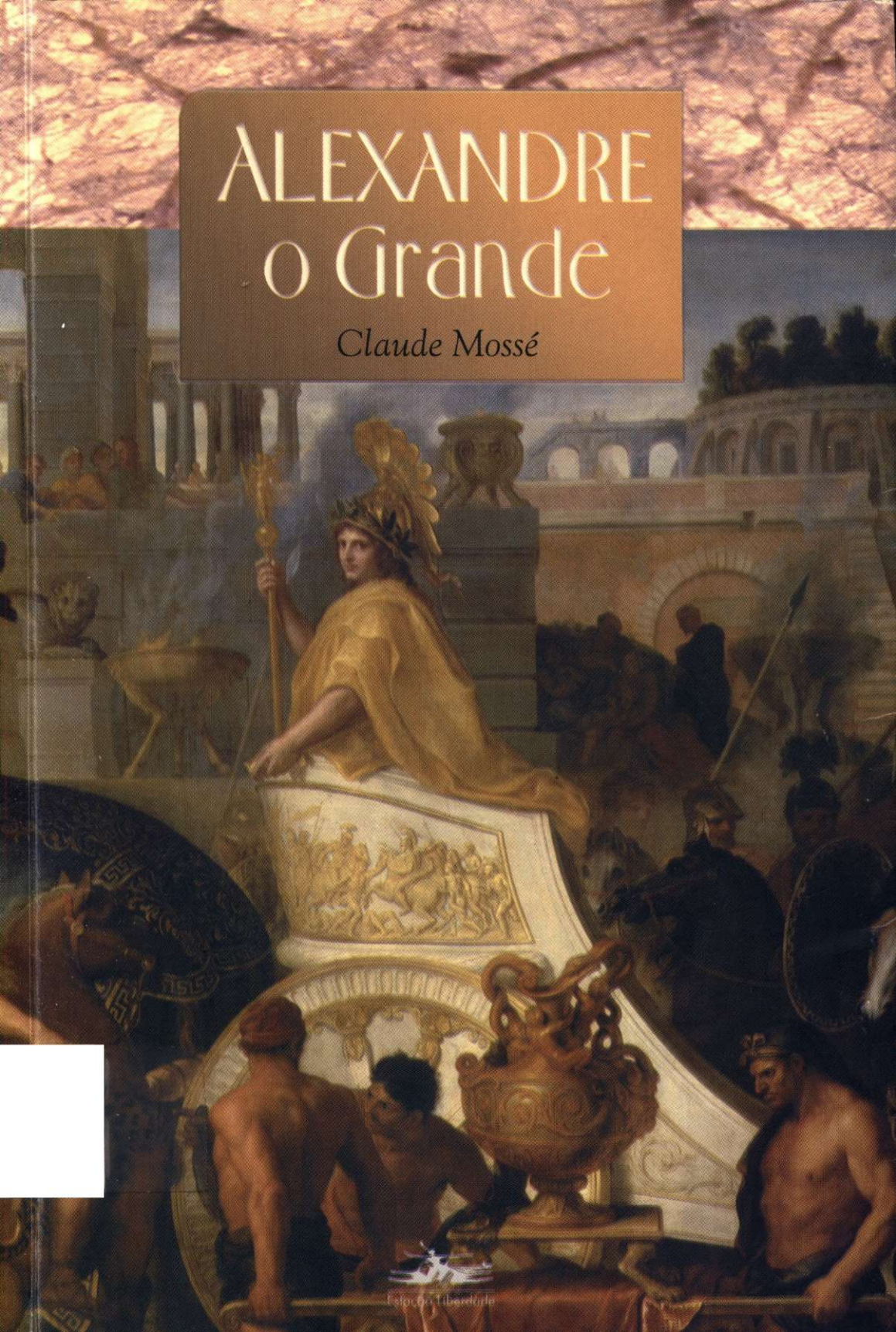
ALEXANDRE o Grande

Claude Mossé



POUCOS HOMENS na história insuflaram tanto as imaginações quanto Alexandre, o Grande, o conquistador originário da relativamente pequena Macedônia que, em pouco mais de dez anos (de 334 a 323 a.C.), apoderou-se do imenso império persa de Dario e conduziu seu exército até as fronteiras desconhecidas da Ásia Central e da Índia. Imbuído de leituras de Homero, mas capaz também de atos insensatos como a destruição de Tebas e a queima e o saque de Persépolis, Alexandre inovou do ponto de vista administrativo e do tratamento dispensado aos vencidos. Integrou os persas e outros povos conquistados numa política de domínio "branda" em busca de uma inusitada fusão étnica, inclusive por meio de uma determinação de casamentos mistos que seria aplicada por ele mesmo e vários de seus próximos em suas vidas pessoais.

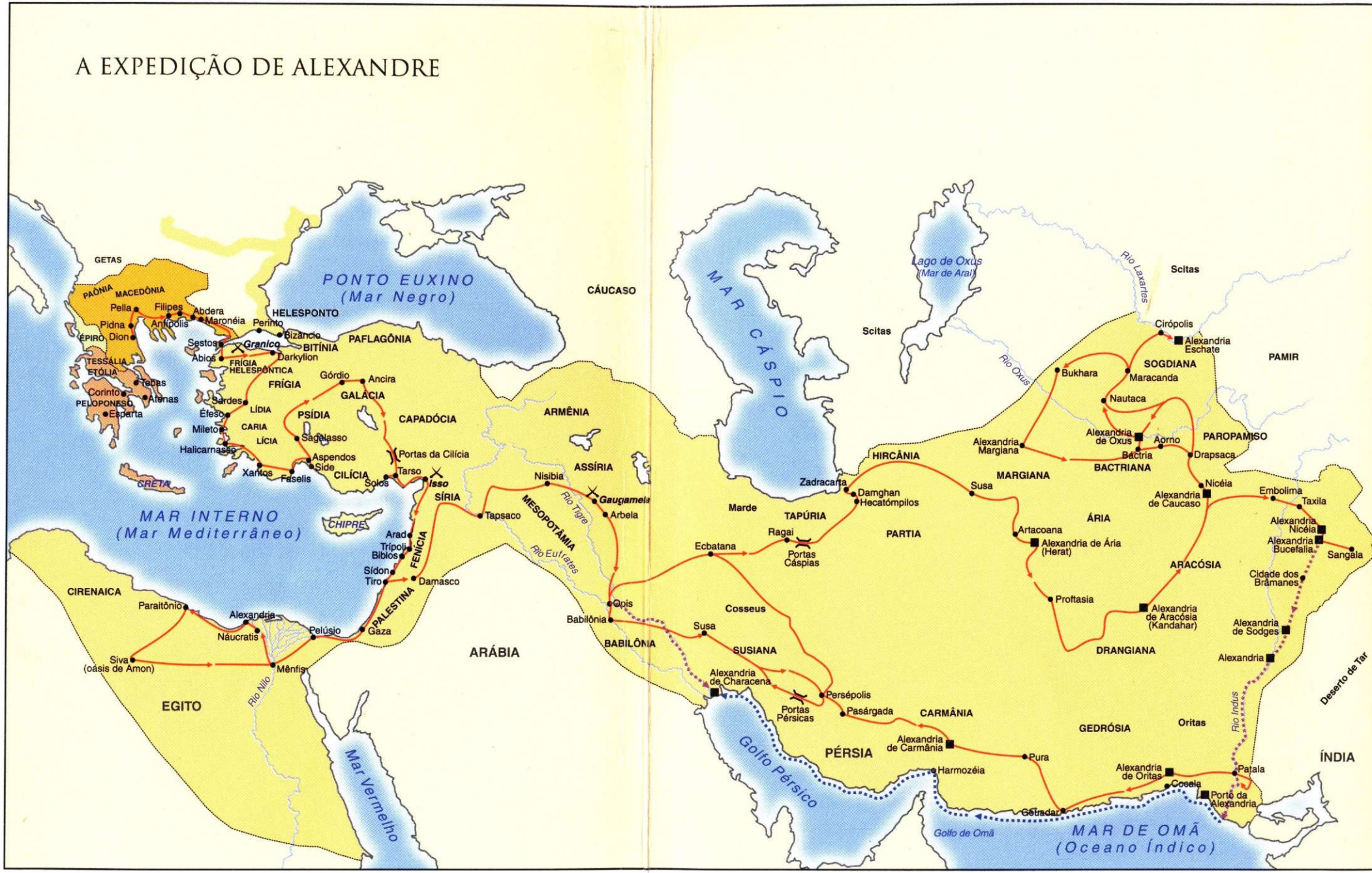
Terá sido Alexandre bem-sucedido nesta grande empreitada? Após sua morte, o fabuloso império foi arruinado, vítima da ambição de seus generais. Porém, seu breve reinado marcou uma ruptura na bacia oriental do Mediterrâneo. Ruptura política com o nascimento da monarquia helenística herdada da cultura grega e, ao mesmo tempo, cultural, com o desenvolvimento de novas formas de pensamento e de sincretismo religioso nascidos em Alexandria, cidade que, como tantas outras, fundou como guarnição militar no Egito conquistado, mas que em algumas décadas se tornaria a maior, mais criativa e mais esplendorosa cidade daquela época.

Abordando num primeiro momento a sucessão dos acontecimentos e os debates sobre a verdadeira personalidade de Alexandre, a historiadora Claude Mossé se propõe seguir passo a passo a evolução da imagem do soberano através dos séculos.

Os recentes debates sobre sua vida pessoal demonstram a vivacidade do mito em torno dessa figura por tantos louvada. De ilustre descendente de Zeus a monarca absoluto, de modelo de Luís XIV e tantos outros, passando pelo valente cavaleiro cristão e rei filósofo de árabes e judeus, a autora compartilha conosco o destino desse herói mítico ora endeusado, ora demonizado, mas que mudaria as feições do mundo antigo.

No verso da capa, mapa da grande expedição de Alexandre

A EXPEDIÇÃO DE ALEXANDRE



■ *Cidades fundadas por Alexandre*
• *Outras cidades*

Trajetos de Alexandre
Rotas terrestres
Rotas fluviais
Rota marítima (percurso da frota macedônia)

Helade
Reino de Épiro
Reino da Macedônia, na posse de Alexandre
Império de Alexandre
Principais batalhas de Alexandre: Granico, Isso e Gaugamela

Escala (quilômetros)
0 50 100 200 300 400 500

Alexandre, o Grande

Claude Mossé

Alexandre, o Grande

Tradução de
Anamaria Skinner

Estação Liberdade

Copyright © Éditions Payot & Rivages, 2001.
© Editora Estação Liberdade, 2004, para esta tradução.
Título original: *Alexandre. La destinée d'un mythe*

Preparação de texto	Adilson Miguel
Revisão	Katia Gouveia Vitale
Composição	Pedro Barros / Estação Liberdade
Diagramação dos mapas	Antonio Kehl
Capa	Nuno Bittencourt / Letra & Imagem
Ilustração da capa	Charles Le Brun (1619-1690): *Entrada de Alexandre, o Grande, em Babilônia ou o Triunfo de Alexandre.* Óleo s/ tela. Paris, Museu do Louvre. © Foto RMN / Daniel Arnaudet e Gérard Blot
Editora-adjunta	Graziela Costa Pinto
Editores	Angel Bojadsen e Edilberto F. Verza

M87a

Mossé, Claude, 1928-
Alexandre, o Grande / Claude Mossé ; tradução de Anamaria Skinner. — São Paulo : Estação Liberdade, 2004
248p. : il.

Tradução de: Alexandre : la destinée d'un mythe
Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 85-7448-099-1

1. Alexandre, o Grande, 356-323 a.C. 2. Macedônia — História — 334-323 a.C. 3. Grécia — Reis e governantes — Biografia. 4. Roma — Reis e governantes — Biografia. I. Título.

04-3229. CDD 923.1
CDU 929ALEXANDRE

Todos os direitos reservados à

Editora Estação Liberdade Ltda.
Rua Dona Elisa, 116 • 01155-030 • São Paulo-SP
Tel.: (11) 3661 2881 • Fax: (11) 3825 4239
editora@estacaoliberdade.com.br
www.estacaoliberdade.com.br

Sumário

INTRODUÇÃO 9

Primeira parte
AS GRANDES ETAPAS DO REINO 13

1. O mundo greco-oriental na chegada de Alexandre ao poder 15
2. O início do Reinado: a revolta de Tebas 23
3. A conquista das províncias ocidentais do império persa 27
   - A CONQUISTA DA ÁSIA MENOR 27
   - ALEXANDRE NO EGITO 30
   - O TÉRMINO DA CAMPANHA DA ÁSIA ATÉ A MORTE DE DARIO 32
4. A conquista das províncias orientais e o fim da campanha da Ásia 37
   - A CONQUISTA DAS SATRAPIAS SUPERIORES 38
   - A CAMPANHA DA ÍNDIA 41
   - O RETORNO PARA SUSA E BABILÔNIA 45

Segunda parte
AS DIFERENTES "FIGURAS" DE ALEXANDRE 49

1. O rei dos macedônios 51
   - A REALEZA MACEDÔNIA 52
   - O EXÉRCITO MACEDÔNIO DURANTE A CAMPANHA DA ÁSIA 54
   - A RUPTURA ENTRE O REI E OS MACEDÔNIOS 56
2. O *hegemon* dos gregos 59
   - A LIBERTAÇÃO DAS CIDADES GREGAS DA ÁSIA 60
   - A FUNDAÇÃO DE NOVAS CIDADES 62
   - O ENTORNO GREGO DE ALEXANDRE 64
   - A MISSÃO DE NICANOR EM OLÍMPIA 67
3. O sucessor dos Aquemênidas 71
   - A ADOÇÃO PARCIAL DA VESTIMENTA IRANIANA 72
   - AS MULHERES 73
   - A ADMINISTRAÇÃO DO IMPÉRIO 74
4. O filho de Zeus 79
   - AS ORIGENS MÍTICAS DA FAMÍLIA REAL MACEDÔNIA 80
   - ALEXANDRE E AS TRADIÇÕES MÍTICAS 82
   - OS CULTOS HERÓICOS NO MUNDO GREGO 84
   - ALEXANDRE *THEOS ANIKETOS* 87

Terceira parte
O HOMEM ALEXANDRE 91

1. Juventude e formação 95
2. A personalidade de Alexandre 101
   CORAGEM FÍSICA E TENACIDADE 101
   DOMÍNIO DE SI 103
   A GENEROSIDADE 105
   ALEXANDRE FILÓSOFO 107
3. Luzes e sombras 111

Quarta parte
A HERANÇA DE ALEXANDRE 117

1. O império de Alexandre: uma construção frágil 121
   A ORGANIZAÇÃO DO IMPÉRIO 121
   O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO 127
2. A invenção de uma nova monarquia 133
   O DESENVOLVIMENTO DE UMA IDEOLOGIA "REAL" NO SÉCULO IV 133
   BASILEUS ALEXANDROS 140
   A MONARQUIA HELENÍSTICA 144
3. O nascimento de um "novo mundo" 149
   AS TRANSFORMAÇÕES DA VIDA ECONÔMICA 150
   O DESENVOLVIMENTO URBANO 152
   AS SOCIEDADES ORIENTAIS 156
4. A helenização do Oriente e seus limites 161
   O MEIO ALEXANDRINO 161
   A VIDA RELIGIOSA NO MUNDO NASCIDO DA CONQUISTA 165
   A RESISTÊNCIA AOS SINCRETISMOS: O EXEMPLO DO JUDAÍSMO 168

Quinta parte
ALEXANDRE, HERÓI MÍTICO 173

1. A imagem de Alexandre no mundo antigo 177
2. O Alexandre medieval 187
3. A imagem de Alexandre na França dos séculos XVII e XVIII 197
4. Os historiadores e a imagem de Alexandre 205
5. Do *Romance de Alexandre* aos romances sobre Alexandre 209

CONCLUSÃO 217

ANEXOS 221
Os principais companheiros de Alexandre 223
Cronologia 229
Sucessão dos reis persas 231
Bibliografia 233
Índice onomástico 239
Índice de mapas 245

INTRODUÇÃO

Poucos personagens históricos despertaram tanta admiração quanto Alexandre, o Grande, o soberano macedônio que, em pouco mais de dez anos, de 334 a 323 a.C., fez-se senhor do imenso império persa e conduziu seu exército até a Índia. Já na Antigüidade ele se tornara um herói lendário e, ao longo dos séculos, continuou sendo o modelo de todos os grandes estrategos, de todos os grandes conquistadores, de todos aqueles que, em determinado momento da história, almejaram o poder supremo. E, no entanto, há poucos protagonistas dessa mesma história que causem tantos problemas para o historiador. Embora pareça um contra-senso, em se tratando de um contemporâneo de Demóstenes e Aristóteles, cujas obras se encontram com facilidade nas bibliotecas, só possuímos raros testemunhos diretos sobre Alexandre: algumas alusões nos discursos de oradores atenienses, inscrições oriundas de cidades gregas da Ásia Menor, moedas de datas incertas e alguns retratos.

Os relatos referentes à sua extraordinária epopéia são posteriores a três séculos ou mais. Não por falta de contemporâneos que tenham participado das conquistas, e em seguida narrado seus desdobramentos. Mas porque suas obras não foram conservadas — só as conhecemos pelas referências de autores muito mais tardios, como o historiador Diodoro da Sicília, contemporâneo de César e Augusto; o moralista Plutarco, que escreveu um século mais tarde uma biografia de Alexandre, em suas *Vidas paralelas*, e também dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*; o romano Quinto Cúrcio, que viveu no século I; e o grego Arriano de Nicomédia, que escreveu no século II.

Esses quatro autores são as nossas principais fontes. Ora, durante os três, quatro, cinco séculos que os separam do herói, a lenda só fez

prosperar, e a imagem, ou melhor, as imagens transmitidas por eles nos trazem, com certeza, as marcas dessa prosperidade. Se é possível, com base no testemunho desses autores, reconstituir as diferentes etapas da conquista do império persa por Alexandre, fica mais difícil, em contrapartida, formar um juízo sobre o homem, seu comportamento, seus desígnios.

Sabe-se que o mundo mediterrâneo oriental não foi mais o mesmo depois de Alexandre. E que seu breve reinado de treze anos marcou o final, não apenas do imenso império construído pelo persa Ciro II, o Grande, a partir da metade do século VI, mas também da civilização grega clássica, ou, para ser mais preciso, de um tipo de cultura política cujo "modelo", durante mais de um século e meio, havia sido Atenas. Decerto, continuaram existindo cidades gregas após a morte de Alexandre, mas elas haviam perdido todo o seu peso real na determinação política mediterrânea, que passou então para as mãos daqueles reis, senhores de vastos Estados nascidos da conquista de Alexandre, e que fundavam sua autoridade reivindicando para si a herança do conquistador. Essa herança, talvez mais ainda do que a aventura em si, confere particular interesse à vida de Alexandre, uma vez que faz o historiador se indagar sobre o papel de determinados indivíduos na evolução das civilizações.

Para tentar responder a essa interrogação, presente em toda biografia histórica, não basta fazer o relato de uma vida, que no caso de Alexandre foi particularmente breve, pois ele morreu com trinta e três anos. É preciso também compreender como e por que ele foi levado a empreender essa conquista que o conduziria até as margens do Indus. Tudo leva a crer que Alexandre não agia a título pessoal. A conquista correspondia a determinadas preocupações, que o levaram a assumir sucessiva ou simultaneamente papéis diferentes: rei dos macedônios, mas também chefe de uma coalizão de Estados gregos; depois, senhor de um império oriental enquanto sucessor dos Aquemênidas; e, para além desses três papéis, o de filho de Zeus, a quem estava prometida a conquista do mundo, como lhe fora predito pelo oráculo Amon. Qual era o homem real que se dissimulava por trás de todas essas máscaras? Que ambição sustentava seus atos? E quais foram as conseqüências para os tempos que se seguiram à sua morte precoce?

Enfim, é necessário uma vez mais decifrar o mito, tentar reconstituir sua gênese e seu destino, em suas formas muitas vezes contraditórias, tanto com relação aos atores da história nele inspirados quanto aos historiadores que se esforçaram para reconstituí-lo. A tentativa, como se vê, não é simples. Em todo caso, pode-se esperar que o empenho nesse propósito justifique esta nova biografia de Alexandre, o Grande.

PRIMEIRA PARTE

AS GRANDES ETAPAS DO REINO

1

O MUNDO GRECO-ORIENTAL NA CHEGADA DE ALEXANDRE AO PODER

Quando, em 336, Alexandre sucedeu a seu pai, Filipe II, nas circunstâncias que analisaremos mais adiante, o mundo grego e o oriental, após décadas de guerra, experimentavam um relativo equilíbrio. Esse equilíbrio era resultado, por um lado, da vitória obtida pelo rei da Macedônia contra um exército grego em 338, em Queronéia, na Beócia, que foi seguida da celebração de uma aliança unindo Filipe aos principais Estados gregos, e, por outro lado, da reconstituição do império persa por Artaxerxes III (Oco), que reconquistara em especial o Egito, quase independente desde o começo do século IV. No entanto, tratava-se de um equilíbrio precário, pois a aliança concluída em torno de Filipe tinha por objetivo conduzir a guerra na Ásia contra o Grande Rei.

Na realidade, desde o começo do século, o império persa sempre esteve mesclado à história do mundo grego. Nos últimos anos da Guerra do Peloponeso (431-404), que contrapôs Esparta e seus aliados ao império ateniense, já se via o Grande Rei intervir, pelo viés de intermediários, nas relações entre cidades gregas. Foi graças a esses intermediários que o comandante lacedemônio Lisandro pôde reunir uma frota poderosa que dizimou a frota ateniense, até então senhora dos mares, em Egos-Pótamos, em 405. Do mesmo modo, foram os intermediários persas que permitiriam a Conon, o estratego ateniense vencido em 405, voltar a Atenas alguns anos depois com cinqüenta naus de guerra e financiar a reconstrução dos muros da cidade destruídos por ordem

de Lisandro após a vitória. Um dos motivos dessa reaproximação do Grande Rei com os atenienses foi a preocupação que provocava a política conduzida na Ásia Menor, primeiro por Lisandro, depois pelo rei espartano Agesilau. Porém, a convocação deste último, e sobretudo as ambições renascentes dos atenienses, desejosos de restabelecer sua hegemonia no mar Egeu, tinham de novo reaproximado o Grande Rei e os lacedemônios, e foi com o apoio do espartano Antálcidas que ele impôs aos gregos, em 386, a famosa Paz do Rei, segundo a qual Artaxerxes II (Mnêmon) se proclamava o responsável pela manutenção da ordem no mundo egeu.

Essas intervenções do senhor da Ásia vão se renovar ao longo do século e explicam a reação violentamente hostil do orador ateniense Isócrates. Em seus discursos, ele denunciava o papel que o "bárbaro" se atribuía e preconizava a união dos gregos para empreender a conquista da Ásia, isto é, das províncias ocidentais do império persa. Em um de seus últimos discursos, Isócrates, que morreu no mesmo ano da derrota de Queronéia, dirigia-se a Filipe, rei da Macedônia, para ele o único homem capaz de ter êxito na campanha.

Mas, em Atenas, o orador mais influente então era Demóstenes, que, ao contrário, via em Filipe uma ameaça para a liberdade grega e reafirmava incansavelmente a necessidade de se opor aos empreendimentos do macedônio. Seus esforços, em parte coroados de sucesso, não lograram, no entanto, impedir a vitória de Filipe. E se este não reservou para Atenas o destino apocalíptico que lhe fora predito por Demóstenes, ele não deixou por isso de impor aos gregos reunidos em Corinto a celebração de uma aliança, a Liga de Corinto, cujo propósito declarado era a conquista da Ásia, e o pretexto invocado, a justa vingança dos males infligidos aos gregos durante as Guerras Médicas, nas primeiras décadas do século V. Os Estados gregos, membros da aliança, cidades e povos federados, forneceriam contingentes para a campanha, cujo comando seria atribuído a Filipe, na qualidade de *hegemon*, isto é, chefe da expedição.

Atenas, que sob a pressão exercida por Demóstenes tinha sido até ali a ponta de lança da resistência a Filipe, curvou-se e já se prontificava a participar da campanha, quando se soube, em 336, do assassinato do rei da Macedônia. De acordo com o orador grego Ésquines, seu adversário

político, Demóstenes, que acabara de perder a filha, não deixou por isso de manifestar ruidosamente sua alegria. Não se cogitava, porém, uma ação imediata, pois seu sucessor ainda não era conhecido, e sobretudo porque se soube, quase ao mesmo tempo, do assassinato de Artaxerxes. Uma eventual ajuda do Grande Rei em caso de guerra contra o poder macedônio era tudo menos certa, e portanto era preferível esperar circunstâncias mais favoráveis.

Como se apresentava a situação no mundo egeu? Filipe conseguira arrastar para a sua aliança quase todas as cidades da Grécia balcânica, com a exceção notável de Esparta, que se recusara a aderir à Liga de Corinto. Desde a derrota ocorrida em 371, em Leuctras, diante dos exércitos do tebano Epaminondas, a posição de Esparta no continente grego se achava enfraquecida. A perda da Messênia, em especial, conquistada após duas longas guerras no século VII, e que voltou a se tornar independente pela vontade de Epaminondas, empobrecera bastante os espartanos, destituindo-os de seus lotes naquela parte do Peloponeso, os quais garantiam, graças aos tributos pagos pelos hilotas que os cultivavam, a sua participação nas refeições em comum e, provavelmente, para os mais pobres, o essencial de sua subsistência. O filósofo Aristóteles, em seu grande tratado sobre as constituições que chamamos *A política*, publicado alguns anos mais tarde, alegava que a cidade dos lacedemônios possuía não mais de mil combatentes, tamanha era a concentração de terra nas mãos de poucos que ali ocorria. Pouco antes, Xenofonte, no seu *Agesilau*, não escondia que, se este rei espartano ao final de sua vida se colocou a serviço de um egípcio revoltado contra o Grande Rei, havia sido para salvar as finanças da cidade e garantir o salário dos soldados de seu exército.

Atenas achava-se em melhores condições, tanto do ponto de vista social quanto material. O porto de Pireu continuava sendo um centro ativo de trocas. A exploração das minas de Láurio, freada nos anos que se seguiram à Guerra do Peloponeso, foi retomada, como atestam as inscrições dos cidadãos, os magistrados que outorgavam as concessões mineiras. O único ponto sombrio era que, com a perda das posições egéias, pesava sobre a cidade a ameaça ao abastecimento de grãos,

em razão de possíveis ataques de piratas ou de Estados hostis contra as naus que atravessavam os desfiladeiros. Aliás, foi a apreensão, realizada por Filipe, de navios de comércio que transportavam trigo para Atenas que desencadeou em 340 a última guerra. E se a decisão final interveio sobre a terra, foi porque Filipe, na qualidade de delegado da Anfictionia Délfica, conselho formado por representantes dos povos gregos que administravam o santuário de Delfos, tinha estado à frente da expedição dirigida contra os anfissenses, culpados de cultivar terras que pertenciam ao santuário de Apolo. O desencadeamento dessa Quarta Guerra Sagrada foi, aliás, responsável pela aliança entre Atenas e Tebas.

Naquele momento, Tebas era a cidade mais poderosa da Confederação Beócia. Dissolvida no vigor da Paz do Rei de 386, que proclamava a autonomia das cidades, e em função disso, a dissolução das *koina*, confederações de cidades, a Confederação tinha sido reconstituída no momento em que os democratas conduzidos pelo tebano Pelópidas se livraram dos dirigentes pró-espartanos. Quando, por ocasião de uma nova Paz do Rei, em 371, os tebanos rejeitaram a imposição de não prestar juramento em nome dos beócios, o que equivalia a negar a existência da Confederação, ocorreu sob o comando de Epaminondas a vitória de Leuctras, que marcaria o final da hegemonia espartana no Peloponeso. Durante dez anos, sob a ação conjugada de Pelópidas e Epaminondas, os tebanos dominariam a Grécia continental. A Batalha de Mantinéia, em 362, pôs fim a essas ambições, dali em diante limitadas à Grécia central e setentrional. Talvez isso explique a aliança de fato entre a Confederação Beócia e o jovem rei da Macedônia, Filipe II, que seria rompida mais tarde depois de ele dominar a Tessália e entrar no Conselho Anfictiônico.

A Macedônia era um desses Estados situados nos limites do mundo grego. Hoje admite-se que os povos dessa região pertenciam aos últimos bandos de invasores de língua grega que chegaram à península balcânica. Confinados no norte da região, eles teriam levado por muito tempo uma vida de pastores seminômades. Apenas no século VII teria aparecido um poder centralizado cuja existência é atestada pela necrópole real de Aigai. Rezava a tradição que isso era conseqüência da dominação da Macedônia por uma dinastia vinda de Argos, a dos

Temênidas. Seja qual for o fundamento real dessa tradição, parece que, a partir do final do século VII, a realeza passou a se transmitir hereditariamente no seio dessa família. Os reis da Macedônia se diziam gregos de origem e, por essa razão, participavam, a título pessoal, dos concursos olímpicos, no mais tardar desde o começo do século V.

Foi também nessa ocasião que eles se envolveram nos negócios do mundo grego, visto que cidades gregas balizavam o litoral trácio-macedônio. A partir das Guerras Médicas, foi em especial com Atenas, controladora dessas cidades que ingressaram em sua aliança, que os reis da Macedônia mantiveram relações, ao mesmo tempo políticas e comerciais — os atenienses compravam madeira da Macedônia para construir sua frota. Datam também do século V as primeiras cunhagens de moedas, prova da autoridade crescente dos reis macedônios sobre o país. Contudo, foi a partir do século IV que as transformações mais espetaculares ocorreram: desenvolvimento das cidades, início da exploração das minas do monte Pangeu, relações crescentes com o mundo egeu. Enquanto isso, os reis macedônios embelezavam sua velha capital Aigai (Vergina), logo substituída por Pella. As ricas tumbas encontradas em Vergina atestam simultaneamente o helenismo da cultura desses reis e os recursos consideráveis de que dispunham — recursos que logo lhes permitiriam desenvolver suas forças militares. A cavalaria dos *hetairoi*, companheiros, era sempre a arma por excelência. Porém, a partir do final do século surge uma infantaria pesada, a dos "companheiros a pé" (*pezhetaroi*), que, armada com uma lança pesada, a sarissa, fará da falange macedônica uma formação temível, da qual Filipe se servirá com habilidade.

Até o aparecimento desse último, o reino tinha conhecido períodos de relativo equilíbrio, entrecortados de fases turbulentas. Uma das razões dessas turbulências era a constante agitação nas fronteiras setentrionais e ocidentais do reino pelos povos em tese submetidos à Macedônia e que com freqüência tentavam se livrar dessa tutela. E havia também as querelas dinásticas que opunham pretendentes ao trono. Assim, depois da morte de Arquelau, em 399, a Macedônia, parcialmente invadida pelos ilírios, recuperou sua unidade apenas no reino de Perdicas III, que sucedeu, em 368, a seu irmão Alexandre II, após o assassinato deste. Perdicas, durante seu reinado, teve de enfrentar

pretendentes diversos, e estrategos atenienses (Timóteo, Ifícrates) intervieram, a título pessoal, nesses confrontos. Foi assassinado em 359, e sendo seu filho Amintas muito jovem para suceder-lhe, Filipe, seu outro irmão, foi proclamado rei pela assembléia do exército, que parece ter usufruído, como veremos adiante, de um certo peso político.

Desde sua subida ao trono, em 359, até sua morte, em 336, Filipe dominaria a história do mundo egeu. Primeiramente, ele se tornou senhor da costa trácio-macedônia, que estava, como se viu, sob o controle de Atenas, ocupando a praça-de-guerra de Anfípolis. Depois, aproveitou-se dos conflitos que contrapunham as cidades tessálias para impor-lhes sua autoridade e reorganizar a Liga Tessália. Seu conflito com Atenas, interrompido por um momento pela paz de 346 que sancionou sua entrada na Anfictionia Délfica, deveria findar em 338 com a vitória que obteve em Queronéia. Estrategista e político hábil, sabendo granjear cumplicidades nas cidades gregas, Filipe conseguira, em vinte anos, impor sua hegemonia ao mundo grego, e quando morreu, em 336, também assassinado, deixou um reino poderoso para seu filho Alexandre, apesar da ameaça sempre presente dos povos vizinhos do Norte e do Oeste.

Para concluir o quadro do mundo mediterrâneo oriental na chegada de Alexandre ao poder, falta evocar a situação do império persa. Esse vasto conjunto de territórios reunidos no século VI por Ciro II, o Grande, ao qual Cambises II acrescentara o Egito, nunca esteve realmente unificado. As satrapias ocidentais, em contato com as cidades gregas da costa, sofreram grande influência do helenismo. Além disso, alguns de seus governadores, como o célebre Tissafernes, intervieram ao longo da Guerra do Peloponeso para apoiar Esparta contra as ambições atenienses no Egeu. Por outro lado, no século IV, o Egito conquistara sua independência sob os faraós das XXVIII, XXIX e XXX dinastias, auxiliado pela intervenção de certos estrategos atenienses, ou, como se viu, do rei espartano Agesilau. As tentativas do Grande Rei para retomar essa rica província tinham inicialmente fracassado, desencadeando uma revolta geral dos sátrapas conduzidos pelo sátrapa frígio Ariobarzanes — revolta que eclodiu em 371 e logo se estendeu por toda a Ásia Ocidental. O rei Artaxerxes III (Oco) esforçou-se por restabelecer a ordem no império, de início sem êxito, pois os rebeldes

beneficiavam-se do apoio de algumas cidades gregas. Contudo, graças à aliança do sátrapa da Caria, Idrieus, filho do célebre Mausolo — que fizera de sua satrapia um verdadeiro Estado independente, cuja capital era a cidade grega de Halicarnasso —, Artaxerxes conseguiu submeter os rebeldes e reconquistar o Egito em 345. Fez reinar o terror nas províncias reconquistadas, de modo especial no Egito, que ficou entregue à pilhagem de seus mercenários. No entanto, apesar dessa reconquista e do controle redobrado sobre as cidades gregas da costa, a ausência de unidade do império podia justificar as ambições daqueles que, na Grécia, incitavam Filipe a se lançar à conquista da Ásia. O assassinato de Artaxerxes III, no momento em que desaparecia Filipe, permitia esperar uma conquista fácil. Entre os dois novos reis, Alexandre e Dario III, seria decidido o destino do mundo mediterrâneo oriental.

2

O INÍCIO DO REINADO: A REVOLTA DE TEBAS

O assassinato de Filipe, em 336, desencadeou um período de crise na Macedônia. Filho do rei e da rainha Olímpia, o jovem Alexandre acabara de completar vinte anos. Seguindo a tradição, decerto Filipe educara seu filho com a perspectiva de vir a suceder-lhe. Por isso teria chamado à corte o filósofo Aristóteles e confiado a ele a educação do adolescente. Alexandre combatera ao lado de seu pai em Queronéia. Mas, pouco antes de morrer, Filipe repudiara sua esposa epirota, a mãe de Alexandre, para casar-se com a jovem Cleópatra, e suspeitava-se que Olímpia não fosse de todo inocente de seu assassinato. Daí as tentativas de alguns de impor, contra Alexandre, seu primo Amintas, filho de Perdicas III e sobrinho de Filipe. Do mesmo modo, outros pretendentes à sucessão haviam se manifestado, em especial os príncipes da família que controlava a Lincestida, na alta Macedônia. Alexandre teve de agir logo para se impor. Auxiliado por Antípatro, um dos conselheiros de Filipe, conseguiu ver-se livre de seus adversários. De imediato, fez recair a responsabilidade do assassinato de seu pai sobre os príncipes de Lincestida e exigiu vingança. Pouco depois, condenava à morte Amintas, a rainha Cleópatra, seu tio Átalo e toda a sua família. Após o quê, tendo reunido a assembléia do povo em armas, fez-se proclamar rei.

Mas nem por isso a partida estava ganha. O anúncio da morte de Filipe havia provocado, como se viu, certa agitação no mundo grego,

ao passo que, nas fronteiras setentrionais da Macedônia, os povos submetidos estavam prestes a se levantar.

Ao que parece, Alexandre resolveu antes o problema grego. Penetrou na Tessália para exigir o reconhecimento da autoridade que Filipe havia adquirido sobre as cidades da Confederação. Além disso, fez o Conselho Anfictiônico reunido nas Termópilas conceder-lhe o título de *hegemon* dos gregos. Por fim, o conselho da Liga de Corinto o confirmou na direção da campanha projetada por Filipe contra a Ásia. Em alguns meses, ele conseguira impor-se aos aliados gregos que haviam compreendido que não poderiam esperar reconquistar sua independência.

A segunda etapa começou na primavera de 335. Alexandre submeteu as populações rebeldes do norte, atravessando o Danúbio. Depois, voltou-se para o oeste para pôr fim às incursões dos ilírios na Macedônia. Foi por ocasião dessa campanha que chegou até ele a notícia da revolta de Tebas.

Tebas, como já se ressaltou, durante o longo período em que esteve à frente da Confederação Beócia, praticou uma política de aliança com os soberanos macedônicos. A entrada de Filipe na Anfictionia Délfica no dia seguinte à vitória obtida contra os focenses, apesar de ter posto fim à Terceira Guerra Sagrada, foi vivenciada pelos tebanos como uma ameaça à autoridade que exerciam na Grécia central. Foi o que levou alguns deles, por iniciativa de Demóstenes, a entrar na aliança ateniense. Tebas se mostrou, portanto, mais afetada que Atenas pela derrota ocorrida no território da Confederação. Na realidade, ao mesmo tempo em que poupava Atenas, Filipe impunha aos tebanos a presença de uma guarnição macedônica em Cadmo, a fortaleza da cidade.

Quando, em 335, chegou a Tebas a falsa notícia de que Alexandre tinha morrido durante a campanha contra os tribalos, ao norte da Trácia, os tebanos se levantaram com a intenção de expulsar a guarnição macedônica. Teriam eles sido instigados pelos agentes do novo Grande Rei, Dario III, que teria enviado à Grécia emissários com subsídios para incitar a revolta? Os atenienses, a começar por Demóstenes, teriam prometido juntar-se aos revoltados? De todo modo, a resposta de Alexandre foi fulminante. Dirigiu-se em marcha forçada para Tebas e tomou a cidade, entregando-a aos saques dos soldados. Nos discursos pronunciados por Ésquines e Demóstenes, por ocasião do processo

sobre a Coroa, em 330, encontra-se o eco do sentimento que se apossou dos gregos diante do anúncio do destino que havia sido reservado à cidade beócia. Mais tarde, alegou-se — a idéia se encontra no relato de Arriano — que foram os aliados gregos que exigiram de Alexandre, disposto a perdoar, o castigo exemplar infligido a Tebas. Chegou-se mesmo a ressaltar, naquele momento, a velha queixa acerca da atitude dos tebanos no tempo das Guerras Médicas. Para os gregos reunidos no seio da Liga de Corinto, o adversário, na realidade, não era mais o rei da Macedônia, mas o bárbaro da Ásia, a cujos antecessores os tebanos tinham se submetido.

Qualquer que seja a interpretação do destino reservado a Tebas, o esmagamento da revolta da cidade beócia ajustava-se muito bem aos desígnios de Alexandre, confirmado no papel de chefe dos aliados gregos. Ele teria, então, exigido que lhe fossem entregues os oradores atenienses que haviam apoiado a rebelião de Tebas, Demóstenes à frente. Este faz alusão a tal exigência em sua *Oração da Coroa*, sem esclarecer como ela não foi satisfeita. Ésquines, seu adversário, chega a afirmar, no seu discurso *Contra Ctesifonte*, que o célebre orador, para quem uma reviravolta a mais ou a menos não faria diferença, teria tido contatos secretos com o rei da Macedônia. É mais provável que os partidários de Alexandre dentre os oradores atenienses próximos a seu pai, a começar por Dêmades, tivessem intervindo para levá-lo a desistir de suas exigências.

Foi então que Alexandre, representando seu papel de *hegemon* dos gregos, teria se esforçado para solucionar alguns conflitos locais? Um discurso atribuído a Demóstenes, mas no qual a maior parte dos comentadores, e isso desde a Antigüidade, se recusava a reconhecer o estilo do orador, cita intervenções de Alexandre nos negócios gregos, desprezando as disposições do pacto de Corinto, em Messênia, Pelena, Acaia, Sicião, etc. Essas intervenções só puderam ser levadas a cabo depois do esmagamento da revolta de Tebas. Concebe-se com facilidade que o macedônio quisesse se assegurar de que deixava atrás de si, antes de partir da Europa, uma Grécia pacificada.

A situação no Egeu não deixava de ser preocupante. Parmênio, antigo companheiro de Filipe, enviado como batedor, acumulara várias derrotas perante o rodense Mêmnon, que passara para o lado do

Grande Rei. Alexandre devia, portanto, agir sem demora, aproveitando a relativa passividade dos aliados gregos. Esses, de acordo com os termos da aliança, tinham fornecido ao rei da Macedônia contingentes de soldados e de navios. Todavia, a julgar pela contribuição ateniense (700 homens e 20 navios), as forças aliadas não constituíam um aporte realmente importante: teria havido, no total, 7.000 soldados de infantaria e 600 cavaleiros gregos no exército que partiu na primavera de 334. Quanto à frota fornecida pelos aliados, ela desempenharia um papel totalmente secundário.

Na realidade, Alexandre contava mais com os macedônios e os contingentes fornecidos pelos povos submissos à Macedônia, sobretudo a cavalaria tessália, mas também com os homens vindos da Trácia, os tribalos, os péones, etc., que formavam o grosso de sua infantaria.

Na Macedônia, ele deixava parte de suas forças sob o comando de Antípatro, em quem confiava. Tratava-se, em particular, de vigiar os gregos, além de manter na própria Macedônia uma autoridade que os sucessos rápidos alcançados pelo rei reforçariam e que, entretanto, o menor acidente poderia comprometer.

Assim começava a aventura asiática.

3

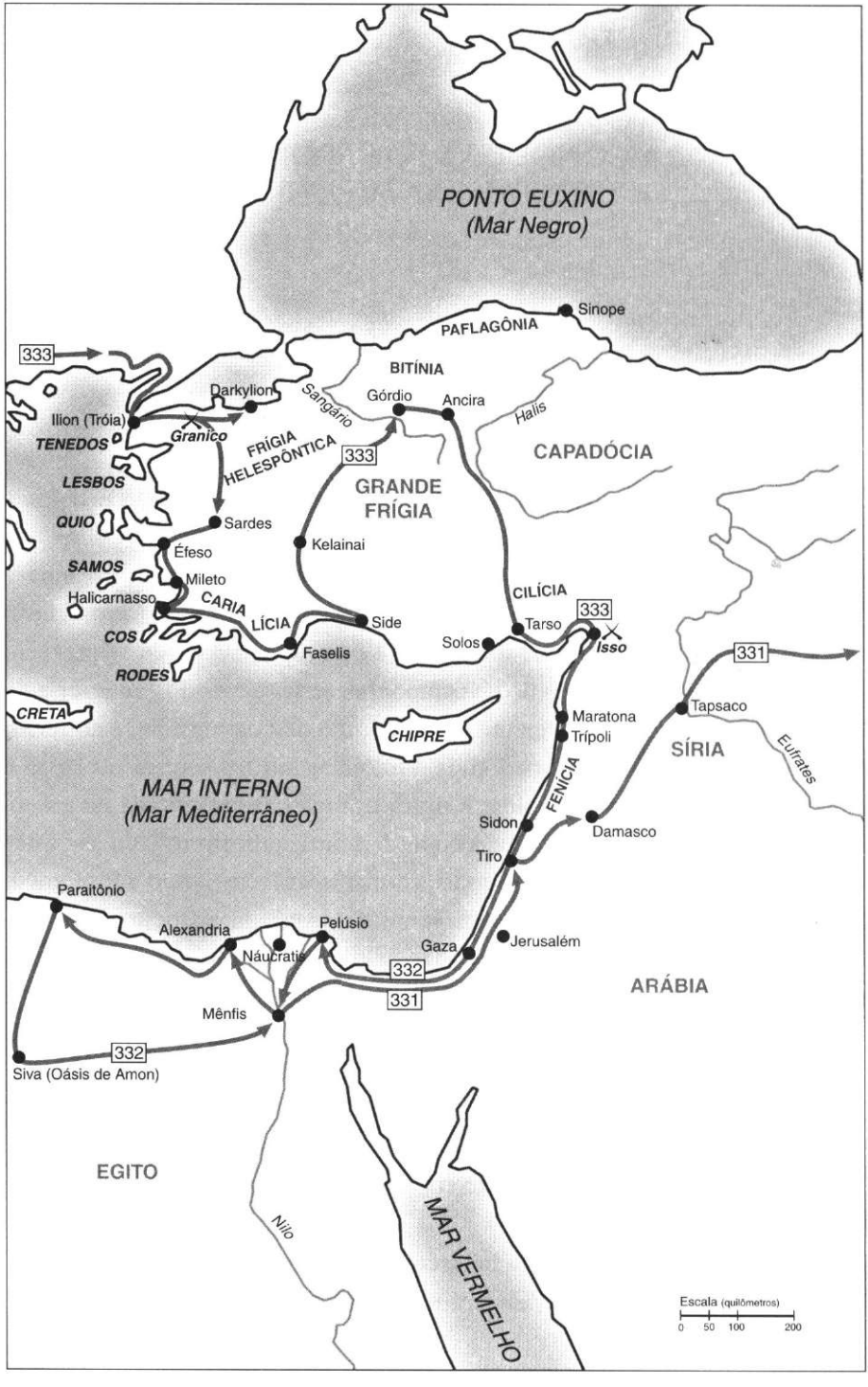
A CONQUISTA DAS PROVÍNCIAS OCIDENTAIS DO IMPÉRIO PERSA

Já mencionamos, acerca dos acontecimentos de Tebas, o problema das fontes. No que concerne à campanha que começou na primavera de 334, dispomos de duas tradições que, aliás, coincidem. A primeira se acha nos relatos de Diodoro da Sicília e do historiador latino Quinto Cúrcio. Seria proveniente da obra de Clitarco de Alexandria, que, sem ter ele próprio participado da campanha, teria recorrido à memória de um companheiro de Alexandre, Aristóbulo de Cassandréia, e ao relato de um dos generais macedônios, Ptolomeu, futuro senhor do Egito e fundador da dinastia Lágida. A outra tradição, representada no essencial por Arriano, teria tido um contato muito mais direto com as fontes contemporâneas, dentre as quais, com certeza, Aristóbulo e Ptolomeu, e seria, pois, mais fiável, em particular no que diz respeito às descrições das diversas batalhas travadas pelo conquistador e seus generais. Evitaremos nas páginas que se seguem entrar nos debates sobre esse assunto, que têm colocado em campos opostos especialistas da guerra. Na realidade, não é esse o objetivo da presente obra.

A CONQUISTA DA ÁSIA MENOR

Alexandre, então, desembarcou na Ásia na primavera de 334 e começou dirigindo-se a Tróia. Grande leitor de poemas homéricos, como

A CONQUISTA DA ÁSIA MENOR



veremos, ele bancava o novo Agamenon, sem deixar de homenagear seu ancestral Aquiles, "o melhor dos aqueus" que combateram diante de Tróia. Não esquecia, no entanto, a missão de que fora encarregado pelos aliados gregos: "libertar" as cidades gregas da tutela persa. Com efeito, desde o desmoronamento da Segunda Confederação Marítima de Atenas, elas usufruíam uma relativa independência, e seus governos, na maioria das vezes oligárquicos, mantinham boas relações com o Grande Rei e seus sátrapas. Era, portanto, necessário começar por uma grande investida contra Dario. Foi o que se fez em Granico, onde Alexandre arremeteu sua cavalaria contra a cavalaria persa, aniquilando-a. Em algumas semanas, tornou-se senhor da Frígia Helespôntica e da Lídia, apoderando-se da capital desta última, Sardes. As conseqüências desse rápido sucesso logo se fizeram sentir. As cidades gregas da Jônia aderiram ao vencedor, que lhes impôs regimes democráticos e proclamou sua autonomia e a supressão do tributo que antes pagavam. Em todo caso, é o que Diodoro afirma (XVII, 24, 1), mas não parece que as cidades gregas "libertadas" tenham sido admitidas no seio da Liga de Corinto — o que retomaremos.

A resistência persa, coordenada pelo grego Mêmnon de Rodes, organizou-se a partir de Halicarnasso. Alexandre não conseguiu assenhorear-se da cidade e preferiu infiltrar-se pelo interior e pela grande Frígia. Foi durante essa campanha que ocorreria o famoso episódio do nó górdio, que não consta do relato de Diodoro, mas contribuiu para moldar a lenda de um Alexandre impaciente que preferia cortar o nó a tentar desatá-lo. Não parece que ao longo dessa campanha o rei tenha encontrado uma grande resistência. No final do outono de 334, ele podia considerar-se o senhor da Ásia e avaliar ter atingido o objetivo que Filipe se determinara na qualidade de *hegemon* da Liga de Corinto.

Restava, no entanto, a ameaça representada por Mêmnon, sempre senhor de Halicarnasso, que, no começo da primavera de 333, empreendeu uma campanha marítima que lhe permitiu apossar-se de Quio e Lesbos e ameaçar a região dos Desfiladeiros. Mas a morte de Mêmnon impediu o movimento de estender-se na Grécia, apesar das intrigas do Grande Rei junto às cidades da parte continental, em especial Atenas. Dario deveria, então, começar o combate por terra para impedir que o exército de Alexandre passasse pela estrada da Síria. O

encontro ocorreu em Isso. Uma vez mais o papel da cavalaria macedônia foi decisivo. Dario fugiu, deixando nas mãos do vencedor seu campo e uma parte de sua família (novembro de 333), e retirou-se para além do Eufrates. Tentou negociar, mas Alexandre, garantido por sua posição de força, recusou-se a fazê-lo, e quase sem encontrar resistência tomou de assalto as cidades da costa sírio-fenícia, principais apoios marítimos do Grande Rei. Apenas Tiro recusou-se a acolhê-lo, e foi necessário um cerco de oito meses para dominá-la, mesmo recorrendo aos engenhos de guerra mais avançados. A cidade se rendeu em julho de 332, e Alexandre pôde rapidamente concluir a submissão da região costeira com a tomada de Gaza.

Uma vez mais, Dario tentou sem sucesso concluir a paz. Senhor da fachada marítima do império persa, Alexandre podia desinteressar-se pelos movimentos mais ou menos dispersos que sacudiam o mundo egeu. Além disso, contava com seus generais deixados na Ásia para enfrentar as tentativas de resistência de alguns sátrapas, e com Antípatro para responder às ações desordenadas do rei espartano Ágis III.

Foi assim, relativamente seguro quanto à sua retaguarda, que ele empreendeu a campanha do Egito.

ALEXANDRE NO EGITO

Aos olhos da maioria dos comentadores, a estada de Alexandre no Egito constitui a virada essencial do reino. O Egito ocupava um lugar à parte no seio do império persa. Conquistado por Cambises II na última metade do século VI, o Egito não tinha cessado de se revoltar durante os dois séculos seguintes, muitas vezes com a ajuda dos gregos, que serviam como mercenários nos exércitos dos faraós, mas também devido às alianças celebradas com certas cidades gregas, como Atenas e Esparta. Alexandre podia, portanto, esperar uma acolhida favorável. Depois da tomada de Gaza, ele não teve dificuldade para obter a rendição do sátrapa Masaque.

Senhorear-se do Egito não estava previsto no programa da Liga de Corinto. Assim, Alexandre tomou o cuidado de não anexá-lo ao império, em outras palavras, de respeitar sua autonomia, evitando nomear ali

um sátrapa. Mas, ao mesmo tempo, parece que fez questão de exercer sua soberania na qualidade de sucessor dos faraós, e não do soberano aquemênida. Não se sabe se ele se fez coroar segundo o ritual faraônico. Em todo caso, adotou parte da titulação tradicional. Concretamente, teve a precaução de instalar guarnições nas posições fortificadas, em Pelúsio, Mênfis, Elefantina, e de confiar a administração financeira da província a Cleômenes, um grego de Náucratis.

Mas a importância da estada no Egito se deve a dois fatos essenciais: a peregrinação ao oásis de Siva e a fundação de Alexandria. Não insistiremos na discussão relativa à anterioridade de um em relação ao outro. Parece que a versão dada por Plutarco e Arriano é a mais provável. Alexandre teria, a princípio, sonhado em fundar uma cidade nova. Isso corresponderia a preocupações antes de tudo militares: garantir a defesa do delta contra um eventual ataque vindo do mar. É preciso ressaltar que, nesse momento (janeiro de 331), Ágis continua ameaçador, e que o almirante persa Farnabazo detém ainda posições-chave no Egeu. Se Alexandre, que tinha repelido todas as propostas de paz de Dario, imaginasse continuar a conquista do império aquemênida, seria importante que dispusesse de um ponto de apoio para defender sua retaguarda. Além disso, aparecer como fundador de uma cidade se inscrevia na perspectiva heróica que o animava. É menos provável que ele, desde esse momento, já imaginasse o que seria dessa fundação no futuro.

A peregrinação ao oásis de Siva trazia um problema bastante diferente. O empreendimento era perigoso, pois se tratava de atravessar um deserto inóspito. Será que, para justificá-la, pode-se aceitar a explicação dada por Arriano, isto é, o desejo de Alexandre de rivalizar com Perseu e Héracles "porque ele era da raça deles dois"? E aceitar os acontecimentos "milagrosos" que teriam permitido ao rei encontrar o caminho do oásis: chuvas benéficas tornando a areia mais compacta e o ar mais respirável, vôos de corvos servindo de guia a Alexandre e seus companheiros através do deserto? Isso não é essencial, pois a importância desse episódio vem da resposta do oráculo e, por isso mesmo, da pergunta formulada pelo rei. Segundo Diodoro, Alexandre teria perguntado ao deus: "Tu me concedes o império da terra inteira?" E o deus, por intermédio do sacerdote, teria respondido que "lhe

concedia firmemente o que ele pedia". Encontramos a mesma versão em Arriano e em Plutarco. Alexandre teria então outra vez interrogado o deus para saber se ele tinha castigado os assassinos de seu pai. O sacerdote lhe teria respondido que quem o havia engendrado não podia ter sido assassinado, pois se tratava do próprio deus (Diodoro, XVII, 51, 3). O relato de Plutarco dessa segunda resposta não deixa de ser interessante:

> Alguns afirmam que o sacerdote do deus, querendo saudá-lo em grego com um termo de afeição, o chamara "meu filho" (*paidion*), mas, na sua pronúncia bárbara, teria tropeçado na última letra e dito, substituindo o *n* por um *s*, filho de Zeus (*paidios*); acrescentam que Alexandre gosto muito desse lapso e espalhou-se o boato de que ele tinha sido chamado "filho de Zeus" pelo deus (*Alex.*, 27, 9).

Plutarco diz, em seguida, que Alexandre se absteve de reivindicar essa ascendência divina diante de seus companheiros gregos e macedônios. Em compensação, é muito provável que a tenha citado no Egito, onde o faraó era tradicionalmente saudado como "filho de Rê". Mais importante, e mais bem fundada, era a fórmula lacônica, relatada por nossas fontes, que o deus "lhe concederia o que ele pedisse". A pergunta, mais que a resposta, é o importante. Isso não quer dizer que ela fosse tão ambiciosa quanto nossas fontes relatam, a saber, para retomar a fórmula de Diodoro, se ele obteria "o império da terra inteira". Em 331, enquanto Dario ainda era senhor da maior parte de seu império, a ambição de Alexandre certamente era mais comedida.

De todo modo, de volta ao Egito, Alexandre teria confiado aos companheiros que lá deixara o cuidado de construir a cidade cujas fundações ele apenas lançara. Tratava-se agora de voltar à Ásia para enfrentar Dario de uma vez por todas.

O TÉRMINO DA CAMPANHA DA ÁSIA ATÉ A MORTE DE DARIO

Alexandre havia ficado apenas um ano no Egito. Na primavera de 331, voltou à Ásia decidido a livrar-se do Grande Rei. Após uma breve

A CONQUISTA DAS SATRAPIAS CENTRAIS

estada em Tiro, onde fez uma reorganização dos territórios conquistados, subiu rumo ao norte e atravessou o Eufrates em Tapsaco. Dirigiu-se então para o alto vale do Tigre. Dario, que tinha reunido um poderoso exército em Babilônia, foi obrigado a subir também em direção ao norte e estabelecer seu campo em Arbela. Alexandre fez o seu exército atravessar o rio e colocou-se diante do adversário. Foi perto de Arbela, na planície de Gaugamela, que ocorreu a terceira grande batalha da conquista da Ásia.

Os historiadores antigos deixaram sobre essa batalha célebre narrativas que valorizam a habilidade de Alexandre. Diodoro, em particular, descreve de modo bastante detalhado a maneira como o macedônio dispôs suas tropas, colocando na ala direita o esquadrão real comandado por Clito, o Negro, os outros companheiros sob o comando de Filotas e sete esquadrões de cavalaria. Atrás deles, estavam enfileirados os corpos da infantaria, macedônios e aliados. O grande perigo para esse exército, com efetivos modestos em comparação ao do Grande Rei, eram os famosos carros. De fato, quando o ataque começou, "os macedônios foram tomados de apreensão e medo à vista dos carros portadores de foices lançados em grande galope" (Diodoro, XVII, 58, 2). Mais adiante, Diodoro descreve os golpes terríveis que essas foices infligiam aos soldados adversários:

> Essas armas, forjadas para a destruição, eram tão cortantes e resistentes que muitos soldados tiveram o braço decepado com o escudo e alguns o pescoço arrancado: a cabeça caía no chão, enquanto os olhos ainda olhavam e o rosto conservava sua expressão! Esses carros também proporcionavam a alguns uma morte rápida, abrindo nos seus flancos talhos que atingiam os centros vitais (XVII., 58, 5).

Alexandre, consciente do perigo, deu ordem aos soldados para abrir as fileiras e deixar os carros adentrarem para surpreendê-los crivando-os de dardos. Em seguida, empreendeu o combate propriamente dito com os cavaleiros adversários. Num primeiro momento, os homens de Dario, sob o comando de Mazaios, conseguiram apoderar-se de uma parte do campo macedônio, enquanto Parmênio, à frente da cavalaria tessália, num primeiro momento acuado por Mazaios, acabou

obrigando o inimigo a bater em retirada. Alexandre, por sua vez, tinha atacado a cavalaria de Dario e obrigado uma vez mais o Grande Rei a bater em retirada. Foi, portanto, uma vitória completa.

Daí em diante, o caminho das capitais reais estava aberto. Babilônia foi a primeira a se render, por causa do aliciamento de Mazaios, o vencido de Gaugamela, que logo foi nomeado sátrapa de Babilônia. Alexandre, após ter deixado seu exército descansar durante um mês, dirigiu-se para Susa, que se rendeu da mesma forma, sem combate. Alexandre confiou o governo da Susiana ao sátrapa persa Abulites. Inaugurava, assim, uma política reveladora de seu pragmatismo: utilizar as estruturas administrativas locais, sem recorrer *a priori* de forma generalizada a recursos iranianos. A marcha sobre Persépolis revelou-se, em compensação, mais difícil, com a resistência organizada pelo sátrapa da Pérsida, Ariobarzanes. Isso talvez explique por que, após ter arrasado o exército persa, sofrendo os macedônios pesadas perdas, Alexandre tenha deixado seus soldados pilharem e queimarem Persépolis.

A tomada das capitais reais tinha posto nas mãos do macedônio grandes quantidades de metal precioso. As fontes falam de 40.000 talentos de ouro e de prata não fundidos em Susa (Diodoro, XVII, 66, 1), aos quais se acrescentaram 9.000 talentos em moedas de ouro (dáricos). A tomada de Persépolis permitiu a Alexandre apossar-se de um tesouro avaliado em 120.000 talentos. Mas as últimas vitórias foram conquistadas à custa de pesadas perdas. Era, portanto, necessário recrutar novas tropas. Parece então que teriam afluído aos locais de recrutamento massas de homens, encaminhados por Tarso e pelos portos fenícios para a alta Ásia.

Para Alexandre, era o momento de se livrar de Dario. Este se encontrava numa situação quase desesperadora, pois só podia contar com a ajuda dos sátrapas orientais, que sempre gozaram de uma grande independência em relação ao poder real. Porém, a posição de Alexandre também não era muito segura. Na realidade, ele podia temer que suas tropas mais fiéis resistissem a uma campanha por regiões hostis e desconhecidas. Os acontecimentos pouparam-lhe uma última batalha contra o Grande Rei, que foi assassinado em julho de 330 por Besso, sátrapa de Bactriana, que se proclamou rei.

A morte de Dario constitui um momento importante da vida de Alexandre. Diante do usurpador Besso, ele se proclama o sucessor de

Dario, e logo a lenda justificaria essa reivindicação. Plutarco, que costuma animar seu relato com casos, conta que Dario ainda não tinha morrido quando seu corpo foi descoberto pelo macedônio Polistrato. Este lhe teria dado água, e Dario teria dito:

> Meu amigo, para mim, é o cúmulo da infelicidade ter recebido um favor e não poder retribuí-lo; mas tu serás recompensado por Alexandre; e este o será pelos deuses por sua clemência para com minha mãe, minha mulher e meus filhos. Estenda-lhe minha mão direita por seu intermédio (*Alex.*, 43, 4).

Dario estava morto quando Alexandre o encontrou. Recebeu, então, funerais reais.

4

A CONQUISTA DAS PROVÍNCIAS ORIENTAIS E O FIM DA CAMPANHA DA ÁSIA

Fazendo-se senhor das capitais reais aquemênidas, Alexandre já havia ultrapassado os objetivos propostos por Filipe ao constituir a Liga de Corinto. O atrativo da busca pelo butim e as amplas distribuições feitas aos soldados mantiveram a fidelidade das tropas. Mas, na véspera de abordar a difícil campanha em direção as satrapias orientais, Alexandre logo compreendera que corria o risco de enfrentar resistências cada vez mais intensas, em especial da parte dos contingentes aliados. Dispensou-os com ricos presentes. A decisão não foi difícil de tomar, dado que o rei espartano Ágis acabara de ser vencido por Antípatro em Megalópolis, onde fora morto. A Grécia parecia submissa e podia-se, sem temor, substituir os contingentes aliados por mercenários, cuja subordinação seria maior.

Porém, o problema se apresentava de outro modo com os macedônios. Proclamando-se o sucessor dos Aquemênidas, isto é, de monarcas que exerciam um poder despótico, Alexandre rompia com a tradição da realeza macedônica. Ora, um dos defensores mais ardorosos dessa tradição era Parmênio, velho companheiro de Filipe a quem tinha sido confiado, desde o começo da expedição, o comando das tropas de elite. Parmênio ficara com o grosso do exército em Ecbatana, na ocasião em que Alexandre havia saído à busca de Dario. Quando, depois que este morreu, o rei resolveu perseguir o usurpador Besso, na Bactriana,

deparou com a resistência das populações locais e do sátrapa de Ária, Satibarzanes, aliado de Besso, e foi obrigado a bater em retirada. A lentidão dos socorros esperados de Parmênio foi o pretexto usado pelo rei para se ver livre do velho general. O episódio, que ficou conhecido como o caso Filotas, forneceu-lhe a ocasião desejada.

Filotas era o filho de Parmênio e, segundo Plutarco, "gozava de grande consideração entre os macedônios, pois tinha fama de valente e tenaz, e ninguém, depois de Alexandre, parecia mais generoso e mais apegado a seus amigos" (*Alex.*, 48, 1). Porém, o mesmo Plutarco insiste também em seu orgulho e seu descontrole. Ele, aliás, seria traído por sua amante, a tessália Antígona, que contava a Alexandre as críticas que o amante fazia ao rei. Teria Alexandre inventado ele mesmo o complô que custaria a vida ao filho de Parmênio? Seja como for, Filotas foi acusado de fazer parte (ou de não ter revelado, apesar de estar informado) de uma conspiração contra Alexandre fomentada por um certo Dimnos. A sentença de morte teria sido pronunciada pela assembléia dos macedônios após Filotas, submetido a tortura, confessar ter participado da conspiração. Parmênio, que então se encontrava na Média e, portanto, não poderia ser cúmplice dos conjurados, foi mesmo assim condenado e executado.

A CONQUISTA DAS SATRAPIAS SUPERIORES

Com a ordem assim restabelecida violentamente em seu exército, Alexandre pôde empreender a conquista da Aracósia. Alcançado pelas tropas vindas da Média, ele teve o cuidado prévio de instalar uma colônia militar em Frada, que viria a ser Alexandria de Drangiana. Inaugurava, assim, uma prática que se repetiria durante sua marcha rumo às províncias orientais do império. Da mesma forma, havia reorganizado o comando de seu exército, desestabilizado pelo desaparecimento de Parmênio. Daí em diante, o comando da cavalaria dos "companheiros" seria partilhado por dois fiéis estrategos, Heféstion e Clito, o Negro. Como sucessor para Parmênio, ele designou Cratero, e confiou importantes responsabilidades a Ptolomeu e a Perdicas, outro de seus companheiros.

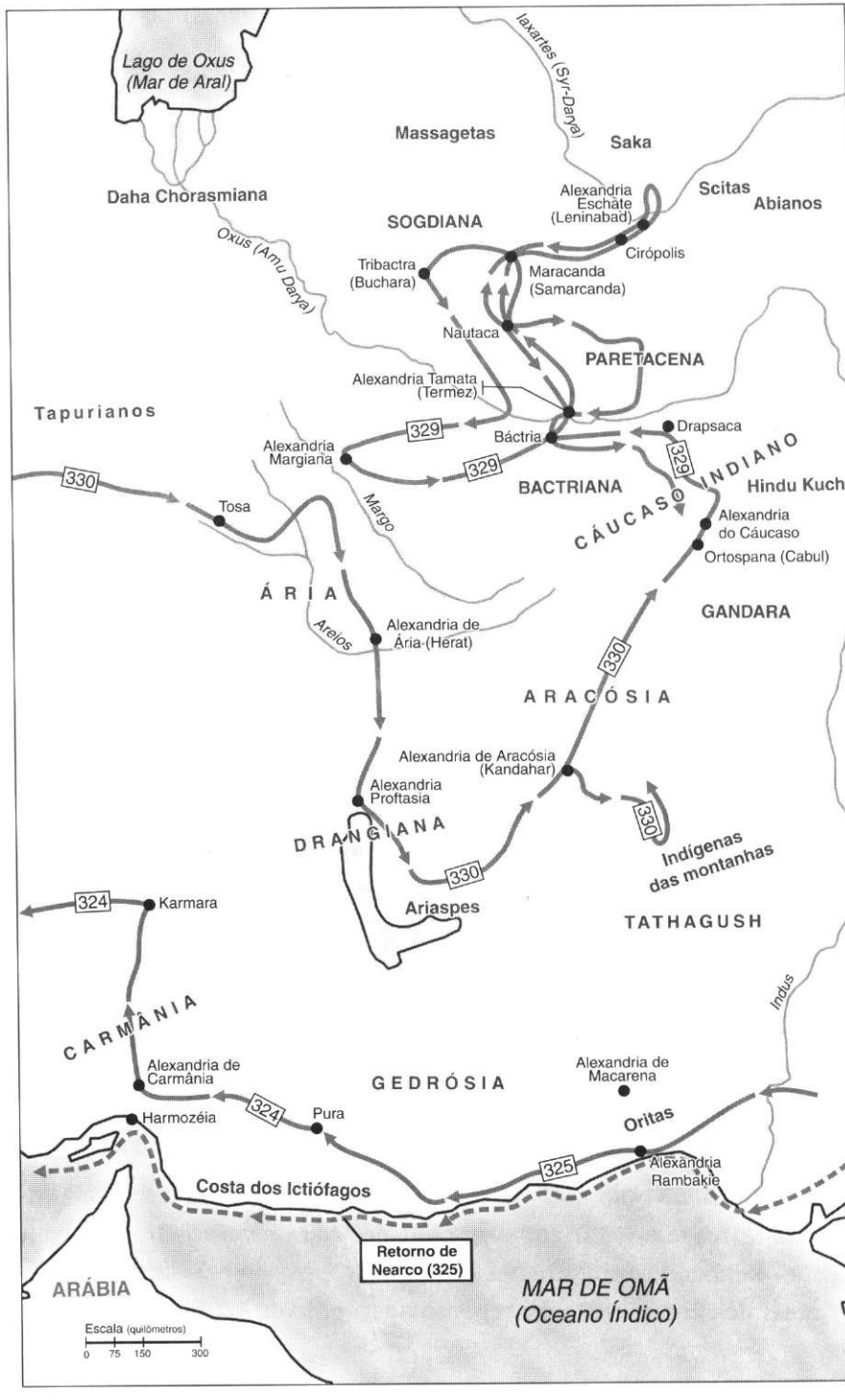
Na Aracósia, fundou mais uma colônia, Alexandria de Aracósia (Kandahar). Os levantes dos sátrapas locais o obrigaram a uma nova reorganização de suas tropas, cujo efeito foi desacelerar a marcha em direção ao Hindu Kuch. A campanha de inverno foi muito sofrida, alternada pela fundação de duas outras colônias, Alexandria do Cáucaso e Nicéa. Na primavera de 329, Alexandre atravessou o Hindu Kuch, após restabelecer a ordem no conjunto das satrapias orientais.

Começaria então a parte mais penosa e difícil da conquista: a dominação da fronteira nordeste do império. O objetivo primeiro de Alexandre era capturar Besso, que se havia proclamado rei, sob o nome de Artaxerxes IV, e contava com o apoio de Espitámenes, o comandante da cavalaria da Sogdiana-Bactriana. Alexandre retomou a ofensiva abandonada no ano anterior, desta vez coroada de sucesso. Besso, abandonado pela cavalaria da Bactriana, teve de fugir para a Sogdiana. Muito mais acidentada, essa região permitia-lhe resistir por mais tempo, graças ao apoio dos senhores locais. Alexandre, senhor da Bactriana, penetrou na Sogdiana, onde Besso lhe foi enfim entregue. O efêmero sucessor de Dario foi então reconduzido a Ecbatana, sendo julgado e executado. Porém, o desaparecimento de Besso não produziu os efeitos esperados. Espitámenes organizou a resistência e conseguiu levantar toda a região e retomar a Bactriana. Alexandre se viu confrontado com operações tanto mais difíceis que se viu obrigado a tomar praças-de-guerra ferrenhamente defendidas. Foi preciso, muitas vezes, usar máquinas de sítio. Além disso, o inverno era rigoroso nessa região montanhosa e a neve tornava perigosa a circulação de homens e animais.

Felizmente para Alexandre, chegaram reforços da Europa sob a forma de mercenários gregos e trácios. Aliás, o rei soube conciliar com certos chefes locais como Farasmanes, o rei dos corásmios, povo do delta do Oxus (Amu Darya). Uma parte dos mercenários recém-chegados estabeleceu-se em posições encarregadas de assegurar sucessivamente a defesa das regiões submetidas. Elas viriam a se tornar cidades, tais como Alexandria Eschate ou Alexandria de Oxus.

No final do outono de 328, Alexandre lograra restabelecer sua autoridade sobre a Bactriana e a Sogdiana, cujo governo ele confiou a Clito. Rechaçou Espitámenes para as estepes setentrionais e podia cogitar deixar o exército em repouso no inverno de 328-327. Foi durante

A CONQUISTA DAS SATRAPIAS SUPERIORES



esse período que ocorreu um episódio a respeito do qual nossas fontes são bastante eloqüentes: o assassinato de Clito, em uma querela de bêbados. Alexandre estava então em Maracanda (Samarcanda), capital da Sogdiana. Segundo o relato de Plutarco, Clito teria atacado, durante a refeição após um sacrifício aos Dióscuros, a preferência de Alexandre pelos iranianos em detrimento de seus companheiros macedônios. Ele o teria acusado "de só freqüentar bárbaros e escravos, que se prosternam diante de seu cinturão persa e de sua túnica branca" (*Alex.*, 51, 5) e teria citado alguns versos de *Andrômaca*, de Eurípides, nos quais o poeta denunciava os generais que tomam para si toda a glória das vitórias alcançadas por seus soldados. Alexandre, em um acesso de raiva, teria então transpassado com sua lança o corpo do infeliz. Voltaremos mais detidamente a esse caso, que denota o novo clima instaurado no exército, agravado quando, após a conquista da Paretacena, na primavera, Alexandre, de volta à Bactriana, anunciou seu casamento com Roxana, a filha do iraniano Oxiartes. Logo depois seria "revelada" a famosa "Conspiração dos Pajens", na qual Calistenes, o sobrinho de Aristóteles, que acompanhava Alexandre para relatar as conquistas, estaria envolvido, e que desencadearia o caso da *proskynese*, a recusa dos macedônios de se prosternarem diante do rei. Voltaremos a isso.

A conquista das satrapias orientais tornara cada vez mais necessário recorrer a iranianos, que logo seriam integrados ao exército macedônio. Decerto a autoridade do rei não estava abalada e ele poderia contar com seus fiéis. Mas, no momento em que se dispunha a empreender a conquista da Índia, já tínhamos o sinal de uma importante transformação em seu comportamento e nos objetivos que almejava.

No começo do verão de 327, Alexandre foi alcançado por Cratero. Seu exército contava com doze mil homens. Era uma nova aventura que começava.

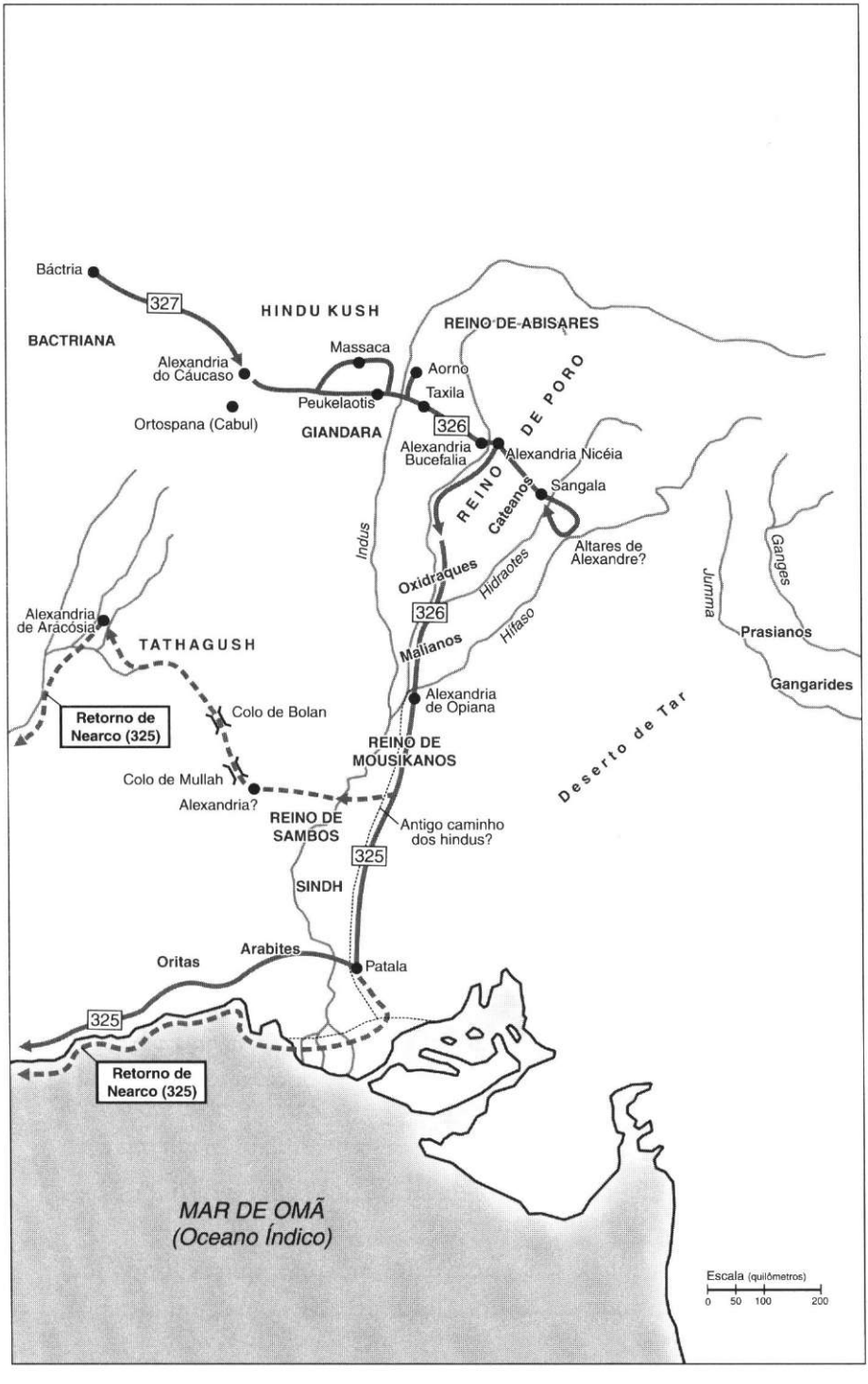
A CAMPANHA DA ÍNDIA

Essa foi, sem dúvida, a parte da aventura de Alexandre que, desde a Antigüidade, mais acendeu as imaginações, pois não se tratava mais de províncias recuadas do império persa, e sim de um mundo praticamente

desconhecido. Se, de fato, Ciro II, o Grande, e Dario I tinham estendido suas conquistas até a Índia, muito cedo essas terras longínquas escaparam à dominação aquemênida e sua memória se achava em parte perdida. Além disso, subsistiam no imaginário dos gregos as expedições míticas de Héracles e de Dioniso, e é verossímil que, ao se lançar à conquista da Índia, Alexandre tivesse a sensação de seguir seus rastros. Tratava-se, contudo, de um empreendimento audacioso e mais difícil do que permitiam esperar as indicações de certas embaixadas vindas de mais além de Hindu Kuch — em especial, a do reino de Taxila, que controlava as regiões compreendidas entre os vales do Indus e do Hidaspe, e confiava na aliança com Alexandre para resistir a Poro, o poderoso soberano do Pendjab.

A campanha começou na primavera de 326. O exército fora dividido em dois grupos. O primeiro, comandado por Heféstion e Perdicas, tinha por missão atingir o mais depressa possível o vale do Indus. O segundo, que compreendia as tropas de elite, seguia os contrafortes do Himalaia. Foi este que encontrou as mais poderosas resistências por parte dos senhores locais, que tinham se fechado em suas praças-fortes. A campanha foi marcada especialmente pelo cerco da fortaleza de Assacenes, em Massaca, que terminou por se render e cujos defensores foram todos massacrados. Uma outra praça-forte, Aorno, foi conquistada graças ao emprego de máquinas de sítio aperfeiçoadas. Os dois grupos se reuniram para atravessar o Indus e penetrar no reino de Taxila. Alexandre obteve a submissão de todos os dinastas locais e tornou-se, com relativa facilidade, senhor de toda a região compreendida entre o Indus e o Hidaspe. Restava-lhe enfrentar o soberano mais temível, Poro, protegido pelo Hidaspe. A travessia do rio, usando a mesma técnica empregada para atravessar o Indus (uma ponte de barcos), permitiu-lhe dispor seu exército ante os soldados do príncipe indiano, que contava com seus elefantes para deter a tropa macedônia. A batalha contra Poro propiciou a Alexandre demonstrar uma vez mais suas qualidades de estrategista. Atacando com sua cavalaria, evitou arremeter frontalmente contra os elefantes e, desdobrando sua falange, derrotou o exército do soberano indiano. Durante o combate, ele teria perdido seu cavalo Bucéfalo, cujo nome deu a uma das cidades que fundou para comemorar a vitória.

A CAMPANHA DA ÍNDIA



Vencido, Poro submeteu-se, e Alexandre, que fazia questão de dirigir-se logo para o Oceano Índico, confiou-lhe o governo das localidades para além do Hidaspe. Mas, convencido por Poro de que as populações indianas estavam prestes a se submeter, ele rumou antes para o leste com a intenção, talvez, de atingir o Ganges. A campanha não foi tão fácil quanto lhe tinham feito acreditar, e foi preciso de novo empregar as máquinas de sítio para assenhorear-se da fortaleza de Sangala. Assim, não é surpreendente que, ao chegar à margem do Hífaso, um afluente do Indus, o exército tenha manifestado o desejo de não seguir adiante. Alexandre tentou convencer os soldados durante duas assembléias sucessivas. Mas logo compreendeu que não poderia exigir mais de seus homens, que, além do mais, estavam enfraquecidos pelos ventos extenuantes. Por outro lado, os presságios se mostravam desfavoráveis. Alexandre limitou-se a erguer na margem ocidental do Hífaso doze altares monumentais.

O rei poderia, então, retomar seu projeto inicial de descer o vale do Hidaspe e do Indus rumo ao oceano. Para isso precisaria dispor de uma frota. O inverno de 326-325 foi empregado na construção de barcos capazes de descer o rio. O número dessas embarcações (800, segundo algumas fontes, 2.000, segundo outras) conferia à expedição um aspecto triunfal. A frota estava sob o comando do cretense Nearco, enquanto os exércitos de Cratero e Heféstion desciam o rio em suas duas margens. Também aí a campanha revelou-se mais difícil do que se supunha, e Alexandre em pessoa se encontrara muitas vezes na linha de frente, em especial no cerco da fortaleza dos malíacos em Sangala. Plutarco conta:

> Sob uma chuva de dardos, ele tinha expulsado os inimigos de suas muralhas e foi o primeiro a subir no muro usando uma escada. Mas esta se rompeu e, debaixo, os bárbaros que resistiam ao longo da muralha o crivaram de golpes. Embora estivesse quase só, ele levantou-se do chão e projetou-se no meio dos inimigos (*Alex.*, 63, 3).

Ferido pouco depois, foi salvo da morte por Peucestas, um de seus companheiros.

Apesar da resistência das populações indianas, que segundo fontes brâmanes se levantaram contra Alexandre, ele conseguiu tornar-se

senhor do reino de Patala (em meados de julho de 325), desertado por seus habitantes e seus chefes, e alcançou, assim, a embocadura do Indus. Era urgente retomar a direção ao oeste. Uma vez mais, Alexandre dividiu suas forças. A frota comandada por Nearco deveria tomar o caminho marítimo, uma parte do exército sob o comando de Cratero reunir-se-ia logo ao regimento pelo interior da Carmânia, enquanto Alexandre, com a maior parte do exército, seguiria pela costa, contando com a frota para assegurar o reabastecimento de seus homens. Uma vez mais as coisas se apresentaram de modo diferente do previsto. Os víveres prometidos pelas populações locais não foram encaminhados e algumas delas opuseram resistência à progressão do exército. A travessia do deserto de Gedrósia foi uma terrível prova, durante a qual muitos soldados pereceram. Isso não impediu que o rei, ao chegar à Carmânia, celebrasse com concursos atléticos, representações cênicas e banquetes "dionisíacos" o final da aventura indiana.

O RETORNO PARA SUSA E BABILÔNIA

Os últimos meses de 325 e o começo de 324 foram marcados por uma grave crise. Alguns sátrapas, tanto macedônios quanto iranianos, com o anúncio da possível morte do rei no final da campanha indiana, proclamaram-se independentes. Alexandre apressou-se em destituí-los e substituir os iranianos por macedônios fiéis. Além disso, deu a ordem aos sátrapas para despedirem seus mercenários. Era, claro, um meio de prevenir-se contra qualquer nova revolta dirigida contra ele. Podia ser também, para ele, a possibilidade de reconstituir suas forças, diminuídas desde a provação da travessia do deserto de Gedrósia. Mas, por outro lado, isso podia também se revelar perigoso; muitos mercenários só esperavam a ocasião de recuar para a Europa e, em especial, para a região do cabo Tênaro, na extremidade sul do Peloponeso, que se tornara um lugar de reunião desses soldados profissionais.

A repressão contra os sátrapas rebeldes trouxe também uma conseqüência importante, à qual retornaremos: a fuga de Harpalo, o tesoureiro do rei, com uma tropa de mercenários e cinco mil talentos para a Europa, mais precisamente, Atenas.

Entretanto, Alexandre, depois de mais uma vez ter festejado suas vitórias, deixara a Carmânia para se dirigir a Susa, onde chegou no começo da primavera de 324. Foi lá que ocorreram as famosas "bodas de Susa", unindo princesas iranianas a integrantes do séqüito real. O próprio Alexandre, que dera o exemplo casando-se com Roxana, esposou solenemente duas princesas aquemênidas, uma filha de Artaxerxes III e uma filha de Dario III, ao passo que Heféstion casou-se com outra filha de Dario, e Cratero, com uma sobrinha do Grande Rei.

Perdicas, Nearco, Ptolomeu e Eumênio, o chefe da chancelaria real, esposaram também princesas iranianas. Logo retomaremos o significado dessas uniões. Será que estariam na origem de um descontentamento dos macedônios? E, sobretudo, onde se manifestou esse descontentamento? Duas tradições se contrapõem com relação a esse ponto. Para Diodoro, foi em Susa que ocorreu a sedição reprimida por Alexandre, cuja origem teria sido a determinação dele de não voltar para a Macedônia. Para Arriano, foi em Opis, no Tigre, que os veteranos se rebelaram, com o anúncio de sua desmobilização. Vê-se logo de que modo essas duas tradições se contradizem, mesmo que ambas atestem o descontentamento dos macedônios de se verem preteridos por novos recrutados, a começar pelos iranianos integrados ao exército, e talvez frustrados por não estarem associados às futuras campanhas em preparação. No relato de Arriano, o rei consegue acalmar os espíritos, reunindo os oponentes durante um banquete fraterno. Os veteranos, mandados de volta à Macedônia, foram cobertos de presentes e receberam, além do soldo, um talento cada um. Cratero ficou com o comando desses homens, tendo a missão de levá-los de volta à Macedônia, onde ele deveria substituir Antípatro, por sua vez encarregado de levar até o rei as novas tropas, tendo em vista futuras campanhas.

Alexandre se dirigiu em seguida para Ecbatana, onde ocorreram novas festas, ao mesmo tempo em que chegavam embaixadas de todo o mundo mediterrâneo para homenageá-lo. Foi nesse outono de 324 que Heféstion adoeceu e morreu. Companheiro fiel e muito próximo de Alexandre, teve direito a funerais excepcionais e foi elevado à categoria de herói.

Durante o inverno de 324-323, Alexandre fez campanha contra os montanheses do Zagros, os cosseus, e chegou a Babilônia, no início

da primavera, onde novamente afluíram mensagens vindas de todas as partes do mundo mediterrâneo. Ele teria então mandado reunir informações visando às futuras campanhas. Tratava-se essencialmente de uma expedição de circunavegação da Península Arábica, do Golfo Pérsico ao Egito. Com esse intuito, Nearco fora encarregado de reunir uma frota. A própria Arábia seria anexada posteriormente ao império.

Todavia, esses projetos sequer chegaram a um início de execução. Em maio de 323, após um banquete, Alexandre foi acometido de um mal-estar, e a morte sobreveio muito depressa. Logo suporiam que não se tratava de uma morte natural, e as suspeitas recaíram em Antípatro, ainda na Macedônia, cuja hostilidade à política oriental do rei era conhecida e contava com partidários no séqüito real.

De qualquer maneira, a morte brutal de Alexandre marcava o término de uma aventura que lhe permitira reunir nas mãos um imenso território, bem diferente do reino de seus ancestrais macedônios. Pouco antes de morrer, ele enviara a Olímpia uma mensagem, confiada ao grego Nicanor de Estagira, reivindicando que os gregos lhe rendessem honras divinas por ocasião dos concursos quadrienais. Em uma década, o rei dos macedônios, o *hegemon* dos gregos, o sucessor dos Aquemênidas, queria ser proclamado *theos aniketos*, deus invencível. Precisamos agora tentar compreender como podiam coexistir numa só pessoa essas diferentes figuras do poder exercido por Alexandre.

SEGUNDA PARTE

AS DIFERENTES "FIGURAS" DE ALEXANDRE

1

O REI DOS MACEDÔNIOS

Quando Alexandre sucedeu a seu pai, Filipe, em 336, herdou uma monarquia que dificilmente se enquadraria nos esquemas elaborados pelo pensamento grego a partir da metade do século V. De fato, no célebre "diálogo persa", de Heródoto, no livro III das *Histórias*, a monarquia, seja vilipendiada pelo nobre persa Otanes ou defendida pelo futuro Dario I, é antes de tudo um poder absoluto, cujo detentor não tem de prestar contas a ninguém. Ali onde o defensor da isonomia reconhece uma ameaça — pois deter o poder supremo leva ao orgulho e à insolência — o defensor da monarquia encontra, ao contrário, uma garantia de eficácia. Mas, tanto para um como para outro, esse poder não teria meios de ser, de modo algum, compartilhado. O poder absoluto, aos olhos dos gregos, só poderia se dar de duas formas: a tirania, tal como ocorreu em certas cidades nos tempos antigos ou como ainda existia em Siracusa no século IV, e a monarquia persa, um despotismo que só poderia ser aplicado em povos bárbaros, destinados por natureza à servidão. Decerto, aos olhos de um Demóstenes, para quem os macedônios eram "bárbaros", Filipe não estava muito distante de um monarca absoluto, e era esse absolutismo que tornava suas decisões tão rápidas e eficazes, pois, diferentemente dos atenienses, que só agiam depois de ter deliberado por muito tempo, ele decidia sozinho que ações realizaria. Porém, o testemunho de Demóstenes a esse

respeito era ditado pela urgência de convencer seus concidadãos. E o orador sabia que as coisas não eram tão simples.

A REALEZA MACEDÔNIA

Nesse particular, é interessante citar Aristóteles. Como veremos adiante, o filósofo ficara algum tempo na corte da Macedônia, chamado por Filipe para garantir a formação de seu filho e futuro sucessor. O que devemos mencionar aqui é uma observação feita por ele em sua grande obra sobre os sistemas políticos, a *Política*. No livro V (1310b 35-40), ao refletir sobre as realezas contemporâneas, Aristóteles evoca aquelas que são fundadas no "mérito" e cita, como exemplo, "os reis dos lacedemônios, dos macedônios e dos molossos". O fascínio que o regime espartano exercia sobre os gregos é conhecido. O mesmo Aristóteles que, contrariamente a seu mestre Platão, fazia um julgamento severo desse regime, ressaltava que os reis espartanos submetiam-se ao controle da cidade. A história das décadas anteriores fornecia inúmeros exemplos de tal controle, exercido pelos éforos, os magistrados eleitos a cada ano dentre todos os cidadãos. Por esse motivo, a dupla realeza espartana era comparável aos colégios de magistrados nas outras cidades, mas com uma diferença: os reis eram escolhidos no seio das duas dinastias reais, dos Ágidas e dos Euripôntidas, e sua investidura era, evidentemente, vitalícia. Do mesmo modo, o rei da Macedônia pertencia a uma dinastia vinda de Argos, que se impusera à frente do país desde o século VII, e na qual o poder se transmitia hereditariamente.

Há um outro ponto que merece ser destacado: para designar o personagem que reinava na Macedônia, os gregos — no caso, os atenienses — empregavam duas fórmulas distintas. Às vezes, eles falavam do *basileus Makedonias*, do rei da Macedônia, como Tucídides a respeito de Perdicas II, filho de Alexandre I, um rei que reinou na Macedônia no começo da Guerra do Peloponeso (II, 95, 1), ou Demóstenes, que evocava a política dos antecessores de Filipe no norte do Egeu (*II Filípica*, 20). Outras vezes, empregavam a forma *basileus Makedônon*, rei dos macedônios, o que situava os macedônios numa comunidade política. Lembremos que, assim como estamos habituados a dizer Atenas,

Esparta ou Tebas, e como dizemos França, Inglaterra ou Itália para designar um Estado, os antigos diziam os atenienses, os lacedemônios, os tebanos, etc., designando, assim, o que era a característica da civilização grega clássica: a cidade concebida antes como uma comunidade de cidadãos. Significaria dizer que a comunidade de macedônios, sugerida pela fórmula *basileus Makedônon*, era também uma comunidade política? Esse problema dividiu os historiadores, na medida em que não tínhamos, antes do período que se seguiu à morte de Alexandre, nenhuma ou poucas referências a uma eventual "assembléia do povo" macedônio. Contudo, parece que houve, se não uma assembléia do povo, ao menos uma "assembléia do exército", que teria aclamado o advento do novo rei, e teria sido dotada de poderes judiciais.

No relato de Arriano (*Anabase*, IV, 11, 6), Calistenes argumenta no sentido de lembrar a Alexandre que os soberanos macedônios — e ele emprega o termo "arcontes", isto é, detentores do poder (*arche*) — nunca haviam governado pela força, e sim pela lei (*oude bia alla nomô*). A existência de um *nomos* macedônio, de uma lei regulando as relações do rei e do povo, seria uma prova suplementar dos limites do absolutismo real na Macedônia. Como escreveu Paul Goukowsky (*Essai*, p. 11), a monarquia macedônia era "uma delegação de soberania concedida a um chefe julgado eficaz, reconduzida por aclamação, revogável, divisível e suscetível de ser transferida a outros membros da família real por uma assembléia que se mantinha depositária da soberania". Certamente, já o dissemos, o reino de Filipe fora marcado por um esforço de centralização. Mas a força de sua personalidade, mais do que uma modificação institucional, foi o que permitira o fortalecimento da autoridade real, que poderia a todo momento ser de novo questionada.

Evocamos a situação com que se deparou Alexandre no dia seguinte ao assassinato de Filipe. Não era a primeira vez que uma sucessão real estava sendo disputada. E Alexandre podia temer as pretensões à sucessão de Filipe oriundas do círculo da jovem rainha Cleópatra, grávida ou a ponto de dar à luz uma criança, que teria sobre Alexandre a vantagem de ter nascido de uma princesa macedônia, e não de uma estrangeira, como Olímpia. É preciso, claro, desconfiar dos relatos, todos tardios, sobre as condições em que Alexandre conseguiu impor-se

como sucessor. Porém, o fato de ter procurado garantir de imediato a segurança das fronteiras do reino permite pensar que ele logo obteve a adesão do exército, um exército que Filipe fortalecera e reorganizara e que vencera os gregos em Queronéia, vitória para a qual o jovem Alexandre muito contribuiu. Que ele tenha sido confirmado como *basileus Makedônon* pelos soldados reunidos em assembléia é, portanto, uma suposição bastante provável.

O EXÉRCITO MACEDÔNIO DURANTE A CAMPANHA DA ÁSIA

É interessante destacar, então, o papel desempenhado pelas assembléias do exército durante a conquista. Se levarmos em conta os números indicados por Diodoro, o corpo expedicionário reunido por Alexandre às vésperas de passar para a Ásia compreendia 30.000 soldados de infantaria e 4.500 cavaleiros. Desse total, os macedônios representavam pouco mais de um terço dos combatentes: 12.000 soldados de infantaria e 1.800 cavaleiros. Diodoro evoca (XVII, 16, 1-3) um conselho que Alexandre teria reunido antes da partida do exército, formado por aqueles que ele chama "chefes" do exército e os mais eminentes de seus "amigos". O termo amigos, *philoi*, deve ser tomado num sentido não afetivo. Tratava-se daqueles que formavam o círculo do rei. Porém, constituíam um conselho permanente ao qual, na ocasião, Alexandre teria juntado os chefes do exército? Nada permite afirmá-lo ou contestá-lo. De todo modo, é interessante fazer aqui uma dupla observação. Por um lado, a reunião desse conselho implica, de fato, que o rei se obrigava a justificar seus projetos diante dos soldados, como teria feito o estratego de uma cidade grega. Mas, por outro, não se pode deixar de pensar nos conselhos convocados na *Ilíada* pelo chefe dos aqueus. Ficam claras, então, as conseqüências que se podem depreender: seja a dedução de que a realeza macedônia ainda se achava próxima das realezas "homéricas", seja enxergar nisso o efeito de uma "propaganda" que tendia a apresentar a expedição da Ásia como uma nova Guerra de Tróia, e o rei dos macedônios, descendente distante de Aquiles, como um herói da epopéia.

A primeira parte da campanha terminou com a dominação das satrapias ocidentais do império persa. As três grandes vitórias, de

Granico, Isso e Gaugamela, foram vitórias tanto dos macedônios como do rei. Ele nomeou macedônios para governar as satrapias conquistadas, que se tornaram beneficiários de grande parte do enorme butim acumulado. Reforços vindos da Macedônia reuniram-se ao exército em Susa ou em Babilônia. O aporte de novas tropas tinha acarretado, como se viu, uma reorganização do comando na infantaria assim como na cavalaria. Entre os recém-chegados, constavam cinqüenta filhos de "amigos do rei" destinados a servir de guardas pessoais de Alexandre. Eram os famosos "pajens", dos quais se tratará adiante. A tomada de Persépolis e a pilhagem da capital do império foram a "recompensa" oferecida pelo rei aos macedônios.

Porém, a partir desse momento, as coisas começariam a mudar nas relações entre o rei e seu exército. Um exército cujos aliados gregos haviam desaparecido — Alexandre os dispensara em Ecbatana antes mesmo da morte de Dario. Pouco depois, a morte do Grande Rei fazia de Alexandre o sucessor dos Aquemênidas. Foi sob esse título que ele empreenderia a luta contra o usurpador Besso e manteria em seus cargos os sátrapas iranianos que haviam aderido. Ora, era preciso convencer os macedônios do exército que a nova campanha que começava era deles também. Diodoro (XVII, 74, 73) evoca a reunião dos soldados macedônios em assembléia, designando-a com o termo *ecclesia*, que nas cidades gregas qualificava a assembléia dos cidadãos. Alexandre teria, nessa ocasião, pronunciado um discurso cuja substância Plutarco resume assim:

> Agora, os bárbaros, quando estamos diante deles, nos temem, mas, se partirmos depois de nos termos limitado a lançar a confusão na Ásia, eles logo nos atacarão como se fôssemos mulheres (*Alex.*, 47, 1).

Plutarco acrescenta que Alexandre deixou partir aqueles que assim o desejavam. Era, portanto, uma primeira afronta à unidade de pontos de vista que existia entre o rei e os seus soldados, uma primeira manifestação de descontentamento dos macedônios.

A RUPTURA ENTRE O REI E OS MACEDÔNIOS

Teria ainda o descontentamento se agravado pelo fato de o rei e pessoas próximas a ele terem adotado o que Diodoro (XVII, 77, 4) chama "o luxo persa e a magnificência dos reis asiáticos"? É o que afirmam nossas fontes, mesmo que Plutarco tenha o cuidado de dizer que, para não se alienar dos macedônios, Alexandre não mudou brusca e integralmente o seu gênero de vida e "permaneceu o máximo possível ligado às práticas anteriores por medo de chocar os macedônios".

Deve-se situar nesse contexto a primeira ruptura grave, o caso de Filotas, um dos filhos de Parmênio, o velho companheiro de Filipe, aquele a quem Alexandre, durante a campanha da Ásia, confiara o comando de parte do exército. Teria ele iniciado uma conspiração contra o rei, ou, informado dela, absteve-se de denunciá-la? Nossas fontes divergem sobre esse ponto, mesmo concordando em fazer recair sobre um certo Dimnos a acusação principal. Porém, o que importa aqui é a maneira como o caso foi resolvido. No relato de Plutarco, Filotas, submetido à tortura, foi logo executado. No relato de Diodoro, ao contrário, a sentença que o condenou proveio dos macedônios e o rei se absteve de participar da decisão. Quinto Cúrcio evoca a esse respeito a lei macedônia que de fato remetia a sentença à assembléia dos macedônios, aqui, com certeza, a assembléia do exército. Diodoro ressalta, além disso, os discursos que teriam sido pronunciados antes de a decisão ser tomada. Por conseguinte, com essa versão do "processo" de Filotas, submetido a uma assembléia detentora do poder de pronunciar julgamentos, estamos muito distantes do comportamento de um soberano absoluto.

Diante dos macedônios, Alexandre se obrigava a respeitar a lei. Não foi uma assembléia de soldados, no entanto, que decidiu o destino de Parmênio, mas assassinos expedidos pelo rei, que o fizeram perecer por ser cúmplice de seu filho. Supôs-se, algumas vezes, para justificar esse procedimento expeditivo, que a lei macedônia autorizava a execução dos parentes daquele que fora reconhecido culpado, e que, desse modo, a morte de Parmênio não seria um ato arbitrário. Mas isso daria mostras de um juridismo excessivo. Aliás, Diodoro e Quinto Cúrcio relatam que, para evitar que os descontentes corrompessem o conjunto

dos macedônios do exército, Alexandre os teria reunido numa única unidade. A esse respeito, Diodoro faz alusão às cartas que esses descontentes teriam enviado à Macedônia para denunciar o assassinato de Parmênio. Esse fato mostra a complexidade das relações que unia o rei e os macedônios de seu exército.

O caso de Filotas é o primeiro de uma série de conflitos que traduzem o aprofundamento da ruptura entre o rei e os macedônios. Dois anos depois da execução de Parmênio e de seu filho, ocorreu o assassinato de Clito. Tratava-se, também aí, de um nobre macedônio, um próximo do rei, que lhe confiara a satrapia da Bactriana-Sogdiana. Foi na capital dessa satrapia, Maracanda, durante um banquete e em estado de embriaguez, que Alexandre teria transpassado com sua lança o corpo de Clito. Encontramo-nos aqui em um contexto muito diferente do "processo" de Filotas. Mas é possível duvidar que tenha se tratado de uma simples querela de bêbados, pois durante a troca de palavras violentas entre Alexandre e Clito, este teria citado os versos da *Andrômaca*, de Eurípides, denunciando os chefes militares que tomavam para si toda a glória, enquanto o mérito da vitória, na realidade, cabia aos simples soldados. Pode ser que essa história tenha sido inventada posteriormente. É difícil imaginar que os soldados macedônios pudessem contestar o valor militar de seu rei. A história também revela um clima de desconfiança com relação a ele. O que os macedônios recriminavam em Alexandre era o fato de ele se comportar adotando os hábitos dos bárbaros, agindo como déspota diante de homens livres que eles, os macedônios, eram.

Foram esses mesmos soldados macedônios que rejeitaram a cerimônia da *proskynese*, exigida por Alexandre como se eles fossem súditos orientais. Esse cerimonial consistia em inclinar-se diante do soberano, colocando a mão direita na altura da boca. Foram eles, da mesma forma, que, tendo chegado às margens do Hífaso, recusaram-se a seguir adiante, e obrigaram Alexandre a recuar.

Porém, a crise mais grave ocorreu em Susa, em 324, quando o rei acabava de organizar a administração do vasto império do qual se tornara senhor. Já evocamos e teremos oportunidade de voltar a mencionar as famosas "bodas de Susa", em que os companheiros do rei e o próprio rei se uniram a princesas iranianas. Mas não me parece que

foram esses casamentos que provocaram a sedição de uma parte dos veteranos. É mais provável que tenha sido a chegada dos jovens iranianos, a quem Alexandre mandara dar treinamento militar, pensando em fazer deles falangistas. Diodoro relata: "Todos estavam ricamente equipados da cabeça aos pés, ao modo macedônio" (XVII, 108, 2). Esses "epígonos" eram destinados a substituir os veteranos macedônios que Alexandre estava prestes a dispensar. Em número de 10.000, estes receberiam o prêmio de um talento, e o rei ainda se comprometia a pagar as dívidas que eles tivessem contraído durante a campanha. Apesar da generosidade do rei, se levarmos em conta as nossas fontes, os macedônios recusaram-se a obedecer. Diodoro esclarece que eles "praguejavam por ocasião das assembléias". Uma vez mais encontramos o termo *ecclesia*, que, empregado por um grego, tem conotação política comprovada. Diodoro, e a fonte em que se inspira, citou esse motim em Susa, ao passo que outras fontes evocam um motim análogo em Opis. Teriam ocorrido diversos motins dessa natureza por ocasião da incorporação dos jovens iranianos? Não é impossível. Nossas fontes diferem no que diz respeito à reação de Alexandre. Para Arriano, o rei teria conseguido apaziguar os rebeldes. Segundo Diodoro, ele teria, ao contrário, reagido de modo violento e mandado executar os principais responsáveis. Os demais se submeteram e tomaram o caminho da Europa.

A lembrança desses diferentes conflitos mostra que a ruptura entre o rei e uma parte dos macedônios de seu exército era de fato real às vésperas de sua morte. Mas é possível também perceber como é difícil avaliar o peso que as assembléias do exército haviam conservado, assim como o comportamento de Alexandre em face dessa limitação, real ou teórica, de sua autoridade. Mormente porque, no caso, nossas fontes, tributárias de testemunhos provenientes de meios helenizados, sendo elas próprias em sua maioria gregas, continuavam marcadas pela tradicional oposição entre liberdade grega e despotismo bárbaro.

Isso nos faz voltar agora a uma outra "figura" de Alexandre, a do *hegemon* dos gregos reunidos no seio da Liga de Corinto.

2

O *HEGEMON* DOS GREGOS

Quando Alexandre desembarcou na Ásia, no começo da primavera de 334, foi para conduzir a campanha a título de *hegemon* dos gregos aliados no seio da Liga de Corinto. Seu objetivo primeiro era "libertar" da dominação persa os gregos da Ásia. Essa era a última formulação de um tema já antigo, pois, para obter a libertação, os atenienses haviam constituído a Liga de Delos após o término das Guerras Médicas. Depois da derrocada da Liga, ao final da Guerra do Peloponeso, Esparta, vitoriosa, tinha dado continuidade à política conduzida por Lisandro, comandante da frota, retomada em seguida pelo rei Agesilau. Mas as condições eram diferentes, dado que a vitória espartana se devia ao ouro do Grande Rei, que, aliás, havia reconhecido, em 386, a autonomia das cidades gregas da Ásia. No entanto, alguns anos mais tarde, os atenienses conseguiram de novo reuni-las no seio da Segunda Confederação Marítima. A própria Tebas, com o general Epaminondas, tentara intervir na Ásia. Ao fim, o levante dos aliados de Atenas, apoiados pelo Grande Rei e pelo sátrapa de Caria, Mausolo, havia mais uma vez feito as cidades recobrarem a influência mais ou menos decisiva do soberano persa e de seus sátrapas. Quando Dario III subiu ao trono, em 336, a maioria delas pagava um tributo ao Grande Rei e fornecia navios e homens à sua frota. Eram, muitas vezes, governadas por oligarquias à frente das quais se achavam homens fiéis à aliança persa.

A LIBERTAÇÃO DAS CIDADES GREGAS DA ÁSIA

O embate se anunciava, portanto, difícil. Parmênio, enviado como batedor, havia sofrido sérios reveses ante o rodense Mêmnon, a quem o Grande Rei confiara a defesa das costas ocidentais de seu império. Com efeito, só após a vitória de Granico é que Alexandre obteve a submissão das cidades jônicas. Precisou ainda cercar Mileto e pôr em ação máquinas aperfeiçoadas para dar cabo da resistência da guarnição. "Os milésios", relata Diodoro, "lançaram-se logo aos pés dos reis, com os ramos dos suplicantes, entregando-lhes sua pessoa e sua cidade" (XVII, 22, 2). Também Halicarnasso, tendo se tornado desde o "reino" de Mausolo uma cidade poderosa, dotada de um porto bem fortificado, somente foi "libertada" depois de um cerco que acarretou sua destruição parcial. Nos demais casos, a resistência foi mínima.

Em toda parte, Alexandre se apresentava como defensor da liberdade e impunha, de certa forma, regimes democráticos. Os notáveis, acusados de "medismo", eram perseguidos. Foi o caso em Éfeso, em particular, onde foi restabelecida uma democracia dominada pelos partidários da Macedônia. Por serem as cidades gregas da Ásia pontos estratégicos importantes, não se pode cogitar que Alexandre lhes tivesse concedido uma autonomia total. É provável que guarnições macedônias tivessem sido estabelecidas para cuidar da segurança e proibir qualquer agitação que pudesse vir a favorecer pessoas ao serviço do Grande Rei.

Por outro lado, havia também o problema do tributo. Em Éfeso, Alexandre o destinou ao grande templo dedicado a Ártemis. Em outros lugares, para captar a boa vontade das populações, repassou-lhes a administração dos tributos. Sobre tudo isso, não temos informações exatas. Cumpre, portanto, considerar com atenção as referências tardias à generosidade de Alexandre datadas da época selêucida. Estamos um pouco mais bem informados sobre a cidade de Priena graças a uma inscrição fragmentária em que constam, em especial, detalhes sobre a parte do território atribuída à cidade e sobre a que recaía diretamente o controle do rei. A cidade e seus habitantes ficavam isentos do tributo, ao passo que o território conquistado estava obrigado ao seu pagamento. Um outro exemplo revelador do comportamento de Alexandre nos

é fornecido pela cidade de Aspendos, na costa da Panfília. A cidade se rendeu a ele em troca da promessa de não receber uma guarnição macedônia. Alexandre aceitou, mas, em contrapartida, exigiu uma contribuição de cinqüenta talentos para a manutenção de seus soldados e de seus cavalos (Arriano, I, 26,3). Os habitantes de Aspendos recusaram de início, mas acabaram aceitando. As exigências se tornaram, então, mais pesadas: um tributo anual de cem talentos e a entrega de reféns como garantia de obediência. Além disso, a cidade deveria passar para o controle do governador macedônio da satrapia. Um destino análogo foi infligido a Solos, na Cilícia. Mais tarde, após a batalha de Isso e o confisco de uma parte do tesouro de Dario, Alexandre repassou para a cidade o tributo e devolveu os reféns.

Houve, portanto, uma extrema variedade no estatuto das cidades gregas "libertadas" da tutela persa. A presença das guarnições, a cobrança de um tributo, o controle das instituições poderiam tomar formas diferentes ao sabor das circunstâncias. Mas é quase certo que Alexandre não celebrou alianças com essas cidades, e por essa razão elas não foram integradas à Liga de Corinto.

Nas *Vidas paralelas*, Plutarco, após narrar a batalha de Gaugamela, conclui:

> Terminada assim essa batalha, o império dos persas pareceu completamente destruído. Alexandre, proclamado rei da Ásia, ofereceu aos deuses sacrifícios magníficos e presenteou seus amigos com riquezas, domínios e altos cargos. Depois, querendo valorizar-se perante os gregos, escreveu-lhes anunciando que todas as tiranias estavam abolidas e que eles poderiam governar-se de acordo com suas próprias leis (*Alex.*, 34, 1-2).

É o mesmo Plutarco, no entanto, que na *Vida de Fócio* conta que Alexandre teria oferecido ao estratego ateniense, a quem considerava um de seus amigos, quatro cidades na Ásia. Pode-se avaliar por aí os limites dessa "libertação" dos gregos da Ásia.

A conquista da Ásia Menor, concluída depois da batalha de Isso, significava que o objetivo traçado pela aliança celebrada entre Filipe e os gregos, e renovada por Alexandre, havia sido alcançado. Porém, só dois anos mais tarde, após ter se tornado senhor da costa sírio-

palestina, do Egito e da Mesopotâmia, Alexandre, em Ecbatana, desmobilizaria os contingentes gregos de seu exército. Se demorou tanto a fazê-lo, foi porque desde 333 a agitação ganhara a Grécia continental e as ilhas, sob o impulso do rei espartano Ágis. Foi, então, só quando se convenceu de que, com a derrota e a morte de Ágis em Megalópolis, Antípatro tornava-se senhor da situação, que Alexandre abriu mão dos gregos de seu exército, inclusive da cavalaria tessália, cujo papel fora, no entanto, essencial nas três grandes batalhas que permitiram a conquista. Embora alguns deles tenham permanecido a seu serviço, não representavam mais sua cidade e haviam se tornado mercenários.

A FUNDAÇÃO DE NOVAS CIDADES

São, em grande parte, esses mercenários gregos que seriam instalados nas cidades fundadas pelo conquistador até no coração da Ásia Central. É necessário, contudo, destacar a primeira dessas fundações, Alexandria. Qual era o objetivo de Alexandre ao estabelecer uma cidade nesse Egito cuja conquista fora tão rápida, após ter entrado em Gaza, onde ele foi confirmado em suas ambições depois da consulta ao oráculo de Amon? Uma vez mais, deparamos com o problema das fontes, e, nesse caso preciso, do futuro da cidade. Pois Alexandria será, sob os Lágidas, a maior cidade do mundo helênico e o centro cultural e artístico mais importante do mundo mediterrâneo oriental. É, evidentemente, aos dois primeiros Lágidas, Ptolomeu I Sôter e Ptolomeu II Filadelfo, seu filho, que se devia essa superioridade. Teria Alexandre intuído isso? Imaginava ele que pudesse aparecer aos seus contemporâneos como um desses heróis fundadores que existiram num passado mais ou menos longínquo, mais ou menos mítico? Ou ele só tinha em vista a criação de um porto para sua frota no momento em que se determinava a penetrar no coração da Ásia? É quase impossível responder a essas perguntas, mesmo que a última hipótese seja a mais verossímil.

Nossas fontes diferem sobre o momento em que se deu essa fundação. Plutarco (*Alex.*, 26, 6) e Arriano (III, 2, 1) a supõem anterior à expedição para Siva (oásis de Amon). Diodoro (XVII, 52, 1) e Quinto

Cúrcio (IV, 8, 1 sg.) só fazem alusão a ela nos seus relatos após terem narrado o episódio do oráculo. Segundo Diodoro, o próprio Alexandre teria desenhado o mapa da cidade, ordenado a construção de um palácio e lançado as fundações do contorno. Pode-se, com razão, duvidar disso. Decerto, Alexandre estava cercado de engenheiros e arquitetos que haviam dado mostras de suas qualidades por ocasião do cerco de Mileto, Halicarnasso ou Tiro. Tudo leva a crer que Alexandre lhes teria dado instruções. Todavia, é preciso não esquecer que sua permanência no Egito foi breve, ele estava preocupado em vencer Dario e a urgência dos futuros combates torna pouco crível tanta atenção à fisionomia da futura cidade.

Cabe ainda outra pergunta: a quem essa cidade era destinada? Na certa, tratava-se de uma *polis*, de uma cidade, e é sabido que, mesmo à época lágida, ela ficará "à parte" do Egito. Teria sido, no início, povoada por mercenários gregos, ou colonos que teriam recebido lotes de terra, ou gregos já instalados no Egito, por exemplo, em Náucratis? Insiste-se, em geral, no caráter político e não militar da fundação de Alexandria, ao contrário das fundações de outras cidades que balizaram a conquista. Desde o começo, teria sido preservado um lugar para uma ágora e para santuários consagrados a divindades do panteão helênico, sob a direção do arquiteto Deinocrato de Rodes. Teria o próprio Alexandre fixado as instituições da futura cidade? Sabe-se que no século III, além de uma importante população grega, a cidade tinha judeus e egípcios entre os seus habitantes. Mas estes, isolados nos seus bairros respectivos, não eram cidadãos de Alexandria. Só muito mais tarde, quando o Egito se tornará província romana, o filósofo judeu Fílon poderá se dizer alexandrino.

Alexandria representa, portanto, um caso especial dentre as inúmeras fundações às quais o nome do conquistador seria associado, que começaram na campanha em direção às satrapias orientais. Desse modo, depois do esmagamento da revolta do sátrapa de Ária Satibarzanes, foram fundadas Alexandria de Ária (Herat) e Alexandria de Aracósia (Kandahar). Depois veio Alexandria do Cáucaso, a respeito da qual nossas fontes são mais explícitas. Alexandre teria estabelecido ali 3.000 colonos, veteranos macedônios ou voluntários recrutados entre os mercenários gregos, aos quais teria associado 7.000 indígenas.

Esse modelo seria retomado em seguida: uma guarnição militar e uma população indígena para cultivar o território da cidade. Na realidade, a maior parte das fundações citadas por nossas fontes situam-se em pontos estratégicos, e é possível, com razão, adotar essa interpretação da política de Alexandre, de preferência a imaginar uma preocupação em helenizar as populações iranianas. Foi o caso de Alexandria Eschate, Alexandria de Oxus e muitas outras. Às vezes, essas cidades eram fundadas a partir de uma base indígena preexistente, outras vezes, ao contrário, num lugar desabitado. É difícil avaliar o seu número. Encontramo-las tanto na Bactriana e na Sogdiana como na Índia, onde Alexandre as criou, nas margens opostas do Hidaspe, Nicéia e Bucéfala, e até no delta do Indus, sem contar as inúmeras cidades fundadas no trajeto de volta.

Quantos greco-macedônios instalaram-se, assim, no coração da Ásia? Responder a essa pergunta é impossível. Alguns desses estabelecimentos não tiveram sucesso, outros, ao contrário, desenvolveram-se. Os elos com o mundo mediterrâneo tiveram de se afrouxar, evidentemente. Mas o caráter grego dessas Alexandrias subsistiu, como revelaram, por exemplo, as escavações feitas por arqueológos franceses em Ai Khanum.

Mas, voltaremos a isso, tratava-se do efeito das circunstâncias mais do que de uma intenção declarada de helenização do mundo bárbaro; tampouco havia a preocupação de realizar o projeto de Isócrates, de uma colonização da Ásia destinada a resolver os problemas sociais do mundo grego.

Significaria isso que, como o sucessor dos Aquemênidas, Alexandre teria deixado de considerar-se não apenas como o *hegemon* dos gregos, porém, mais ainda, como um herói da epopéia? Não temos meios seguros de saber, e isso transparece nas relações com o seu entorno grego.

O ENTORNO GREGO DE ALEXANDRE

Já evocamos a presença, em seu exército, de soldados gregos que, originalmente, faziam parte dos contingentes fornecidos pelos Estados

aliados da Liga de Corinto ou eram mercenários recrutados em um mundo egeu em que pululavam militares de ofício. Cumpre, além disso, não desprezar no entorno imediato de Alexandre, distinto dos companheiros oriundos da aristocracia macedônia, um número de gregos dos quais os mais famosos foram o historiador Calistenes e Nearco, que aproveitou sua experiência à frente da frota para um périplo no Oceano Índico, mas entre os quais é possível citar ainda Aristóbulo, que também participou da campanha, sobre a qual deixou um relato que foi utilizado tanto por Arriano quanto por Plutarco, assim como o camarista Charles de Mitilena, o filósofo Anaxarco de Abdera ou o chanceler Eumênio de Cardia.

Calistenes de Olinto era aparentado de Aristóteles. Tratava-se de um historiador que, antes de participar da campanha da Ásia, redigira as *Helênicas*, recobrindo um período entre a Paz do Rei (386) e o começo da terceira Guerra Sagrada (356). Como historiador oficial, gozava de uma posição privilegiada junto ao rei, e os poucos fragmentos que permaneceram de sua obra permitem supor que a versão dos acontecimentos dada por ele era, de algum modo, "autorizada". Porém, a afirmação do caráter absoluto do poder de Alexandre provocaria a ruptura que acarretou sua morte.

Na *Vida de Alexandre*, de Plutarco, é que encontramos o relato mais detalhado do caso. Uma primeira história conta o modo como Calistenes atraiu a hostilidade dos macedônios. Durante um banquete, Alexandre teria lhe pedido que fizesse um elogio a esse povo. Calistenes saiu-se tão brilhantemente que o rei teria, então, pedido que ele desse mostras de seu talento como orador fazendo um discurso inverso, isto é, depreciando-o. Era um exercício de escola, como se pode perceber, e Calistenes, conhecedor das regras da retórica, mostrou-se da mesma forma brilhante, imputando a vitória de Filipe sobre os gregos, não a seus méritos, mas à discórdia entre eles. Calistenes era originário de Olinto e, sempre segundo Plutarco, teria seguido Alexandre na esperança de que o rei restauraria sua cidade, destruída em 347 por Filipe. Pode-se então admitir com razão que a lembrança desses acontecimentos do passado fornecia-lhe argumentos para essa fala, digna de um sofista, que consistia em defender, um após o outro, dois pontos de vista opostos (*Alex.*, 53, 3-6).

Se pudermos conceder algum crédito a essa história, é contudo mais plausível pensar que a ruptura veio do comportamento de

Alexandre. Plutarco, que utiliza em toda essa passagem um filósofo peripatético do século III, Hermipo de Esmirna, conta que Calistenes, "ao recusar energicamente a prosternação (*proskynese*) em nome da filosofia", atraiu o descontentamento do rei e de alguns de seus companheiros, que lançaram o boato de que "o sofista iria por toda parte gabar-se com orgulho de ter destruído a tirania, e os jovens acorreriam a ele em multidão e o honrariam como o único homem livre entre tantas dezenas de milhares" (*Alex.*, 55, 2).

Essas acusações seriam reforçadas quando eclodiu a famosa "Conspiração dos Pajens", os jovens a serviço do rei que, para vingar-se da punição infligida a um deles, decidiram atentar contra a vida de Alexandre. Calistenes teria sido cúmplice e conselheiro de Hermolau, o chefe da conspiração. No entanto, como ainda relata Plutarco, os conjurados submetidos à tortura não denunciaram Calistenes. Alexandre teria, então, tomado sozinho a decisão de livrar-se desse grego embaraçoso. Plutarco, todavia, fornece versões contraditórias sobre o seu fim:

> Alguns dizem que foi enforcado por ordem de Alexandre, outros, que foi acorrentado e morreu doente. Chares [grego de Mitilena, camarista de Alexandre a partir de 333], por seu lado, relata que, depois de sua detenção, ficou sete meses algemado para ser julgado no Conselho em presença de Aristóteles. Mas teria morrido de excessiva obesidade e de mal pedicular, no momento em que Alexandre foi ferido na Índia (*Alex.*, 55, 9).

Nessa última versão, pelo fato de se tratar de um grego, Alexandre teria considerado um processo diante do Conselho da Liga de Corinto.

Suas relações com os outros gregos de seu círculo parecem ter sido menos conflituosas. Nearco, em particular, gozava de toda a sua confiança, como atesta a missão de que fora encarregado no caminho da volta: a exploração da costa desde o delta do Indus até o Golfo Pérsico. O mesmo acontecia com Eumênio, encarregado de atualizar o relato da expedição, com Aristóbulo, cujo relato da campanha é, como vimos, uma das fontes de Plutarco e de Arriano, e com outros gregos, médicos, adivinhos, engenheiros, que acompanhavam a expedição.

Alexandre se dizia grego de origem e de cultura, e mesmo que não comandasse mais um exército composto por contingentes aliados, não deixava por isso de ser o *hegemon* dos gregos.

A MISSÃO DE NICANOR EM OLÍMPIA

É o que atesta a missão de que foi encarregado, em 324, Nicanor de Estagira, porém, com uma diferença: ele agia na qualidade de soberano absoluto, ditando sua lei a seus aliados gregos, sem levar em conta o Conselho da Liga de Corinto, pois fazia isso por ocasião das festas de Olímpia. Aos gregos reunidos pela circunstância ele revelou o teor de um édito por meio do qual ordenava às cidades aliadas que permitissem aos banidos voltarem e recuperarem seus bens.

Tratava-se, nesse caso, de uma intervenção na vida interna das cidades, contrária aos princípios da aliança celebrada após Queronéia, que preservavam a autonomia delas e proibiam, em especial, a volta dos exilados, assim como ficavam proibidos todos os atos capazes de suscitar perturbações no seio das cidades: confisco, divisão de terras, abolição das dívidas, libertação maciça de escravos. É ao menos o que consta de um discurso atribuído a Demóstenes, que teria sido pronunciado pouco depois da posse de Alexandre e da renovação da aliança (*Sobre o tratado com Alexandre*, 15-16).

Exílios e confiscos de bens foram manifestações do que ficou conhecido, de modo um pouco impróprio, como a "crise" do século IV — as lutas internas contrapondo democratas e oligarcas, e que muitas vezes refletiam os conflitos entre as cidades. O retorno dos exilados por ocasião da mudança de regime criava especialmente difíceis problemas de restituição de bens que tinham sido confiscados e muitas vezes vendidos. Ao formular tal exigência, Alexandre não poderia ignorar que corria o risco de desencadear numerosas desordens. Seria essa sua intenção, a fim de não precisar temer, caso empreendesse a conquista da península arábica, algum levante dos gregos? Ou era pura e simplesmente uma maneira de fazer saber que a partir de então ele era o mestre e que só restava aos gregos inclinarem-se? É provável também que os exilados que haviam se refugiado na Ásia e participado da

campanha tenham influenciado sua decisão, na certa tomada já desde o retorno a Susa, no começo da primavera de 324.

Em todo caso, as reações dos gregos foram em geral hostis. Os primeiros visados foram os atenienses que, desde 365, haviam instalado clerúquias (colonos-soldados) em Samos, nas terras confiscadas dos oligarcas banidos. Não faltava em Atenas pessoas prontas a lutar contra o poder macedônio. Contudo, parece que os atenienses teriam tentado antes negociar com o rei. A cronologia dos acontecimentos que se desenrolaram então em Atenas não é muito confiável. Pode-se pensar que a decisão de Alexandre de pedir a volta dos banidos já era conhecida antes da chegada de Nicanor a Olímpia, no outono de 324. Ora, algum tempo antes, no final da primavera ou no começo do verão, chegou a Atenas o tesoureiro de Alexandre, Harpalo, que, por razões desconhecidas, estava disposto a oferecer para a cidade homens e dinheiro, a fim de que resistisse às ordens de Alexandre. Curiosamente, de início ele foi repelido, e Demóstenes foi um dos que se recusaram a acolhê-lo. Harpalo havia, alguns anos antes, doado uma carga de trigo aos cidadãos de Atenas e fora honrado com a cidadania ateniense. Ele teve também uma amante local, a cortesã Pitionicia, com quem viveu em Atenas em outra ocasião. De todo modo, tendo deixado parte de seus soldados e de seu dinheiro no cabo Tênaro, voltou para Atenas com setecentos talentos e três navios. Dessa vez, Harpalo foi preso e seu dinheiro depositado na Acrópole. Mas, quando o macedônio conseguiu fugir, na certa graças a cumplicidades, não se achou mais do que a metade da soma depositada na Acrópole.

Foi o começo de um inquérito que terminaria com a condenação de Demóstenes e de alguns outros oradores, acusados de desviar parte dos fundos. Mas, antes de a condenação ser pronunciada, Demóstenes fora designado para representar a cidade nas festas de Olímpia. E lá teria negociado com Nicanor a fim de protelar a decisão a respeito dos banidos de Samos, preferindo, em compensação, ceder à segunda exigência de Alexandre, o pedido para que lhe rendessem honras divinas. O orador antimacedônio Hipérides acusa Demóstenes com todas as letras, no discurso que pronunciou durante o processo e cujos fragmentos nos chegaram, de ter cedido a essa exigência de Alexandre. De fato, trata-se de um decreto do orador Dêmades que instituiu esse culto em Atenas.

Dois decretos estudados recentemente atestam que, além de se esforçarem para limitar pela via diplomática os efeitos da exigência de Alexandre relativa ao retorno dos banidos de Samos, os atenienses preparavam de fato uma intervenção militar. Tendo alguns banidos conseguido voltar para a ilha, a assembléia decretou de imediato que fosse dada a ordem ao estratego ateniense de Samos para detê-los e levá-los a Atenas, onde foram presos e condenados à morte. A sentença, porém, não foi executada graças à intervenção de um certo Antileón de Chalces, que resgatou-lhes a liberdade. Conhecemos esse acontecimento por causa do decreto por meio do qual os habitantes de Samos honraram esse Antileón quando, após o final da Guerra Lamíaca, que em 323-322 opôs de um lado a Macedônia e, de outro, as cidades gregas, a ilha foi tomada dos atenienses. Ele atesta que, antes mesmo da morte de Alexandre, a maioria do *demos* (conjunto dos cidadãos) ateniense estava pronta para seguir os oradores do "partido" antimacedônio e iniciar as hostilidades.

Outros gregos reagiram também ao decreto sobre os banidos, entre eles os etólios, que se aliariam aos atenienses no começo da Guerra Lamíaca, bem como os aqueus e os árcades.

A morte prematura de Alexandre daria, com efeito, a esses descontentamentos latentes, que podiam muito bem ter suscitado arranjos locais, uma dimensão bem diferente. A vacância do poder tanto na Macedônia quanto na Ásia permitia aos gregos acreditar que havia novamente chegado o tempo da recuperação da independência.

3

O SUCESSOR DOS AQUEMÊNIDAS

> Imaginando que dali em diante o sucesso de suas conquistas estava garantido e que a posse do império não lhe seria mais disputada, Alexandre passou a adotar de modo apaixonado o luxo e a magnificência dos reis asiáticos [...] Usava o diadema persa, a túnica listrada de branco, o cinturão e os demais paramentos do vestuário persa, com exceção das calças largas e da capa com mangas. Distribuiu também entre os companheiros vestidos bordados de púrpura e cobriu os cavalos com adornos persas. Como Dario, ele também levava a toda parte suas concubinas, cujo número não era inferior ao dos dias do ano. Elas eram, naturalmente, de uma notável beleza, pois tinham sido escolhidas entre todas as mulheres da Ásia. À noite, circulavam em torno do quarto do rei para que ele próprio escolhesse uma delas. Alexandre, no entanto, seguiu poucas vezes esse ritual e permanecia tanto quanto possível ligado às práticas anteriores, por medo de antagonizar os macedônios (Diodoro, XVII, 77, 4-7).

O texto de Diodoro anuncia a grande reviravolta no comportamento de Alexandre depois da morte de Dario e da execução do usurpador Besso. Desde então, era ele o sucessor dos Aquemênidas. E a primeira manifestação desse novo estatuto consistia em "vestir o traje dos bárbaros", como diz Plutarco.

A ADOÇÃO PARCIAL DA VESTIMENTA IRANIANA

Aos olhos dos gregos, o traje era de fato um dos traços essenciais que os distinguiam dos bárbaros. Como demonstram as representações figurativas, inclusive as da Guerra de Tróia, a calça era um dos sinais mais visíveis dessa diferença. É significativo, além disso, que Alexandre, ao adotar as insígnias da realeza aquemênida, tenha se insurgido contra o uso do cafetã e da capa com mangas. Plutarco esclarece que Alexandre também se recusou a usar a tiara, uma espécie de cabeleira dentada, que se encontra representada nos documentos dos Aquemênidas, contentando-se em cingir o diadema, uma fita lisa amarrada atrás da cabeça, que iria se tornar característica da função real no mundo helenístico.

Xenofonte, na *Ciropédia*, fornece uma descrição do traje real persa que permite compreender a importância da adoção por Alexandre de certas partes dessa vestimenta:

> O próprio Ciro [o Grande] apareceu do lado de fora, em um coche, com uma tiara na cabeça, vestindo uma túnica de púrpura, com uma listra branca no meio — listra que só ele tem direito de usar. Cobriam-lhe as pernas uma calça vermelha escarlate e uma capa com mangas toda de púrpura. Trazia ainda um diadema em volta da tiara, marca de distinção usada também pelos parentes do rei ainda hoje [...] (VIII, 3, 13).

Alexandre recusou a tiara, a calça e a capa e adotou o diadema e a túnica púrpura listrada, signo distintivo da realeza. Mas também teria autorizado seus companheiros a usar essa túnica, ao passo que só ele cingia o diadema. Plutarco acrescenta que Alexandre adotou "uma mistura equilibrada dos trajes dos persas e dos medas, menos luxuoso do que o desses últimos e mais majestoso do que o dos primeiros" (*Alex.*, 45, 2). Sem dúvida, é impossível saber se Alexandre fez voluntariamente essa escolha. Não é inverossímil, no entanto, supor que, para justificar a seus companheiros essa grave distorção da simplicidade macedônia, Alexandre tenha feito valer a herança persa tal como descrita no romance pedagógico de Xenofonte, que ele certamente conhecia. Aparecer como sucessor do grande Ciro, e não como o do

fraco Dario, era muito mais prestigioso. Plutarco ainda acrescenta que no início Alexandre só aparecia vestido assim diante dos bárbaros ou de seus companheiros, antes de ousar se mostrar para o exército.

AS MULHERES

É notável a preocupação de Diodoro em relativizar a importância do harém herdado por Alexandre do Grande Rei. Tratava-se de outro costume ultrajante para os gregos, ou ao menos lhes parecia característico dos bárbaros. Os gregos, e os macedônios helenizados, só tinham uma única esposa legítima, quando muito uma concubina, mas jamais um harém. A esse respeito, é mister recorrer ao relato de Heródoto sobre a missão enviada por Dario I ao rei macedônio Amintas I às vésperas das Guerras Médicas para reclamar "a terra e a água" (V, 18-20). O rei recebera suntuosamente os enviados de Dario. Porém, quando os persas solicitaram mulheres, Alexandre, o filho de Amintas, não podendo suportar entregar as esposas, as mães e as irmãs dos macedônios aos bárbaros, mandou entrar na sala do banquete jovens imberbes, travestidos de mulher e armados com punhais, que massacraram os persas quando estes tentaram aproximar-se deles. Não importa se a história é ou não verdadeira; ela indica, em todo caso, um certo estado de espírito difícil de Alexandre contornar.

O episódio também esclarece os relatos do seu casamento com Roxana, filha do nobre iraniano Oxiartes, que após aderir a Alexandre tornou-se governador da Bactriana. A respeito desse casamento, Plutarco faz uma observação reveladora do sentido dado por Alexandre à união:

> No que diz respeito a Roxana, agiu por amor, pois a achou bela e na flor da idade, vendo-a num grupo de dança após uma festa; mas seu casamento não deixou de lhe parecer apropriado a seus desígnios, pois os bárbaros, cuja confiança havia sido ganha pela união de um deles com o rei, devotaram a ele uma afeição extremada sobretudo porque nessa oportunidade [Alexandre] demonstrou a maior deferência, mesmo diante da mulher a quem submeteria seu império, e que não quis tocar antes de desposar legalmente (*Alex.*, 47, 7 e 8).

Aqui também não há interesse em saber se o rei respeitou ou não a virgindade de sua jovem esposa; o importante é ele ter feito questão de divulgar isso, pois Plutarco não inventou a história. E, além disso, o fato de ter conferido um caráter legal a essa união justifica a possibilidade de mais tarde o filho de Roxana ser aceito como herdeiro legítimo de Alexandre por seus soldados.

A ADMINISTRAÇÃO DO IMPÉRIO

Não há como duvidar que esse casamento tenha servido aos mais diversos e amplos propósitos, pois Alexandre não ia vestir apenas parcialmente os trajes do Grande Rei. Rei dos persas e dos medas, assim como dos macedônios, ele vai daí em diante associar os iranianos à administração e à defesa do império. Agiria assim por convicção, rejeitando a tradicional oposição entre gregos e bárbaros, bastante enraizada na mentalidade grega? Como a pergunta suscitou muitas controvérsias, voltaremos mais adiante ao assunto. O certo é que ao se comportar desse modo com relação aos iranianos, Alexandre não respeitava nem os princípios de seu mestre Aristóteles, que via nos bárbaros escravos "por natureza", nem os conselhos dados a seu pai, Filipe, pelo retórico Isócrates, sugerindo-lhe fazer dos bárbaros "hilotas dos gregos". Mas, conforme assinalaram alguns historiadores, a Macedônia estivera por um breve período submetida à dominação dos persas, e por isso um macedônio não desenvolvia essa reação típica dos vencedores de Maratona e Salamina, ainda mais sendo cidadãos de uma democracia, como eram os atenienses. E Aristóteles, nesse particular, embora não fosse ateniense, pensava como um deles.

Mas, sobretudo, de modo mais prosaico, tratava-se para Alexandre de enfrentar um problema concreto: certificar-se da fidelidade dos povos conquistados mantendo em seus postos aqueles que os governavam; e, além disso, diante da reserva crescente dos macedônios, obter tropas novas, bem treinadas, recrutando entre os iranianos.

Desde o início da conquista, Alexandre mantivera o sistema das satrapias, mas designara macedônios para governar essas circunscrições do antigo império persa, e por razões estratégicas e financeiras,

procedera a alguns reagrupamentos. Assim, reuniu as antigas satrapias da Lícia e da Panfília, logo depois incorporadas à Frígia para formar um vasto ajuntamento confiado a Antígono, o Zarolho, fiel a Alexandre. Os chefes militares designados para seu governo dispunham de poderes excepcionais, mesmo se enclaves independentes eram mantidos: assim, por exemplo, nas cidades gregas da Ásia Menor, teoricamente autônomas, como vimos, ou em cidades fenícias, onde o direito de cunhar moedas era mantido, conservava-se a vigilância das guarnições macedônias.

Após a batalha de Gaugamela, Alexandre entregou o governo das províncias recém-conquistadas a sátrapas iranianos. Era preferível, nas províncias orientais, que os governos fossem capazes de compreender as línguas locais. Além do mais, podia ser útil estar em boas graças com os notáveis iranianos, a partir do momento em que Alexandre se apresentava como sucessor do Grande Rei. Contudo, ele teve o cuidado de designar oficiais macedônios para ficar junto aos sátrapas, no comando de guarnições destinadas a zelar pela fidelidade das populações e dos governantes. Assim, tanto em Babilônia como em Susa, o sátrapa iraniano se encontrava associado a um oficial macedônio, guardião da cidadela.

Conforme mencionado, foi também a partir desse momento que se fundaram as colônias militares, as Alexandrias situadas em pontos de passagem importantes e, em teoria, independentes, mas constituindo uma rede densa e capaz de opor-se contra qualquer tentativa de reunião por parte dos sátrapas ou dos senhores locais que, desde a travessia do Hindu Kuch, foram mantidos por Alexandre em seus domínios, bastando que lhe fossem submissos, tais como o rei de Taxila ou Poro, o soberano indiano.

No entanto, houve levantes e, em 325-324, voltando à Mesopotâmia, Alexandre se livrou de um certo número de sátrapas iranianos cuja fidelidade era duvidosa. Apenas conservaram suas funções seu sogro Oxiartes, na Bactriana, e Fratafernes, na Partia.

Uma das missões confiadas a esses sátrapas era a arrecadação do tributo das populações submetidas — tributo em dinheiro, ou mais comumente em bens nas províncias orientais. Magistrados locais ficavam encarregados dessa arrecadação. Mas, provavelmente a partir de 330,

a administração geral das finanças foi confiada ao macedônio Harpalo. Sabemos o que aconteceu quando ele fugiu para a Grécia com uma parte do tesouro real: foi substituído por um grego, Antimenas de Rodes. Alexandre também confiou a um grego, Cleômenes de Náucratis, a administração financeira do Egito, e talvez até o governo de uma província que permaneceu um tanto à parte na organização do império. O autor do livro II do *Econômico*, atribuído a Aristóteles, e que redigiu seu tratado durante o último quarto do século IV, qualifica Cleômenes como "sátrapa do Egito" e ressalta os diferentes meios pelos quais ele conseguiu recursos, especulando tanto com o preço do trigo quanto com o das terras circunvizinhas da cidade de Alexandria.

Apesar de certas afirmações de nossas fontes, não é claro que os iranianos tenham ocupado um lugar de primeiro plano na administração das províncias conquistadas, uma administração que não obedecia a um projeto preconcebido, mas se fazia conforme as circunstâncias.

Em compensação, parece que, quanto ao exército, as coisas foram diferentes. Desde as primeiras manifestações de reticência por parte dos macedônios, Alexandre cogitou compensar a diminuição de seus efetivos devido às perdas sofridas, além dos regressos previstos, chamando recrutas de origem iraniana. Também nesse caso, foi a partir do final de 330 que cavaleiros persas teriam aparecido e participado, embora formando unidades separadas, da campanha indiana. Sua integração à cavalaria macedônia dos "companheiros" seria responsável pela revolta que eclodiu em Susa em 324.

No tocante à infantaria, sabe-se que Alexandre, desde 327, decidiu recrutar 30.000 jovens iranianos, que foram treinados para combater da maneira macedônia. A chegada dessa falange iraniana em Susa, segundo Plutarco, foi a causa, mais ainda do que a integração dos iranianos à cavalaria, do forte descontentamento dos macedônios. Esses "epígonos", no entanto, formavam uma falange à parte, "constituída homogeneamente por uma única faixa etária e suscetível de servir de contrapeso à falange macedônia" (Diodoro, XVII, 108, 4). Porém, em seguida, pouco antes da morte do rei, quando este tinha alcançado Babilônia, persas foram incorporados à falange macedônia (Arriano, VII, 23, 1-4), enquanto — talvez já em Susa — guardas persas eram associados aos hipaspistas, membros da guarda real (Plutarco, *Alex.*, 71, 4).

Aqui, mais uma vez, não se tratava de obliterar a diferença entre greco-macedônios e orientais em nome de um ideal universalista, mas de compensar a falta de soldados, pois os contingentes que Cratero deveria trazer tardavam a chegar. Ao agir assim, Alexandre traía a lei (o *nomos*) macedônia. Doravante, o rei Alexandre não mais se preocuparia com a diferença de origem dos seus soldados. Ele era o "deus invencível", o filho de Zeus.

4

O FILHO DE ZEUS

De todas as imagens de Alexandre, certamente essa foi a que suscitou o maior número de comentários. Foi citada a visita a Siva (oásis de Amon) e a "resposta" do oráculo, para a qual Plutarco, apesar de considerar todos os relatos míticos que ilustram a lenda do conquistador, dava uma interpretação bastante racional: o sacerdote teria tropeçado na última letra da palavra filho (*paidion*) e colocado um *s* no lugar do *n*, o que fazia de Alexandre um "filho de Zeus".

É importante, contudo, compreender como tal ascendência divina poderia parecer natural aos olhos de gregos e macedônios. Se o limite entre homens e deuses decorria da imortalidade de que eram dotados os segundos, existiam fraturas na representação que os gregos faziam da divindade, dentre as quais a mais importante era a possibilidade de deuses ou deusas engendrarem mortais. Assim, os heróis da epopéia homérica podiam reivindicar uma genealogia divina, se não direta, ao menos na origem de sua linhagem. As grandes famílias aristocráticas de Atenas admitiam tais ascendentes, mesmo que na época de Alexandre a maior parte delas estava extinta. O mesmo ocorria com os reis de Esparta e também com os da Macedônia.

AS ORIGENS MÍTICAS DA FAMÍLIA REAL MACEDÔNIA

Os reis da Macedônia diziam-se descendentes de Héracles, um semideus nascido de uma mortal e de Zeus, que era um grande sedutor, em detrimento de sua esposa "legítima" Hera. Conhece-se a riqueza dos relatos míticos que fazem de Héracles um dos heróis mais complexos, vítima justamente da cólera de Hera e condenado a realizar os famosos "trabalhos", que deveriam levá-lo aos extremos do mundo conhecido. Sabe-se também que a tradição lhe atribui uma morte horrível. Ele foi envenenado depois de vestir o famoso manto entregue à sua esposa Dejanira pelo centauro Nesso, mas fora alçado à dignidade divina pela graça de seu pai Zeus. É preciso ter em mente essa imagem do herói mais célebre da mitologia grega, cujas vida, morte e apoteose inspiraram os grandes poetas trágicos atenienses do século V, para compreender certos aspectos da "divinização" de Alexandre.

Mas Alexandre tinha também entre os seus ancestrais, pelo lado materno desta vez, uma deusa, Tétis, decerto menos prestigiosa, mas que, de sua união com o mortal Peleu, tivera um filho, Aquiles, o herói épico por excelência, o "melhor dos aqueus" que combateram em Tróia. Ao contrário de Héracles, Aquiles não conhecera a apoteose. O poeta da *Odisséia* lhe imputa uma morte que desmente a ideologia da "bela morte" em combate, uma vez que confessa a Ulisses preferir ser um miserável vivo a um herói condenado aos tormentos do mundo subterrâneo. Seja o que for que pensemos dessa confissão que humaniza, na *Odisséia*, o implacável guerreiro da *Ilíada*, Aquiles, ancestral da família dos Eácidas que reinava no Épiro — família à qual pertencia também Olímpia, mãe de Alexandre —, ele era ainda assim de origem divina.

Por parte de pai e por parte de mãe, Alexandre, portanto, podia se acreditar o descendente distante, por Héracles, de Zeus, e, por Aquiles, da deusa Tétis. Mas Plutarco não se limita a ressaltar essa dupla ascendência no começo das *Vidas paralelas*. Ele acolhe, antes mesmo de entrar no relato propriamente dito, um conjunto de tradições e lendas em torno do nascimento do futuro conquistador. Na própria noite de núpcias de Filipe e Olímpia, um raio caiu no ventre da jovem rainha. Pouco depois, soube-se que ela estava grávida. Um outro relato conta

que Filipe viu, certo dia, uma serpente ao lado de Olímpia enquanto ela dormia. Plutarco, que se compraz em contar os detalhes mais espirituosos, dá a entender que Filipe olhava "pelo buraco da fechadura" sua mulher deitada perto da tal serpente e que, por isso, teria sido punido pelo deus, sendo condenado a perder um olho alguns anos mais tarde, em uma batalha frente à cidade de Metone.

Esses dois relatos, que atribuem o nascimento de Alexandre a intervenções sobrenaturais e não à realização do dever conjugal de Filipe, remetem a duas divindades diferentes. O raio, é claro, evoca Zeus, que não tinha necessariamente uma relação sexual física com as mães de seus futuros filhos: basta, por exemplo, pensar na chuva de ouro por meio da qual ele fez de Dânae mãe do futuro Perseu. O raio desempenha o mesmo papel na concepção de Alexandre.

Quanto à serpente, as coisas são um pouco mais complicadas. Plutarco evoca a esse respeito uma tradição segundo a qual Olímpia teria sido adepta de práticas orgiásticas, às quais se entregavam as mulheres da região, em homenagem a Dioniso. Quando participava dessas orgias, ela "trazia consigo grandes serpentes cativas". E se o biógrafo não se pronuncia sobre a identidade dessa serpente divina que partilhava o leito da rainha, é claro que não podemos deixar de pensar em Dioniso. Ora, a imagem do deus da vegetação e dos delírios orgiásticos está ligada a Alexandre de uma outra maneira. O filho de Zeus e Sêmele teve, como Héracles, de enfrentar a cólera de Hera. Para arrancá-la desse estado, Zeus teria levado o filho para o monte Nisa, lugar mencionado no relato da conquista. Mas, tendo se tornado adulto e depois de ter sido recebido, ao longo de suas errâncias, pela nereida Tétis, mãe de Aquiles, ele dirigiu-se para o Indus, o qual submeteu, e pôde, desse modo, voltar em triunfo primeiro para a Beócia, depois para a Argólida, antes de conhecer a apoteose e ser alçado à posição dos deuses, ele cuja mãe era uma mortal.

Esse breve relato mostra como o destino de Alexandre pôde parecer entrecruzado com o de um deus. As cerimônias báquicas, pelas quais ele terminou o seu périplo indiano, seriam a prova da relação com Dioniso. Alexandre sentia prazer em seguir os rastros desse deus que, sob a forma de serpente, teria copulado com sua mãe Olímpia.

Não é necessário precisar que esses relatos são muito posteriores ao nascimento de Alexandre. Plutarco, a quem devemos recorrer

novamente, pois, mais do que os historiadores da conquista, consignou em suas leituras informações concretas, termina a evocação dos fenômenos mais ou menos extraordinários que acompanharam o nascimento de Alexandre com uma conclusão bem mais "realista":

> No entanto, Filipe, que acabara de tomar Potidéia, recebeu quase ao mesmo tempo três notícias: os ilírios tinham sido vencidos por Parmênio em uma grande batalha, que ele tivera um cavalo de corrida vencedor em Olímpia e que um filho, Alexandre, tinha nascido (*Alex.*, 3, 8).

Brusco retorno à realidade após esse desvio pelo mito.

ALEXANDRE E AS TRADIÇÕES MÍTICAS

O problema com que o historiador se defronta é, sem dúvida, avaliar o papel desempenhado pelas tradições míticas no papel que Alexandre se atribuiria, em especial as tradições relacionadas às origens da dinastia macedônia. No começo do reino, elas quase não são visíveis. A política de Alexandre é fiel à de Filipe, de quem ele se diz o continuador: respeitar os povos vizinhos da Macedônia, manter a ordem na Grécia, preparar a campanha da Ásia. O único sinal de impregnação da lenda é, depois do desembarque em Troada, o fato de ele ter ido "ao túmulo de Aquiles". Mais uma vez, ao que parece, é o leitor da *Ilíada*, muito mais do que o descendente de Neoptólemo, que se revela nesse momento. Plutarco, de fato, toma de Onesicrito, filósofo da escola cínica que teria participado da expedição à Ásia, a informação segundo a qual "Alexandre considerava a *Ilíada* como um viático para o valor guerreiro" e conservava a edição que teria sido feita por seu mestre Aristóteles "sob seu travesseiro com sua espada" (*Alex.*, 8, 2). Voltaremos adiante aos ensinamentos de Aristóteles. Constata-se aqui apenas que, se Alexandre tinha a ambição de igualar-se a seu pai, até mesmo de ser mais do que ele, esse pai era Filipe e não Zeus. É o que se pode deduzir da oferta de trezentos escudos enviados por ele a Atenas no dia seguinte à vitória de Granico:

> Alexandre, filho de Filipe, e os gregos, com exceção dos lacedemônios, pilharam esse butim dos bárbaros que habitam a Ásia (Plutarco, *Alex.*, 16, 18; Arriano, I, 16, 7).

Foi, portanto, somente após a expedição a Siva (oásis de Amon) que o problema da filiação divina de Alexandre se apresentou. Se levarmos em conta Plutarco, o jovem rei era aficionado por filosofia, no sentido que se dava então a esse termo, mas nem por isso deixava de dar fé a presságios e oráculos.

Ora, o oráculo de Amon gozava de considerável reputação. Concebe-se que um jovem comandante de guerra, tendo acabado de realizar brilhantes vitórias e conseguido assenhorear-se de um vasto território, tivesse desejado ver sua ambição confirmada pelo deus. A resposta dos sacerdotes pode ter sido, de fato, a que Alexandre desejava: a afirmação de sua próxima vitória sobre Dario. Apenas posteriormente, portanto, essa resposta teria sido enfeitada, em parte para ampliar o seu sentido: não se tratava somente de obter uma vitória definitiva sobre o Grande Rei, mas também de tornar-se senhor de todos os homens; por outro lado, para acrescentar a referência às origens divinas de Alexandre, Filipe sendo apenas seu suposto pai. Na verdade, no que diz respeito à primeira parte da resposta, parece tratar-se de uma fórmula tradicional por meio da qual os sacerdotes de Amon prometiam ao Faraó, senhor da terra do Egito, um poder sem limites. Todas as nossas fontes concordam quanto ao deus ter respondido a Alexandre que lhe concederia "o que ele pedisse" (Diodoro, XVII, 51, 2). Foi só mais tarde, com a extensão da conquista, e talvez para justificar os projetos concebidos por Alexandre pouco antes de sua morte, que se deu a essa resposta um sentido que ela não tinha no momento da consulta ao oráculo. Alexandre, além disso, interrogara o deus para saber se havia castigado com justiça os assassinos de seu pai. A resposta a essa segunda pergunta é que teria sido forjada tardiamente, no máximo quando, em 324, ele exigiu dos gregos que lhe prestassem honras divinas. Desde a Antigüidade, ela teria sido contestada, como atesta a observação de Plutarco sobre a confusão entre o *s* e o *n*.

Se, ao tornar-se o sucessor de Dario após sua morte, Alexandre adotaria certas práticas, de vestuário em especial, dos soberanos

aquemênidas, nunca foi cogitada, porém, durante toda a campanha, de acordo com os relatos que nos chegaram, uma divinização qualquer do rei, nem como filho de Zeus, nascido da união do senhor do Olimpo com sua mãe, nem como novo Dioniso. Além disso, os reis aquemênidas não reivindicavam nenhuma ascendência divina. E a veneração que exigiam de seus súditos decorria do caráter despótico de seu poder. Esse despotismo fora rejeitado pelos companheiros, e eles o continuaram rejeitando praticamente até o final da campanha.

O problema da divinização de Alexandre se apresenta, portanto, em outros termos, pois não há dúvida de que ele exigiu honras divinas dos gregos reunidos em Olímpia, em 324. Logo, era dos gregos que ele esperava o reconhecimento de sua natureza divina.

OS CULTOS HERÓICOS NO MUNDO GREGO

É preciso, então, indagar-se sobre o que representava, no mundo grego das últimas décadas do século IV, essa apoteose de um mortal. Evocamos, no começo dessa análise, os heróis da epopéia, oriundos direta ou indiretamente de uma divindade. Os cultos heróicos representavam um aspecto importante das práticas religiosas dos gregos desde o começo da época arcaica. Esses cultos dirigiam-se em especial aos fundadores, reais ou míticos, das cidades que os gregos tinham estabelecido no litoral do Mediterrâneo. Dirigiam-se, também, a outros personagens que em um passado mais ou menos distante teriam desempenhado um papel civilizador. Conhecem-se até mesmo cultos heróicos dedicados a vencedores olímpicos. Consistiam em procissões, sacrifícios e concursos, nem sempre fáceis de se distinguir das manifestações reservadas às grandes divindades do panteão olímpico, até mesmo às divindades políadas, a não ser por suas dimensões mais reduzidas.

Ora, esses fenômenos de heroização, que acompanham o desenvolvimento das cidades gregas a partir do século VIII, não desapareceram na época clássica. Um exemplo notável é apresentado pela cidade de Anfípolis, no norte do Egeu, disputada entre Atenas e Esparta durante a primeira parte da Guerra do Peloponeso. Fundação ateniense

recente, ela instituíra um culto heróico em honra do "fundador", o estratego ateniense Agnon. Em 424, relata Tucídides, a cidade caiu nas mãos do general espartano Brásidas, e os atenienses tentaram em vão retomá-la. O novo assalto conduzido pelos atenienses, tendo à frente o estratego Cléon, terminara com novo fracasso. Cléon pereceu durante a batalha, mas Brásidas, uma vez mais vencedor, recebeu um ferimento mortal. Tucídides conclui o seu relato evocando as honras que foram prestadas pelos anfipolitanos ao general espartano:

> Após esse embate, todos os aliados participaram das exéquias oficiais de Brásidas, celebradas por conta da cidade. Foi sepultado na cidade, à entrada da ágora atual. Os anfipolitanos ergueram uma cerca ao redor de seu túmulo e, desde então, oferecem-lhe sacrifícios como a um herói. Organizam todo ano jogos em sua memória e lhe trazem oferendas. Os monumentos públicos construídos por Agnon foram demolidos, sendo removido tudo que pudesse lembrar que ele era o fundador da cidade (V, 1, 11).

Tucídides acrescenta que os anfipolitanos deixaram, a partir desse momento, de honrar Agnon.

Pode-se supor que o culto heróico a Agnon só fora instituído após a sua morte. Também a Brásidas, morto, era rendido um culto heróico centrado em torno da presença do seu túmulo na ágora. É importante insistir nesse ponto, pois o retomaremos a propósito do túmulo de Alexandre, em Alexandria.

Mais um passo na heroização dos grandes estrategos seria dado no final do século. E foi de novo um espartano o objeto desse culto, o navarco Lisandro. Vencedor da frota ateniense em Egos-Pótamos em 405, ele celebraria de fato sua vitória com um monumento erguido em Delfos, em que sua estátua figurava entre as dos deuses. Plutarco, na sua *Vida de Lisandro*, evoca o testemunho do historiador Duris de Samos, segundo o qual Lisandro teria sido "o primeiro grego a quem as cidades ergueram altares e ofereceram sacrifícios como a um deus" em vida (*Lis.*, 18, 5). O fato novo era, na realidade, que essas honras eram prestadas a um vivo, não a um morto.

Brásidas, Lisandro, dois espartanos portanto, que nessa cidade dos Iguais, dos Semelhantes, tinham direito a honras quase divinas. O que

dizer de Atenas, a cidade de Tucídides e de Platão? Antes do final do século V, apenas tinham se beneficiado de honras excepcionais os tiranicidas Harmódio e Aristogíton: os rituais eram celebrados perto de seus túmulos, presididos pelo arconte polemarco, um dos três altos magistrados. Só a eles fora dedicada também uma estátua, o célebre grupo dos *Tyrannoctones*, que, após sua destruição (ou sua pilhagem) pelos persas, fora substituída pela obra dos escultores Crítio e Nesiotes, e colocada na ágora. Certamente, a cidade podia conceder honras a esse ou aquele soberano estrangeiro, embaixador, estratego, mas elas se limitavam, na maioria das vezes, à concessão de uma coroa, excepcionalmente à proedria — direito de ocupar um lugar privilegiado durante os concursos dramáticos — e à refeição no pritaneu — edifício público onde os magistrados se reuniam para se alimentar. Ressalte-se que essa foi a sanção que Sócrates reivindicou de seus juízes! A construção de uma estátua continuava reservada às divindades e aos heróis. Mas, logo após a Guerra do Peloponeso, nas décadas iniciais do século IV, vê-se pela primeira vez uma estátua erigida em honra ao estratego Conon, que comandara em Egos-Pótamos e se refugiara depois da derrota, primeiro em Chipre, depois na corte do Grande Rei. Em 393, ele voltou para Atenas, tendo obtido uma vitória sobre a frota espartana ao largo de Cnide. Trouxera consigo o dinheiro deixado à sua disposição pelo Grande Rei, que permitiria a reconstrução dos Grandes Muros, destruídos em 405 por ordem de Lisandro. Conon foi, desse modo, honrado como um "libertador", e Demóstenes ressalta que ele foi o primeiro, depois de Harmódio e Aristogíton, a ser homenageado com uma estátua na ágora.

No entanto, os exemplos dessa honraria vão se multiplicar ao longo do século IV, e sempre para recompensar estrategos vencedores. Assim, Ifícrates, Chabrias, Timóteo, tiveram direito a uma estátua na ágora em comemoração às importantes vitórias obtidas por eles. Um trecho do discurso do orador Ésquines *Contra Ctesifonte* dá a entender que outros estrategos receberam o privilégio de uma estátua na ágora "em razão das inúmeras e belas explorações guerreiras que cada um realizou" (III, 243).

A construção de uma estátua era, portanto, uma forma de reconhecer o heroísmo, sendo reservada aos estrategos vitoriosos. Não

deixa de ser oportuno lembrar que, logo após Queronéia e a conclusão da paz de Dêmades, o general vitorioso que mereceu uma estátua na ágora foi... Filipe, recompensado por ter libertado os atenienses presos durante a batalha e por ter respeitado a independência da cidade.

Vê-se, pelo duplo exemplo dos estrategos lacedemônios e dos estrategos atenienses, que a concessão do privilégio de uma estátua ao vencedor o elevava à posição se não dos deuses, ao menos dos heróis. E isso não era, para um grego do século IV, nem transgressão das regras da vida religiosa, nem da vida política.

ALEXANDRE *THEOS ANIKETOS*

Em 324, quando termina sua expedição asiática, Alexandre pode ser considerado um general vitorioso. Para ele, e também para os gregos, não é impensável conceder-lhe honras excepcionais. Compreende-se então a atitude de Demóstenes, que, segundo Hipérides, assentiria ser Alexandre "filho tanto de Zeus como de Poseidon, se assim desejasse" (*Contra Demóstenes*, frag. 8). Foi diante da assembléia ateniense que o célebre orador teria dito essas palavras. E Hipérides acrescenta que Demóstenes propunha que fosse erguida na ágora uma estátua do rei Alexandre, o deus invencível (*theos aniketos*). Essas acusações de Hipérides foram apresentadas contra Demóstenes por ocasião do processo a que este respondeu após o desaparecimento do dinheiro de Harpalo. Evidentemente, o que Hipérides denunciava não era o sacrilégio de aceitar a divinização de Alexandre — prova disso é a desenvoltura do tom do orador, que não se importa muito se ele se considera ou não filho de Zeus ou de Poseidon —, mas a conivência, que o fato revelava, entre Demóstenes e os amigos da Macedônia. A crítica de Hipérides era política, e apenas política.

Porém, o que dizer de Alexandre? Qual sentido dava ao reconhecimento pelos gregos do seu nascimento divino e de sua qualidade de *theos aniketos*? É quase impossível responder a essa pergunta, é claro, por não dispormos do testemunho do principal interessado. Retomaremos os problemas que a personalidade de Alexandre suscita. Podemos conceber que, inebriado por suas vitórias e pela extensão aparente de

seu poder, ele tivesse desejado ser reconhecido pelos gregos como um herói da epopéia e reivindicado, por isso, um nascimento divino. Plutarco, na *Vida de Alexandre*, atribuía a Eratóstenes de Cirena, o sábio nomeado em 246 para dirigir a biblioteca de Alexandria, a revelação das "confidências" feitas por Olímpia ao filho sobre o segredo de seu nascimento. Mas Plutarco acrescenta que outros autores afirmavam que Olímpia "recusava essa fábula por ser ímpia", atribuindo-a ao próprio Alexandre (*Alex.*, 3, 2). De fato é possível, o testemunho de Hipérides atesta sua veracidade. A questão é saber a partir de que momento ele reivindicou esse nascimento divino e o conteúdo que dava a isso.

Ora, não se exclui que, ao reclamar dos gregos esse reconhecimento, a intenção tivesse sido primeiro da parte de Alexandre afirmar sua autoridade, a qual não queria que fosse questionada. No caso Harpalo, os boatos que corriam sobre a má vontade de Antípatro de obedecer às suas ordens podiam fazê-lo temer um levante dos gregos. Dar a esse levante um caráter ímpio poderia ser um meio de preservar-se dele. Pode ser também, é claro, que seu círculo tivesse em parte contribuído para essa reivindicação de uma apoteose. Nem por isso a razão essencial deixa de ser o desejo de ver reconhecida sua autoridade absoluta.

Há uma outra dimensão dessa divinização de Alexandre que é preciso também evocar: sua assimilação a Dioniso. Sabemos o que levou inúmeros comentadores a privilegiar esse aspecto: por um lado, a conquista do Indus, que a tradição atribuía ao deus, cujo exemplo Alexandre apenas seguira; por outro, as diversas "bacanais" com que Alexandre teria festejado suas vitórias, primeiro em Persépolis, depois em Nisa, onde teria sido mantido um culto a Dioniso, no Hidaspe, onde teriam sido celebradas dionísias, ao final da dura campanha da Gedrósia, marcadas por um *komos* (procissão festiva) que durou vários dias. Contentamo-nos aqui com um resumo da demonstração muito convincente de Paul Goukowsky (*Essai*, 1993, t. II) sobre o valor dessa interpretação. Ao celebrar Dioniso, Alexandre apenas se inclinava a uma tradição religiosa macedônia e grega que consistia em honrar o deus da vegetação e das orgias por meio de desfiles alegres. Diante desses diferentes relatos de nossas fontes, que muitas vezes se contradizem, fica claro que foi apenas a partir da conquista do Indus que Dioniso apareceu. De modo bem natural, o rei teria querido associar o deus à sua vitória indiana, sem por isso se

imaginar, ele próprio, um novo Dioniso. Essas celebrações teriam tido, aliás, um caráter marginal. É significativo o fato de as famosas "bacanais" de Carmânia estarem ausentes do relato de Arriano, inspirado em testemunhos diretos de Aristóbulo e Ptolomeu. Seria, pois, só mais tarde, no meio alexandrino e sob a influência dos dois primeiros Lágidas, que teria sido desenvolvido o mito de um "novo Dioniso" e valorizada a comparação entre a conquista da Ásia e a "gesta" indiana do deus.

Em 324, pouco antes de sua morte, Alexandre exigira dos gregos que reconhecessem nele um "deus invencível". Foi somente mais tarde que ele apareceu como a reencarnação de Dioniso e que o mito de seu nascimento divino foi elaborado. Seria interessante, para fechar este capítulo, citar as observações com que Plutarco conclui o seu relato do levante de Tebas em 335:

> Diz-se que, na seqüência, a infelicidade dos tebanos foi um motivo constante de tristeza para ele, tornando-o mais brando com muitos deles. No fundo, o atentado contra Clito, que cometeu em estado de embriaguez, bem como o abandono dos macedônios, que na Índia recusaram-se a segui-lo, deixaram como que imperfeitas sua expedição e sua glória, tudo isso atribuíra ele ao ressentimento e à vingança de Dioniso (*Alex.*, 13, 4, 4).

Em lugar de pretender ser um novo Dioniso, Alexandre teria, portanto, temido a vingança do filho da tebana Sêmele. Eis o que convida a refletir sobre uma personalidade cuja complexidade mal se adivinha através das camadas espessas da lenda.

TERCEIRA PARTE

O HOMEM ALEXANDRE

Uma biografia não se reduz ao relato dos grandes momentos da vida de um personagem, nem à análise das diferentes funções desempenhadas por ele ao longo de sua vida. É preciso também tentar depreender os diversos aspectos de sua personalidade, o que se pode fazer com base nos testemunhos de seus próximos, ou às vezes, caso se trate de alguém que deixou escritos, com base no que ele diz de si mesmo. Com relação a Alexandre, há muitas cartas que lhe são atribuídas e são citadas por nossas fontes, mas sua autenticidade foi muitas vezes questionada, e com razão. Quanto a seus próximos, apenas o que relatam autores tardios nos permite deduzir os sentimentos que eles experimentavam diante de um personagem fora da norma. Plutarco, que nesse particular será nosso principal guia, chega a dizer que Alexandre, em decorrência de sua posição, tinha poucos amigos, com exceção de Heféstion e Cratero e, tanto de um como de outro não possuímos testemunho algum, nem mesmo indireto.

Por que tomar Plutarco como guia? Primeiro, porque ele próprio deu o exemplo, ao redigir uma *Vida de Alexandre* e esclarecer que, ao fazê-lo, distinguia-se dos historiadores. Mais do que os grandes feitos do rei, o que lhe interessava eram as manifestações de sua personalidade. As inúmeras histórias com que ele enriquece seu relato não são, na certa, todas autênticas. Também não são apenas oriundas da lenda elaborada durante os quatro séculos que separam o curto reino do macedônio da época em que viveu o filósofo de Queronéia. E, se Plutarco é muitas vezes discreto a respeito de suas fontes quando aborda

o relato da conquista, em contrapartida, menciona muitas vezes histórias que servem para delinear a personalidade de seu herói. Enfim, é preciso acrescentar que, mais do que nas outras *Vidas*, Plutarco, como veremos, leva em conta a evolução do comportamento de Alexandre à medida que realiza a conquista.

Os dois tratados atribuídos ao mesmo Plutarco e intitulados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre* são, em mais larga medida, tributários da lenda. Encontram-se neles, decerto, histórias comuns e um retrato, no essencial comparável ao da *Vida*, mas com uma dimensão nova, a de um visionário filósofo, responsável por uma imagem de Alexandre que deveria conhecer uma posteridade muito rica.

Se, portanto, tomamos Plutarco como guia nas páginas a seguir, é com a prudência necessária diante de um personagem que muito rapidamente se tornou um mito.

1

JUVENTUDE E FORMAÇÃO

Não voltaremos às lendas já evocadas, que fizeram do nascimento de Alexandre um acontecimento quase mágico, cercado de sinais anunciadores de um destino excepcional. É preciso lembrar, aliás, que se Plutarco se compraz em retomar esses sinais, a importância que lhes concede é apenas relativa. Para ele, Alexandre é sem dúvida o filho de Filipe, e os dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre* confirmam que, a seus olhos, a extraordinária aventura do rei da Macedônia não faz parte de uma decisão qualquer de *Tychê*, do acaso, mas do valor pessoal do conquistador.

Sobre o aspecto físico de Alexandre, Plutarco fornece poucas indicações. Como todos os seus contemporâneos, ele pôde ver inúmeras estátuas de Alexandre, todas elas retomando, ou quase, o modelo elaborado por Lisipo em vida do rei: "Inclinação do pescoço pendendo ligeiramente sobre o ombro esquerdo, e vivacidade do olhar" (*Alex.*, 4, 2). Plutarco afirma que Alexandre teria exigido que Lisipo fosse o único a representá-lo. Na realidade, os inúmeros bustos de Alexandre que foram encontrados não procedem, todos eles, do modelo elaborado pelo escultor. Alguns, em especial, apresentam uma fisionomia mais viril, uma cabeleira mais abundante. Contudo, é certo ter sido o Alexandre jovem quem inspirou os escultores da época helenística e romana, principalmente nas cidades da Ásia Menor, que conservavam religiosamente a memória do conquistador que os "libertara" dos bárbaros.

Plutarco evoca também a pele "muito branca" do jovem que enrubescia com facilidade. Mas faz referência a um retrato do pintor Apeles, que teria representado o rei com a pele mais morena. Não é difícil imaginar que, se o jovem adolescente tinha a pele branca, ela teria rapidamente se bronzeado sob o sol da Ásia. Devemos também levar em conta as convenções da pintura grega, que conferia às mulheres e aos adolescentes uma pele branca, em contraste com a pele amorenada por causa da vida ao ar livre dos homens adultos. Não é surpresa, pois, que, no célebre mosaico representando a batalha de Isso, Alexandre tenha a pele mais escura.

Para concluir esse retrato físico, ressaltaremos que Alexandre não deve ter sido muito alto. Muitas vezes, seu biógrafo insiste no fato de que ele teve de combater homens maiores do que ele. Porém, é só o que sabemos.

Sua educação na corte de Filipe teria sido a de um jovem príncipe destinado a um dia suceder a seu pai. A caça, em particular, era uma atividade normal para um jovem adolescente, e possuímos algumas representações de Alexandre caçando. Plutarco conta também, com riqueza de detalhes, como o jovem príncipe conseguiu domar um fogoso cavalo que ninguém pudera submeter. Filipe, cheio de admiração, presenteou-o com o animal, que Alexandre batizou de Bucéfalo. Esse fiel companheiro iria escoltá-lo durante quase toda a conquista, e sua morte provocou uma imensa tristeza no rei.

Para cuidar de sua educação, Filipe deu ao filho um preceptor e um pedagogo. O primeiro se chamava Leônidas e era, segundo Plutarco, um homem austero. Apesar do nome e da austeridade, não era lacedemônio, mas parente de Olímpia. Ele ensinou a seu discípulo a se contentar com pouco e viver frugalmente, o que lhe serviria mais tarde, quando precisou atravessar regiões áridas. O segundo, Lisímaco, via-se como o herdeiro do centauro Chiron velando pela educação de um novo Aquiles. A corte da Macedônia, sabemos agora, depois das célebres escavações de Vergina, era muito brilhante e tingida de cultura helênica. Os reis macedônios pretendiam ter origem grega, sendo portanto natural que os poemas homéricos, pilares da cultura grega, fossem ensinados ao jovem príncipe. As duas epopéias eram, assim, familiares a Alexandre, e foi com *A Ilíada* em sua bagagem que ele

empreendeu a expedição da Ásia. Se por sua ascendência materna ele pretendia ser um novo Aquiles, via de bom grado nessa expedição, ao menos inicialmente, uma nova Guerra de Tróia.

Mas o jovem não teria limitado suas leituras aos poemas homéricos. Ele apreciava também os trágicos gregos. Sabe-se que o último dos grandes trágicos, Eurípides, terminou a vida na corte do rei Arquelau. Alexandre poderia, então, ter aprendido na juventude versos do poeta. Todavia, segundo Plutarco, foi somente quando estava na Ásia que ele escreveu a Harpalo pedindo que lhe enviasse as tragédias de Eurípides, Sófocles e Ésquilo, assim como as *Histórias* do historiador siracusano Filisto e ditirambos de dois autores pouco conhecidos, Telestes de Selimonte e Filoxeno de Cítara. Ora, sabe-se que por volta de 330, o homem político ateniense Licurgo fez com que fosse adotada uma medida visando a fixar definitivamente por escrito os textos das obras dos três grandes trágicos. Sabe-se também que Harpalo, futuro tesoureiro de Alexandre, tinha estado em Atenas mais ou menos na mesma época. Podemos supor que, ao tomar conhecimento do fato, Alexandre tivesse pedido que Harpalo lhe enviasse esses textos? É difícil saber ao certo, mas não seria impossível.

Dito isso, o fato mais importante no que diz respeito à formação de Alexandre é, evidentemente, a vinda de Aristóteles a Pella. O filósofo era filho de um médico da cidade de Estagira, na Calcídica, que estivera, ao que parece, na corte do rei Amintas II. Ele nasceu em 384 ou 383 e, como inúmeros jovens da época, veio a Atenas para seguir as lições dos retóricos e dos "sofistas" que faziam a fama da cidade. Teria sido discípulo de Isócrates, e encontramos repercussões do ensino do retórico ateniense na *Retórica* que ele redigiu bem mais tarde. Mas foi sobretudo na academia platônica que ele adquiriu sua formação. Seguiu as lições do mestre até sua morte, por volta de 347-346. Como inúmeros discípulos de Platão, ele tinha então deixado Atenas. Sabe-se que permaneceu na corte do tirano Hérmias de Atarnea, depois em Pella, antes de voltar em 335 a Atenas, onde ensinou no ginásio do Liceu até o seu exílio, que precedeu de pouco sua morte em 322.

Foi por volta de 343 que ele chegou a Pella, chamado por Filipe, cuja intenção era confiar-lhe a educação de seu filho e futuro sucessor. Aristóteles ainda não tinha redigido as obras que fariam dele o

maior pensador da Antigüidade em todos os domínios, tanto nas ciências quanto na filosofia. É possível que, no início, tenha adotado, à imagem de seu mestre, a forma do diálogo. Porém, logo a abandonou e preferiu o tratado, que permitia desenvolver o pensamento segundo uma construção lógica, evidenciando os problemas e as aporias destinados a permanecer sem resposta. Ele acumulara, antes mesmo de sua estada na Macedônia, informações sobre as plantas e os animais. Mas, na esteira do ensino de Platão, já se interessava não apenas por todos os domínios do conhecimento, como também pelo que chamamos ciência política, da qual foi algo como o inventor. Na certa, a exemplo de Platão, durante um primeiro momento sonhara em converter um príncipe à sabedoria do filósofo, no caso seu amigo Hérmias de Atarnea. Teria ele o mesmo projeto quando foi chamado para formar o jovem macedônio? Plutarco, em todo caso, não põe em dúvida a influência de Aristóteles sobre Alexandre. Não somente lhe teria feito descobrir a poesia grega e a obra dos trágicos, mas também despertaria seu interesse pelas ciências da natureza. Isso explicaria a preocupação do rei da Macedônia em cercar-se de sábios por ocasião de sua expedição, asiática e a missão de reconhecimento "geográfico" confiada a Nearco na volta da expedição. Teria tido Aristóteles também influência moral e política sobre o jovem príncipe? Teremos a oportunidade de voltar a esse ponto. De qualquer modo, nem na *Ética a Nicômaco*, nem na *Política*, obras redigidas após seu retorno para Atenas, aparece a menor alusão àquele que empreendera então, como *hegemon* dos gregos, a conquista da Ásia.

Certas fontes tardias evocam uma correspondência que o rei teria mantido com o seu ex-mestre. Plutarco ecoa esse fato quando reporta as censuras que Alexandre teria feito a Aristóteles, ao publicar suas lições, por ter deixado ao alcance de todos revelações que deveriam permanecer secretas (*Alex.*, 7, 5). Porém, é preciso considerar com prudência a existência de tal correspondência. Na *Política*, Aristóteles demonstra uma certa reticência com relação à monarquia absoluta, que, no seu entender, só se justifica se existir um indivíduo possuindo uma *areté*, uma "virtude" superior à de todos os outros membros da comunidade cívica. E essa "virtude" que transforma o rei em "lei viva" não provém de uma dominação de fato, relacionada a conquistas

militares. É parte intrínseca da "personalidade" desse homem excepcional. Alexandre corresponderia a tal critério? É duvidoso, em todo caso, que seu mestre tenha podido julgar tão depressa.

Mas precisamos voltar ao jovem Alexandre. Pode-se de bom grado admitir, com Plutarco, que Aristóteles desenvolvera a curiosidade dele para a medicina, para as ciências, talvez também para a filosofia. A esse respeito, Plutarco chama atenção para o interesse que o rei teria demonstrado pelos "filósofos" indianos, os brâmanes, com os quais gostava de se entreter. Evoca também as relações que teria com Xenócrates de Calcedônia, o mestre da academia, depois da morte de Espeusipo, que lhe teria dedicado um tratado, *Péri basileias*, sobre a realeza (*Alex.*, 8, 4, 5). Tudo isso recomenda, no entanto, prudência, visto que tais "informações" fazem parte do mito que se constituiu logo após a morte do conquistador. Plutarco também endossa esse mito de um rei "filósofo" em seus dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*, aos quais voltaremos. Concluída a educação do jovem príncipe, tentemos antes depreender os aspectos de uma personalidade complexa e a respeito da qual a posteridade iria produzir julgamentos contraditórios.

2

A PERSONALIDADE DE ALEXANDRE

Será essencialmente com base nas histórias narradas por Plutarco em sua *Vida de Alexandre* que tentaremos concebê-la, considerando também as qualidades atribuídas ao rei da Macedônia nos dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*, cujo objetivo é demonstrar que os extraordinários sucessos obtidos por ele não são devidos ao acaso, mas apenas ao seu mérito.

Essas qualidades parecem poder ser reagrupadas sob quatro rubricas: a coragem e a tenacidade, o domínio de si, a generosidade e a bondade, enfim, o que é próprio de uma natureza "filosófica", o comportamento ditado pela razão.

CORAGEM FÍSICA E TENACIDADE

O relato das diferentes etapas da conquista é, evidentemente, uma oportunidade freqüente de lembrar a coragem física e a tenacidade do rei. Desde a sua posse, ele não hesita em correr o risco de perder uma realeza dificilmente reconhecida, investindo contra os povos bárbaros que ameaçavam o reino a oeste e ao norte, e restabelecendo a ordem numa Grécia que só aceitou a tutela de Filipe obrigada e coagida e que se mostrava prestes a retomar as armas (*Alex.*, 11, 4). É essa mesma tenacidade e determinação de realizar sua missão que faz Alexandre passar

por cima das tradições macedônias que proibiam entrar em campanha durante certos meses do ano: ele atravessou o Granico no momento que julgou propício. Ele também manifesta sua coragem e sua indiferença ao perigo quando, apesar das advertências de Parmênio, não hesita em beber a poção preparada pelo médico Filipe para combater a doença que contraíra tomando um banho nas águas geladas do Cydnos (*Alex.*, 19, 6). Ao fazer isso, ele atesta a confiança que deposita naqueles que considera seus amigos.

É o mesmo dever de amizade e de reconhecimento que o levam, na Síria, a permanecer perto de Lisímaco, seu companheiro que, cansado, estava prestes a desistir, não vacilando em separar-se do resto de seu exército e passar a noite na obscuridade, sofrendo um frio muito rigoroso. Soube, aliás, aproveitar esse contratempo: "Confiando em sua agilidade e habituado a incentivar os macedônios às suas próprias custas", ele se lançou sobre os inimigos e os venceu (*Alex.*, 24, 11-12). No Egito, desejoso de consultar o oráculo de Amon, passa por cima dos perigos do deserto libiano (*Alex.*, 26, 13-14). Na véspera da última grande batalha contra Dario, ele se recusa, apesar dos conselhos dos companheiros mais velhos, a travar combate de noite, dorme um sono profundo e, no dia seguinte, está pronto, em plena forma, para lutar. E Plutarco conclui:

> Não é somente antes da luta, mas durante a ação em si que ele se mostra grande e firme por sua presença de espírito e sua confiança (*Alex.*, 32, 4).

Muitas vezes ferido por tomar parte pessoalmente na ação, Alexandre supera suas dores e não hesita em expor-se ao perigo. Em certa ocasião, ele atravessa o rio Orexartes "logo após receber na perna uma flecha que quebrara sua tíbia, já tendo sido atingido no pescoço tão violentamente por uma pedrada que uma névoa se espalhara ante seus olhos e obscurecera sua vista durante muito tempo" (*Alex.*, 45, 5). Na Índia, ele participa em pessoa do ataque ao "rochedo de Sisimitres" e se apodera da cidadela (*Alex.*, 58, 4). Mesma coragem e mesma tenacidade na travessia do Hidaspe, diante de Poro e de seus homens: o rei não hesita em acompanhar seus soldados com a água até o peito (*Alex.*, 60, 7). Alexandre não era, portanto, somente um grande estratego,

capaz de dispor os diferentes corpos de seu exército para melhor surpreender o inimigo. Ele próprio participava diretamente do combate, sem temer os golpes e arriscar sua vida.

DOMÍNIO DE SI

A coragem física era apenas um dos aspectos do caráter essencial, que, aos olhos de Plutarco, era o domínio de si, qualidade eminentemente "filosófica", pois supunha, em Alexandre, a capacidade de dominar suas paixões. Exprimia-se primeiro pela frugalidade: ele era capaz de privar-se de alimento ou de bebida. Plutarco se compraz em contar a história das relações do rei com Ada, que ele nomeara rainha de Caria:

> Como ela mostrava seu afeto enviando-lhe todo dia refeições e doces e acabou oferecendo-lhe os cozinheiros e doceiros reputados como os mais hábeis, ele lhe respondeu que não precisava de nenhum deles, que possuía os melhores cozinheiros que lhe haviam sido dados por seu preceptor Leônidas: no desjejum, uma caminhada antes do amanhecer, no almoço, uma comida leve (*Alex.*, 22, 9).

Durante a perseguição de Besso, sofreu, assim como seus cavaleiros, com a falta de água. Vendo-o com sede, macedônios que tinham conseguido água para seus filhos quiseram dar-lhe de beber; ele recusou por não querer se diferenciar de seus cavaleiros:

> Os cavaleiros, vendo seu domínio de si e sua grandeza de alma, gritaram para que ele os conduzisse com destemor e chicotearam seus cavalos. Não podemos aceitar, diziam-se eles, que estamos cansados, ou que estamos com sede ou ainda, enfim, que somos mortais, enquanto tivermos um rei como esse (*Alex.*, 42, 9-10).

A contenção e o domínio de si se revelavam em especial sob o olhar das mulheres. Ao menos Plutarco gosta de insistir nesse aspecto. O autocontrole de Alexandre manifestava-se particularmente em seu comportamento para com as mulheres da família de Dario. A mãe,

a mulher e as duas filhas do Grande Rei tinham caído em suas mãos. No mundo grego, desde Homero sabia-se que era destino das cativas ficar à mercê do vencedor. Ora, não somente Alexandre concede a elas "todos os privilégios de que gozavam sob o poder de Dario", mas se abstém, apesar da beleza delas, de entregar-se a qualquer ato de violência contra elas. E Plutarco acrescenta este comentário surpreendente:

> Alexandre, julgando sem dúvida ser mais digno para um rei vencer-se a si mesmo do que triunfar sobre os inimigos, não tocou nessas mulheres, nem em qualquer outra antes de seu casamento, à exceção de Barsina (*Alex.*, 21, 7).

Barsina era viúva de Mêmnon e fora capturada em Rodes. Pertencia à linhagem aquemênida; seu pai, Artabazo, nasceu de uma filha do Grande Rei. Tomando-a como única concubina, Alexandre se conformava ao modelo épico de seu ancestral Aquiles, que se retirara do combate por ter sido privado por Agamenon de Briséida, sua cativa bem-amada. É possível supor que o rei não deixava de fazer referência desse fato a seus companheiros. Plutarco acrescenta, no entanto, que Alexandre não era insensível à beleza das cativas iranianas, das quais teria dito serem "o tormento dos olhos", o que tornava ainda mais meritória sua abstinência...

Essa abstinência também o teria conduzido — nova história narrada por Plutarco, ao mesmo tempo na *Vida* e em *Sobre a fortuna*... — a recusar dois jovens efebos que lhe teriam sido propostos por Filoxeno, o governador das províncias marítimas: "De que torpitude me crês culpado, Filoxeno, para me fazer propostas tão vergonhosas?", teria ele se indignado diante dos amigos (*Alex.*, 22, 1; *Fortuna*, I, 333A).

Outra prova desse respeito pelas mulheres e dessa contenção é sua atitude para com Roxana, depois que decidiu fazer dela sua esposa legítima. Para tanto, tinha de enfrentar a lei macedônia, se ao menos supusermos que, como na lei grega, só se consideravam legítimas as uniões endógamas. Barsina, apesar de pertencer a uma linhagem real, fora apenas sua concubina, e o filho que ela lhe dera não poderia aspirar à sua sucessão, ao passo que o objetivo de sua união com Roxana era ter um herdeiro legítimo. Alexandre, que se tornara o sucessor dos Aquemênidas, podia a esse título unir-se legitimamente a uma princesa

iraniana. Porém, o que chama a atenção de Plutarco, fato sobre o qual insiste, é primeiro a natureza da ligação, o amor (*eros*) que unia o rei à jovem, depois, e sobretudo, que ele "não quis tocá-la antes de desposá-la legalmente" (*Alex.*, 47, 8).

Como se sabe, isso não impediu Alexandre de escolher uma segunda esposa, uma das filhas de Dario, Estatira. Porém, no segundo tratado *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*, Plutarco, após repetir que ele amou apenas uma mulher, Roxana, justifica essa segunda união pelo interesse político, "a fusão de duas dinastias oferecendo grandes vantagens" (*Fortuna*, II, 338D).

O que se deve pensar dessa imagem de um Alexandre capaz de dominar suas paixões, esposo fiel e amoroso? Não é pergunta fácil de ser respondida, tanto mais que, como veremos, o Alexandre de Plutarco é mais complexo do que parece. Mas é preciso levar adiante o exame de suas qualidades.

A GENEROSIDADE

Talvez seja, de todas as qualidades atribuídas a Alexandre, a que Plutarco menciona com mais freqüência. Manifestava-se com os gregos e também com os macedônios e, decerto, a partir do momento em que ele se torna o sucessor de Dario, com os iranianos. Traduz-se por uma indulgência para com os inimigos vencidos, mas, sobretudo, por dons repetidos ao seu círculo mais próximo e aos seus soldados.

Alguns exemplos permitem ao biógrafo ilustrar essa generosidade do rei. Quando os atenienses acolheram os tebanos, fugindo de sua cidade após a destruição, ele não os recriminou e "recomendou-lhes que tomassem conta de seus negócios, porque, se acontecesse a ele alguma infelicidade, era a cidade deles que dirigiria a Grécia" (*Alex.*, 13, 2). Sabe-se, no entanto, pelo mesmo Plutarco, que Alexandre teria exigido que lhe fossem entregues os oradores hostis à Macedônia, e que foi somente a intervenção do estratego Fócio (ou de Dêmades) que o teria levado a desistir.

Ele também deu provas de bondade e generosidade, como se viu, não somente para com as mulheres da família de Dario, mas para com

o próprio Grande Rei. Chegando muito tarde para ouvir suas últimas palavras, "mandou cobrir o corpo de Dario com ornamentos reais e o enviou à sua mãe" (*Alex.*, 43, 7).

> Mas foram principalmente seus companheiros e seus soldados que se beneficiaram dessa generosidade. Antes mesmo da partida da expedição, ele se inteirou da situação dos amigos e distribuiu "a um deles uma terra, e a outro uma aldeia, a outro ainda a renda de um burgo ou de um porto. Como já tinha gasto com essas doações quase todos os bens do reino, Perdicas lhe perguntou: 'Mas, meu rei, o que guardas para ti?', ao que respondeu: 'A esperança'" (*Alex.*, 15, 3-4).

Logo chegariam às suas mãos fabulosas riquezas que lhe permitiriam multiplicar esses gestos de generosidade. Assim, depois da tomada de Tiro e de Gaza, enviou a Olímpia, à sua irmã Cleópatra e aos amigos a maior parte do butim, e a seu preceptor Leônidas, quinhentos talentos de incenso e cem talentos de mirra. Este outrora o acusara de ser muito pródigo quando despejava essas essências preciosas no fogo dos sacrifícios aos deuses. Desde então já não seria mais necessário moderar-se, uma vez que Alexandre se tornara senhor do país que as produzia (*Alex.*, 25, 6-7).

Após a vitória de Gaugamela, que garantia a Alexandre o domínio do império persa, o rei "ofereceu aos deuses sacrifícios magníficos e gratificou seus amigos com riquezas, propriedades e altos cargos" (*Alex.*, 34, 1).

Ele enviou também aos habitantes de Crotona, na Itália, parte do butim como homenagem a Failos, que, durante as Guerras Médicas, equipou uma galera por sua própria conta e participou da batalha de Salamina, que terminou com a vitória naval dos atenienses sobre os persas. Failos era, na certa, objeto de um culto heróico por parte de seus compatriotas. Alexandre pretendia, assim, reunir-se aos vencedores de Xerxes (*Alex.*, 34, 3).

Depois da tomada de Susa e de Persépolis, Alexandre lançou mão de quantidades consideráveis de ouro e prata e não houve mais limites para sua generosidade. Plutarco narra uma série de histórias destinadas a ilustrar esse desprendimento que beneficiou tanto amigos mais

próximos como chefes de seus exércitos e simples soldados. Um deles, comboiando uma mula carregada com um saco de ouro e vendo o animal esgotado, primeiramente tomou o fardo; depois, esgotado, por sua vez, estava prestes a abandoná-lo. Alexandre convidou-o a continuar o seu esforço, pois o ouro agora era dele.

Essa generosidade sem limites teria, aliás, suscitado reservas da parte de Olímpia, que, de acordo com os autores antigos, mantinha uma correspondência regular com o filho. Distribuindo tantas riquezas aos amigos, fazia deles, de algum modo, seus iguais, e com isso ele próprio se achava mais isolado. Era essa também a opinião do general persa Mazaios, que, quando o rei quis oferecer-lhe uma satrapia, teria respondido: "Rei, antigamente havia apenas um Dario, mas vós, agora, fizestes muitos Alexandres" (*Alex.*, 39, 9).

Uma outra forma de generosidade manifestou-se após o retorno a Susa. Alexandre teria principalmente pago aos credores as dívidas contraídas por seus soldados durante a campanha. Após a revolta de alguns deles, e quando os rebeldes moderaram seus sentimentos, "ele lhes ofereceu magníficos presentes" (*Alex.*, 71, 8).

Essa generosidade lhe valeu da parte de Plutarco o qualificativo de *megalodorôtatos*, o maior distribuidor de dons, vinha acompanhada de uma real atenção para com os outros. Plutarco evoca, assim, a carta que Alexandre teria enviado a Peucestas quando este foi mordido por um urso, ou ainda sua inquietação por um ferimento recebido por Cratero, e sua preocupação constante de proteger a saúde de seus amigos mais próximos, não vacilando em intervir junto aos médicos encarregados de cuidar deles (*Alex.*, 41, 3-8).

ALEXANDRE FILÓSOFO

Porém, o que aos olhos de Plutarco explica essas qualidades de Alexandre é, antes de tudo, seu comportamento digno de um filósofo. É daí que viria o domínio de si, a resistência aos prazeres e também o cuidado em alertar os companheiros contra o amor do luxo a que a maioria se entregava. E as censuras que ele formulava eram expressas "com doçura e no tom de um filósofo" a fim de incitar a "virtude" (*Alex.*, 40, 2; 41, 1).

É essa atitude filosófica que explica também o que poderíamos chamar sua preocupação com a verdade. Apesar dos elogios e dos oráculos, ele não teria jamais cedido ao irracional. Mesmo com uma idéia privilegiada de si mesmo e convencido de sua superioridade, ele nunca reivindicou outro pai a não ser Filipe. Ferido, disse a seus amigos que o cercavam:

> O que corre aqui, meus amigos, é sangue, e não *ichor*, o líquido que corre nas veias dos deuses bem-aventurados (*Alex.*, 28, 3; *Fortuna*, II, 341 A-C).

E Plutarco conclui:

> Vê-se, claramente, pelo que acabo de dizer, que Alexandre, por seu lado, não estava nem emocionado, nem ofuscado por sua pretensa divindade, mas que tal crença era para ele um instrumento de dominação (*Alex.*, 28, 6).

Essa sabedoria, essa *sophrosýne*, era, decerto, fruto do ensinamento de Aristóteles. Mas, ao que parece, não foi permanecendo fiel a esse ensinamento que Alexandre se revelou, segundo Plutarco, o "mais filósofo, *philosophotatos*" (*Fortuna*, I, 328 D-E). Seu objetivo, na realidade, não era fazer dos bárbaros, como Isócrates aconselhava a Filipe, "hilotas" dos gregos, e sim civilizá-los. Nisso ele se revelou melhor educador do que Sócrates e Platão. Assim:

> Ensinou aos hircanos o casamento, aos aracósios a agricultura, aos sogdianos o cuidado de alimentar seus pais em lugar de matá-los, aos persas o respeito por suas mães, aos citas a enterrar seus mortos em lugar de comê-los, aos indianos a se prosternarem diante dos deuses, a todos a ler Homero e a declamar as tragédias de Eurípides e de Sófocles (*Fortuna*, I, 328 D-E).

Porém, seu maior mérito "filosófico" foi considerar a humanidade inteira como uma única comunidade, mesclando gregos e bárbaros, com o objetivo de submeter a terra inteira a uma mesma lei de razão, a uma mesma *politeia*, de fazer de todos os homens um único *demos*

(*Fortuna*, I, 330 D). O emprego desse vocabulário político é significativo. Plutarco atribuía a Alexandre não tanto a idéia da universalidade do gênero humano, mas a preocupação, ao tratar com deferência os bárbaros e adotar alguns de seus costumes (por exemplo, o vestuário), de atraí-los mais facilmente a fim de levá-los ao helenismo, forma suprema da civilização, e realizar, assim, o que haviam tentado, em um passado mítico, Héracles e Dioniso.

Conhecemos o destino de tais afirmações na elaboração da imagem de Alexandre e na construção desse sonho de um mundo unificado, no qual gregos e bárbaros não se distinguiriam mais. O recurso a iranianos para ocupar funções qualificadas, a educação dada a jovens nobres persas para fazer deles soldados que combatessem ao modo macedônio, as famosas "bodas de Susa", enfim, são provas disponíveis para referendar esse sentido dado à ação de Alexandre. Não se deveria, no entanto, como foi feito muitas vezes, interpretar essa preocupação em reunir gregos e iranianos sob uma mesma autoridade, como expressão de um ideal visando a negar toda diferença entre gregos e bárbaros. No segundo tratado *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*, Plutarco atribui ao rei a vontade "de impor uma ordem comum a toda a humanidade, de submetê-la a uma única autoridade, de fazê-la adotar um modo de vida uniforme" (*Fortuna*, II, 342 A-B). Esse modo de vida era primeiramente grego. Talvez seja nisso, como sugeriu recentemente J. Ober, que Alexandre, longe de trair Aristóteles, se comportaria na verdade como seu discípulo. Ao fundar cidades gregas (ou de tipo grego) durante sua conquista, ele teria realizado, de algum modo, o programa desenvolvido nos dois últimos livros da *Política*, uma vez que os cidadãos dessas Alexandrias só teriam atividades políticas e militares, ficando para os indígenas, que povoavam o território atribuído às cidades, o cuidado de garantir sua vida material. A partir daí, o interesse manifestado pelos iranianos seria puramente utilitário. Se, como relata Plutarco em sua *Vida de Alexandre*, ao receber em Pella, na ausência de Filipe, embaixadores do Grande Rei, Alexandre interessou-se pelos hábitos e costumes dos persas, foi, sobretudo, para informar-se sobre como poderia tornar-se senhor desse imenso império.

A análise feita por Plutarco dos aspectos positivos da personalidade de Alexandre é, portanto, mais sutil do que uma leitura apressada

poderia levar a pensar. E desprezar as sombras que se fazem mais pesadas à medida que a conquista avança seria esquematizar a imagem que ele quer dar de Alexandre.

3

LUZES E SOMBRAS

Não se pode, de fato, desprezar a parte de sombra que o retrato de Alexandre comporta, tal como é esboçado por Plutarco. Desde a juventude, o futuro rei revela um temperamento violento e colérico. Quando Átalo, tio de Cleópatra, a nova esposa de Filipe, evoca o nascimento de um filho que seria o legítimo, sugerindo que Alexandre, nascido de uma estrangeira, era aos olhos da lei um bastardo, um *nothos*, o jovem teria atirado a taça na cabeça de seu adversário e teria arremetido contra seu pai, se este, embriagado, não tivesse tropeçado e caído após ter desembainhado a espada (*Alex.*, 9, 8). Essa mesma violência, atribuída aqui à embriaguez, explicaria o assassinato "acidental" de Clito. Plutarco o menciona desde o começo de sua narrativa (*Alex.*, 13, 4) e volta a ele mais adiante (*Alex.*, 50-51), qualificando-o de ato "selvagem". A embriaguez, no entanto, não teria sido a única causa: Clito, "já bêbado e sendo de índole áspera e altiva, deixou-se dominar pela cólera" e teria constrangido Alexandre, dirigindo-lhe censuras por ter ouvido versos nos quais os macedônios eram cobertos de ridículo. Clito teria ainda agravado o caso ao citar versos de Eurípides denunciando os chefes militares que se atribuíam todo o mérito da vitória conquistada na verdade pela massa dos soldados:

> Alexandre, então, toma a lança de seus guardas no momento em que Clito se aproximava dele afastando a cortina frente à porta, e traspassa-o de parte a parte (*Alex.*, 51, 9).

Não se tratava, portanto, de um ato gratuito, apesar de sua selvageria e do estado de embriaguez que obscurecia o espírito do rei, mas da punição por um ataque à sua pessoa. O que não impede Plutarco de acrescentar que, diante do cadáver de Clito, Alexandre teria tomado consciência da gravidade de seu ato e, sem a intervenção de sua guarda pessoal, teria sido capaz de se matar.

A narrativa de Plutarco revela outras manifestações da violência de Alexandre, relacionadas ou não com a embriaguez. Assim, quando ele vai a Delfos para consultar o oráculo e a sacerdotisa recusa-se a lhe responder por que aquele era um período nefasto em que não era permitido fazer oráculos, ele não hesita em levá-la à força ao templo, e só não a maltrata porque ela lhe teria dito: "Tu és invencível, meu filho". Ao ouvir essas palavras, acrescenta Plutarco, "Alexandre declarou não precisar de outra profecia e que tinha dela o oráculo que desejava" (*Alex.*, 14, 7).

Pouco depois, durante a batalha de Granico, mais uma vez ele se deixa dominar pela cólera, quando os mercenários gregos a serviço do Grande Rei se renderam e pediram-lhe que preservasse suas vidas. Alexandre, "cedendo mais à cólera do que à razão, arremete contra eles e quase todos foram mortos ou feridos" (*Alex.*, 16, 4).

Plutarco também não poderia dissimular os atos de crueldade de Alexandre para com os vencidos. O primeiro exemplo desses atos foi o destino reservado aos tebanos. Já vimos as interpretações contraditórias das fontes com relação a esse acontecimento, algumas lançando aos aliados gregos a responsabilidade pela decisão tomada. Plutarco, de sua parte, não nega a participação de Alexandre, que queria "impor aos gregos um desastre tão grande na esperança de amedrontá-los e de mantê-los calmos" (*Alex.*, 11, 11). Porém, também aqui, Plutarco atenua, de alguma maneira, a crueldade do comportamento do rei, relatando o episódio de Timocléia, a nobre tebana que foi poupada, e evocando os remorsos de Alexandre logo depois:

> Diz-se que o infortúnio dos tebanos fora um motivo constante de tristeza para ele, tornando-o mais brando com muitos deles (*Alex.*, 13, 8).

O rei também foi tomado por remorsos após o massacre da população de Persépolis. Ainda aí, a embriaguez da vitória teria sido a responsável por um ato que poderia parecer a realização da promessa de vingar os gregos daqueles que outrora colocaram Atenas em chamas. Daí também a intervenção, na decisão do rei, da cortesã ateniense Taís, cujas palavras Plutarco cita:

> Sinto-me finalmente recompensada das provações dessa longa errância pela Ásia, pois deleito-me no magnífico palácio dos reis da Pérsia; mas, quanto minha alegria seria maior se fosse concedido, para completar nossa festa, queimar a casa de Xerxes, que incendiou Atenas, e atear eu mesma o fogo aqui, na presença do rei de modo que digam no mundo inteiro que as mulheres do séquito de Alexandre vingaram a Grécia infligindo aos persas um castigo mais severo que todos esses comandantes e generais (*Alex.*, 38, 3, 4).

Taís era amante de Ptolomeu, e talvez se deva a ele esse relato um tanto "feminista". Mas, para voltar a Alexandre, vemos como sombras e luzes coexistem, até mesmo nos atos de crueldade que, realizados ou não em estado de embriaguez, suscitam no rei remorsos que, embora tardios, devolvem-lhe uma parcela de humanidade.

Mas essa humanidade parece reduzir-se cada vez mais a partir da morte de Dario. Isso fica evidente, em especial, no castigo infligido a Besso:

> Ele o fez desmembrar: curvaram para o mesmo ponto duas árvores retas, e amarrou-se a cada uma delas uma parte do corpo de Besso, e quando foram soltas as árvores, cada uma delas, ao se reerguer com força, levou a parte que lhe estava fixada (*Alex.*, 43, 6).

Esse suplício assemelha-se a um outro infligido por Teseu, o rei lendário de Atenas, ao salteador Sinis (Plutarco, *Vida de Teseu*, 8, 3). Arriano dá outra versão do tratamento imposto a Besso, que revela também uma imensa maldade: Alexandre teria mandado cortar-lhe o nariz e as orelhas antes de submetê-lo a julgamento e executá-lo (*Anabase*, 4, 7, 3).

Porém, a virada essencial ocorre depois do caso de Filotas. Alexandre cede à sua má índole. Sua ruptura com Calistenes, que, de alguma maneira, representava no círculo próximo ao rei a sabedoria grega, contribuiu para a aparição, em Alexandre, de um sentimento crescente de seu poder e de sua superioridade. Na véspera de lançar-se à campanha da Índia,

> ele já se tornara terrível pelo rigor inexorável com que castigava os culpados. Menandro, um de seus companheiros, por ele nomeado comandante de uma fortaleza, não quis aí ficar. Então, o rei matou-o com suas próprias mãos; e também crivou ele mesmo de flechas Orsodates, um dos bárbaros revoltados (*Alex.*, 57, 3).

Depois da tomada da fortaleza de Massaca, ordenou o massacre dos mercenários a serviço dos indianos, a quem, no entanto, tinha concedido uma trégua. Mandou também enforcar grande número de "filósofos" (brâmanes?) sob o pretexto de que faziam propaganda contra os reis a ele submetidos ou de que rebelavam os povos contra ele (*Alex.*, 59, 6-8). Ao mesmo tempo, o estado de embriaguez deixa de ser acidental para tornar-se quase permanente, o que faz o rei entregar-se sem medida a atos de violência. Ele não consegue mais se controlar, e mata com suas próprias mãos o sátrapa de Paretacena Oxatres, porque seu pai Abulites, sátrapa de Susiana, não tinha preparado a erva cortada para seus cavalos. Abulites, aliás, foi preso.

Em um outro plano, Alexandre, cujo domínio de si Plutarco tinha elogiado, não é mais capaz, por ocasião da morte de seu amigo Heféstion, de dominar sua dor, e se entrega a manifestações excessivas. Manda crucificar o médico Glauco, que não soube deter o mal, e, depois de ter mandado abater as muralhas das cidades vizinhas, "partiu como para uma caça aos homens, subjugou o povo dos cosseus e massacrou todos os que estavam em idade de combate" (*Alex.*, 72, 3-4).

Nos últimos capítulos de sua narrativa, Plutarco insiste nessa evolução da personalidade de Alexandre, que não era mais causada somente pelos excessos de bebida, mas também por presságios negativos que se multiplicavam:

> Começou a desencorajar-se, a perder a confiança na divindade e passou a suspeitar de seus amigos (*Alex.*, 74, 1).

O rei "filósofo" cedera lugar a um homem supersticioso que "deixou a perturbação e o temor invadirem seu espírito" (*Alex.*, 75, 1). Esse temor, essa desconfiança para com os mais próximos o levaram a cometer atos de violência inimaginável. Certa vez, pegou Cassandro, filho de Antípatro, pelos cabelos, e lhe bateu a cabeça contra a muralha, porque ele teria dado risada ao ver os bárbaros adorarem Alexandre. O terror teria ficado tão fortemente gravado na alma de Cassandro que, bem mais tarde, ao se tornar rei da Macedônia, ele teria tremido diante de uma estátua de Alexandre em Delfos (*Alex.*, 74, 6). A história talvez seja inventada, porém não deixa de ser reveladora do temor que os atos de violência de Alexandre despertaram em seus companheiros.

O retrato feito por Plutarco da personalidade do rei da Macedônia é, assim, mais sutil do que parece, mais complexo também na *Vida de Alexandre* do que nos dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*. No primeiro desses tratados, o rei é apresentado essencialmente como um filósofo, a encarnação da cultura grega, cuja "virtude", mais do que "fortuna", explica a grandeza das conquistas realizadas durante sua existência relativamente breve. No segundo, é ainda essa "virtude" que é exaltada, assim como o domínio de si, a coragem física e as qualidades militares. O gosto pelo vinho quase não é mencionado (*Fortuna*, II, 338 A-B), sendo minimizado. As sombras, que na *Vida* se fazem cada vez mais densas à medida que o poder de Alexandre aumenta, estão ausentes dos dois tratados.

O que haveria de verídico nesse retrato contrastado que Plutarco dá do homem Alexandre? É, evidentemente, impossível responder de modo categórico a tal pergunta. Os julgamentos maniqueístas que encontramos em inúmeros historiadores de Alexandre são excessivos. Ele não era na certa nem o "gênio" político e militar que alguns viram nele, nem o sábio que buscava no ensinamento de Aristóteles o completo domínio de si, tampouco o bêbado incapaz de dominar suas cóleras, o bárbaro "selvagem" que destruiu Tebas e queimou Persépolis. Homem de seu tempo, certamente estava sujeito às contradições que uma educação

grega implicava, a amplidão de suas conquistas, a servilidade também de uma parte de seu círculo próximo. Mas é isso o que afinal importa? Não deveríamos julgar Alexandre antes por sua obra e pelo futuro do império de que se assenhoreou em pouco mais de uma década?

Devemos aplicar-nos a isso agora.

QUARTA PARTE

A HERANÇA DE ALEXANDRE

O biógrafo de Alexandre não pode limitar-se a evocar os debates sobre a personalidade do conquistador. Se o rei da Macedônia ocupa um lugar tão importante na História, não é somente porque foi um grande chefe de guerra, mas também, e mais ainda, porque seu breve reinado de treze anos marcou uma ruptura na evolução da bacia oriental do Mediterrâneo. Antes dele, havia, de um lado, o imenso império persa, e de outro, uma quantidade de Estados gregos, de onde se destacavam algumas cidades possuidoras de um tipo de civilização que, aos olhos dos gregos, aparecia como o oposto do despotismo "bárbaro": comunidades governando-se a si mesmas de acordo com normas, na certa diversas, mas que davam à noção de cidadão um sentido ativo altamente reivindicado. Depois dele, passam a existir, primeiro, vastos Estados monárquicos nas mãos de reis que preconizam a cultura grega. Com certeza, na Grécia continental e no Ocidente haverá sempre Estados gregos independentes, sejam cidades-estados ou Estados federais. E, ao menos nas primeiras, a vida política conservará as formas solidificadas adquiridas nos séculos precedentes. A esse respeito, deve-se convir que a cidade grega não desapareceu com a conquista macedônia. Porém, essas cidades, mesmo quando não se incluíam no seio dos vastos reinos oriundos da conquista, possuíam apenas uma autonomia relativa em matéria de política externa, e, apesar de sobressaltos efêmeros de independência, permaneceram em maior ou menor dependência dos reis helenísticos, antes de passarem para a dominação de Roma.

Trata-se, portanto, de uma ruptura. Política, mas também cultural, uma vez que irão se desenvolver novas formas de pensamento, sincretismos religiosos, fenômenos de aculturação. Podemos, certamente, observar que a civilização clássica não desapareceu de repente, que a evolução já se fazia sentir antes, que as transformações só se manifestaram em certos domínios a partir do final do século III. No entanto, tentaremos demonstrar que a breve passagem de Alexandre, se não mudou a face do planeta, ao menos precipitou uma evolução que deveria conferir ao mundo antigo sua fisionomia definitiva.

1

O IMPÉRIO DE ALEXANDRE: UMA CONSTRUÇÃO FRÁGIL

Os treze anos do reino de Alexandre foram marcados por campanhas militares quase incessantes. Como observa Paul Goukowsky, "o império de Alexandre só existiu verdadeiramente durante os anos 324-323". Pode-se tentar reconstituir as diferentes medidas tomadas pelo rei, ao sabor das circunstâncias, para dar a esse império uma organização administrativa, mas seu desmembramento imediato, logo depois da morte do conquistador, atesta a fragilidade dessa organização. É preciso tentar compreender esse duplo movimento.

A ORGANIZAÇÃO DO IMPÉRIO

Importa de início distinguir as duas partes desse império: a Macedônia e a Grécia de um lado e os territórios conquistados do antigo império aquemênida de outro. Não sabemos o que teria ocorrido na Macedônia se Alexandre tivesse vivido mais tempo, se, como ele projetava, Cratero tivesse substituído Antípatro, que havia, em seu nome, governado o reino em sua ausência. Na verdade, enquanto o reino de Filipe fora marcado por profundas transformações relacionadas à afirmação de sua autoridade, ao desenvolvimento urbano, a uma política de valorização dos recursos financeiros graças à exploração das minas

do Pangeu, não parece que a Macedônia, governada por Antípatro, tenha sido afetada profundamente pela conquista. Só bem mais tarde as conseqüências do retorno dos veteranos serão sentidas. Antípatro, aliás, esforçou-se para manter o controle estabelecido por Filipe sobre os aliados gregos, sem, com isso, modificar as regras de funcionamento da Liga de Corinto.

Estamos relativamente bem informados sobre Atenas durante esse período. A vida política decorre aí de maneira tradicional, sem que se possa ao certo perceber uma real vontade de conduzir uma ação contra a Macedônia, mesmo quando o rei espartano Ágis tentou provocar um levante no Egeu. Se Ésquines e Demóstenes acertam suas contas durante o processo sobre a Coroa (330), isso não parece afetar a paz interna da cidade, que experimenta então, sob o impulso do orador Licurgo, uma renovação econômica e financeira. Isso explica em parte a quase frieza testemunhada a Harpalo, quando, tendo fugido com uma parte do tesouro de Alexandre, sugeriu colocar à disposição da cidade homens e dinheiro. Mesmo existindo em Atenas e em outras cidades indivíduos prontos para, ao menor sinal de fraqueza do poder macedônio, investir contra seus representantes, Alexandre não precisava preocupar-se muito com essas veleidades de independência, tanto que, como se viu, fez valer suas exigências por ocasião da embaixada de Nicanor em Olímpia.

Era preciso, portanto, prever essencialmente a organização dos territórios conquistados. Ora, o império persa, mesmo depois do reinado autoritário de Artaxerxes III, estava longe de apresentar uma organização administrativa sem falha. Dividido em satrapias, o império não deixava por isso de comportar enclaves mais ou menos autônomos, tais como as cidades gregas da costa, por um lado, e os Estados vassalos, por outro, como certos Estados sacerdotais e os reinos situados nas fronteiras setentrionais e orientais do império.

Senhor da maior parte da Ásia Menor, após a vitória de Granico, Alexandre, como se viu, reconheceu a autonomia da maioria das cidades gregas, perante as quais posava como liberador. Do mesmo modo, manteve o sistema satrápico, contentando-se em nomear macedônios para comandar as antigas satrapias, mantidas ou reagrupadas. Desde o começo da campanha, ele nomeou para o governo da antiga satrapia

de Frígia Helespôntica o macedônio Calas. Em Lídia, ele manteve a divisão do poder entre Asandros, filho de Filotas, como sátrapa, e o comandante da guarnição estabelecida em Sardes, também macedônio. Da Caria, tornada quase independente sob o governo de Mausolo, ele respeitou a autonomia, confiando a satrapia a Ada, última representante da dinastia dos Hecatomnidas, mas instalou em Halicarnasso uma guarnição de 3.200 mercenários sob o comando de Ptolomeu. Reuniu numa mesma satrapia a Lícia, separada da Caria, e a Panfília. Mais tarde, elas seriam reunidas à Frígia, sob o comando apenas de Antígono, o que iria trazer conseqüências funestas, como veremos. De imediato, Antígono recebeu uma força de 1.500 mercenários, estabelecidos na capital da satrapia, Celena. Algumas regiões anatolianas, no entanto, como a Capadócia e a Paflagônia, permaneceram quase independentes.

A região sírio-palestina causou problemas mais complexos. A Cilícia foi posta sob o controle de Balacros, filho de Nicanor, que acumulou as funções de sátrapa e estratego. Na Síria, a parte norte foi confiada a Menon, enquanto as cidades da costa fenícia conservavam seus soberanos locais, com exceção de Tiro, que recebeu uma guarnição macedônia. A Samaria e a Judéia permaneceram, teoricamente, independentes, porém foram postas sob o controle de um estratego macedônio, primeiro Andrômaco, depois, quando este foi assassinado por rebeldes samaritanos, Menon. Mas, logo em seguida, inquieto com a atividade desenvolvida por Ágis quando se preparava para rumar ao Egito, Alexandre reuniu a Cilícia, a Síria e a Fenícia sob o controle do hiparca Menés. Mais tarde, passado o perigo, a Síria e a Cilícia voltaram a ser satrapias independentes.

O Egito foi tratado de modo um pouco particular. O país não foi confiado a um sátrapa. Alexandre conservou a antiga divisão entre Alto e Baixo Egito, para o comando dos quais foram nomeados nomarcas locais, porém sob controle estrito de oficiais macedônios. Além disso, o rei confiou a um grego de Náucratis, Cleômenes, a função de controlar o sistema fiscal e receber os rendimentos do país, essencialmente em bens. Possuímos informações sobre a administração do Egito por Cleômenes graças a um discurso atribuído a Demóstenes, *Contra Dionysodoros*, e a uma passagem do *Econômico*, atribuída a Aristóteles. Cleômenes se teria entregado a especulações bem-sucedidas sobre o preço do trigo.

Sua posição, em todo caso, só fez firmar-se e ele se tornou, no Egito, um verdadeiro sátrapa. Sua habilidade financeira permitiu-lhe reunir importantes rendimentos, que foram em parte destinados à construção da Alexandria. Ptolomeu, quando se apoderou do Egito após a morte de Alexandre, se beneficiaria da organização adotada por Cleômenes e a desenvolveria.

Após a morte de Dario, Alexandre, no papel de sucessor dos Aquemênidas, concederia um lugar maior aos iranianos na administração do império. A penetração em regiões quase desconhecidas e a ignorância das línguas locais tornavam necessária a associação com os iranianos, cuja fidelidade fora conquistada pelo rei. Sem dúvida, as guarnições deixadas no local mantinham-se sempre sob o controle de oficiais macedônios. Mas satrapias importantes foram confiadas aos persas. Assim, Mazaios, que entregara a cidade a Alexandre, foi designado como sátrapa da Babilônia. Ele controlava toda a administração da satrapia, com exceção da arrecadação do tributo. Ademais, dois macedônios, Agaton e Apolodoro, foram colocados à frente das forças armadas da satrapia e da cidadela de Babilônia. Alexandre fazia questão, sobretudo, de garantir a lealdade dos nobres iranianos, disposto a demonstrar indulgência com aqueles que inicialmente apoiaram o usurpador Besso, antes de se juntarem a ele e entregar-lhe este último. Foi o caso de Atropates, que recebeu a satrapia de Média, e de Fratafernes, sátrapa de Partia. Em contrapartida, nas regiões menos seguras, Alexandre preferiu instalar macedônios ou, às vezes, foi levado a substituir um sátrapa iraniano por um de seus companheiros macedônios. Assim, na Bactriana e na Sogdiana, onde instalara primeiro sátrapas iranianos, como Artabazo, Alexandre obrigou, após a revolta de 329, esse mesmo Artabazo a pedir demissão e o substituiu por Clito, e depois por Amintas.

Na Índia, o problema se apresentou de maneira um pouco diferente, pois o sistema das satrapias não vigorava ali, e a maior parte dos territórios só fizera parte do império de forma efêmera. Alexandre esforçou-se para que sua autoridade fosse reconhecida pelos soberanos locais. Entretanto, mesmo nessas regiões distantes, ele confiou o controle desses aliados pouco seguros a estrategos macedônios. O rei de Taxila foi mantido à frente de seu reino, mas uma guarnição vigiava a capital. Apenas Poro, segundo Plutarco, permaneceu senhor absoluto

de seu reino e foi dispensado de uma guarnição macedônia. Ao longo do vale do Indus, os soberanos locais foram submetidos, em contrapartida, a um controle estrito.

As diversas nomeações decididas por Alexandre, como relata Arriano, não devem, contudo, criar ilusões. Os territórios indianos nunca foram, na verdade, anexados ao império. E o movimento de revolta que rebentou em certas satrapias obrigou Alexandre a preocupar-se sobretudo em restabelecer sua autoridade na parte central do Irã. Os sátrapas rebeldes, Orxines, na Pérsida, Abulites, na Susiana, e Ástapo, na Carmânia, foram presos e substituídos por macedônios — dentre os quais Peucestas, que, segundo Plutarco, aprendera a língua iraniana. Em meio aos revoltados, havia também macedônios, que foram presos e executados. Foi o caso de Cleandro e de Sitalces.

Tudo isso é revelador dos métodos empregados por Alexandre, muito flexíveis, ditados pelas circunstâncias, e que não correspondiam a um programa preestabelecido. Isso confirma o que já se pôde prever anteriormente. Na cabeça do rei não se tratava nem de uma conquista sistemática, tampouco de uma vontade de associar os iranianos a seu poder em nome de um idealismo qualquer. Quando era necessário, e desde que garantisse com guarnições militares o controle sobre os povos submetidos, ele não hesitava em confiar o governo local a iranianos, inclusive a soberanos indígenas nas regiões subjugadas. Porém, o controle militar permanecia nas mãos dos oficiais macedônios.

Um dos aspectos dessa administração, talvez o mais importante, dizia respeito à arrecadação do tributo, geralmente confiado ao sátrapa. Alexandre estava apenas retomando o sistema aquemênida. Os rendimentos, em dinheiro ou em produtos, eram destinados a garantir o bom funcionamento da administração da satrapia e à manutenção das guarnições. Algumas vezes, entretanto, o recolhimento do tributo era confiado a um magistrado especial, como Cleômenes, no Egito, Nicias, na Lídia, e Filoxeno, na Caria.

O domínio das capitais reais permitira a Alexandre dispor de recursos consideráveis. Não se sabe quando a gestão desse tesouro foi confiada a Harpalo — sucedido pelo rodense Antimenas após sua fuga, em 325. Harpalo parece ter gozado de uma autoridade importante. Ele devia controlar em particular os ateliês monetários. Vimos, contudo,

que Alexandre deixara subsistir, em todo o império, a cunhagem local de moedas paralelamente ao desenvolvimento de seu próprio processo de cunhagem.

Esses recursos eram destinados com prioridade à manutenção do exército. Já evocamos, muitas vezes, a dificuldade para avaliar o número total dos soldados envolvidos na conquista; as fontes apresentam sobre esse ponto dados imprecisos, até mesmo contraditórios. Estão de acordo, no entanto, ao supor que, no início das operações na Ásia, o exército contava com cerca de 40.000 soldados de infantaria e de 4.000 a 5.000 cavaleiros. Desse total, os macedônios representavam cerca de um terço dos efetivos; o restante era formado de contingentes fornecidos por aliados gregos e povos dependentes e de mercenários. A importância desses últimos era crescente, sobretudo após a destituição das tropas aliadas. A posse dos tesouros aquemênidas garantia os meios de pagá-los e também a possibilidade de formar contingentes iranianos, que seriam associados ao exército nos últimos anos da conquista.

As modificações internas da composição do exército exigiram adaptações na organização e nos comandos. Dentre os macedônios — cujo número teria ultrapassado 15.000, aproximadamente, no início, e 10.000, depois da partida dos veteranos, na véspera da morte de Alexandre — distinguia-se sempre a falange dos *pezhetairoi*, agrupados em seis, talvez sete regimentos (*taxeis*), e a guarda real dos hipaspistas. A cavalaria dos *hetairoi*, desde então, se encontrava dividida em hiparquias, que substituíram as antigas *ilai*. A infantaria ligeira era composta, em sua maioria, de mercenários. Mas foi, com certeza, o recurso aos iranianos que acarretou as modificações mais importantes na organização do exército. Imagina-se que tenham existido, desde o final do ano 330, regimentos de cavaleiros iranianos. Porém, foi a partir de 328-327 que a presença dos iranianos no exército pôde ser atestada de modo seguro. No início, tratava-se de cavaleiros que formavam unidades separadas. A integração de parte deles à cavalaria estaria na origem da "sedição de Susa (ou de Opis)". No que concerne à infantaria, a criação de uma falange iraniana, treinada para combater à maneira macedônia, constituiu o ponto essencial. A chegada dessa unidade a Susa, em 324, foi, para os macedônios, outra razão para manifestar sua hostilidade.

O comando sofreu igualmente o contragolpe dessas transformações internas. Após o julgamento e a execução de Parmênio, a chefia do comando foi desmembrada. Além disso, conforme as circunstâncias, um ou outro companheiro era encarregado de um comando. Assim emergiram aqueles que seriam chamados a desempenhar um papel importante após a morte do rei: Cratero, Perdicas, Ptolomeu, Lisímaco, Antígono...

O exército de Alexandre era, portanto, formado por elementos diversos, no qual sem dúvida o elemento macedônio ocupava um lugar à parte, mais por causa do papel que poderia desempenhar junto ao rei do que por sua importância numérica. É preciso levar em conta esse fato para compreendermos o comportamento dos chefes militares após a morte de Alexandre, e o desmembramento rápido desse império, cujas estruturas tinham acabado de ser implantadas, nos poucos meses que se seguiram ao retorno do exército à Babilônia.

O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO

O desmembramento não se deu em uma só etapa; foi conseqüência de divisões sucessivas que, a princípio, inscreviam-se numa manutenção teórica da unidade imperial e da legitimidade dinástica da família real macedônia, antes que o desaparecimento contínuo dos dois "reis" pusesse fim a uma ficção — fim sancionado pela tomada do título real a partir de 306 pelos principais protagonistas.

Evocamos, no início desta biografia de Alexandre, as práticas, quando não as regras, que presidiam a designação do novo rei: sua aclamação pela assembléia dos macedônios. Muito se discutiu para saber se isso deveria ser entendido como a assembléia do povo (mas quem formava esse "povo" no Estado territorial que era a Macedônia?) ou a assembléia do exército — exército formado de cavaleiros recrutados na aristocracia e de soldados da infantaria, cujo modo exato de recrutamento ignoramos.

Compreende-se logo que o problema não se apresentava nesses termos em Babilônia. Pois, se para a aclamação do novo rei era necessário recorrer aos macedônios, só poderia ser àqueles presentes na Ásia. A essa primeira dificuldade com relação ao *nomos* macedônio, juntava-se

uma segunda, muito mais preocupante de imediato: a ausência de um herdeiro incontestável. Alexandre, como se viu, desposara a iraniana Roxana com a intenção de ter com ela um herdeiro legítimo. A jovem estava grávida, mas ignorava-se qual seria o sexo da criança que ia nascer, e alguns dos companheiros de Alexandre consideravam com reticência a perspectiva de ter um rei semibárbaro. Havia, na verdade, um outro filho de Filipe, Arrideu, nascido de uma concubina do rei. Mas era um fraco de espírito, incapaz, aparentemente, de suceder a seu meio-irmão e dar continuidade a seus projetos.

A situação era especialmente delicada, pois os dois homens mais influentes, um na Macedônia, outro na Ásia, Antípatro e Cratero, se encontravam distantes de Babilônia. Antípatro, que em princípio deveria vir reforçar o exército com novos recrutas, estava impedido de fazê-lo em razão do levante que, com o anúncio da morte de Alexandre, tinha ocorrido na Grécia. Cratero estava prestes a partir para a Europa com os veteranos que, cheios de presentes, tinham sido mandados de volta para a Macedônia. Foram, portanto, oficiais mais jovens, do círculo próximo de Alexandre, que tomaram o controle das coisas. Por razões fáceis de compreender, os chefes militares se mostraram favoráveis à designação do futuro filho de Roxana como sucessor. Isso permitiria a certos ambiciosos exercerem uma regência de fato, repetindo, de alguma maneira, a manobra por meio da qual, em 359, Filipe se fez aclamar regente, depois rei, em lugar de seu sobrinho, o jovem Amintas. Entre esses ambiciosos, havia em particular Perdicas, e tudo indica que foi graças a ele que se adotou o princípio de esperar o nascimento do filho de Roxana, enquanto ele mesmo exercia a regência em nome do futuro rei.

Porém, se levarmos em consideração o relato de Quinto Cúrcio, parece que houve um movimento de revolta dos falangistas que teriam designado Arrideu como sucessor de Alexandre, com o nome de Filipe III. Diante dessa revolta — das mais perigosas, pois poder-se-ia temer uma intervenção, de um lado ou de outro, dos demais elementos do exército —, o compromisso acabou por se impor: Arrideu e o filho de Roxana reinariam conjuntamente sob a autoridade confirmada de Perdicas, mas partilhada com Cratero, o primeiro com título de quiliarco, emprestado da hierarquia militar persa e já usado por Heféstion, o segundo como *prostates* (tutor) dos reis.

Ao mesmo tempo, os chefes do exército encamparam uma nova repartição das províncias: Ptolomeu recebia a satrapia do Egito, Leonato a Frígia Helespôntica, Lisímaco a Trácia, enquanto Antígono era confirmado na satrapia de Frígia, Lídia e Panfília. Pouco se falara até então desse último. Alexandre lhe confiara a guarda de uma região vital para o império. Com isso, ele não se havia envolvido com os conflitos que dilaceraram o círculo próximo do rei. Nos anos seguintes, Antígono desempenharia um papel cada vez mais importante.

De imediato, porém, quem dominava era Perdicas, que podia contar com o apoio de Eumênio, o chefe da chancelaria de Alexandre. Podia também tirar vantagem da situação que se desenvolvera no Egeu. O movimento de revolta, de fato, tomara vulto. Atenas, em particular, sob as ordens do orador Hipérides e do estratego Leóstenes, encabeçava uma coalizão à qual se reuniram os etólios, os tessálios e inúmeras cidades reunidas em uma aliança, de cuja formação participara Demóstenes, chegado do exílio a que tinha sido condenado pelo caso Harpalo. Antípatro ficara detido na Tessália, na fortaleza de Lamia, e esperava os reforços que Cratero lhe trazia da Ásia. Enfim, revoltas irromperam na fronteira oriental do império, especialmente na Bactriana.

Perdicas então aproveitou a situação para retirar de Cratero o título de *prostates* do rei, declarando-se o único regente. Não é fácil seguir o desenrolar dos acontecimentos pelos relatos, muitas vezes contraditórios, de nossas fontes. Há motivos para crer que, a fim de reforçar sua posição, Perdicas tenha cogitado casar-se com Cleópatra, a irmã de Alexandre, talvez instigado pela velha rainha Olímpia, cujas intrigas as fontes insistem em ressaltar.

Em todo caso, em alguns meses os acontecimentos se precipitaram. Os dois principais adversários, Perdicas e Cratero, desapareceram quase ao mesmo tempo da vida política: o primeiro assassinado por seus soldados, o segundo ferido mortalmente durante uma investida contra Eumênio de Cardia, na Capadócia.

Pouco antes, Antípatro conseguira suspender o cerco de Lamia. Os macedônios obtiveram sobre a frota ateniense uma grande vitória em Amorgos e, pouco depois, o exército grego era vencido em Cranon. Em Atenas, Antípatro impôs a adoção de um regime oligárquico e a presença de uma guarnição macedônia no Pireu. Depois, liberado

de qualquer preocupação imediata com relação à Grécia, alcançou, na Síria, os principais chefes macedônios. Uma conferência os reuniu, em 321, em Triparadeisos. Antípatro recebeu o cargo de epimeleta (protetor) dos reis, Arrideu e Alexandre IV, o filho de Roxana. Procedeu-se igualmente a uma nova repartição das satrapias: Antígono tornava-se sátrapa da Ásia, com a missão de apoderar-se da Capadócia e eliminar Eumênio. Seleuco foi nomeado sátrapa da Babilônia, enquanto Lisímaco conservava a Trácia e Ptolomeu, o Egito.

Em 319, Antípatro morreu. Ele deixava o poder, de que estava investido desde Triparadeisos, a um personagem que ficara até então em segundo plano, Polipércon, em detrimento de seu filho Cassandro, que esperava suceder-lhe, e que logo se esforçou para reunir uma coalizão contra Polipércon. Este recorreu aos gregos, reconstituindo a Liga de Corinto e ajudando os atenienses a se verem livres do regime oligárquico imposto por Antípatro. Plutarco, na *Vida de Fócio*, conservou o relato dos acontecimentos que se sucederam, então, em Atenas, e que resultaram na condenação à morte do estratego Fócio após um processo sumário. Cassandro conseguiu, dois anos mais tarde, retomar Atenas, cujo governo confiou ao filósofo Demétrio de Falero.

Começou então um período extremamente conturbado, no qual eram criadas e desfeitas alianças em torno dos dois infelizes reis, que só o eram no nome, porém simbolizavam a continuidade do império de Alexandre. Durante essa fase confusa, a posição de Antígono se reforçava progressivamente. Aliado em um primeiro momento de Polipércon, ele põe em risco a aliança dos principais Estados gregos, com a intenção cada vez mais declarada de tornar-se senhor da Macedônia. À sua frente, Cassandro, aliado de Seleuco, Ptolomeu e Lisímaco, tem as mesmas ambições, já que sua irmã Eurídice é esposa de Filipe Arrideu, o que lhe dá uma espécie de legitimidade — que aumentava ainda mais quando, na certa por incitação de Olímpia, Arrideu é assassinado em 316. Cassandro, então senhor da Macedônia e de uma parte da Grécia, manda julgar Olímpia pela assembléia macedônia, que condena a rainha à morte.

Mas há ainda o pequeno Alexandre IV nas mãos de Polipércon e Antígono. Contra este último, forma-se uma aliança que termina mal para ele: seu filho Demétrio é vencido pela coalizão em Gaza, em 311.

Antígono consente, então, na celebração de uma paz geral com seus adversários, da qual Seleuco, retido numa campanha na Ásia, não participa. Isso confirma as partilhas anteriores, porém reforça a autoridade de Cassandro, nomeado estratego da Europa e confirmado nas suas funções de epimeleta de Alexandre IV. No ano seguinte, em 310, ele se livra da criança, pondo fim, desse modo, à ficção que, desde a morte de Alexandre, mantinha a unidade do império.

Na realidade, esse império não passava de uma ilusão. Se na Europa Cassandro mantinha firmemente a Macedônia nas mãos, seus adversários, Antígono e seu filho Demétrio, Ptolomeu e Lisímaco disputavam o domínio no Egeu. Em 307, Demétrio conseguiu tomar Atenas, onde restabeleceu a democracia, em nome da autonomia proclamada dos Estados gregos, expulsando Demétrio de Falero, o protegido de Cassandro. O ateniense, depois de uma permanência em Tebas, refugiou-se em Alexandria, junto a Ptolomeu. Teremos ocasião de reconsiderar o papel que ele desempenhou junto ao primeiro Lágida.

Porém, o fato essencial que encerra esse período confuso foi a conquista do título real por Antígono e seu filho Demétrio, em 306, logo após uma vitória deste último sobre Ptolomeu, em Chipre. Alguns meses mais tarde, Ptolomeu, Lisímaco, Seleuco e Cassandro se proclamariam reis.

Ora, apenas um deles, Cassandro, era o senhor da Macedônia. Por conseguinte, só ele podia dizer-se *basileus Makedonias*. Mas poderia também ser o único *basileus Makedônon*? De fato, havia macedônios nos exércitos dos outros diádocos, como passam a ser designados, a partir daí, os "sucessores de Alexandre". Vê-se logo que surge um problema, ao qual voltaremos mais detidamente. Se a monarquia macedônia que Alexandre herdara de Filipe era um poder que repousava em um *nomos*, uma lei da qual os macedônios eram os guardiães, como poderiam coexistir muitos "reis"? E o que significava, então, o título de *basileus*, do qual tinham-se apoderado?

É preciso agora tentar responder a essa pergunta.

2

A INVENÇÃO DE UMA NOVA MONARQUIA

A conquista do título real pelos protagonistas dos conflitos, marcando os dezessete anos da morte de Alexandre, colocam o problema do sentido que esses homens acreditavam dar à sua decisão. Não podia, com efeito, tratar-se da monarquia macedônia tradicional, já que apenas um dentre eles, Cassandro, era o senhor da Macedônia. Também não se tratava apenas da sucessão de Alexandre, pois, de comum acordo, o império havia sido desmembrado, como atestam as partilhas sucessivas às quais eles se entregaram. Se alguns deles, especialmente Antígono e seu filho Demétrio, ainda conservavam a ambição de reconstituir a unidade do império, em compensação Ptolomeu, Seleuco, e Cassandro também provavelmente, decidiram reinar somente sobre uma fração do imenso território conquistado por Alexandre.

É preciso, então, voltar àquele que se revelaria um dos aspectos maiores da herança de Alexandre, a monarquia helenística.

O DESENVOLVIMENTO DE UMA IDEOLOGIA "REAL" NO SÉCULO IV

O primeiro elogio da realeza transmitido pela tradição grega se encontra paradoxalmente nos dizeres daquele a quem os gregos tomavam como a encarnação do despotismo: o rei dos persas. No célebre diálogo em que Heródoto confronta três nobres persas, que discutem

os respectivos méritos das três principais formas de regime político — aquela na qual a decisão pertence ao povo, outra em que "o pequeno número" governa e, enfim, a monarquia —, o historiador faz Dario I pronunciar-se:

> Nada é preferível ao governo de um só, caso seja ele o melhor; tendo pensamentos à sua altura, pode exercer sobre o povo uma tutela irrepreensível, e é com ele que podem ser mantidas secretas as decisões que visam aos inimigos (*Histórias*, III, 82).

O segundo se encontra, não menos paradoxalmente, na imagem que Tucídides dá de Péricles, o verdadeiro fundador da democracia ateniense e seu ardente defensor. O historiador ateniense ressalta que, em lugar de deixar-se dirigir pelo povo, ele o dirigia e, com isso, "sob o nome de democracia, era, de fato, o primeiro cidadão que governava" (II, 65, 9).

Decerto, os gregos ainda conservavam a lembrança dos reis da epopéia. Mas tratava-se de heróis de um passado distante, conhecidos, principalmente, por meio dos personagens elaborados pelos poetas trágicos, e que não poderiam inscrever-se no âmbito da cidade.

Foi sobretudo a partir do século IV, nos escritos dos filósofos, dos retóricos e dos historiadores, que se desenvolveu uma corrente de pensamento que podemos qualificar de "monarquista". Aos excessos da democracia, mas também aos estragos da oligarquia, ela contrapõe os benefícios do poder restituído às mãos de um único, o melhor. Naturalmente, esse elogio do "bom rei" se opõe também às outras formas de poder monárquico, a tirania ou a autoridade despótica do rei dos persas. O tirano, como o Grande Rei, reina sobre os povos de escravos, ao passo que o homem dotado de qualidades "reais" governa homens livres. Com isso, uma das condições da autoridade de que dispõe é que ela lhe seja livremente consentida. Era, segundo Xenofonte, a opinião de seu mestre Sócrates:

> A realeza e a tirania eram, segundo ele, duas formas de governo. Mas ele fazia uma diferença entre elas. Considerava uma como o governo aceito pelo povo e conforme as leis do país; e a outra como um poder imposto e sem outra lei além do capricho dos chefes (*Memoráveis*, IV, 6, 12).

Esse livre consentimento decorre, primeiro, das qualidades que possui aquele a quem se confia livremente a autoridade. Com certeza, essas qualidades não são semelhantes no rei ideal de Xenofonte ou de Isócrates e naquele cuja natureza Platão se esforça para definir nos seus diálogos. Para Isócrates — que afirma no discurso *A Nicocles* ser a realeza "a forma da atividade humana mais elevada e a que exige mais precauções" (§ 6) —, a primeira obrigação de um rei é "fortalecer sua alma" (§ 11), exercer sua razão (§ 14) e, com isso, tornar seus súditos melhores (§ 15). "Cumpre teus deveres para com os deuses, como teus ancestrais te ensinaram, mas esteja convencido de que o mais belo sacrifício, o mais nobre gesto de deferência, será mostrar-te o melhor homem e o mais justo" (§ 20), diz ainda Isócrates, dirigindo-se ao rei de Chipre. E mais adiante: "Exerce tua autoridade sobre ti mesmo tanto quanto sobre os outros, e considera que a conduta mais digna de um rei é não ser escravo de nenhum prazer e comandar seus desejos ainda mais do que seus compatriotas" (§ 29).

Isócrates não se limita, no entanto, a essas considerações que revelam uma moral de certo modo banal. No discurso que o mesmo Nicocles supostamente deve pronunciar para glorificar seu governo, as vantagens da monarquia são apresentadas de forma muito mais "realista", em particular com referência à guerra e ao modo de conduzi-la:

> Preparar forças, utilizá-las de modo a encobrir seus movimentos e a levar vantagem sobre o inimigo, persuadir uns, constranger outros pela violência, comprar indivíduos, conduzi-los por todos os outros processos de sedução, eis métodos que os governos absolutos são mais capazes do que os outros de praticar (*Nicocles*, 22).

Mas, ainda aí, as "virtudes do rei" são o domínio de si e o espírito de justiça (§ 29). E foram essas mesmas virtudes que caracterizaram o poder do pai de Nicocles, Evágoras, a quem Isócrates dedica um elogio, gênero literário muito em voga na época helenística. São elas também que justificam o fato de Isócrates poder desejar recolocar nas mãos de Filipe o cuidado de conduzir o combate dos gregos unidos sob sua autoridade contra os bárbaros, à imagem de seu ancestral Héracles.

Xenofonte não disfarça, assim como Isócrates, sua preferência pela monarquia, tanto na *Ciropédia*, o romance "pedagógico" dedicado ao fundador do império persa, como também nas palavras que empresta a Sócrates, nos *Memoráveis* ou no *Econômico*, e ainda no elogio dedicado a seu amigo, o rei espartano Agesilau. É *a priori* surpreendente que o rei ideal possa ser encarnado tanto pelo rei dos persas, monarca absoluto, como pelo rei espartano, uma espécie de magistrado estritamente controlado pela Gerousia (o Conselho dos Anciãos) e pelos éforos. Ainda mais surpreendente, talvez, é a imagem do chefe ideal ser desenvolvida a partir do exemplo de um grande proprietário ateniense. Porém, em todos esses textos, exprime-se a mesma preocupação em definir o que Sócrates, nos *Memoráveis*, chama "arte real" (IV, 2, 11), ou seja, a arte de comandar os outros e torná-los melhores. Há, no *Econômico*, um desenvolvimento que parece particularmente profético. Iscômaco, o grande proprietário interlocutor de Sócrates, define a arte de governar como sendo da mesma natureza, quer se trate de agricultura, política, economia ou guerra. E, sobre esse último ponto, constata:

> Os chefes que se inspiram nos deuses, que são corajosos, capazes, dêem-lhes para comandar esses mesmos soldados, confiem-lhes quaisquer outros, se quiserem, eles têm domínio sobre homens cujo sentido de honra impede-lhes de cometer um ato contrário às leis da honra, que compreendem as vantagens da obediência e, usando de seu orgulho para obedecer cada um por sua conta e todos juntos, quando é preciso sacrificar-se, sacrificam-se com boa vontade [...] Eis aqueles a quem se pode de direito chamar chefe pela grandeza de seu caráter, aqueles a quem muitos soldados seguem com a mesma boa vontade, e pode-se dizer que é terrível o braço do guerreiro que se adianta com tantos braços dispostos a obedecer-lhe: é verdadeiramente grande esse homem capaz de realizar grandes coisas pela força do seu caráter mais do que pelo vigor de seu corpo (XXI, 5; 8).

Como se, de antemão, Xenofonte tivesse descrito as qualidades que a posteridade relacionará a Alexandre. Do mesmo modo, seu retrato de Agesilau, que foi também, em menor escala, um conquistador da Ásia, termina com um elogio de sua "virtude", uma virtude que se manifestava no respeito para com os deuses, uma generosidade em

multiplicar os benefícios em favor daqueles que a ele se ligavam e em mostrar-se indiferente a qualquer forma de riqueza, um domínio de seus desejos e uma contenção que lhe permitiu resistir às propostas de um certo Megabates, por quem estava enamorado, enfim, uma coragem física a toda prova. Para Xenofonte, no entanto, o maior mérito de Agesilau era o de submeter-se às leis de sua pátria, Esparta. E um rei espartano, fosse ele superior a todos os outros, não podia desprezar as leis que faziam de sua cidade a primeira das cidades gregas. Por essas características, era o oposto de seu inimigo natural, o rei dos persas. Se Agesilau, por suas "virtudes", tal como o descreve Xenofonte, parece anunciar Alexandre, ele não teria jamais adotado a vida luxuosa do soberano aquemênida. Agesilau é, portanto, uma das imagens de rei ideal elaboradas pelo pensamento grego do século IV, mas uma imagem que, por ser inscrita na realidade espartana, distingue-se do monarca absoluto que será o rei helenístico.

Com Platão, uma outra imagem do monarca ideal emerge de diálogos como a *República* e o *Político*. Partindo da constatação de que "nenhuma das constituições atuais convém ao verdadeiro filósofo" (*República*, 497 b), ele sugere que a solução dos problemas da cidade não pode ser encontrada "antes de esse pequeno número de filósofos tratados, não como malévolos, mas como inúteis, ser forçado pelas circunstâncias, a cuidar, com boa ou má vontade, da cidade, ou antes de os dinastas ou os reis atuais ou seus filhos serem tomados por alguma inspiração divina de um verdadeiro amor pela filosofia" (*República*, 499 b-c). Sabemos, segundo seu próprio testemunho, se, em todo caso, a carta VII for autêntica, que ele teria tentado converter à filosofia os tiranos de Siracusa, Denis, o Antigo, primeiro, e em seguida Denis, o Jovem, sem êxito, antes de fazer recair suas esperanças em Dion. Na realidade, em lugar de empenhar-se para converter os reis atuais à filosofia, era preferível considerar uma cidade ideal, onde os filósofos seriam detentores do poder. Se Platão reconhece que a realização da cidade ideal é difícil, nem por isso deixa de concluir:

> Todavia, ela é possível, mas, como dissemos, apenas quando tivermos à frente da cidade um ou muitos filósofos, que, desprezando as honras hoje almejadas, considerando-as indignas de um homem livre e desprovidas de

> valor, atribuam, ao contrário, maior importância ao dever e às honras que são a sua recompensa, e concebendo a justiça como a coisa mais importante e mais necessária, fiquem a seu serviço, fazendo-a florir, e organizem, segundo suas leis, a cidade (*República*, 540 d-e).

Antes, Sócrates tinha enumerado as qualidades do verdadeiro filósofo: o amor pelo conhecimento, a temperança e a coragem para enfrentar a morte.

Entretanto, na *República*, Platão não prega de fato o poder de um só. É em outro diálogo, o *Político*, que afirma a necessidade de um homem "real" à frente da cidade e define seus poderes. Esse homem poderia até mesmo situar-se acima das leis, caso se mostrassem contrárias à justiça. E sua missão primeira seria tornar melhores, e portanto mais felizes, seus concidadãos. Mas Platão é obrigado a convir que não é fácil encontrar homens dotados dessas qualidades "reais", e conclui:

> Visto que, com efeito, não nascem reis nas cidades como eclodem nas colméias, únicos por sua superioridade de corpo e de alma, é preciso então, ao que parece, reunir-se para escrever códigos, tentando seguir o rastro da mais verdadeira *politeia* (*Político*, 301 e).

Foi o que ele se esforçou em fazer, ao redigir as *Leis*, não sem antes lembrar que o ideal seria um homem que, detentor de um poder "tirânico" e dotado de juventude, memória, abertura de espírito, coragem, magnanimidade, tivesse a boa sorte de encontrar um legislador eminente (*Leis*, 709 e - 710 d).

O que Platão deseja para salvar a cidade dos males que a afligem não é o estabelecimento de um regime monárquico propriamente dito. Mas, ao definir as qualidades do homem "real", elabora uma concepção da *basileia* seguramente mais exigente que a de seus contemporâneos, e que traduz, contudo, um estado de espírito, decerto restrito a uma certa *intelligentsia* ateniense, mas que não deixa de ser revelador de novas aspirações.

Já tivemos a oportunidade de evocar o problema das relações entre Alexandre e seu mestre Aristóteles. Destacamos as tradições segundo as quais teria existido uma correspondência entre eles, cujos

testemunhos são mais ou menos autênticos, e as críticas que o filósofo teria formulado contra uma política que consistia em associar os bárbaros ao governo e à defesa do império. No entanto, o que nos interessa é a maneira como Aristóteles fala da realeza em seus escritos. Na *Retórica*, ele fornece sua definição mais simples:

> A monarquia é, como seu nome indica, a *politeia* em que um só homem é senhor soberano de todas as coisas. Ela assume duas formas: a que se submete a uma certa ordem é a realeza; aquela cujo poder não conhece limites é a tirania (*Retórica*, 1366 a).

Na *Política*, ele distingue cinco espécies de realeza:

> A primeira, a dos tempos heróicos [ela se exercia com o consentimento geral, mas se limitava a domínios bem definidos: o rei era general, juiz e senhor soberano do culto dos deuses]; a segunda, a dos povos bárbaros: por direito de hereditariedade, um poder despótico é fundado na lei; a terceira, a que se chama asineta, é uma tirania eletiva; a quarta dessas espécies é a lacônia: em suma, uma estratégia permanente e hereditária [...]. Mas temos uma quinta espécie de realeza, quando um só homem tem autoridade sobre tudo (*Política*, 1285 b 20-30).

Aristóteles consagrará um desenvolvimento particularmente interessante a essa última forma de realeza. Interrogando-se sobre a questão de saber se é preferível ser governado pelo melhor homem ou pelas melhores leis, ele conclui, ao cabo de uma reflexão em que pesa as vantagens e os inconvenientes dos dois sistemas, pela superioridade da lei sobre o poder de um só. Dentre os argumentos invocados, o problema da hereditariedade do poder real parece-lhe importante: que garantia se pode ter de que os filhos do melhor homem terão as qualidades de seu pai (1286 b 22-27)?

Entretanto, Aristóteles não está absolutamente seguro de que sua primeira conclusão convenha a todas as sociedade humanas. "É propício a ser governado por um rei o povo que tem aptidão natural para produzir uma família superior pela virtude, com o intuito de exercer uma hegemonia política" (1288 a 8-9).

> Por isso, quando uma família inteira, ou mesmo um indivíduo, distingue-se dos outros por uma virtude superior, a ponto de prevalecer sobre a de todos os outros, então é justo essa família obter a realeza e o poder supremo em tudo, ou esse indivíduo único tornar-se rei [...] A única alternativa que resta é então que se obedeça a tal homem e que ele exerça a autoridade suprema, não por sua vez, mas perpetuamente (1288 a 15-19; 28-29).

A respeito desse indivíduo excepcional, ele tinha antes formulado duas afirmações que merecem ser destacadas: a superioridade fazia dele "como um deus entre os homens" (1284 a 10-11), e, para ele, não poderia haver lei: ele próprio seria a lei (1284 a 13-14). Temos aí dois aspectos essenciais da realeza helenística.

Na Atenas do século IV, nesse centro da vida intelectual grega, a questão da realeza, da *basileia*, estava no primeiro plano das preocupações daqueles que freqüentavam as escolas de retórica ou de filosofia e se diziam os educadores dos futuros dirigentes. Vivendo e ensinando em uma cidade onde as decisões se encontravam nas mãos do povo reunido, parecia-lhes que apenas um poder monárquico poria fim às desordens e às fraquezas que eles denunciavam como próprias da democracia. A massa dos atenienses, de acordo com o que podemos avaliar, permanecia ligada a um regime que fizera a grandeza da cidade. Mas ela também era capaz de entusiasmar-se por um general vitorioso e conceder-lhe honras excepcionais. Nem por isso estaria disposta a aderir a tal homem caso ele fosse estrangeiro à comunidade cívica. Os atenienses vencidos haviam concedido honras excepcionais a Filipe e a Alexandre, mas isso não os impediu de rebelar-se ao anúncio da morte do conquistador. Atenas não era a Grécia. Mas é ali que melhor podemos compreender como isso, que foi pura especulação de filósofos e retóricos, tornar-se-ia realidade. Quinze anos após a morte de Alexandre, o povo ateniense acolheria Demétrio, filho de Antígono, como um salvador.

BASILEUS ALEXANDROS

Teria o breve reino de Alexandre contribuído para enriquecer essa imagem do rei ideal elaborada pelos pensadores gregos? Já evocamos as

diferentes figuras encarnadas por Alexandre: rei dos macedônios, *hegemon* dos gregos, sucessor dos Aquemênidas, e, enfim, filho de Zeus. Ele desempenhou cada um dos papéis implicados nessas figuras não sucessiva mas conjuntamente, mesmo tendo sido apenas a partir do retorno a Babilônia que Alexandre passou a exigir dos gregos o reconhecimento de sua divindade — gregos de quem se dizia chefe, mas que, de fato, afastara da conquista enquanto aliados, apesar de continuarem presentes, como mercenários ou a título pessoal, no círculo de amigos do rei.

É, portanto, apenas a partir de dois desses papéis, de rei dos macedônios e sucessor dos Aquemênidas, que se apresenta a questão da contribuição de Alexandre a uma nova idéia da realeza.

Não voltaremos a mencionar as relações entre o rei e os macedônios de seu exército, que foram se deteriorando à medida que o poder pessoal de Alexandre se afirmava. A dificuldade principal para apreciar a evolução da autoridade do rei com relação aos macedônios, e conseqüentemente aquilo que, por ocasião de sua morte, ainda é do âmbito da monarquia macedônia tradicional, decorre das próprias circunstâncias. Durante a maior parte de seu reinado, Alexandre viveu e exerceu sua autoridade fora da Macedônia, sendo esta governada em seu nome por Antípatro. Desde então, o *nomos* macedônio que regulava as relações do rei e de seu povo não podia ser plenamente respeitado. Ressaltamos, em particular, a propósito do caso de Filotas, o desacordo de nossas fontes no tocante ao papel desempenhado pela assembléia do exército enquanto detentora do poder judiciário.

Evocamos igualmente os incidentes ocorridos na Índia, quando Alexandre teve de desistir de avançar no território situado além do Hífaso e após o retorno do exército em direção ao oeste, em Susa ou Opis. Seria possível continuar isolando os macedônios no seio de um exército em que os mercenários gregos eram cada vez mais numerosos? Ao pronunciar discursos diante de seus soldados reunidos em *ecclesia*, para retomar o termo usado por Diodoro, teria Alexandre se dirigido apenas aos macedônios? Em outras palavras, se, pelos relatos muitas vezes divergentes de nossas fontes, percebemos tensões entre Alexandre e seu exército, isso não decorre sempre de uma expressão do *nomos* macedônio. Seja ao escolher o momento de dar combate, ao negociar com o adversário, ao escolher determinado itinerário e não outro, temos

sempre a impressão de que Alexandre decide sozinho. E aquilo que, segundo o biógrafo Plutarco, se explica por uma evolução de seu caráter, traduz, de fato, um fortalecimento de seu poder. As circunstâncias são suficientes para justificar esse reforço: um exército que se desloca em país inimigo deve, antes de tudo, obedecer a quem o comanda.

Por outro lado, valendo-nos dos relatos de nossas fontes, vimos também se afirmar o papel desempenhado junto ao rei por alguns de seus "amigos". As fontes gregas às vezes usavam, para designar esse grupo de amigos, o termo *synedrion*, mas quem pode dizer que esse "conselho" teve um estatuto jurídico preciso? Ainda mais que, como se viu, alguns desses "amigos" foram vítimas de sua cólera ou de sua hostilidade — lembremos apenas do exemplo de Clito e sua súbita desgraça, ou o de Calistenes. O próprio exemplo de Calistenes mostra que o círculo de Alexandre não era composto exclusivamente de macedônios, e, portanto, não poderia ter ocupado um lugar qualquer nas estruturas bastante imprecisas da monarquia macedônia. E, com toda a certeza, a entrada no exército, e em seus corpos mais prestigiosos, de elementos iranianos, só tornou ainda mais incerta a sobrevivência, na pessoa de Alexandre, da realeza macedônia tradicional.

No entanto, isso não implica uma orientalização do poder de Alexandre. Se ele impôs a seus súditos iranianos as marcas de respeito devidas ao soberano aquemênida, se adotou parte do vestuário desse soberano, em particular o diadema, se, além disso, deixou-se tentar por um certo luxo, foi só para os iranianos que se tornou o sucessor do Grande Rei. Ele manteve, por razões evidentes de eficácia, o sistema das satrapias e de recolhimento de tributos arrecadados dos súditos do império. Mas permaneceu bem pouco tempo nas capitais reais.

Qual foi, então, a natureza real da autoridade de Alexandre? Tudo leva a crer que estaríamos mais próximos da realidade se considerássemos essa autoridade como a do general vitorioso. São, com efeito, as sucessivas vitórias que fazem dele o senhor de um imenso império, e foi conduzindo campanhas incessantes que teve reforçado seu poder. Se for verdade que, às vésperas de sua morte, concebia novos projetos de conquista, podemos avaliar então a importância dessa ideologia da vitória no reconhecimento tanto por seus soldados como pelos súditos do império da superioridade que justificava uma autoridade sem limites.

Seria inútil perguntarmo-nos o que teria se tornado a realeza de Alexandre caso ele acabasse voltando para a Macedônia. Só é preciso constatar que ela era, de algum modo, uma "realeza itinerante", que a autoridade de Alexandre estava relacionada à sua pessoa e, por isso mesmo, não era nem apenas macedônia, nem apenas oriental, mas uma criação pessoal que, ao mesmo tempo que englobava esses dois componentes, ultrapassava tanto um como outro.

A esse respeito, é característica a alcunha revelada pelas moedas, cuja data de emissão é discutível, mas que não deixam por isso de traduzir essas novas realidades. Alexandre não é mais só o *basileus Makedônon*, nem o *Basileus* sem qualificativo, como era o rei dos persas. Ele é *basileus Alexandros*, apenas seu nome já qualificando a autoridade real. É, de algum modo, a encarnação do monarca ideal cuja imagem os pensadores gregos do século IV haviam construído. A pergunta que não se pode deixar de formular é a seguinte: o Alexandre "real ["monárquico"] é somente o produto da imagem que seus contemporâneos quiseram criar, ou ele mesmo trabalhou para construí-la, ele que tinha sido formado por Aristóteles e Calistenes? Sem desconhecer, como já assinalamos, a dificuldade para depreender a realidade do homem Alexandre sob as múltiplas imagens que dele se sobrepõem, é preciso convir que alguns de seus atos, nos últimos meses de sua vida, levam a pensar que ele se empenhou em esmerar sua imagem de chefe predestinado. Seus projetos — o pedido formulado a Olímpia do reconhecimento de sua divindade, o cuidado também em garantir a dinastia por meio de seu casamento com Roxana — não revelam apenas uma evolução de seu caráter, mas bem mais a conscientização de um destino excepcional. Não foi por acaso que recebera honras como *theos aniketos*, deus invencível.

Rei dos macedônios quando deixa a Europa, sucessor dos Aquemênidas após a morte de Dario, o rei Alexandre não possui apenas uma autoridade que é a soma de dois poderes. Sua realeza é uma construção nova, elaborada nos últimos anos da conquista, mas que será determinante na formação de um novo tipo de poder: a monarquia helenística.

A MONARQUIA HELENÍSTICA

Já evocamos os acontecimentos que se seguiram de imediato à morte de Alexandre — as diferentes partilhas do território do império — à medida que desapareciam, primeiro, Filipe Arrideu, e, depois, o jovem Alexandre IV. A ficção de uma sobrevivência da monarquia argéada iria acabar após 310. E, quatro anos mais tarde, Antígono receberia o título de rei.

Seria possível pensar que, com a morte súbita de Alexandre, o *nomos* macedônio poderia de novo exprimir-se mediante o papel do exército. No entanto, durante os anos que precederam a tomada do título real pelos diádocos, o exército macedônio raramente se expressou enquanto corpo constituído. Em Babilônia, decerto, pôde intervir, e até mesmo impor o compromisso final. Mas, em seguida, por ocasião dos conflitos que opuseram os diádocos, cada um deles se apoiava apenas em uma fração desse exército, no qual, aliás, os macedônios talvez não passassem de uma minoria. Talvez apenas Cassandro, ao se tornar senhor da Macedônia, pôde respeitar o *nomos* macedônio, fazendo julgar pela assembléia a rainha Olímpia, acusada de organizar o assassinato de Filipe Arrideu. Pode-se cogitar, é claro, que fora da Macedônia, em certas circunstâncias, um ou outro diádoco tenha reunido um exército do qual era chefe para fazê-lo sancionar uma decisão ou uma aliança.

Uma passagem da *Vida de Eumênio*, de Plutarco, a esse respeito é interessante: Antígono, querendo garantir o apoio de Eumênio após o anúncio da morte de Antípatro, teria entrado em conluio com o antigo chanceler de Alexandre, a quem sitiara na cidade de Nora, na Capadócia. Eumênio submeteu, então, as proposições de Antígono aos soldados de seu adversário que o sitiavam. Pedia que o juramento que os uniria mencionasse igualmente os reis e Olímpia. Plutarco, nesse texto (*Vida de Eumênio*, 12, 4), fala apenas dos macedônios, o que se justifica, talvez, por ser a morte de Alexandre ainda recente. Tem-se aí a manifestação do papel político, e não mais apenas judiciário, do exército macedônio em campanha. Mas supõe-se que logo seriam apenas considerados os exércitos controlados por cada um dos diádocos, exércitos ao serviço do chefe que os comandava e cuja composição era cada vez mais heterogênea — por exemplo, o exército que, reunido

em assembléia por Antígono em 315 na cidade de Tiro, julgou e condenou Cassandro... pelo assassinato de Olímpia!

A adoção do título real por Antígono, que durante todo esse período se mostrou, sem sombra de dúvida, o mais ambicioso de todos os diádocos, revestia-se de uma significação bem definida. Ainda que Antígono cogitasse reconstituir, em proveito próprio, a unidade do império, ele não se proclamava *basileus Makedônon*, mas *basileus Antigonos*. Como Alexandre, reivindicava, portanto, a título pessoal, as qualidades "reais". E o momento dessa proclamação era a vitória obtida em Chipre por seu filho Demétrio, que ele associaria logo a essa *basileia*, reivindicando assim as qualidades "reais" não apenas para ele, mas para sua família.

Os outros diádocos, por sua vez, iriam adotar logo depois o título real e, apesar de terem, na verdade, ambições mais limitadas que as de Antígono, também não fariam constar uma referência étnica em seu título. O único para quem o problema se apresenta uma vez mais é Cassandro, pois, se nas moedas ele é apenas *basileus Kassandros*, uma inscrição o designa como *basileus Makedônon*. A esse respeito, seu caso é representativo do que será a monarquia na Macedônia na época helenística: uma monarquia "nacional". Como mostrou André Aymard em diversos artigos, se a monarquia é um fenômeno cultural único, nem por isso ela deixa de apresentar duas formas distintas. A unidade cultural decorre do fato de o rei helenístico reivindicar a herança de Alexandre. Isso se traduz concretamente pelo uso do diadema, a fita com um nó na nuca adotada por Alexandre depois da morte de Dario. Traduz-se também pela presença junto ao rei de uma corte de amigos, mais ou menos hierarquizada e no seio da qual se entrelaçam intrigas a partir do momento em que surgem os problemas de sucessão. Enfim, temos aí o último traço comum: todos esses soberanos fundam uma dinastia.

Mas esses aspectos comuns não devem dissimular as duas formas adotadas pela monarquia helenística. Na Macedônia, após uma série de conflitos opondo os diversos pretendentes à realeza (Lisímaco, Demétrio, o filho de Antígono, Pirro, o rei do Épiro), o filho de Demétrio, Antígono Gônatas, torna-se definitivamente senhor do país e a monarquia conserva o caráter "nacional" do tempo dos Argéadas. Em decorrência disso, a referência aos macedônios passa a aparecer junto ao nome do

rei nas inscrições, enquanto alguns sinais permitem entrever o papel da assembléia macedônia na aclamação do novo rei, na designação, em caso de minoria do sucessor, de um *epitropos*, de um regente, e, em matéria judiciária, no conhecimento dos processos de alta traição.

Por outro lado, nada disso ocorre nas monarquias "pessoais", como a dos Selêucidas e a dos Lágidas, nem naquelas dos dinastas que, favoráveis à decomposição do império selêucida na Ásia, se proclamarão reis. Nesse caso, o rei não precisa levar em conta a existência de uma comunidade ao seu lado. Ele próprio é o Estado e a lei personificados. O território que ele domina, adquirido "pela lança", é fruto da sua vitória. Não há assembléia de soldados detentora de qualquer direito de controle sobre a justiça e sobre a designação do rei. Se às vezes os soberanos orientais se fazem aclamar por seus soldados, isso não implica a existência de um *nomos* limitando seu poder. Da herança de Alexandre, eles conservaram o aspecto pessoal, ainda mais porque reinavam sobre povos habituados de longa data a uma submissão absoluta. As terras de que se assenhorearam são seu bem próprio e eles podem dispor delas como quiserem, doá-las aos "amigos", reforçando assim com benefícios o reconhecimento de seus próximos.

Mas o traço que talvez distinga as monarquias nascidas da conquista da monarquia macedônia, mesmo sob sua nova forma, é o culto prestado à pessoa do rei. Viu-se como Alexandre acabou exigindo dos gregos o reconhecimento de seu caráter divino. Já ressaltamos aquilo que, na tradição grega, poderia explicar ou até mesmo justificar tal reivindicação. Os sucessores de Alexandre hesitam inicialmente em ostentar as mesmas qualidades. Entretanto, mesmo antes da tomada do título real, Demétrio e Antígono viram-se objeto de honras divinas em Atenas. Ptolomeu fora proclamado *sôter* (salvador) pelos rodenses. Lisímaco, Seleuco e Antíoco, seu sucessor, também foram objeto de cultos análogos. Logo observamos que esses cultos eram prestados pelas cidades gregas sob seu controle mais ou menos direto, e uma vez mais se inscreviam em uma tradição nascida no seio do mundo grego.

Desde a segunda geração, porém, desenvolve-se primeiro o culto ao soberano morto, antes do culto ao soberano vivo. Assim, Ptolomeu II instituiu o culto de seu pai e de sua mãe como "deuses salvadores" (*theoi sôteres*), depois de sua irmã Arsínoe e o seu próprio como

"deuses irmãos" (*theoi adelphoi*), prática que se acentuara durante o século III.

Entre os Selêucidas, a história do desenvolvimento do culto real é menos clara. Ele parece ter-se desenvolvido sobretudo nas cidades gregas integradas ao império. Ali, também, foi na segunda geração que a divindade do rei se afirmou pelo acréscimo de epítetos cultuais ao seu nome. Assim, Seleuco I foi elevado à dignidade de deus por seu filho Antíoco I com o epíteto de *nikator* (vencedor). E é somente no início do século seguinte que Antíoco III imporia a todo o reino o culto de seus ancestrais e de sua própria pessoa.

É importante, no entanto, fazer logo uma dupla observação. Primeiro, como nota Edouard Will, não era na divindade que a autoridade real repousava; era essa realeza, sinal da proteção concedida pelos deuses, que fundava sua divindade. Segundo — e isso é verdade para tudo o que precede —, tanto para a natureza do poder régio como para os fundamentos da autoridade real, não devemos esquecer que foram os gregos (e os macedônios helenizados) que a princípio se encontraram abrangidos por essa nova realeza. Como escreveu André Aymard, a monarquia helenística "é um fato grego, realizado por soberanos, alguns verdadeiramente gregos, outros real ou pretensamente helenizados, mas sempre visando aos gregos, eles também mais ou menos autênticos, seu entorno ou sua obediência" (*Études d'histoire ancienne*, 1979, p. 125).

Isso nos conduz ao terceiro aspecto da herança de Alexandre: o nascimento de um novo mundo helênico.

3

O NASCIMENTO DE UM "NOVO MUNDO"

Alexandre empreendera sua campanha da Ásia como *hegemon* dos gregos. O objetivo era realizar um projeto de Filipe, talvez inspirado pelo retórico ateniense Isócrates. Este, nos discursos em que propunha modelos a seus discípulos e numa carta dirigida a Filipe, sugeria ao rei dos macedônios atacar os bárbaros. Essa guerra teria por primeiro objetivo libertar do jugo persa as cidades gregas da Ásia e vingar-se dos males outrora infligidos aos gregos, em especial aos atenienses, por Xerxes. Permitiria também instalar na Ásia, nos territórios conquistados, os mercenários que pululavam no mundo egeu e constituíam um perigo crescente para a paz e a ordem social. Mesmo que os conselhos de Isócrates estivessem de fato na origem do projeto de Filipe, ou que, mais simplesmente, após estabelecer sua autoridade em um grande número de Estados gregos reunidos na Liga de Corinto, este último tivesse temido uma aliança entre alguns desses Estados e o Grande Rei, a expedição cujo comando Alexandre herdou após a morte de seu pai era realmente, em sua origem, um projeto grego.

Vimos que ele mudou de natureza a partir do momento em que Alexandre pretendeu ser o sucessor de Dario e associou iranianos à administração e à defesa dos territórios conquistados. Apesar disso, ele e seus companheiros mais próximos continuavam a nutrir-se de cultura grega, e gregos e macedônios formavam o grosso de seu exército.

Mesmo alguns iranianos tendo permanecido, após a volta a Babilônia, investidos de funções administrativas, a organização do império continuava majoritariamente grega. As numerosas cidades fundadas pelo conquistador, ao longo do percurso seguido por seus exércitos, instalavam a presença grega na Ásia e no Egito.

Foi, portanto, um mundo grego sobremaneira ampliado que Alexandre deixou para seus sucessores. E se, como foi visto, a unidade do império não iria sobreviver à morte do conquistador, os vastos Estados territoriais nascidos da conquista e o restante do mundo grego não deixariam de apresentar, em prazo mais ou menos curto, uma nova fisionomia. São os diferentes aspectos desse mundo novo que é importante depreender para avaliar a importância da herança de Alexandre na evolução das sociedades da bacia oriental do Mediterrâneo.

AS TRANSFORMAÇÕES DA VIDA ECONÔMICA

Essas transformações foram objeto de uma das obras mais monumentais da historiografia contemporânea, o livro de Mikhail Rostovtzeff, *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, publicado em Oxford, em 1941. Baseada no estudo de fontes literárias, arqueológicas e papirológicas, a análise de Rostovtzeff apresentava o mundo nascido da conquista de Alexandre como um "novo mundo", que teria permitido aos gregos passar de uma economia ainda primitiva a formas muito mais "racionais" e "modernas" de desenvolvimento econômico. Atualmente, somos mais prudentes diante das conclusões de Rostovtzeff, mesmo que muitas de suas análises conservem a pertinência. A instalação dos gregos na Ásia e no Egito teve, como conseqüência inevitável, um alargamento geográfico do mundo grego que se traduziu em extensão dos intercâmbios comerciais. Regiões até então à parte do comércio mediterrâneo foram integradas. Mas as duas transformações mais significativas foram, por um lado, o deslocamento dos eixos do comércio marítimo, e por outro, o desenvolvimento da moeda.

No século V e ainda no século IV, Pireu fora a principal praça de comércio do Mediterrâneo oriental, favorecendo a hegemonia de

Atenas no mar Egeu. Para lá afluíam comerciantes vindos de todo o Oriente, mas também do longínquo Ocidente, e as taxas que a cidade recolhia na entrada e na saída das mercadorias eram fonte importante de rendimentos, como atesta o tratado redigido por Xenofonte por volta do século IV, cujo objetivo era verificar os meios de aumentá-los, favorecendo em especial a instalação de comerciantes estrangeiros em Atenas. Ainda no século III, Pireu era um centro de trocas ativas. Entretanto, com o correr do tempo, dois outros pólos viriam a substituir o porto de Atenas com relação ao volume de trocas. Rodes primeiro — escala quase obrigatória entre o Egito e o mundo egeu, e cuja prudente neutralidade em meio aos conflitos que opunham os diádocos e seus sucessores reforçou ainda mais a posição. Os navios mercantes tinham a garantia de encontrar ali uma acolhida e instalações propícias às trocas.

O outro pólo foi, evidentemente, Alexandria, por duas razões essenciais. De um lado, o Egito sempre fora um dos centros de abastecimento de grãos do mundo grego, cuja produção de cereais era insuficiente para cobrir as necessidades alimentares de sua população. De outro, agentes do poder real exerciam controle sobre a venda do trigo. Não falaremos a esse respeito, das imputações de "dirigismo" ou "planificação". Mas, uma vez que a terra do Egito era propriedade do rei em decorrência da conquista, as arrecadações fiscais faziam recair em suas mãos quantidades enormes de cereais, cuja venda no exterior alimentava o tesouro real. Se havia algum controle da produção, não é certo que tenha sido verdadeiramente eficaz.

Além disso, Alexandria era o escoadouro normal de produtos vindos do Oceano Índico, da Península Arábica e também do interior da África. Infelizmente, subsistem muitos obscurantismos sobre a organização desse comércio e a personalidade dos comerciantes que freqüentavam o porto, talvez sírios ou fenícios, como em Rodes. Não se pode dizer que os Lágidas tenham controlado esse comércio; importava-lhes apenas a receita fiscal dele decorrente.

A ampliação dos intercâmbios e o deslocamento dos eixos do comércio mediterrâneo estavam favorecidos e, por sua vez, favoreciam o uso, cada vez mais generalizado, da moeda. Já citamos a importante quantidade de metais preciosos de que Alexandre lançou mão. O rei

fez cunhar moedas, destinadas especialmente a retribuir seus mercenários e pagar o provimento de seu exército. Houve, assim, durante os anos que se seguiram à conquista, um considerável crescimento da massa monetária em circulação, cujo efeito teria sido o de diminuir o valor do ouro e da prata. Os reis persas cunhavam, sobretudo, moedas de ouro, ocasionalmente de prata. Muito depressa, no entanto, o bimetalismo conservado por Alexandre cedeu ao monometalismo prata, que era tradicional no mundo grego. O fato importante é que não somente o uso dessas moedas se espalhou nas regiões que até então o haviam praticamente ignorado, mas que, além disso, seguindo o modelo de Alexandre, seus sucessores adotaram o padrão ático que se generalizou quase por toda parte, salvo em Rodes, fiel ao seu particularismo, e no Egito, onde os Lágidas escolheram depressa um padrão mais leve, talvez em razão de maiores dificuldades para conseguir o metal bruto.

Esse crescimento da circulação monetária teve por corolário o desenvolvimento das atividades bancárias. A maioria dos bancos era, como também em Atenas, composta de estabelecimentos privados. Mas, alguns grandes santuários (*Delos*) se entregavam também a operações de empréstimo, assim como certos bancos públicos, nas cidades gregas da Ásia e do Egito lágida.

É preciso, no entanto, não perder de vista que essa economia monetária não se estendia a todas as regiões conquistadas. Numerosos territórios permaneciam submetidos a uma economia "natural", nos campos situados fora das vias comerciais, como nas províncias, onde a arrecadação de tributos se fazia em produtos, sem que fosse necessário recorrer ao instrumento monetário.

Esses aspectos novos da economia afetavam essencialmente os meios urbanos. O desenvolvimento das cidades é, de fato, a característica principal do "novo mundo" nascido da conquista.

O DESENVOLVIMENTO URBANO

O mundo grego era um mundo urbanizado. Mesmo que inúmeras regiões permanecessem distantes dessa urbanização, era em torno das cidades que se tinha constituído o tipo de Estado mais característico

da Grécia antiga, a cidade-estado. Decerto, e isso valia mesmo para as cidades-estados mais importantes, como Atenas, a cidade-estado, centro da vida política e religiosa, controlava um território rural mais ou menos extenso, pertencente aos cidadãos. A possessão de um lote na terra cívica era, aliás, em inúmeras cidades, a condição primeira para pertencer ao corpo cívico. Mesmo em Atenas, onde era possível ser cidadão sem possuir nenhuma terra, a maior parte da população cívica era composta de pessoas que viviam de rendimentos de seus bens imóveis. Contudo, a vida urbana, com suas atividades políticas, religiosas e também artesanais e comerciais, das quais era o centro, continuava sendo o traço distintivo dessa civilização. No século IV, certas cidades da costa da Ásia Menor assistiram ao desenvolvimento de um urbanismo herdado do modelo elaborado no século V pelo célebre arquiteto Hipodamos de Mileto. Priena, Mileto, Éfeso, entre outras, tinham se beneficiado desse progresso arquitetônico e urbanístico.

Alexandre inspirou-se nesses modelos urbanos quando decidiu fundar, no Egito, uma cidade que teria o seu nome. Diodoro relata que, após escolher o lugar, o rei estabeleceu o plano da futura cidade dividindo-a em bairros, "segundo todas as regras da arte". O historiador acrescenta:

> A forma que lhe deu está muito próxima à de uma clâmide, com uma grande avenida cortando a cidade quase ao meio, uma maravilha por suas dimensões e sua beleza (XVII, 52, 2-3).

Ao fundar uma cidade em tal localização, Alexandre queria igualar-se aos heróis fundadores de cidades do passado. Mas cogitava também garantir a sua retaguarda, num momento em que o rei espartano Ágis tentava levantar Creta. Não é provável porém que, na ocasião, ele imaginasse o futuro de uma cidade que se tornaria, em algumas décadas, a mais rica e mais povoada do mundo mediterrâneo.

Pode-se supor que, qualquer que fosse a preocupação do rei em deixar seu nome relacionado a cidades novas, foram também razões estratégicas que o levaram a multiplicar as fundações durante as conquistas. A própria localização dessas cidades, no cruzamento de estradas importantes ou ao longo das fronteiras setentrionais do império,

indicam claramente que se tratava de assegurar a defesa das províncias conquistadas. Na realidade, eram em primeiro lugar colônias militares. Não se sabe, infelizmente, como se escolhiam os colonos, se eles recebiam terras exploradas pelos indígenas que povoavam o território cedido à cidade ou se formavam somente guarnições. Não se sabe também se, desde o início, essas cidades receberam instituições calcadas no modelo da cidade grega clássica. Foi somente com os sucessores de Alexandre que se pôde perceber o modo de instalação dos colonos. As inscrições originadas em algumas dessas cidades, igualmente tardias, mostram que era possível encontrar em toda parte assembléia, conselho e magistrados eleitos.

Os colonos eram essencialmente gregos e macedônios, sendo raros os elementos indígenas associados desde a origem ao povoamento dessas cidades. Nem por isso as considerações militares para Alexandre, assim como para seus sucessores, desdobravam-se numa intenção clara de difundir a cultura e o modo de vida gregos.

Foram sobretudo os Selêucidas que desenvolveram a política de urbanização. É, pois, pela Ásia selêucida que se percebe melhor o que significaram essas cidades, especialmente graças aos testemunhos arqueológicos. Seguindo o exemplo de Alexandre, depois o de Antígono, senhor da Ásia até a sua morte, os dois primeiros Selêucidas, Seleuco I e seu filho Antíoco I, multiplicaram as fundações urbanas, dentre as quais as quatro grandes cidades do reino, Antíoco e Apaméia sobre o rio Orontes, no interior, Selêucia e Laodicéia na costa.

Elas gozavam, como cidades gregas, de uma autonomia teórica, mas, pertencendo à terra real, a *chora basilike* conquistada pela lança, estavam, na realidade, sob a dependência do poder central. Mesmo que as instituições funcionassem aparentemente de modo "livre", a vida política era mais formal do que real. E assim como Antíoco, cidade grega teoricamente autônoma, era de fato a capital do reino selêucida, Alexandria, "ao lado" do Egito, era a capital dos Lágidas.

O que distinguia as cidades novas das antigas cidades da Ásia "libertadas" por Alexandre, além de uma dependência mais estrita, era a natureza do povoamento. Ao certo, todos os seus "cidadãos" eram gregos ou macedônios helenizados. Mas os primeiros eram originários de diferentes regiões da velha Grécia e, às vezes, constata-se nas

inscrições a manutenção da etnia de origem no nome. Isso vale sobretudo para a emigração grega no Egito. Os Lágidas, diferentemente dos Selêucidas, fundaram de fato poucas cidades, no Egito ou em suas possessões externas. Os mercenários recrutados por eles formavam comunidades à parte que não tinham estatuto de cidade. Eram designados pelo termo *politeuma*. Recebiam lotes de terra na *chora*, e limitavam-se a receber seus rendimentos.

O caso de Alexandria é um pouco especial. A maioria das cidades fundadas na Ásia por Alexandre e seus sucessores foi povoada no início exclusivamente por helenos (gregos e macedônios), ao passo que Alexandria contou desde cedo, a partir do final do século IV, com uma importante população estrangeira. O caso mais conhecido é o da diáspora judaica. Duas tradições diferentes explicavam a presença de judeus na cidade. A primeira, relatada pelo grego Hecateu de Abdera, relacionava-a com a própria pessoa do primeiro Ptolomeu, cuja "benevolência" teria favorecido a imigração de judeus para Alexandria. Segundo a outra, de origem alexandrina e judaica, mais tardia, os primeiros imigrados teriam sido prisioneiros capturados pelo mesmo Ptolomeu durante uma campanha na Síria, e libertados por ele. Seja qual for o valor dessas tradições, é preciso convir que Alexandria foi um dos principais centros da diáspora judaica. Com certeza, esses judeus não tinham a cidadania alexandrina. Porém, obtiveram do rei lágida (Ptolomeu I ou Ptolomeu II) o direito de praticar seu culto e conservar sua lei. Outras comunidades indígenas obtiveram, provavelmente, privilégios análogos.

A maioria das novas cidades apresentava o aspecto de uma cidade grega tradicional: no centro, a ágora, cercada pelos principais edifícios públicos e pelos santuários. Havia também um teatro e um ginásio — lugar de reunião dos jovens da cidade. Era o símbolo do que caracterizava a *paidea*, a educação grega: o atletismo e a cultura poética, uma educação "democratizada", pois todos os helenos tinham acesso a ela. Apenas alguns indígenas privilegiados podiam dizer-se "do ginásio".

É claro que essas fundações foram centros de difusão de um modo de vida grego, mas um modo de vida adotado por uma minoria dentre as populações da Ásia e do Egito: os gregos que seguiram Alexandre, depois os que emigraram em massa durante as duas últimas décadas do século IV e as primeiras décadas do século III.

Não dispomos de nenhum meio para avaliar numericamente a importância dessa imigração. Se os primeiros colonos foram essencialmente mercenários, em seguida, com o desenvolvimento das novas cidades, transformadas em centros de intercâmbio, afluíram certamente artesãos, comerciantes, "técnicos" diversos, médicos, juristas, atores, assim como os "técnicos" dionisíacos, grupos itinerantes que se apresentavam nos teatros de que era dotada toda cidade grega de alguma importância.

A questão que se apresenta então é saber em que medida essa presença grega modificou a estrutura das sociedades orientais. Muitas vezes comparou-se a imigração grega no Oriente a um fenômeno colonial. De fato, no reino selêucida e no Egito lágida, e mais tarde nos Estados nascidos da decomposição do primeiro, os gregos ocupavam uma posição dominante, seja na administração central, no plano local ou nas cidades novas. Os esforços de Alexandre para associar os iranianos à administração do império não prosperaram. Seus sucessores, nos conflitos que os opunham, procuravam mais o apoio dos Estados gregos do que o das populações indígenas, pois temiam que elas aproveitassem essas desordens para reconquistar sua independência.

Os gregos estabelecidos no Oriente formavam, portanto, um grupo privilegiado, unido por uma língua comum, a *koiné*, derivada do dialeto ático e que terminara por impor-se a todos, por interesses convergentes, por um modo de vida e práticas sociais que tendiam a uniformizar-se, diante de um mundo oriental que conservara sua diversidade.

AS SOCIEDADES ORIENTAIS

Não há como esquecer a extrema diversidade das sociedades orientais, que conservaram sua originalidade no seio do império aquemênida, e apenas passaram de uma dominação a outra. Com certeza, houve contatos entre emigrados gregos e comunidades indígenas. Mas raramente a estrutura das sociedades indígenas foi modificada por esses contatos. A grande massa dessas populações orientais era formada por camponeses. E esses estavam limitados por taxas e encargos que

deviam aos donos das terras que cultivavam: terras "reais", terras sagradas pertencentes a santuários, terras dadas pelo rei a seus amigos. Havia também, tanto na Mesopotâmia como na Síria, comunidades camponesas mais ou menos livres, mas obrigadas ao pagamento de um tributo, que podia ser um dízimo sobre os produtos da terra ou um imposto fixo.

Para o Egito lágida, nossa documentação, muito mais rica, permite entrever as conseqüências da presença grega na evolução da sociedade indígena. Existia uma tradição burocrática bastante antiga que os Lágidas só tiveram que reinvestir, superpondo aos antigos administradores locais, nomos, toparquias, *kômai* (províncias, distritos, povoados), administradores novos recrutados dentre os greco-macedônios, que ocupavam também os altos postos civis e militares do governo central.

Como na Ásia, uma parte da terra "conquistada pela lança" era "terra real", povoada por "camponeses reais" submetidos ao pagamento de pesados encargos. Havia igualmente uma "terra sagrada" nas mãos do clero indígena, cuja renda era em parte destinada a prover as despesas de culto, "terras clerúquicas", formadas por pequenos feudos em retribuição a soldados do exército real, e, finalmente, terras distribuídas "como doação" pelo rei. Uma dessas *dôreai* foi atribuída ao diócita Apolônio, verdadeiro ministro das finanças de Ptolomeu II; ela é conhecida graças à correspondência de seu intendente Zenão. Os camponeses que trabalhavam nessas terras, mais ou menos independentes da autoridade real, ficavam submetidos aos mesmos encargos em produtos que os agricultores reais. Relativiza-se muito, atualmente, a "planificação" que teria tornado a exploração das massas camponesas mais difícil no Egito do que na Ásia selêucida. Entretanto — e isso provém, talvez, da desigualdade de nossas informações —, parece que o Egito foi, mais do que a Ásia, o palco de levantes camponeses. Parte da responsabilidade por essas revoltas é atribuída ao clero indígena. Insiste-se também na ação dos egípcios, que, a partir do final do século III, foram convocados para servir no exército real. Mas esse é um outro problema.

Resta que, tanto na Ásia como no Egito, as massas camponesas, em sua maioria, só foram afetadas pela presença grega à medida que essa presença reforçou a sua exploração. Convém, no entanto, ressaltar

que, em todas essas sociedades, desde que os Estados helenísticos se estabilizaram, após o período de turbulências que se seguiu à morte de Alexandre, emergiram notáveis, convocados para preencher funções subalternas ou que viviam nas cidades indígenas que obtinham o estatuto de cidade e a autonomia que isso implicava. Destacamos um exemplo, mais conhecido do que outros e cujo interesse se destaca porque diz respeito a uma comunidade *a priori* particularmente refratária ao helenismo: a comunidade judaica.

A Judéia, no final do século IV, fazia parte do reino lágida. Era um dos Estados vassalos semi-autônomos obrigados ao pagamento de tributos. Sua originalidade decorria do fato de a autoridade ser exercida ali por um sacerdote. Não se tratava, no entanto, de um Estado sacerdotal: os documentos evocam o *ethnos tôn Ioudaiôn*, o povo dos judeus. Com isso, a terra não era propriedade do templo de Jerusalém, como no caso nos Estados sacerdotais incluídos no reino selêucida. Os grandes sacerdotes eram recrutados na dinastia sacerdotal dos Oníadas. Eles possuíam bens não somente em Jerusalém, mas também além do Jordão. São mencionados na correspondência de Zenão, o intendente do ministro de Ptolomeu II. Está em causa uma terra "de Tobias", onde Zenão teria ficado durante uma de suas viagens de inspeção nas possessões externas dos reis Lágidas. Há também duas cartas desse Tobias, escritas em grego, uma endereçada a Apolônio, e a outra, ao próprio rei. Em suas *Antigüidades judaicas*, o historiador Flávio Josefo, judeu helenizado e cidadão romano, que escreve no século I de nossa era, menciona um certo José, filho de Tobias, sobrinho do grande sacerdote Onias, que teria ido a Alexandria, carregado de presentes para o rei, a fim de obter o arrendamento dos impostos da província da Síria-Fenícia, que ele teria conservado durante 22 anos. A esse título, ele teria exercido em Jerusalém um poder concorrente ao do grande sacerdote. Flávio Josefo conclui seu relato afirmando que esse José, filho de Tobias, "soubera conduzir o povo judeu de uma situação de pobreza e fraqueza a uma vida mais brilhante". Provavelmente, essa observação só era válida para o meio judaico helenizado, ao qual pertenciam os Tobíadas. O exemplo mostra, em todo caso, que desde o século III, e talvez mesmo antes, notáveis indígenas puderam chegar a situações mais ou menos importantes que os aproximavam dos greco-macedônios.

É preciso, no entanto, assinalar que não se tratava de uma minoria. Se, como supomos, Alexandre sonhara em realizar a unidade de seus súditos e mitigar a diferença entre gregos e bárbaros, seus sucessores retomaram rapidamente a tradição e se comportaram com seus súditos orientais como conquistadores. Todavia, o desenvolvimento de uma vida urbana de tipo grego e a ampliação dos intercâmbios não podiam, a longo prazo, deixar de influir nas sociedades orientais. Em que medida essa influência afetou a vida cultural é o último aspecto da herança de Alexandre que passaremos a examinar.

As legendas das ilustrações encontram-se
na última página do encarte colorido.

ou dragon Et qñt le roy entendi ceſtuy oncore fu il plꝰ
eſbahis z eſmueillez que deuant pōtant quil eſtoit aſſe
correſpondant a lautre deuant dit

Lōmt auſtote le ſage philoſophe expoſa le ſonge alixādre
prees ceſtuy ſaligres du quel eſtoit guant murmure pꝰ

et faut cõme ioyeulx z liez de leur emprise que si bie auoiet
mis a fin retournerẽt en leur ate

5

Ilustrações

1
Gustave Moreau (1826-1898). *Triunfo de Alexandre, o Grande*. Óleo s/ tela.
Paris, Museu Gustave Moreau.
© Photo RMN / René-Gabriel Ojéda

2
François Louis Joseph Watteau (1758-1823). *A derrota de Dario por Alexandre*. Óleo s/ tela, 1802.
Lille, Museu de Belas Artes.
© Photo RMN / René-Gabriel Ojéda

3
Charles Le Brun (1619-1690). *Entrada de Alexandre, o Grande, em Babilônia ou O triunfo de Alexandre*. Óleo s/ tela.
Paris, Museu do Louvre.
© Photo RMN / Daniel Arnaudet e Gérard Blot

4
Anônimo (século XV). *Manuscritos e impressos*. Pergaminho.
Le Livre des Conquestes et Faits d'Alexandre [O livro das conquistas e feitos de Alexandre].
Como Aristóteles, o sábio filósofo, expõe o sonho de Alexandre. Fol 14 verso.
Paris, Museu do Petit-Palais.
© Photo RMN / Bulloz

5
Anônimo (século XV). Miniaturas e iluminuras. Pergaminho.
Le Livre des Conquestes et Faits d'Alexandre [O livro das conquistas e feitos de Alexandre].
Ataque à cidade de Tiro. Fol 58 verso.
Paris, Museu do Petit-Palais.
© Photo RMN / Bulloz

4

A HELENIZAÇÃO DO ORIENTE E SEUS LIMITES

A posição dominante dos helenos nos Estados orientais nascidos da conquista de Alexandre não poderia deixar de trazer conseqüências no plano cultural. São essas conseqüências que é preciso tentar avaliar, evitando os excessos aos quais tal questão muitas vezes conduziu os comentadores: de um lado, uma visão civilizadora da cultura grega sobre povos menos evoluídos; de outro, um abrandamento dessa mesma cultura em contato com um Oriente que a teria desnaturado.

O MEIO ALEXANDRINO

É incontestável que o cerne do que chamamos, desde Droysen, a civilização helenística consistia na cidade fundada por Alexandre durante sua breve permanência no Egito: Alexandria. Como já foi dito, é pouco provável que o conquistador imaginasse, naquele momento, o destino excepcional da cidade à qual dera o seu nome. Ela foi apenas a primeira de inúmeras alexandrias que balizariam o percurso de seu exército.

Em contrapartida, pode-se supor, com razão, que aquele de seus companheiros responsável pelo rápido reconhecimento de sua autoridade no Egito, Ptolomeu, filho de Lagos, tenha sido o verdadeiro fundador da cidade que experimentaria um notável desenvolvimento. Sabemos como,

muito embora Perdicas previsse o retorno dos restos mortais de Alexandre para Aigai, onde se encontravam as sepulturas dos reis macedônios, Ptolomeu conseguiu apoderar-se deles. Não entraremos no debate quanto à questão de saber se ele estabeleceu primeiro o túmulo do rei em Mênfis, antes de instalá-lo em Alexandria. O fato essencial é a presença desse túmulo na cidade nova no momento em que Ptolomeu, seguindo o exemplo de Antígono, assumia, por sua vez, o título real. A localização do túmulo de Alexandre cria também alguns problemas. Normalmente, nas cidades gregas, o túmulo do fundador ficava na ágora. Talvez tenha sido ali que Ptolomeu o ergueu inicialmente. Mas Estrabão, que escreveu no século II de nossa era, o situa no Sema, o monumento funerário que abrigava, além dos despojos de Alexandre, os dos primeiros Lágidas, e que ficava no bairro dos palácios. Formulou-se a hipótese de o túmulo do conquistador ter sido deslocado no reino de Ptolomeu IV.

O primeiro Ptolomeu era um personagem bastante notável. Ele acompanhara Alexandre durante toda a campanha da Ásia, e foi no relato deixado por ele que os historiadores posteriores se inspiraram, especialmente Arriano. Plutarco o cita uma vez na sua *Vida de Alexandre*, entre os historiadores que consideram pura invenção o encontro de Alexandre com a rainha das amazonas (*Alex.*, 46, 2). Não nos surpreende, portanto, que ele tenha cogitado fazer de sua capital um centro de vida cultural.

Teria sido aconselhado para tanto pelo ateniense Demétrio de Falero, um discípulo de Teofrastos, sucessor de Aristóteles à frente do Liceu. Demétrio de Falero governara Atenas durante dez anos, de 317 a 307, sob a proteção de Cassandro. Quando Demétrio Poliorceta, filho de Antígono, dominou a cidade, Demétrio de Falero refugiou-se primeiro em Tebas, depois no Egito, junto a Ptolomeu. Os conselhos do ateniense foram, assim, responsáveis pelo início de uma construção que se inscrevia na linha direta do ensinamento de Aristóteles: um santuário dedicado às Musas, que acolheria os sábios desejosos de confrontar suas teorias, o museu, e uma biblioteca onde seriam reunidas, recopiadas e analisadas as grandes obras da cultura grega.

Enquanto Atenas continuava o centro da filosofia e ali se desenvolviam, ao lado da Academia e do Liceu, novas escolas, como o Pórtico de Zenão, ou o Jardim de Epicuro, Alexandria tornar-se-ia um grande

centro de especulações científicas. Basta citar os nomes de Euclides, cujos *Elementos* fundamentaram por séculos as regras de matemática, de Eratóstenes, que ao mesmo tempo era geógrafo, cartógrafo, matemático e dirigia a biblioteca do astrônomo Aristarco de Samos, e de outros ainda. Dentre os grandes sábios da época, Arquimedes foi o único que, embora tenha mantido relações com sábios alexandrinos, permaneceu em Siracusa, cuja defesa ele garantiu contra os romanos.

Ao lado do museu, a biblioteca tornou-se um importante centro de pesquisas filológicas. As grandes obras do passado estavam ali reunidas. Edições de textos e comentários aumentaram rapidamente o número dos volumes da biblioteca. Os reis Lágidas se esforçavam para procurar em todo o mundo grego as grandes obras já publicadas e mandar copiá-las. Uma história transmitida pelo médico Galien conta que Ptolomeu III Evérgetes teria pedido aos atenienses "os livros de Sófocles, Eurípides e Ésquilo para copiá-los", mas que, em lugar de devolver os originais, ele os teria guardado, mandando de volta as cópias para Atenas. Talvez se tratasse da edição que o orador Licurgo encomendara nos anos 30 do século IV a fim de proporcionar aos atores um texto "oficial" das obras dos três grandes poetas trágicos.

Mas a biblioteca não continha apenas as grandes obras da literatura grega. Traduções de obras pertencendo ao que o grande historiador Arnaldo Momigliano chamou de as "sabedorias bárbaras" foram igualmente realizadas. Ptolomeu II teria mandado traduzir por eruditos bilíngües uma grande quantidade de obras provenientes de todas as partes do mundo conhecido. Dentre elas, textos oriundos do mundo iraniano, as obras do egípcio Mâneto e os primeiros livros da Bíblia.

Um texto datado do século II e escrito por um judeu de Alexandria, a carta de Aristeu a Filócrates, imputa a Demétrio de Falero a paternidade desse projeto que, elaborado sob o primeiro Ptolomeu, só teria sido concluído por seu sucessor. É interessante citá-lo:

> Encarregado da biblioteca do rei, Demétrio de Falero recebeu somas importantes para reunir, se possível, todas as obras publicadas no mundo. Realizando compras e transcrições, ele conseguiu dar conta, no que dependia dele, do projeto do rei. Eu estava presente quando lhe fizeram uma pergunta: "Quantas dezenas de milhares de volumes existem exatamente?"

> Ele disse: "Mais de vinte, ó rei, mas vou cuidar depressa do que resta fazer para atingir quinhentos mil. Ora, disseram-me que havia também leis dos judeus que mereceriam ser transcritas e fazer parte de tua biblioteca." "Então", diz o rei, "o que está te impedindo, já que dispões de todo o necessário?" Demétrio respondeu: "É que é preciso também traduzi-las, pois se empregam na Judéia caracteres especiais, como no caso dos egípcios para a escrita, assim como têm uma língua de um tipo particular. Acredita-se que eles usam o siríaco, mas não é nada disso, e sim um tipo de língua bem diferente." Quando o rei tomou conhecimento completo da questão, ele ordenou que escrevessem ao grande sacerdote dos judeus para que os projetos acima fossem executados.

Na verdade, esse texto é uma reconstrução. Os judeus só aparecem na literatura grega com Hecateu de Abdera, nas últimas décadas do século IV. Moisés é apresentado por ele como um legislador à moda grega. Quanto ao monoteísmo, ele o considera como uma espécie de filosofia. Demétrio de Falero teria sobre os judeus, sua língua e sua escrita, os conhecimentos sugeridos pelo texto da *Carta de Aristeu*? Nada permite responder de modo afirmativo. Em contrapartida, sabe-se que a tradução do Pentateuco só foi realizada sob o reino de Ptolomeu II. O que talvez em Demétrio era interesse por uma "filosofia" estranha, em Ptolomeu correspondia a uma necessidade prosaica: conhecer as leis de uma comunidade que, tanto na Judéia como em Alexandria, estava integrada ao seu reino. A história dos 72 sábios reunidos em Alexandria faz parte, talvez, da lenda, mas a tradução da Bíblia para o grego deveria permitir a difusão do texto sagrado no seio da diáspora judia helenizada, mesmo que não fosse essa a sua intenção primeira.

O exemplo da Bíblia dos Setenta (Septuaginta) atesta, portanto, o papel fundamental de Alexandria na difusão não somente da cultura grega, mas também na de povos integrados ao mundo helenístico pela conquista de Alexandre.

As outras capitais helenísticas — Antíoco, no reino selêucida, e Pérgamo, quando se constitui o reino atalense — contribuíram igualmente para essa difusão da cultura grega. Aí, como no Egito lágida, o papel do poder real era fundamental. Os reis atraíam para sua corte escritores, sábios e artistas, e rivalizavam em generosidade. Era um mundo

diferente da cidade grega clássica, mesmo que essas cidades fossem importantes difusoras de cultura. Mas é claro que ela continuava sendo privilégio de uma minoria, a "burguesia" urbana, grega ou helenizada, que Rostovtzeff considerava característica da época helenística. No entanto, o relato da tradução grega da Bíblia na *Carta de Aristeu* revela também que, apesar da difusão do helenismo, os particularismos religiosos persistiam e opunham a força das tradições ancestrais às tentativas de sincretismo do grupo dominante.

A VIDA RELIGIOSA NO MUNDO NASCIDO DA CONQUISTA

No plano religioso é que melhor se podem captar os limites da helenização do mundo oriental. É preciso primeiro ressaltar o que era a religião grega: um conjunto de rituais que não implicavam nem adesão pessoal, nem proselitismo. Nas cidades gregas, a vida religiosa inscrevia-se no âmbito das práticas sociais e políticas. A devoção consistia antes em conformar-se a essas práticas. Decerto, substistiam em todo o mundo grego no século IV manifestações de religiosidade popular, em especial no mundo rural. Além disso, se as grandes divindades do panteão olímpico continuavam a ser honradas com monumentos muitas vezes grandiosos, particularmente nas cidades gregas da Ásia (Ártemis de Éfeso), e se os grandes santuários pan-helênicos atraíam sempre os fiéis, certas formas de devoção pareciam implicar uma maior adesão pessoal, o que podemos chamar de "misticismo". Isso dizia respeito, inicialmente, aos cultos de mistérios, como o das deusas de Elêusis, Deméter e Cora, e igualmente à religião dionisíaca.

O culto a divindades inscrevia-se, em Atenas, no calendário cívico, e as grandes dionísias, em particular, não tinham perdido o seu brilho: foi, aliás, no século IV que o teatro foi dotado de novos arranjos. Mas a última obra de Eurípides, *As Bacantes*, revela as outras formas que o culto de Dioniso assumia, mais sombrias e menos cívicas. As mulheres eram as mais visadas. São elas que se entregavam a essas orgias, a esse estado de transe que as levava ao êxtase, espécie de comunhão com o deus. Outras correntes religiosas, como o orfismo, experimentavam também um novo ganho de popularidade, talvez porque correspondessem às angústias de

sociedades que eram atravessadas por lutas internas muitas vezes violentas. A promessa de um além bem-aventurado, quando a alma seria libertada da prisão do corpo, era a recompensa de um modo de vida ascético, com a rejeição das carnes e do sacrifício sangrento.

É preciso, no entanto, tomar cuidado com a influência que essas crenças e práticas poderiam ter sobre as massas populares. Assim como também é preciso ser prudente quando nos esforçamos para encontrar no comportamento de Alexandre provas de uma adesão a esse misticismo. Já evocamos a questão a propósito das cerimônias dionisíacas que pontuaram os últimos meses da conquista. Elas foram marcadas sobretudo por procissões, sacrifícios e representações dramáticas, na mais pura tradição clássica.

Não há dúvida, no entanto, que o dionisismo conheceria uma grande difusão no mundo helenístico, em especial no Egito lágida. Os Ptolomeus integraram o deus aos seus ancestrais. Em 271, foram instituídas as festas destinadas a reforçar o culto real, as *Ptolemaia*. Elas incluíam uma procissão dionisíaca. Foi também no meio alexandrino que se desenvolveu o mito de um Alexandre-novo-Dioniso, e que foi exaltada na mitologia do deus a imagem do primeiro conquistador da Índia.

O Egito era, por outro lado, um lugar privilegiado para a difusão da religião dionisíaca, pois o mito de Dioniso ia ao encontro do mito do deus egípcio Osíris. Assim como o deus egípcio, o deus grego também fora condenado à morte. O destino comum só podia favorecer as manifestações de identificação das duas divindades.

Dioniso, no entanto, era venerado tanto no Egito quanto fora dele. Divindade complexa, deus cívico e marginal, verdadeiro "passador", que por embriaguez ou êxtase podia libertar a alma da prisão do corpo e trazer promessas de felicidade eterna, era particularmente destinado a ser objeto de veneração nesse mundo em plena mutação que é o mundo mediterrâneo oriental após a morte de Alexandre.

O mesmo acontecia com Deméter. Como Dioniso, ela estava relacionada ao ciclo da vegetação e ao mundo subterrâneo no qual reinava Hades, o esposo de sua filha Cora. Em Elêusis, ela presidia as cerimônias iniciáticas que consistiam nos célebres mistérios. A iniciação, como êxtase dionisíaco, embora sob uma forma mais institucionalizada, era garantia de felicidade eterna.

Verifica-se a mesma difusão da religião eleusina no mundo nascido da conquista. Um subúrbio de Alexandria chamava-se Elêusis, e ali corriam mistérios.

É preciso, porém, esclarecer que os primeiros implicados nessas manifestações cultuais eram os helenos. O que suscitava a adesão desses indivíduos exilados de sua pátria de origem era a esperança de uma salvação trazida por essas divindades. E ressaltamos que o epíteto Sôter, "salvador", foi acrescido ao nome do primeiro Ptolomeu.

As novas formas adquiridas por certos cultos gregos faziam deles, naturalmente, fatores de difusão do helenismo no mundo nascido da conquista. Em que medida esses cultos atingiam também os meios indígenas? Esses deuses gregos se chocariam com as divindades orientais?

Para responder a essas questões, é preciso levar em conta dois fatos importantes. De um lado, como vimos, a ocupação dos Estados do antigo Oriente pelos gregos, soldados, administradores ou colonos afetara apenas relativamente as antigas estruturas sociais. As populações, na maioria rurais, conservaram seu modo de vida e, por isso mesmo, suas antigas crenças. Por outro lado, as divindades orientais, ao menos as mais importantes, eram conhecidas dos gregos, e, no mínimo desde o final do século V, contavam com adeptos entre eles. Isso valia para Atenas no que diz respeito ao culto da deusa trácia Bendis, em cuja honra acontecia no Pireu uma procissão noturna, à qual assistiam Sócrates e seus amigos no começo da *República,* de Platão. Também é verdade no tocante a Ísis, cujo culto fora introduzido em Atenas por um decreto autorizando os comerciantes egípcios que freqüentavam o porto a erguer um santuário à deusa. Outras divindades orientais eram igualmente veneradas na Grécia, tais como Sabázio, Cibele, Adonis e Atis.

Para assegurar esses cultos, formaram-se associações privadas, nas quais se misturavam cidadãos e estrangeiros, homens e mulheres, livres e escravos. Atenas, as cidades insulares e as cidades gregas da Ásia Menor eram, assim, bem antes da aventura de Alexandre, lugares de contato entre a religião grega e as religiões orientais. Muito rapidamente produziram-se fenômenos de assimilação entre deuses gregos e deuses orientais. Depois da conquista, eles se generalizaram, por sinal não sem alguma confusão — uma mesma figura divina oriental podendo ser confundida com diversas divindades gregas, ou vice-versa. Assim,

Afrodite teria sido assimilada à deusa síria Atargates e à fenícia Astarté, enquanto Ísis era confundida com Deméter, Osíris, como se viu, com Dioniso, e o deus de Tiro (Melqart) com Héracles.

O fenômeno mais curioso dessas associações, entretanto, é representado por Serapis. Esse deus é geralmente tomado como uma criação de Ptolomeu I. O objetivo teria sido reunir gregos e egípcios em torno de uma mesma divindade. O próprio nome do deus resultaria de uma contração de Osíris e Ápis. Serapis era particularmente venerado em Alexandria, onde tinha seu principal santuário, o Serapeion. Muito rapidamente, o culto de Serapis se espalhou por todo o mundo mediterrâneo. O deus era representado à imagem de um deus grego, barbudo, cuja majestade expressava a função de soberania. Seu culto, não sendo apenas reservado aos helenos, era freqüentemente associado a Ísis. Em Alexandria, Serapis era uma divindade de algum modo "oficial", protegida por leis Lágidas. Aliás, quando associado a Ísis, seu culto e o de seu paredro eram organizados por associações privadas. Entretanto, em inúmeras cidades gregas, o culto de Serapis foi introduzido na religião cívica.

A RESISTÊNCIA AOS SINCRETISMOS: O EXEMPLO DO JUDAÍSMO*

Uma vez mais, e o exemplo de Serapis vem confirmá-lo, os fenômenos de sincretismo eram perceptíveis essencialmente no meio urbano. Nos campos, as religiões orientais resistiam à helenização. Essa resistência era em geral suscitada pelo clero local. Infelizmente, somos muito mal informados sobre esses fenômenos. No Egito, eles só se manifestaram a partir do final do século III. No império selêucida foi igualmente no final do século III e no século II que se perceberam resistências. Dentre elas, a mais conhecida é, por razões já mencionadas, a dos judeus.

---

* Durante a redação deste capítulo, o livro de Maurice Sarte, *D'Alexandre à Zénobie. Histoire du Levant antique. IV^e siècle av. J.C.- III^e siècle av. J. C.*, Paris: Fayard, 2001, ainda não tinha sido publicado. Não pude, portanto, tomar conhecimento das páginas particularmente ricas dedicadas pelo autor à questão do judaísmo helenístico (pp. 305-370). (N.A.)

Trata-se de um caso especial, à medida que, diante do problema da helenização, duas situações se distinguiram com nitidez e muito depressa: o meio judaico — dominado por uma aristocracia sacerdotal guardiã da ortodoxia religiosa, apesar de, como vimos, alguns de seus membros terem adotado rapidamente o uso do grego — e a diáspora, isto é, as comunidades judaicas "dispersas" no conjunto do mundo oriental. Esta última era anterior à conquista de Alexandre. Remontava ao período do exílio. Quando o Templo de Jerusalém foi reconstruído, com a ajuda dos reis Aquemênidas, nem todos os exilados haviam voltado. Subsistia em Babilônia uma importante comunidade que, decerto, mantinha relações com a Judéia, porém desenvolvera sua própria leitura do texto sagrado. Por volta do final do século V, soube-se que, ao final do exílio em Babilônia, o profeta Esdras codificara, por ordem real, a Torá, a lei mosaica convertida em norma jurídica e ritual para todos os judeus. Em seguida, como ressaltamos acima, a fundação de Alexandria acarretara um forte movimento de emigração judaica para lá. Estrangeiros residentes, os judeus não parecem, ao menos no começo, ter habitado um bairro em especial. Tudo indica que eles entraram rapidamente em contato com a população grega. Parece que houve, então, em Alexandria, um meio judaico helenizado, preocupado em fazer os gregos conhecerem sua história e sua lei. Temos alguns índices da existência, desde o século III, de uma historiografia judaica de língua grega.

Por existirem esses dois ambientes, ao mesmo tempo relacionados porém distintos, o meio judaico de um lado, e o da diáspora de outro, não é surpreendente que tenham se manifestado duas formas de devoção judaica. Na Judéia, o respeito à lei era reforçado pela presença do Templo e a autoridade dos sacerdotes. Nas comunidades da diáspora, o culto, privado dos ritos sacrificiais de que apenas o Templo era guardião, limitava-se essencialmente à leitura e à meditação da lei, como no tempo do exílio.

Teria havido penetração do helenismo no judaísmo, e em qual dessas duas formas de prática religiosa isso se deu? Um livro recente de Edouard Will e Claude Orrieux tentou responder a essa indagação:

> A resposta nos pareceu mais complexa do que poderia parecer *a priori*. O rigorismo escriturário e ritual autorizava inovações revolucionárias, das quais o escrito não falava absolutamente (o que permite compreender que

os corifeus da helenização tenham sido os grandes sacerdotes e seu círculo), enquanto o apego à jurisprudência oral, preenchendo sistematicamente as lacunas do escrito, multiplicava os obstáculos à aculturação, sem, por isso, proibir inovações na ordem espiritual" (*Ioudaismos-Hellenismos*, 1986, p. 225).

Foram esses "legistas" tradicionalistas que suscitaram contra a aristocracia sacerdotal o movimento popular dos Macabeus. E quando os Asmonianos, por sua vez, sucumbiram à atração do helenismo, criando um Estado de tipo helenístico, viram erguer-se contra eles os mesmos "legistas" que ao final do período foram chamados de fariseus. Mas essa já é outra história.

Ao final dessa rápida análise das formas tomadas pela helenização do Oriente, que conclusões seriam válidas? A primeira, e a menos contestável, é a difusão da língua grega, a *koiné*, que subsistirá como língua "oficial" mesmo após o domínio de Roma sobre o Oriente mediterrâneo. Decerto, as massas camponesas permaneceram, em sua grande maioria, apegadas aos seus falares locais. Mas o grego tornou-se a língua das populações urbanas, sejam gregos ou indígenas helenizados.

É esse desenvolvimento urbano — e eis a segunda conclusão — que traduz de modo mais espetacular a difusão do helenismo. O turista que percorre hoje a Turquia, a Síria, a Jordânia, fica aturdido com a importância das cidades antigas, cujas ruínas atestam a influência exercida pela civilização helênica nessa parte do mundo mediterrâneo. O Egito, nesse aspecto, permanece um pouco à parte, onde os vestígios da civilização faraônica prevalecem sobre os deixados pelos últimos faraós, ou seja, os Lágidas. As atuais escavações conduzidas em Alexandria talvez permitam relativizar essa constatação.

Com certeza, o lugar ocupado por Alexandria é o que melhor traduz a penetração do helenismo no Oriente, não apenas no plano cultural, relacionado à influência exercida pelo museu, pela biblioteca e pelo papel dessa última na difusão da cultura grega clássica, mas também no plano econômico, tornando-se o principal centro de intercâmbios no Mediterrâneo.

O breve reinado de Alexandre não deu origem a um vasto Estado territorial, pois as terras conquistadas foram rapidamente desmembradas. Em compensação, marca, incontestavelmente, uma virada na história do Mediterrâneo oriental. Politicamente dividido, o Oriente mediterrâneo foi, no entanto, unificado culturalmente. E se vastas camadas da população, essencialmente rurais, permaneceram afastadas dessa cultura unificada, a fisionomia da civilização nascida da conquista não deixa de apresentar uma real originalidade que subsistirá durante séculos. É no âmbito dessa civilização que nasceria e se desenvolveria a figura mítica de Alexandre.

QUINTA PARTE

ALEXANDRE, HERÓI MÍTICO

Esforçamo-nos nas páginas anteriores em avaliar o alcance histórico do reinado de Alexandre na evolução do mundo mediterrâneo antigo. Se a conquista da Ásia, que ele realizou em alguns anos, constitui incontestavelmente um feito importante, em compensação os objetivos que o rei da Macedônia perseguia, o sentido que julgava dar a certas disposições tomadas contra seus súditos iranianos e os próprios resultados dessa conquista aparecem-nos ao mesmo tempo como complexos e por vezes contraditórios — complexidade e contradições que não provêm apenas da personalidade de Alexandre, mas do próprio caráter das "fontes", por meio das quais podíamos tentar apreendê-las.

Essas fontes eram, como já tivemos oportunidade de acentuar, reconstruções operadas por escritores, historiadores ou biógrafos que viviam em um mundo então unificado sob o domínio de Roma. Trata-se de uma dimensão que não se pode deixar de considerar e que nos leva a indagar sobre a própria construção da imagem de Alexandre nas décadas que se seguiram à sua morte. É preciso compreender, em particular, por que as histórias redigidas durante sua vida ou nos anos imediatamente posteriores à sua morte — a de Calistenes, interrompida pelo desaparecimento de seu autor, as de Ptolomeu, de Aristóbulo, de Clitarco e outros ainda, cujas repercussões conhecemos por aqueles que as utilizaram alguns séculos mais tarde — não nos foram transmitidas. Existe aí um aparente paradoxo e devemos tentar depreender as razões pelas quais apenas na época romana se começou a escrever histórias de Alexandre, ou ao menos a conceder-lhe, como fez Diodoro, um desdobramento importante no âmbito de uma obra histórica que

se dizia universal. Possuímos, sobre as origens do mito de Alexandre, um livro importante de Paul Goukowsky, também editor dos livros XVII e XVIII de Diodoro. Tentaremos resumir os principais pontos de sua demonstração, a fim de compreender melhor o renascimento do interesse por Alexandre, a partir do final do século I, antes de nossa era.

Mas é o caso de esclarecer melhor a natureza das únicas fontes literárias que nos chegaram, e também de compreender como e por que elas alimentaram ao longo dos séculos a imagem de um personagem que ocuparia um tal lugar no imaginário das civilizações mais diversas, tanto no Oriente como no Ocidente, mas também que se tornaria objeto de controvérsias eruditas, com algumas segundas intenções, durante os dois últimos séculos. Fazer um estudo delas representaria uma tarefa imensa que não teríamos como realizar nos limites desta obra: uma vida inteira não bastaria. Limitaremo-nos, portanto, a algumas abordagens descontínuas, com base em pesquisas sobre um ou outro aspecto da questão, um ou outro período da história, com a preocupação apenas de compreender um pouco melhor, com base no exemplo de Alexandre, a maneira como funciona a memória do historiador.

1

A IMAGEM DE ALEXANDRE NO MUNDO ANTIGO

É fácil imaginar como a morte súbita de Alexandre pegou desprevenido o seu círculo. Ressaltamos os acontecimentos que ocorreram em Babilônia e o compromisso que deles resultou. Esse compromisso logo seria posto em causa. Nos conflitos que oporiam os diádocos, a imagem de Alexandre não deixaria de ser utilizada tanto por uns como por outros. Desde o início, foi afirmando ter recebido das mãos do rei agonizante um anel designando-o como "executor testamentário" que Perdicas obteve o controle da situação. Ele reuniu os principais chefes do exército em torno dos restos mortais de Alexandre e repartiu as funções e as satrapias. Teria sido então que também se decidira pela transferência do corpo não para Aigai, mas para o oásis de Siva, junto de seu "pai" — para isso, seria construído um carro ricamente decorado com pinturas evocando as vitórias de Alexandre e sugerindo sua apoteose. Diodoro deixou uma descrição evocativa do luxo oriental desse carro. Mas sabe-se também que essa transferência implicava uma passagem obrigatória pelo Egito, permitindo a Ptolomeu apoderar-se dos restos mortais reais, que mandou enterrar em Mênfis, antes de os transferir para Alexandria, onde foram instituídas procissões e concursos em torno de seu túmulo. Com isso, o senhor do Egito se colocava sob a proteção do "deus" Alexandre. As moedas que ele mandou cunhar no ateliê de Alexandria traziam, todas, as insígnias dessa

"divinização": os chifres de Amon, a égide e o diadema, com a efígie de Alexandre substituindo a de Héracles.

Um outro diádoco, Eumênio, o antigo chanceler, dá igualmente um exemplo dessa utilização de Alexandre morto. Durante sua luta contra Antígono, ele realizou uma sessão do conselho sob uma tenda onde estava colocado um trono vazio, simbolizando a presença do rei. Plutarco, em sua *Vida de Eumênio*, explica que ele pensava assim fazer-se obedecer pelos soldados, cuja adesão a Antígono ele temia:

> Contou-lhes que Alexandre aparecera-lhe durante o sono e lhe mostrara uma tenda decorada com fausto, onde estava colocado um trono, dizendo-lhe que ele próprio estaria em sessão do conselho e despacharia assuntos, participaria de todas as deliberações, de todas as missões, desde que tudo se fizesse sob os seus auspícios (*Eum.*, 13, 5-6).

Pouco a pouco, porém, enquanto se estabelecia entre os diádocos um certo equilíbrio, a lembrança de Alexandre deixou de ser referência obrigatória. O desaparecimento do jovem Alexandre IV e a aceitação do fato, depois a conquista do título real, revelam que os novos senhores daquilo que fora o império de Alexandre tinham desistido de reconstitui-lo e, por conseguinte, de reivindicar seu patrocínio. Isso vale para os Antigônidas, a partir do reino de Gônatas e, em menor escala, para os Selêucidas. Apenas os Lágidas, especialmente os dois primeiros, fizeram questão de colocar-se sob sua proteção. Mais tarde, no famoso Sema de Alexandria, o túmulo real, os Ptolomeus foram colocados ao lado dos despojos de Alexandre. Foi em Alexandria também que se manifestou, a partir dos anos 70 do século III, a identificação de Alexandre com Dioniso, quando foi instituída a festa das Ptolemaia, que consistia numa procissão dionisíaca.

Em Alexandria se desenvolveria também a historiografia de Alexandre, que conhecemos apenas por intermédio dos historiadores posteriores. Desses historiadores alexandrinos, o primeiro deles foi o próprio Ptolomeu. Ele participara da campanha e então fez o seu relato. Se foi baseado em lembranças e, talvez, como muitas vezes se supôs, no diário de Calistenes, esse relato era, sobretudo, destinado a valorizar seu papel perto de Alexandre. Voluntariamente centrado nas ações militares, a narrativa de Ptolomeu deixava de lado toda interpretação dos

objetivos do rei. Como observa Paul Goukowsky, "o Lágida escreve a história asséptica de um conquistador sem fraquezas" (*Essai*, I, 1978-81, p. 144). É esse Alexandre "realista" e "moderado" que devia seduzir o grego Arriano, ao que retornaremos.

O outro historiador alexandrino de importância é Clitarco. Como escreve ainda Paul Goukowsky, Clitarco, diferentemente de Ptolomeu, "não traça a história de um rei, mas a gesta de um herói" (*Essai*, I, 1978-81, p. 139). Ele não hesita em introduzir no seu relato episódios lendários, como o encontro com a rainha das amazonas. Alexandre é apresentado como um personagem predestinado que, desde o começo da expedição, visa a conquistar o mundo conhecido.

Clitarco escrevia em Alexandria e a redação de sua *História de Alexandre* é contemporânea, provavelmente, do relato de Ptolomeu. Podemos, então, supor que o Lágida, ao mesmo tempo em que adotava o tom objetivo do historiador preocupado em valorizar as ações militares das quais ele próprio participara, não deixava de incentivar a difusão de uma imagem de Alexandre que teria no mundo helenístico a maior repercussão e que, além disso, só podia corroborar sua legitimidade com relação aos outros diádocos. Se Clitarco foi a principal fonte de Diodoro, não é indiferente que o historiador siciliano tenha deixado do primeiro Lágida um retrato elogioso:

> Sua personalidade era agradável e generosa, os homens acorriam de toda parte a Alexandria e ofereciam com boa vontade seus serviços para a próxima campanha, embora fosse o exército real que se preparava para guerrear contra Ptolomeu (XVIII, 28, 5).

A obra de Clitarco, certamente a fonte principal de Quinto Cúrcio e de Justino/Trogo Pompeu, conheceria uma extraordinária difusão. Tomaremos de Paul Goukowsky sua conclusão:

> Com esse livro monumental, alimentado por fatos autênticos, porém sublimados por um artista de talento, impõe-se uma imagem de Alexandre contestada por eruditos e letrados, mas que assombrou os *Imperatores* romanos do século I antes de nossa era e inspirou os compiladores do baixo período helenístico e do império (*Essai*, I, 1978-81, p. 141).

Quem eram esses eruditos e letrados contestatários? Na verdade, não sabemos, pois a maior parte dos textos desses autores desapareceu. Pode-se afirmar ter sido sobretudo nas escolas filosóficas que essa imagem idealizada de Alexandre tenha sido pela primeira vez contestada, particularmente pelos peripatéticos e pelos estóicos. A partir daí, haverá na tradição concernente a Alexandre duas correntes opostas, que reaparecerão ao longo dos séculos: de um lado, a imagem de um conquistador magnífico, do rei filósofo, sonhando com a fusão das raças e com uma civilização universal; de outro, a de um personagem brutal, violento, incapaz de se dominar, beberrão sem escrúpulos. Em ambas, é claro, há comunicação: distinguiremos por exemplo em Plutarco um jovem rei cheio de qualidades, transformando-se sob a influência do Oriente em um déspota implacável.

O fim da República romana e os dois primeiros séculos do império constituem um momento essencial nessa dualidade da imagem de Alexandre. Não apenas porque permite entrever, pela primeira vez, manifestações de identificação com o macedônio, mas também, talvez, porque foi no mundo unificado por Roma que nasceram essas obras, nossas principais fontes da história de Alexandre, mas que são também, como percebemos agora, por sua vez um produto do desdobramento de sua imagem durante a época helenística.

Fenômenos de identificação surgem desde o século II antes de nossa era, no momento em que Roma domina a Macedônia. Pode ser que Cipião, o Africano, vencedor de Cartago, tenha sido visto como um novo Alexandre. Isso, em todo caso, não deixa muitas dúvidas no que diz respeito a Pompeu, em cujo nome foi incluído o epíteto Magno. Depois das vitórias na Ásia, ele teria celebrado seu triunfo em 61 com um fausto que lembrava Alexandre:

> Sobre um carro com quatro cavalos brancos atrelados, pavoneava-se Pompeu, enroupado na clâmida de Alexandre, o Grande, vestimenta que as pessoas de Cos tinham dado a Mitridates I e que fora encontrada no armário do monarca. Seu objetivo, ao vestir esse traje exótico, era encarnar, por assim dizer, o personagem Alexandre, cujo apelido ele usava" (Apiano, *Mitridates*, 115).

Mas foi seu adversário César quem mais suscitou a comparação com Alexandre. Plutarco, que pôs suas vidas em paralelo, narra uma história que o comprova:

> Na Espanha, num dia de folga em que lia uma obra sobre Alexandre, pôs-se longamente a refletir, absorto em si mesmo, e depois passou a chorar. Seus amigos, surpresos, perguntaram-lhe o motivo de suas lágrimas. "Não vos parece digno de aflição pensar que na idade que ora tenho Alexandre já tinha um tão vasto império, e que eu ainda não fiz nada de grande" (*Ces.*, 11, 5-6)?

Destacaremos, nessa história, não apenas o sonho do general romano de atingir a grandeza do conquistador da Ásia, mas o fato de ele ler "alguns trechos da história de Alexandre". Antonio, por sua vez, não lia tais obras, mas é provável que, senhor do Oriente e unido à última princesa lágida, ele tenha sonhado em rivalizar com a glória do conquistador. Não é por acaso que um dos filhos que teve de Cleópatra chamava-se Alexandre. É mais surpreendente encontrar essa identificação com o macedônio naquele que se dizia o restaurador do *mos majorum*, das tradições ancestrais, isto é, Otávio Augusto. No dizer de Suetônio, depois da tomada de Alexandria, "ele expôs publicamente o caixão e o corpo do grande Alexandre, que retirara de sua cova, e demonstrou sua veneração nele depositando uma coroa de ouro e lançando flores" (*Aug.*, XVIII). Teria igualmente feito constar no seu selo real a efígie de Alexandre. Entre os seus sucessores, Calígula, segundo o mesmo Suetônio, se comprazia em usar a armadura de Alexandre que retirara de seu túmulo (*Cal.*, LII). Outros imperadores se valeram igualmene do conquistador. Trajano, na volta da Guerra pártica, teria escrito ao Senado que ele tinha ido mais longe do que Alexandre.

Porém, se os generais vencedores e os imperadores se reconheciam de bom grado como reencarnações do macedônio, ou no mínimo se comparavam a ele, foi também durante os últimos séculos da república e os dois primeiros do império que as críticas formuladas nas escolas filosóficas começaram a ter repercussão. Contrapõe-se à imagem positiva elaborada nos meios alexandrinos, uma imagem negativa, a do déspota brutal, destruidor de Tebas e de Persépolis, que não hesitou

em se livrar de seus próximos, como Parmênio e Filotas, Clito e Calístenes, seja friamente ou seja recorrendo a uma paródia de julgamento, às vezes em estado de embriaguez, bem como a do grego que não teve dúvidas em adotar os costumes orientais.

A historiografia de Alexandre, a que nos foi transmitida, datando desses três séculos que separam a obra de Diodoro da obra de Arriano, reflete ao mesmo tempo a imagem idealizada do conquistador e as críticas mais ou menos violentas a alguns de seus comportamentos. Da obra de Trogo Pompeu, gaulês da Narbonnaise, contemporâneo de Augusto, só possuímos o resumo feito por Justino, três séculos mais tarde, nas suas *Histórias filípicas*. Alexandre, a quem são dedicados quatro livros, é logo apresentado como um personagem excessivo. No paralelo feito por Justino entre Filipe e seu filho, os defeitos do segundo são bem maiores do que os do primeiro. Uma fórmula resume bem essa diferença: "Um queria reinar com seus amigos, o outro reinava sobre eles" (IX, 6, 17). Para se atribuir uma origem divina, Alexandre não titubeou em subornar os sacerdotes de Amon e ditar-lhes as respostas que desejava (XI, 11, 6). Senhor do império persa, "começou a tratar os seus à maneira não de um rei, mas de um inimigo" (XII, 5, 1), a ponto de, dali em diante, a glória de suas vitórias ter ficado desvanecida pela nódoa negra de sua crueldade (XII, 5, 5). Nem por isso Justino/Trogo deixa de concluir sua reflexão dedicada a Alexandre com um elogio ao macedônio, "dotado de um gênio mais que humano" (XII, 16, 1).

O Alexandre de Diodoro corresponde mais à imagem idealizada elaborada por Clitarco, principal fonte, como se viu, do historiador siciliano, chegando a torná-lo insosso, observa Paul Goukowsky em seu prefácio da edição do livro XVII. Diodoro só manteve do retrato de Alexandre as virtudes estereotipadas que fazem do conquistador o representante do soberano perfeito. Decerto, ele não cala os atos repreensíveis que foram a destruição de Tebas, o assassinato de Parmênio, a morte de Clito. Tenta, contudo, explicá-los, quando não justificá-los.

É uma imagem bastante próxima daquela que o romano Quinto Cúrcio fornece de Alexandre. Quintus Curtius Rufus era contemporâneo de Cláudio. Supõe-se que ele tenha utilizado prioritariamente a mesma fonte de Diodoro, isto é, o relato de Clitarco. Todavia, as pesquisas a

que se dedicaram alguns comentadores revelaram o recurso a outras fontes. Mas a imagem que se depreende da personalidade de Alexandre é tão idealizada quanto a de Diodoro. E se Quinto Cúrcio reconhece as fraquezas de seu herói, ele, curiosamente, torna os gregos responsáveis por elas: "Os culpados", diz ele, a propósito da adoração de que Alexandre era objeto, "não eram os macedônios (pois nenhum deles suporta o menor ataque aos costumes nacionais), mas os gregos, cujos maus hábitos tinham aviltado a dignidade da cultura que eles reivindicavam" (VIII, 5). Entre esses maus hábitos estava o amor contrário ao desejo "natural", ao qual Alexandre soube resistir (X, 5), e que constitui, para concluir, um elogio incondicional do rei.

Essa mesma imagem idealizada se acha parcialmente, como se viu, em Plutarco. Mas este não se dizia historiador, e se, nos dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*, ele esboça o retrato de um rei filósofo, na *Vida*, mostra-se muito mais crítico, buscando marcar a evolução do caráter do rei. Plutarco era grego e, ao associar em suas *Vidas paralelas* Alexandre a César, ele queria mostrar a seus leitores romanos que os gregos, naquele momento súditos do império, também tiveram seu herói. É impressionante que, enquanto a maioria das *Vidas* terminava com uma comparação entre o grego e o romano, isso não ocorresse com os biografados Alexandre/César, como se Plutarco dessa vez deixasse a conclusão ao seu leitor.

Foi um grego também, Arriano de Nicomédia, que, no século II de nossa era, redigiu uma história da conquista considerada, desde a publicação do livro em 1775 pelo barão de Sainte-Croix, o relato mais exato da campanha e dos objetivos buscados por Alexandre. Arriano teria utilizado não somente os relatos de Ptolomeu e Aristóbulo, isto é, testemunhos particularmente bem informados, mas também as famosas efemérides, que seriam um diário escrito durante a conquista, talvez por Eumênio de Cardia. Plutarco alude a elas a propósito da morte de Alexandre. Porém, atualmente, estamos cada vez mais céticos a respeito da transmissão desse diário que só dizia respeito, na realidade, ao último ano do reino. Já nos pronunciamos aqui sobre o que se deve pensar da objetividade das memórias de Ptolomeu.

A secura do relato de Arriano, as inúmeras indicações numéricas e o tom voluntariamente "tucidiano" levaram muitos comentadores a

conceder-lhe a preeminência sobre o que eruditos alemães do século XIX chamaram de "Vulgata", o relato de Clitarco retomado por Diodoro e Quinto Cúrcio. Hoje, tende-se a levar mais em conta os complementos que esses últimos aportam às indicações nem sempre seguras de Arriano. Porém, como mostrou Pierre Vidal-Naquet no seu longo posfácio à tradução de Arriano por Pierre Savinel (1984), sejam quais forem as fontes utilizadas por Arriano — e são todas de origem alexandrina —, a parte de imaginário deve ser levada em conta. Mesmo os relatos de batalha são "construções ideológicas". Arriano não é, assim, mais do que os autores ditos da "Vulgata", uma testemunha "objetiva". Como eles, relata um período importante que viu nascer uma forma nova de monarquia, herdada pelo mundo romano. Alexandre é o herói dessa transformação. Ele anuncia, em certa medida, a unidade do mundo que será realizada por Roma. Os historiadores de Alexandre, vivendo e escrevendo nesse mundo romano, tendo eles sido gregos, como Diodoro, Plutarco ou Arriano, ou romanos, como Quinto Cúrcio e Justino/Trogo, viram na figura do macedônio o fundador desse mundo novo.

Mas o que os historiadores aceitavam como evolução inevitável — os "intelectuais" — os filósofos rejeitavam como destruição do que fora a liberdade republicana, e viam em Alexandre apenas o déspota. Sêneca, em uma de suas *Cartas a Lucilius*, fornece dele uma imagem particularmente negativa:

> O furor de devastar o bem de outrem era o que movia o pobre Alexandre e o lançava ao desconhecido. Pode-se creditar saúde mental a um homem que começa devastando a Grécia, sua mestra, furta a cada Estado o que tem de mais precioso, aos espartanos a independência, aos atenienses a fala, depois, não contente com a ruína de tantas cidades que Filipe conquistara, pelas armas ou com dinheiro, parte para destruir aqui e ali outras cidades e passear seu exército pela terra inteira, sem que em nenhum lugar sua crueldade esgotada se detenha, semelhante a um animal feroz que, saciando a fome, sai mordendo (*Cartas a Lucilius*, XV, 94, 62)?

Em outro lugar (*De beneficiis*, I, 13, 1-3), ele diz que desde a infância, Alexandre não passava "de um bandido e um destruidor de nações, flagelo tanto de seus inimigos como de seus amigos". E, em

De ira (III, 17, 1-2), ele evoca Alexandre, "que transpassou em seu banquete e com suas próprias mãos Clito, seu melhor amigo e companheiro de infância, só porque ele não o bajulava o bastante e não mostrava boa vontade para passar do macedônio livre à servidão persa".

Lucano, em seu grande poema *A Farsália*, denuncia também essa transformação despótica do poder de Alexandre. Evocando a visita de César ao túmulo do rei, ele dá livre curso à sua indignação:

> Aqui jaz o insensato rebento de Filipe de Pella, o salteador feliz que o destino vingador do mundo levou consigo.

E mais adiante:

> Ele abandonou o país dos macedônios e os retiros de seus ancestrais, desprezou Atenas vencida por seu pai; lançando-se sobre os povos da Ásia pelo arrebatamento de seus destinos, ele se precipita amontoando cadáveres e lança sua espada por todas as nações; turva rios desconhecidos, o Eufrates com o sangue dos persas, o Ganges com o sangue dos indianos; fatal flagelo da terra, raio abatendo igualmente todos os povos, astro da infelicidade para o gênero humano (X, 1-52).

Existe, portanto, no final do período helenístico e no mundo romano, uma dupla imagem de Alexandre. Poderíamos seguir seu desenrolar no Baixo Império, inclusive entre os padres da Igreja. E, aqui, não se pode deixar de evocar — retomaremos isso mais detidamente no próximo capítulo — uma obra que explica o lugar que o personagem de Alexandre ocupará na época medieval, o famoso *Romance de Alexandre*. Atribuído a Calistenes, esse texto sofreu inúmeros remanejamentos, nasceu provavelmente em meios alexandrinos e apresenta uma mistura de fatos, talvez autênticos, e de narrativas lendárias que evocam tanto a *Odisséia* como os contos orientais. O episódio considerado aqui é o da chegada de Alexandre em Jerusalém. Trata-se, com certeza, de lenda surgida na época helenística nos meios judaicos helenizados de Alexandria. Reencontramo-la no relato que se diz histórico de Flávio Josefo (*Antigüidades judaicas*, XI, 327-332). Mas, no *Romance de Alexandre*, a narrativa ganha uma dimensão nova, à medida que

sugere a adesão do rei à religião do Deus único. Ele começa enviando uma embaixada judaica aos macedônios, que, ao retornar, deslumbrada com a coragem dos soldados de Alexandre, aconselha os judeus a se submeterem ao rei.

> Seus ministros do culto divino, vestindo trajes sacerdotais, adiantam-se ao encontro de Alexandre, acompanhados de todo o povo. Vendo-os vir, Alexandre teve medo de sua aparência, e ordenou-lhes que não se aproximassem mais dele e que retrocedessem até a sua cidade. Mas, tendo feito vir um dos sacerdotes, disse: "Como sua aparência é divina! Indique-me o deus que você honra, pois nos deuses daqui, jamais encontrei tão bela ordenação de sacerdotes." O outro lhe diz: "Servimos a um deus único, que criou o céu, a terra e tudo que existe, mas nenhum homem tem o poder de revelá-lo." Ao que Alexandre então diz: "Como servidores do deus verdadeiro, vão em paz, vão, pois seu deus será o meu, e minha paz os acompanhará, sem o menor risco de eu vir a marchar contra vocês, como fiz contra outros povos, porque vocês estão votados a servir ao deus vivo" (II, 24).

E, mais adiante, depois de ter fundado Alexandria, Alexandre proclama de novo "que não havia senão um único e verdadeiro Deus, invisível, escapando a toda busca, portado por serafins e glorificado pelo Nome três vezes santificado" (II, 28).

Foi esse Alexandre "convertido" à fé do verdadeiro deus que adotarão na Idade Média as religiões do Livro.

2

O ALEXANDRE MEDIEVAL

Foi, talvez, durante a época medieval, que o mito de Alexandre conheceu seu mais espetacular desenvolvimento. O relato da conversão do macedônio à religião do Deus único não é, evidentemente, estranho a sua presença tanto no Ocidente e no Oriente cristão quanto no mundo muçulmano. No que concerne à tradição judaica, ela se explica com facilidade pelo contexto alexandrino que viu nascer a lenda do herói. Mas, incontestavelmente, o *Romance de Alexandre* e as traduções e adaptações de que foi objeto nos últimos séculos do império romano e no período medieval foram as principais fontes a partir das quais construiu-se uma imagem de Alexandre na qual se encontram os contrastes já entrevistos nas páginas precedentes, e essa ambigüidade que faz dele às vezes um destemido cavaleiro, às vezes a própria encarnação do Anticristo.

Não teríamos como descrever aqui todos os desdobramentos das imagens medievais de Alexandre. A partir das inúmeras pesquisas que suscitaram colóquios e publicações, faremos um esforço para seguir o percurso de algumas delas e retraçar a evolução do mito até o limiar dos tempos modernos, quando a volta ao antigo abandonará o *Romance* e dará preferência aos relatos dos historiadores, Quinto Cúrcio primeiro, depois Plutarco, Diodoro e Arriano. Privilegiaremos o mundo Ocidental, em especial a França, por razões evidentes de facilidade de

acesso aos textos, mas também porque o mito de Alexandre parece ter conhecido ali uma especial grandeza.

Comecemos, portanto, com o *Romance de Alexandre*, de Pseudo-Calistenes, um texto que nos chegou por meio de diferentes manuscritos, dos quais os mais completos se encontram em Paris, e dos papiros que conservaram as partes mais antigas desse texto, em especial a importante correspondência fictícia entre Dario e Alexandre. Como observam Gilles Bonnoure e Blandine Serret, os recentes editores franceses do *Romance*, ele se apresenta como "uma nebulosa de textos e de variantes elaboradas do século IV ao XVI" em torno desse *Romance* que, "para nós, é um 'buraco negro', vertiginoso" (p. XVI).

Segundo esses mesmos editores, o elemento de datação mais sólido é sua adaptação à língua latina por Julius Valerius no final do século III de nossa época. Isso implica uma redação anterior do original em língua grega, que teria combinado em um conjunto coerente tradições que remontariam às décadas seguintes à morte do conquistador, enquanto outras, mais recentes, teriam sido elaboradas durante os três séculos da época helenística e os primeiros séculos do império romano por autores alexandrinos. Daí a importância em especial do Egito e de certas lendas egípcias no texto, tal como podemos reconstituí-lo em suas variantes.

O Egito se afirma desde o início do *Romance*, pois o autor declara que Alexandre não era filho de Filipe, mas, "como dizem os melhores sábios egípcios, de Nectanebo" (I, 1, 3). Esse é o nome de um dos últimos faraós egípcios que, no século IV, tentaram emancipar-se da tutela persa, recorrendo a estrategos gregos. O autor do *Romance* faz dele uma espécie de mágico que não consegue salvar o Egito de uma invasão bárbara e prefere fugir... para a Macedônia. Ali, faz a rainha Olímpia acreditar que ela vai unir-se ao deus Amon, mas é ele quem se apresenta disfarçado: "Nectanebo ajustou então sobre o seu corpo uma pele de carneiro muito delicada, com chifres nas têmporas, tudo parecendo de ouro. Tomou um cetro de marfim, um traje branco e uma capa de extremo refinamento, que imitava a pele de uma serpente" (I, 7, 1). Entra então no quarto da rainha, "sobe no seu leito e une-se a ela. Depois lhe diz: 'Persevera, mulher, tens no ventre um filho macho que será teu vingador e o rei de todo o universo habitado, o senhor do mundo'" (I, 7, 2).

Filipe aceita o relato que sua mulher lhe faz sobre a origem divina de sua gravidez, e, quando a criança nasce, em meio a uma violenta tempestade, ele vê nisso um sinal divino, reconhece a criança como seu herdeiro e lhe dá o nome de Alexandre. Atingindo a idade de doze anos, a criança mata seu verdadeiro pai, que ela tomava por um simples astrólogo. Mesmo depois de Olímpia, que não acreditara no estratagema de Nectanebo, ter-lhe revelado tratar-se de seu verdadeiro pai, Alexandre se consola depressa de tê-lo matado. Em seguida, são narrados alguns episódios de sua juventude até a morte de Filipe. Tendo se tornado rei, ele prepara a expedição da Ásia, cuja primeira etapa (conquista da Frígia, da Lícia e da Panfília) é interrompida por um périplo que conduz Alexandre ao Ocidente (Sicília, Itália), com o retorno pela África e o oásis de Siva. Alexandre, depois de ter consultado o oráculo de Amon — que lhe responde: "Menino Alexandre, tu és minha semente" (I, 30, 4) —, pede ao deus que lhe indique um lugar onde deve fundar uma cidade que porte o seu nome. A resposta do deus é reveladora da heterogeneidade das fontes do autor do *Romance*, pois nela se mesclam diferentes mitos, nos quais reaparecem os chifres do carneiro, dessa vez atribuídos a Febo e Proteu, o Velho do mar. Foi ao perceber a ilha de Faros que Alexandre decidiu se estabelecer no continente, construindo diante dela a futura Alexandria, que se ergue rapidamente sob seus olhos.

A guerra recomeça então na Ásia pelo cerco de Tiro, seguido de uma troca de correspondência com Dario antes da batalha de Isso. De novo o relato se interrompe para reconduzir Alexandre até a Europa, onde ele cerca e destrói Tebas antes de voltar à Ásia. É impossível acompanhar o itinerário imaginário seguido por Alexandre, ao passo que continuava a troca de cartas com Dario, e desse último com o rei indiano Poro. Quase à morte, Dario dá sua filha Roxana em casamento a Alexandre. E, somente após as bodas celebradas no palácio de Dario, Alexandre escreve a sua mãe e a Aristóteles uma longa carta, na qual relata as aventuras extraordinárias que marcaram a campanha e descreve os povos não menos surpreendentes que encontrou. Não se pode deixar de lembrar do relato de Ulisses junto a Alcínoo. Alexandre percorre países povoados por seres extraordinários, gigantes, antropófagos, homens sem cabeça que "conversavam, no entanto, na sua língua à maneira dos homens" (II, 37) e chega até as regiões "onde

o sol não brilha. É ali, portanto, que fica o país dos bem-aventurados" (II, 39). Também durante essas aventuras, ele não hesita em descer ao fundo do mar, encerrado num recipiente de vidro, e em subir aos céus numa barquinha puxada por dois pássaros gigantescos atraídos por um fígado de cavalo espetado na ponta de uma lança segurada por Alexandre. Mas este é trazido de volta à terra, depois que um anjo lhe aparece, mostrando-lhe muito longe um círculo pequenino, a terra, cercada por uma serpente, o mar, e o desafia a limitar suas conquistas a essa terra. Alexandre conclui assim a sua carta:

> Dando, pois, meia volta por vontade da Providência celeste, coloquei os pés de novo na terra após sete dias de marcha da expedição. Sentia-me completamente cadavérico e meio morto. Mas encontrei ali um sátrapa que me era subordinado e, depois de ter tomado dele trezentos cavaleiros, alcancei a expedição. E não mais recomecei a arremeter contra o impossível (II, 41, 13).

Esse episódio das aventuras de Alexandre será muitas vezes retomado na literatura medieval como prova dos limites do conhecimento humano, às vezes também da desmesura, da *hybris* de Alexandre.

Com a terceira parte do *Romance*, começa a expedição indiana, cujo momento principal é o duelo "homérico" que opõe Poro a Alexandre. Combate desigual, o rei indiano medindo cinco côvados e Alexandre apenas três (ou seja, 2,20 m contra 1,32 m!). Mas a sorte estava do lado do macedônio que, aproveitando Poro ter-se voltado um instante, desfere-lhe um golpe de espada que o deixa como morto (III, 4, 3). Essa vitória permite a Alexandre recuperar os macedônios prestes a abandoná-lo. Em seguida ele encontra os brâmanes, e conversa com o chefe deles, Dandamis. Depois vem na narrativa o encontro com a rainha Candace, cujo filho Candolo ele salva, fazendo-se passar por Antígono, o chefe de sua guarda. A descrição do palácio de Candace evoca todos os esplendores do Oriente. Então, Alexandre percorre o país das amazonas. É mais uma vez por meio de uma carta a sua mãe Olímpia que ele narra suas últimas aventuras nas regiões mais surpreendentes do mundo, como a ilha cuja cidade possui doze torres "feitas de ouro e esmeralda", onde ele encontra homens com cabeça de cachorro ou de touro, ou dotados de seis mãos, e pássaros que falam grego.

Enfim, a volta para Babilônia, a morte de Alexandre, envenenado por ordem de Antípatro, e a partida de seu corpo para Mênfis e Alexandria. A essa narrativa "central" acrescentam-se outros episódios, tomados de empréstimo de fontes diferentes, como a estada em Jerusalém já evocada, ou ainda um curioso debate diante da assembléia ateniense depois da queda de Tebas.

O que chama a atenção na leitura do romance e de suas variantes, não é apenas o caráter descosido do conjunto, a cronologia confusa estabelecida pelos historiadores antigos, da qual encontram-se, no entanto, empréstimos no relato, mas também e sobretudo o aparecimento do fantástico, remetendo ao mesmo tempo para a epopéia homérica e os contos egípcios. Enfim, é a importância dessa correspondência que permite dar muitas vezes a palavra a Alexandre.

Pode-se compreender como tal narrativa, traduzida primeiro em latim, depois em aramaico, em persa, em árabe e nas línguas européias, pôde alimentar a imaginação dos homens da Idade Média. No Ocidente, a fonte principal dos poemas e das obras em prosa dedicados a Alexandre foi, a princípio, a tradução latina de Julius Valerius, condensada no século IX (*Epítome* de Metz), depois a tradução feita no século X para o arquiduque João III, de Nápoles, pelo arquipresbítero León, e conservada sob o título de *Historia de Proeliis*.

É sobretudo a partir do século XII que essa literatura se desenvolve na França. O *Romance de Alexandre*, de Alexandre de Paris, é um longo poema de dezesseis mil versos dodecassílabos, que irão ser chamados de alexandrinos. Da mesma época data o *Alexandreide*, de Gauthier de Châtillon, poema latino em dez livros, escrito entre 1178 e 1182 e dedicado ao arcebispo de Reims, Guilherme. Gauthier de Châtillon não se inspira apenas na tradução latina de Julius Valerius, ele conhece o relato de Quinto Cúrcio. Nesses dois textos se expressa uma profunda admiração com relação a Alexandre, que se conforma com a "bastardia" do herói e apaga os episódios negativos, assim como a incerteza sobre sua conversão à religião do verdadeiro Deus. Reencontramos a admiração por um personagem que parece ser a perfeita ilustração do cavaleiro cristão no *Libro de Alexandre* espanhol ou no *Romance de toda cavalaria*, poema anglo-normando de Thomas de Kent.

É impossível citar aqui todas as obras que se inscrevem nesse estilo qualificado pelos modernos de "cortês" ou de "cavalheirismo". Se o fantástico ocupa um lugar considerável nessas obras, muitas vezes elas têm também um cunho político. Trata-se de apresentar ao soberano a imagem do que deveria ser um rei ideal. Sem retomar a tipologia um tanto esquemática do historiador George Cary (*The Medieval Alexander*, Cambridge, 1956), que reagrupava sob quatro rubricas os escritos consagrados a Alexandre (filosóficos, teológicos, coletâneas de *exempla*, enfim, romances e poemas destinados a distrair mais que a instruir), parece que é possível distinguir dois períodos nessa imagem medieval de Alexandre no Ocidente.

O primeiro, nos séculos XII e XIII, correspondia mais à preocupação de apresentar um modelo "cavalheiresco". Em contrapartida, e em relação com o conhecimento pelas traduções árabes da filosofia de Aristóteles, afirmar-se-ia depois a dimensão filosófica e política de Alexandre. Foi o caso, em especial, da *Histoire du bon Roy Alexandre*, de Jean Wauquelin, composta por volta de 1448, por Jean de Bourgogne, conde de Étampes. Alexandre encarna ali o novo ideal monárquico, a aliança do saber e do poder temporal, simbolizada pelo par Alexandre-Aristóteles. Mescla de romance de aventuras e "espelho do Príncipe", a obra de Jean Wauquelin se inscreve muito bem nas preocupações da corte da Borgonha. Um estudo das bibliotecas borgonhesas, elaborado por Christiane Raynaud (em *Alexandre le Grand dans les littératures occidentales et proches-orientales*, Nanterre, 1999), aponta o interesse de Filipe, o Bom, e seu filho Carlos, o Temerário, pela aventura do macedônio. É, aliás, para Carlos, o Temerário, que a obra de Quinto Cúrcio será, pela primeira vez, traduzida para o francês em 1468 pelo português Vasco de Lucena, tradução que merecerá seis reedições entre 1500 e 1555.

Simultaneamente, com a redescoberta dos historiadores gregos de Alexandre, a imagem do rei da Macedônia se tornará mais complexa e também mais ambígua. O fantástico desaparecerá, especialmente dos episódios da descida ao fundo dos mares e da subida ao céu, considerados por Vasco de Lucena "evidentes mentiras", assim como a figura de Nectanebo, o suposto pai de Alexandre no *Romance*, o mago diabólico dos romances medievais. Enfim, Alexandre volta a ser o príncipe pagão, discípulo dos filósofos redescobertos no final da Idade Média.

É interessante concluir essa rápida revisão da imagem medieval de Alexandre no Ocidente cristão citando as observações feitas por Montaigne no final do século XVI. No livro II dos *Les Essais*, capítulo 26, ele faz de Alexandre um dos três "mais excelentes homens", os dois outros sendo Homero e Epaminondas. Ele elogia, em particular, "tantas excelentes virtudes que ele possui, justiça, temperança, liberalidade, fé em suas palavras, amor para com os seus, humanidade para com os vencidos". E, ao reconhecer que é "impossível conduzir tão grandes movimentos com as regras da justiça", e que assim Alexandre foi obrigado a praticar ações repreensíveis, termina por afirmar, apesar disso,

> a excelência de seu saber e sua capacidade, a duração e a grandeza de sua glória, pura, nítida, sem mácula e inveja; e que ainda, por muito tempo depois de sua morte, era uma crença religiosa estimar que suas medalhas traziam felicidade aos que as usavam; e que mais reis e príncipes escreveram suas gestas do que outros historiadores escreveram gestas de um outro rei ou príncipe qualquer, e que ainda no presente os maometanos, que desprezam todas as outras histórias, recebem e honram unicamente a sua por especial privilégio.

Eis o que nos oferece uma feliz transição para evocar alguns aspectos do Alexandre medieval árabe. Não é surpreendente que seja primeiro no Oriente que a imagem de Alexandre tenha sido reutilizada, principalmente, no que concerne ao mundo árabe, entre os séculos VIII e X. Como em outros relatos, Alexandre apresenta ali um rosto duplo, ora positivo, ora negativo. É o caso, como mostra F. de Polignac ("Alexandre dans la littérature arabe. L'Orient face à l'hellénisme", *Arabica*, XXIX, 3, 1982) da imagem de Alexandre na obra de Mascudi, *Os prados de ouro*. O autor se inspira no *Romance* de Pseudo-Calistenes. Mas não teme contradições. Nos capítulos sobre a história dos persas, Alexandre é o usurpador, ao passo que na parte dedicada à história dos reis gregos, ele é o protetor dos judiciosos. A descida ao fundo dos mares está associada à fundação de Alexandria, que se torna assim um "limiar iniciático" (F. de Polignac em *Alexandre le Grand dans les littératures occidentales et proche-orientales*, 1999). Enfim, Alexandre é também assimilado à literatura árabe em Dul Qarnayn, o homem dos dois chifres, aquele que percorre o mundo para alcançar

os seus limites, tanto a leste quanto a oeste do Mediterrâneo, e que constrói o muro destinado a proteger a humanidade dos povos impuros, os Gog e Magog do relato bíblico. Essa imagem do "Bicórneo", instrumento da vontade divina, aparece no Alcorão. F. de Polignac, sem rejeitar a assimilação com Amon, o deus dos cornos de carneiro, vê aí sobretudo a imagem de um herói inspirado e invoca a influência do judaísmo babilônico, lembrando que Moisés também é "bicórneo", ("L'homme aux deux cornes. Une image d'Alexandre du symbolisme grec à l'apocalypse musulmane", MEFRA, 96, 1984, 29-51).

F. de Polignac mostra igualmente o caráter inacabado da obra de Alexandre na tradição árabe. Apesar da inspiração divina de sua missão, ele não poderia ser um profeta, à diferença daquele que às vezes é seu companheiro, al-Khidr. Ele esbarra, assim, nos limites que o impedem de atingir a Revelação, tanto quando se eleva ao céu como quando desce ao fundo dos oceanos, ou quando chega aos limites do mundo. É decerto impossível retomar aqui o percurso dessa imagem de Alexandre na concepção árabe tal como sugere F. de Polignac numa pesquisa particularmente rica. Para encontrar uma vez mais a ambigüidade da imagem medieval do conquistador, vamos nos limitar a evocar um poema persa do século XIII, o *Romance de Alexandre*, de Nezami. Ele faz do rei um discípulo dos grandes filósofos da Antigüidade, dentre os quais figuram Aristóteles e também os sábios indianos, os famosos brâmanes da tradição. A um só tempo conquistador, filósofo e profeta, Alexandre é o soberano ideal, segundo o modelo elaborado pelo filósofo árabe Al-Farabi. Essa orientação filosófica se explica pela importância que tem então a tradução das grandes obras da filosofia grega, à qual o nome de Averróis permanece relacionado

Mas o Alexandre filósofo iria logo desaparecer da literatura árabe. Permanece a imagem ambígua de um rei apresentado ora como um modelo, ora como um perseguidor, mas ao qual se fará cada vez menos referência em um mundo árabe às voltas com lutas internas e recuando no Ocidente diante da reconquista cristã, e no Oriente diante da ameaça otomana.

Poderíamos descobrir um percurso análogo na evolução da imagem de Alexandre nos escritos do judaísmo. Não voltaremos às origens dessa imagem: positiva no meio alexandrino e em parte da Judéia sob dominação ptolemaica, ela se transforma em imagem negativa a partir do reino

de Antíoco IV e do levante dos Macabeus. Instrumento de Deus na literatura apocalíptica (livro de Daniel), acolhido em Jerusalém no relato de Flávio Josefo, convertido à fé do verdadeiro Deus na versão judaica do *Romance*, Alexandre torna-se, no Talmude da Babilônia, o interlocutor dos sábios, dos "brâmanes israelitas" (F. de Polignac), isto é, dos anciãos da comunidade babilônica. A queda do Templo em 70, o fracasso da revolta de Bar Kocheba em 135 e a transformação de Jerusalém em colônia romana acentuam o movimento de dispersão dos judeus. Permanece um centro religioso em Jâmnia perto de Jaffa, mas é daí em diante que a Babilônia sassânida se torna o principal centro do judaísmo. Aí é elaborado o Talmude, comentário da Torá reunindo disposições de ordem jurídica mescladas a inúmeras digressões. O diálogo entre Alexandre e os anciãos se inscreve nessas digressões. Ele retoma certos temas abordados no *Romance*. Assim, Alexandre pergunta aos brâmanes: "Qual é o mais vasto, a terra ou o mar?" E eles respondem: "A terra, porque o mar se deixa conter por ela" (*Romance*, III, 6, 4). No Talmude (VI, 5), a pergunta é um pouco diferente, assim como a resposta, porém se trata da mesma relação entre os dois elementos: "Ele lhes perguntou: 'É preferível habitar a terra ou o mar?' — 'A terra, pois todos aqueles que se aventuram no mar só acham tranqüilidade quando voltam à terra firme.'" Mesmo tipo de questão pedindo também uma resposta significativa da diferença: "Ele perguntou ainda: 'O que houve primeiro, a noite ou o dia?'" Eles disseram: 'A noite, pois o que nasce começa a crescer na obscuridade das entranhas, depois vem à luz para receber o dia.'" (*Romance*, III, 6, 7). E no Talmude: "Ele lhes perguntou: 'O que foi criado primeiro, a luz ou as trevas?' Responderam-lhe: 'Essa questão não pode ser resolvida.' Por que não lhe responderam que foram as trevas criadas primeiro, uma vez que está escrito: 'E a terra era enferma e vazia, e trevas' (Gênese 1, 2)? E Deus diz: 'Que se faça luz', e a luz foi feita" (Gênese 1, 3).

Outras perguntas diferentes questionam a autoridade real. E o diálogo talmúdico termina com o relato de uma aventura para a qual existem muitas versões. Alexandre, decidido a encontrar o caminho da África, chega à entrada do Paraíso. Pede que lhe seja aberta a porta. Mas respondem: "É a porta do Eterno. Os justos a atravessarão" (Salmos 118, 20). Alexandre, então, invocando sua qualidade de rei, pede que lhe dêem uma coisa importante: "Deram-lhe um globo ocular. Ele pesou

todo o seu dinheiro e todo o seu ouro, mas o conjunto não pesava tanto quanto o globo ocular. 'O que está acontecendo?', perguntou Alexandre aos rabinos. 'É o olho humano que nunca está satisfeito.' 'Como sabem que o olho humano nunca fica satisfeito?' 'Cubra-o com um pouco de poeira, e ele se tornará leve, pois está dito: a estada dos mortos e o abismo são insaciáveis, os olhos do homem também.'" Em outra versão, Alexandre chega às proximidades de uma cidade situada às margens do Ganges. Uma parede sem abertura se ergue diante dele. Alguns companheiros do rei descobrem uma janelinha e batem algumas vezes. Um homem velho aparece e entrega-lhes uma pedra que Alexandre leva para Babilônia. Ali, um velho sábio judeu lhe revela o sentido da pedra, cujo peso não pode ser compensado pela acumulação de ouro e prata, mas que, recoberta de poeira, ficará leve. O sentido das duas histórias é o mesmo: se Deus favorece Alexandre em seus propósitos, também lhe indica que existe um limite intransponível, a morte que porá fim a seus poderes.

Outros relatos e histórias ressaltam essa imagem de Alexandre na tradição judaica. A presença da ossada do profeta Jeremias nas fundações de Alexandria, a proteção concedida às dez tribos, a construção de um muro para conter os inimigos de Deus, Gog e Magog, que encontramos também, como se viu, no mito árabe de Alexandre.

No Talmude, Alexandre não é, como na versão judaica do *Romance*, um adepto da religião do Deus único, mas um homem de poder, a quem Deus faz instrumento de seus propósitos, indicando-lhe os limites e o caráter inacabado desse poder de que se imagina investido.

Como o Alexandre da literatura árabe, o da tradição judaica sofrerá a influência da filosofia grega por meio das traduções árabes e assumirá a aparência do rei filósofo.

Esse breve desenvolvimento não pretende dar conta de todos os aspectos do mito de Alexandre durante o período medieval. A redescoberta dos historiadores gregos, que começam a ser traduzidos em latim, depois nas línguas européias, conferiria ao mito uma dimensão nova, mais política do que teológica ou filosófica, e muito menos romanesca. Vamos nos limitar a segui-lo no país onde se elaborou um poder monárquico absoluto que podia lembrar o da Macedônia, a França dos séculos XVII e XVIII.

3

A IMAGEM DE ALEXANDRE NA FRANÇA DOS SÉCULOS XVII e XVIII

A partir do final do século XV, quando são redescobertos os historiadores de Alexandre, o herói do *Romance* tende a ceder lugar ao personagem histórico. Não podemos abordar aqui o problema da evolução da imagem de Alexandre a partir do Renascimento no conjunto do mundo cristão. Vamos nos restringir à França, onde uma obra recente traz uma preciosa informação (Grell e Michel, *L'École des princes ou Alexandre disgracié*, 1988).

A primeira tradução em francês de Quinto Cúrcio data de 1468, a de Plutarco por Amyot, da metade do século XVI. Foi Amyot igualmente quem realizou uma tradução de Diodoro em 1585. Arriano só será traduzido em 1646. Com certeza, a imagem de Alexandre que se impõe na França dos séculos XVII e XVIII é, primeiramente, a do guerreiro vitorioso e do monarca absoluto. O cerco de La Rochelle (1627-1628) por Richelieu, essa praça-forte protestante, é comparado ao cerco de Tiro. Se o esmaecido Luís XIII não pode identificar-se com Alexandre, o mesmo não ocorre com o Grande Condé, vencedor de Rocroi. Mas foi, sem dúvida, Luís XIV que se tornou, a partir da Fronda, o novo Alexandre. Ele encomendou ao pintor Le Brun uma série de quadros representando episódios da gesta do macedônio. Outros pintores desenvolveram o mesmo tema. Os momentos escolhidos valorizam tanto a generosidade do rei (*As rainhas dos persas aos pés de Alexandre: a tenda de Dario*),

como os grandes feitos de guerra (*A passagem do Granico*, *A batalha de Arbela*, *A entrada em Babilônia*).

Essa identificação do rei com o conquistador se acha também no âmbito teatral, como atestam inúmeras obras dramáticas, dentre as quais consta o *Alexandre* de Racine. Montada no Palais Royal, em 4 de dezembro de 1665, essa peça conheceria um retumbante sucesso quando Racine a entregou aos comediantes do Hotel de Bourgogne, rivais daqueles do Palais Royal. O texto foi publicado em 1666, precedido de um sobrescrito ao rei e um prefácio. O sobrescrito fazia um paralelo entre Alexandre e Luís XIV, "rei cuja glória se espalhou tão longe quanto a do conquistador, e diante do qual se pode dizer que todos os povos do mundo se calam, como disseram as Escrituras de Alexandre". No prefácio, Racine justificava o título de sua peça, já que o conquistador só apareceria nela tardiamente e Poro, o rei indiano, "parecia maior do que Alexandre". De fato, se a peça termina com a "generosidade" de Alexandre devolvendo a Poro seus Estados, as longas réplicas do rei indiano e da rainha Axiana, por quem ele está apaixonado, expressam severas críticas contra o conquistador. Para Taxila, que o aconselha a negociar com Alexandre, o rei indiano replica:

> A paz! De suas mãos, poderíeis aceitar?
> Como? Tendo visto tantas guerras
> Virem perturbar a venturosa calma de nossas terras,
> E entrarem em nossos Estados de lança em punho
> Para atacar reis que não os ofendiam;
> Tendo visto pilharem províncias inteiras,
> O sangue de nossos súditos inflar nossos rios
> E sabendo o céu prestes a nos abandonar
> Esperarei que um tirano se digne perdoar-nos? (versos 140-148)

A isso responde Axiana dirigindo-se a Alexandre vencedor:

> Mas, Senhor, não basta que tudo lhe seja possível?
> Escravizando reis e
> Impunemente fazendo gemer todo o universo?
> Que dano vos causaram tantas cidades cativas,

> Tantos mortos de que o Hidaspe viu cobertas suas margens?
> [...] Não, seja qual for a suavidade com que disfarceis vossa alma,
> Não passais de um tirano (versos 1074-1085).

Racine lera Plutarco, assim como Quinto Cúrcio e Justino, aos quais toma emprestado o personagem de Cleófila, fazendo-a irmã de Taxila (Quinto Cúrcio, VIII, 10 e Justino, XII, 7-9). Ele não ignorava, portanto, as críticas que, desde a Antigüidade, uma parte da tradição expressava contra Alexandre. É interessante vê-lo assim, embora se defenda, jogar com a dupla imagem de Alexandre, a respeito da qual, a partir da metade do século XVII, toma-se cada vez mais consciência. O absolutismo real começa a ser questionado e com isso a imagem de Alexandre é "depreciada", para retomar o termo empregado por C. Grell e C. Michel. Se não se questiona o seu valor guerreiro, insiste-se na evolução dramática de seu comportamento, na corrupção de suas qualidades iniciais. No século XVIII, Alexandre torna-se o símbolo do príncipe que persegue os filósofos, evoca-se o caso de Calistenes, o assassinato de Clito. Às vésperas da Revolução, Mably faz sobre Alexandre um julgamento sem matizes:

> Em que consistem essas conquistas cujo único objetivo é devastar a terra? Que nome odioso se dará a um conquistador que olha sempre diante dele, e não volta jamais os olhos para trás, que, marchando com o rumor e a impetuosidade de uma torrente desordenada, se dissipa, desaparece, e não deixa senão ruínas? O que esperava Alexandre? Não sentia ele que conquistas tão rápidas, tão extensas e tão desproporcionais às forças dos macedônios não poderiam ser conservadas? Se ele ignorava uma verdade tão trivial, se não discerniu as causas e o objetivo da política de seu pai, esse herói devia ser de bem poucas luzes; se nada disso, ao contrário, escapava à sua penetração, e não pôde, no entanto, moderar seus desejos, ele não passa de um furioso a quem os homens devem odiar (*Observations sur l'histoire de la Gréce et des causes de la prospérité et des malheures des Grecs*, 1766).

Devemos, todavia, relativizar a importância dessa rejeição. Com efeito, durante esses dois séculos, tanto na França como fora dela,

Alexandre continuaria a ser uma figura excepcional, na pintura, no teatro ou em escritos dos filósofos. Dos inúmeros textos citados por Grell e Michel, em apêndice do seu livro, citarei três exemplos particularmente significativos. O primeiro é extraído da *Histoire ancienne* de Rollin. Ao evocar as profecias do livro de Daniel, ele vê nas conquistas de Alexandre a expressão da vontade de Deus. Entretanto, se a grandeza do macedônio é incontestável, não menos incontestável é a alteração de sua imagem à medida que penetra na Ásia e adota os costumes orientais. Por que não permaneceu fiel às suas qualidades primeiras?

> O que falta até agora para a glória de Alexandre? A virtude guerreira apareceu com todo seu brilho. A bondade, a clemência, a moderação, a sabedoria atingiram ali o seu máximo, e, ao acrescentarmos a isso cinco anos, o mérito torna-se infinitamente maior. Supondo que nesse estado, Alexandre, para garantir sua glória e suas vitórias, se detenha de pronto, ele próprio refreie suas ambições, e da mesma forma como venceu Dario, ele o restabeleça no trono; que devolva a Ásia Menor, habitada quase inteiramente por gregos, livre e independente da Pérsia; que se declare protetor de todas as cidades e de todos os Estados da Grécia, para garantir-lhes a liberdade e deixá-los viver conforme suas leis; que regresse em seguida para a Macedônia, e lá, contente com os limites legítimos de seu império, lance mão de toda sua glória e de toda sua alegria para torná-lo feliz e garantir-lhe a abundância, fazer florescer as leis e a justiça, conceder honras à virtude, fazer-se amar por seus súditos; que, enfim, tendo se tornado, pelo terror das armas, e ainda mais, pela fama de suas virtudes, admirado por todo o universo, ele se julgue de alguma forma árbitro de todos os povos, e exerça sobre todos os corações um império bem mais estável e mais honorável do que esse fundado apenas no temor; supondo tudo isso, jamais teria existido um príncipe tão grande, tão glorioso, mais respeitável do que Alexandre (*Histoire ancienne*, VI, p. 690-691)?

Era preciso rescrever a história para fazer Alexandre coincidir com a imagem que havia sido elaborada por uma parte da posteridade.

O segundo texto é tomado ao *Espírito das leis*, de Montesquieu. O autor valoriza o comportamento de Alexandre para com os vencidos:

> Ele não deixou aos povos vencidos apenas seus hábitos, deixou-lhes ainda suas leis civis, e muitas vezes mesmo, os reis e os governadores que ali encontrou. Colocava macedônios à frente das tropas e as pessoas do país à frente do governo; preferia o risco de alguma infidelidade em particular (o que algumas vezes aconteceu) ao de uma revolta geral. Respeitou as tradições antigas e todos os monumentos da glória ou da vaidade dos povos. Os reis dos persas haviam destruído os templos dos gregos, dos babilônios e dos egípcios; ele os restabeleceu; poucas foram as nações que se submeteram a ele em cujos altares não fez sacrifícios. Parece que ele conquistava unicamente para ser monarca particular de cada nação e o primeiro cidadão de cada cidade. Os romanos conquistavam para tudo destruir: ele quis conquistar para tudo conservar; e, em qualquer país pelo qual tenha passado, suas primeiras idéias, seus primeiros propósitos foram sempre de fazer alguma coisa que pudesse aumentar-lhes a prosperidade e o poder.
>
> Cometeu duas más ações: queimou Persépolis e matou Clito. Tornou-os célebres pelo seu arrependimento: de modo que suas ações criminosas foram esquecidas para dar lugar ao seu respeito pela virtude; assim, foram consideradas antes como desgraças do que coisas que lhe fossem próprias; assim, a posteridade encontrou beleza em sua alma, bem ao lado de seus arrebatamentos e de suas fraquezas; assim, era preciso lamentá-lo e não era mais possível odiá-lo (*Do espírito das leis*, X, 14).

Julgamento moderado, que não dissimula as fraquezas porém as reconduz a seu justo valor para melhor exaltar o que, aos olhos de Montesquieu, permanecia essencial: o respeito pelos povos conquistados.

O julgamento de Voltaire é menos sutil. Em seu *Ensaio sobre os costumes*, um pouco posterior ao *Espírito das leis*, ele credita a Alexandre ter permitido um extraordinário desenvolvimento dos intercâmbios:

> Alexandre, em curto tempo de vida, e em meio a suas conquistas, construiu Alexandria e Scandera, restabeleceu a mesma Samarcanda, que foi, desde então, a sede do império de Tamerlão, construiu cidades quase nas Índias, estabeleceu colônias gregas além do Oxus, enviou à Grécia as observações de Babilônia e mudou o comércio da Ásia, da Europa e da África, para as quais Alexandria se tornou o mercado universal. É nisso

que Alexandre me parece superior a Tamerlão, a Gêngis e a todos os conquistadores aos quais tentamos compará-lo" (citado por Grell e Michel, *op. cit.*, p. 189).

Nas *Questões sobre a Enciclopédia*, no artigo "Alexandre", Voltaire observa:

> Não é mais permitido falar de Alexandre a não ser para dizer coisas novas e para destruir as fábulas históricas, físicas e morais, com que foi desfigurada a história do único grande homem como jamais se viu entre os conquistadores da Ásia (citado por Grell e Michel, *op. cit.*, p. 198).

Mais adiante, depois de evocar a questão da divinização de Alexandre e os testemunhos contraditórios relativos à morte de Calistenes, ele conclui:

> Tudo o que se pôde reunir de certo é que Alexandre, aos vinte e quatro anos, havia conquistado a Pérsia com três batalhas; que tinha tanto gênio como valor; que mudou a face da Ásia, da Grécia, do Egito e a do comércio do mundo [...] (citado por Grell e Michel, *op. cit.*, p. 200).

Esses julgamentos positivos de dois grandes filósofos do século XVIII obrigam-nos a relativizar a idéia de uma depreciação da imagem de Alexandre na França. A lista das obras dramáticas que o tomaram como tema confirma essa apreciação. A generosidade e clemência de Alexandre é que são, com raras exceções, valorizadas, como já o foram em Racine.

O fato novo, a partir das últimas décadas do século XVIII, é que se começa a fazer uma leitura crítica das fontes da história de Alexandre. É, em particular, o caso de um personagem bastante surpreendente, Guillaume Emmanuel Joseph Guillem de Clermont-Lodève, barão de Sainte-Croix, que publica, em 1775, uma obra intitulada *Examem critique des anciens historiens d'Alexandre*. Nessa obra, ele não hesita em questionar as afirmações de Arriano, Plutarco ou Quinto Cúrcio, relativas tanto ao comportamento de Alexandre para com os persas quanto para com seus hábitos. Ele visa especialmente a Montesquieu, quando

"sugere que Alexandre 'adotara os hábitos dos persas para não castigá-los fazendo-os adotar os hábitos dos gregos'. Arriano também faz a apologia dessa mudança (VII, 29) que no entanto eu não tenho como aprovar. Adotar os costumes dos vencidos é insultar a glória do vencedor; é destruir a feliz distinção que fomenta o entusiasmo belicoso, o veículo das conquistas. O luxo que necessariamente os hábitos dos asiáticos ostentam devia enervar a coragem dos soldados macedônios, sufocando-lhes o nobre ardor que se acende como reação da alma aos objetos que a afetam com vigor."

Alexandre não poderia ignorar "essa verdade comum".

A Plutarco, Sainte-Croix censura ter apresentado Alexandre como senhor de seus desejos, sobretudo quando recusou dois jovens rapazes oferecidos por Filoxeno, "objetos ilícitos e prescritos pela natureza". Uma censura da mesma natureza é dirigida a Quinto Cúrcio, por ter dissimulado as relações de Alexandre com o eunuco Bágoas e ter afirmado "que o monarca macedônio não se permitira nenhum prazer que não estivesse nos limites da natureza" (citado por Grell e Michel, *op. cit.*, p. 200).

Teremos ocasião de voltar à homossexualidade real ou suposta de Alexandre. Destacaremos apenas que seus "defensores" (no caso, Plutarco e Quinto Cúrcio), assim como seu severo censor (Sainte-Croix) fazem dela, do mesmo modo, uma sexualidade "contra a natureza".

O período revolucionário não parece ter feito de Alexandre um herói. Própria imagem do déspota cruel, ele não podia ser tomado como modelo. Porém, se o monarca estava desacreditado, o conquistador continuava sempre suscetível de fascinar os generais ávidos de glória. Não foi, sem dúvida, obra do acaso Bonaparte ter empreendido a campanha do Egito cercado de sábios. Mas foi Roma, mais do que Alexandre, que serviu de modelo a Napoleão.

A Antigüidade, no começo do século XIX, não estava mais "na moda". Era chegado o tempo da História.

4

OS HISTORIADORES E A IMAGEM DE ALEXANDRE

Vimos como a partir do final do século XVIII as fontes da história de Alexandre foram submetidas a um exame crítico, que anuncia um dos aspectos da atitude historiadora, representada essencialmente na Alemanha: a pesquisa das fontes, a *Quellenforschung*. É na Alemanha que também aparece, em 1833, a primeira *História de Alexandre* baseada no exame minucioso das fontes, a de Gustave Droysen. Numa perspectiva hegeliana, essa história, além disso, está situada no movimento geral da evolução das sociedades. Para o jovem erudito alemão, a obra consagrada a Alexandre constituía a preliminar para uma *História do mundo helenístico*, termo do qual Droysen foi, de algum modo, o "inventor". Esses séculos (III-I a. C.), por muito tempo considerados séculos de "declínio" da civilização grega, achavam-se revalorizados, uma vez que representavam a "regeneração" do mundo oriental pelo helenismo. E essa "regeneração" era o produto da vontade de Alexandre de unir vencedores e vencidos:

> Se Alexandre tivesse se contentado em conquistar a Ásia para dá-la aos helenos e aos macedônios, se ele lhes tivesse permitido escravizar as populações asiáticas, os helenos e os macedônios só teriam se tornado mais rapidamente asiáticos, na pior acepção da palavra (*Alexandre le Grand*, 1991, p. 458).

Droysen queria dizer, com isso, escravos submetidos a um déspota. Pois ele sustentava que se a conquista tinha revelado quanto o mundo asiático era "vacilante, carcomido e tarado", não deixava de ser por isso portador de antigas civilizações que só poderiam enriquecer

os conhecimentos dos vencedores. O principal mérito de Alexandre foi o de ter compreendido isso e permitido que tal fusão viesse a se realizar, apesar de ele próprio não ter podido levá-la a cabo. Fundações de cidades, aberturas de estradas e circulação monetária favoreceram essa fusão, cujos elementos foram "a vitalidade ardente da Grécia, que aspirava encontrar um corpo, e massas inertes da Ásia que buscavam encontrar uma alma" (p. 463). Ela devia "fecundar a arte, a ciência e a religião, e dar um impulso imprevisto à vida intelectual e moral dessa época" (p. 464).

Aos olhos de Droysen, as conseqüências talvez mais importantes se situavam no plano religioso:

> Se admitirmos que as divindades, os mitos e os cultos do paganismo eram a expressão viva e direta da diversidade étnica e histórica dos povos mediterrâneos, devemos convir que eles constituíam um obstáculo quase intransponível para a obra de unificação conduzida por Alexandre. A unidade que ele queria instaurar devia começar por encarnar-se nele mesmo. Como sempre, ele foi direto ao âmago do problema ao acolher em seu círculo próximo, em pé de igualdade, o áugure lício Aristandro, o asceta hindu Calano, o mago persa Austanes, e oferecer prêmios e sacrifícios às divindades dos egípcios, dos persas e dos babilônios, ao Baal dos sírios e ao Javé dos judeus (p. 467).

Com isso, ele preparava o triunfo da religião do deus único:

> Entrevimos pela primeira vez que todos os povos honravam em seus deuses, sob uma figuração mais ou menos feliz, uma divindade única; que buscavam todos exprimir de um modo mais ou menos profundo o mesmo pressentimento do sobrenatural, do Absoluto e do Soberano Bem, e que as diferenças existentes entre os nomes, os predicados e as funções dos deuses não eram senão fenômenos exteriores, efêmeros e ilusórios (p. 468).

A historiografia alemã do século XIX seria fortemente marcada pela influência de Droysen. Acrescentava-se a isso o peso das circunstâncias, no momento em que se afirmava a reivindicação da unidade alemã. Decerto, era à Macedônia de Filipe, identificada com a Prússia, mais que ao império de Alexandre que se concedia valor de exemplo. Mas os sonhos

universalistas de Alexandre encontravam uma repercussão favorável na Alemanha romântica. Enquanto na Inglaterra e na França, com George Grote e Victor Duruy, afirmava-se a formação daquilo que Nicole Loraux e Pierre Vidal-Naquet chamaram "a Atenas burguesa", na Alemanha a obra de Alexandre tendia cada vez mais a se tornar o símbolo, em face de um mundo asiático decadente e de uma Grécia degenerada, da superioridade dos povos nórdicos (no caso, os macedônios) sobre os povos mediterrâneos, ao passo que exaltava-se na pessoa do conquistador a figura do chefe.

Durante os *Encontros* da Fundação Hardt em 1975, dedicados a Alexandre, o professor Badian, de Harvard, investiu contra as derivas dessa historiografia alemã, a partir de 1933, em historiadores como Helmut Berve ou seu discípulo Fritz Schachermeyr. Badian cita em particular a obra publicada por este último em 1944, sob o título *Indogermanen und Orient*, na qual Alexandre é censurado por ter, ele, um representante da "pura raça nórdica", cometido um "sacrilégio biológico" ao incentivar a mistura das raças e abandonar as tradições nacionais. Schachermeyr, que iria mais tarde "repudiar" seu livro de 1944, continua sendo um dos maiores historiadores de Alexandre, um Alexandre transformado em "super-homem nietzschiano".

Quase à mesma época, surgia em Cambridge o *Alexander the Great*, de William Tarn. O historiador inglês, muito mais pragmático, fazia de Alexandre um espírito racional, que não acreditava em sua origem divina. Ele empreendia a conquista da Ásia para trazer aos orientais as benfeitorias da civilização grega. Nesse sentido, Tarn se situava no prolongamento da obra de Droysen. Alexandre era um idealista que sonhava em realizar a unidade do gênero humano. Mas Badian também via no Alexandre de Tarn uma perfeita ilustração do cavalheiro vitoriano, em especial no plano delicado de sua sexualidade: fiel à única esposa legítima, nunca teria tido amantes e menos ainda "favoritos". Só teria recorrido à violência quando obrigado e acuado, tanto no caso de Parmênio como no de Clito. Imagem idealizada, inspirada parcialmente em Plutarco, apagava de propósito todos os aspectos da obra e todos os gestos do homem que a desmentissem.

O *Alexander the Great*, de Tarn, seria alvo de inúmeras traduções e dominaria durante muitas décadas a historiografia do conquistador, em especial nos manuais e nas enciclopédias. Mas essas foram também as décadas da "descolonização", isto é, da derrocada dos impérios que

se formaram ao longo do século XIX, o império britânico e o império francês primeiramente. A partir daí, a expedição de Alexandre ganha uma nova face. Não se tratava mais da realização de um sonho utópico e universalista, mas apenas de uma empreitada colonial. E era em torno do modelo da aculturação do colonizado que podiam ser analisadas as conseqüências da conquista do mundo oriental pelos greco-macedônios. Esta é, em parte, a proposta do belo livro de Edouard Will e Claude Orrieux, *Ioudaismos-Hellenismos*, a que já nos referimos e no qual o modelo da aculturação permitia esclarecer o problema da helenização dos judeus. Trata-se de uma atitude próxima à evocada por Badian na sua comunicação nos *Encontros* da Fundação Hardt, ao observar que, a partir dali, a história de Alexandre seria escrita, não apenas abandonando a imagem do líder carismático, mas situando-se tanto do ponto de vista dos vencidos como dos vencedores.

Durante esses últimos anos, continuaram a ser publicados livros sobre Alexandre. Mas parece que hoje desistiu-se de toda interpretação globalizante do personagem. Sem recair necessariamente no minimalismo, o esforço é de considerar os "fatos" tal como eles possam ser estabelecidos a partir da confrontação das fontes literárias, sem privilegiar uma tradição em detrimento de outra, e sobretudo situando essas fontes em seu contexto cultural, como fez Pierre Vidal-Naquet no seu posfácio à tradução de Arriano por Pierre Savinel. Procuramos também levar em conta, quando possível, testemunhos da arqueologia, da epigrafia, da numismática. Abstemo-nos de qualquer julgamento de valor a respeito do homem, para tentar avaliar as conseqüências de seu breve reinado, em especial, sobre a evolução do conceito de realeza e a fundação de uma forma nova de monarquia nos Estados nascidos da conquista. O objetivo é retraçar as origens da figura mítica do conquistador (P. Goukowsky). E, sobretudo como atestam os trabalhos recentes, é doravante em direção ao novo mundo nascido da conquista que se orientam as pesquisas mais recentes.

Mas se os historiadores desistiram de entender as intenções reais de Alexandre e de julgar o valor do homem, os romancistas se encarregaram disso. Quanto a esse aspecto, os autores de romances modernos consagrados a Alexandre inscrevem-se numa longa linhagem da qual tentaremos, para terminar esta rápida evocação do mito de Alexandre, seguir a evolução a partir de alguns exemplos.

5

DO *ROMANCE DE ALEXANDRE* AOS ROMANCES SOBRE ALEXANDRE

O que acontece no século XX — excetuando-se a pesquisa dos historiadores — com o herói romanesco cuja imagem se tentou retraçar ao longo dos séculos? Para responder a essa pergunta, eu me limitaria a dois exemplos que me parecem significativos: um romance de Klaus Mann, o filho de Thomas Mann, publicado em 1929, e um romance italiano recente, cuja tradução francesa acaba de ser publicada numa coleção de bolso destinada a um vasto público.

O romance de Klaus Mann, *Alexander: Roman der Utopie*, traduzido para o francês com um prefácio de Jean Cocteau em 1931, é em grande parte inspirado no relato do Pseudo-Calistenes [*Romance de Alexandre*], mas traz, ao mesmo tempo, a marca de sua época, os anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Apresenta-se simultaneamente como um romance histórico e como uma espécie de confissão pessoal. Klaus Mann, em sua autobiografia *Der Wendepunkt* [A virada], evoca as razões pelas quais escreveu esse romance: "O que me atraía em meu novo herói era a exigência quase criminosa de seu sonho, a desmesura de sua aventura", sonho que teria sido o de unificar o mundo e, acabando com seus conflitos, torná-lo feliz. Identifica-se, aí, o projeto de unificar o mundo, presente tanto em historiadores antigos como no *Romance de Alexandre*.

Sem embargo, se essa dimensão utópica se acha no cerne do livro de Klaus Mann, como o acentua o subtítulo, não podemos deixar de

nos surpreender com algo revelador da personalidade do autor: uma visão sublimada da homossexualidade. Ela se manifesta, desde o começo do livro, na amizade amorosa que une Alexandre a Kleitos (Clito) e a Hephestion (Heféstion), e também na atração experimentada por Aristóteles pelo discípulo adolescente. Expressa-se ainda mais na interpretação do assassinato de Filipe por Pausânias: ele teria desejado vingar-se de Filipe, que teria violado Clito, por quem ele próprio, Pausânias, era apaixonado. Mas é principalmente pela insistência com que Klaus Mann detalha os atrativos físicos dos jovens rapazes que cercam Alexandre e do próprio Alexandre que se afirma essa sublimação da homossexualidade.

Assim, Pausânias

> era uma soberba criatura, de uma beleza insolente, completamente efeminada. Sua boca, amuada ou abrindo-se em um sorriso, deixava loucos homens e mulheres, tal como o olhar provocador ou dolorosamente sentimental de seus olhos cinzas, sombreado de cílios espessos. Na testa de uma maciez de marfim, muito lisa e lindamente curvada, sua cabeleira de um marrom castanho sobrepunha-se brilhante e cuidada.

Assim também quando os jovens companheiros de Alexandre se exercitavam após o desembarque na Ásia: "Seus corpos nus foram treinados e bronzeados no ginásio. Nus, eles se moviam com uma liberdade e uma naturalidade ainda maiores do que quando estavam vestidos com suas túnicas de couro; estendiam-se, riam, e de repente lançavam-se um sobre o outro para lutar."

Alexandre passeava "enlaçado com seu Hephestion", sob o olhar irônico e ciumento de Kleitos. "Mais forte do que tudo era seu desejo de ser apenas um jovem entre outros jovens, de participar de sua união, que lhe parecia mais esplêndida e mais sã que a do homem e da mulher."

A morte de Kleitos inscreve-se nessas relações amorosas. Foi por ter sido desprezado por ele que Alexandre se vinga do único que ousara resistir-lhe, ao passo que precisa se contentar com o amor passivo do fraco Hephestion, em cujos braços se refugia, depois de chorar durante três dias aquele que amou em vão.

Ainda mais significativo é o relato da noite de núpcias com Roxana. Apesar dos seus esforços para despertar o desejo do esposo, Alexandre não consegue unir-se a ela, e em seu desespero, evoca a lembrança de Kleitos: "Infelizmente, aquele a quem eu teria abraçado com a maior das vontades, é aquele que matei..."

Roxana, aliás, é descrita, assim como muitas mulheres no romance, como uma criatura nefasta:

> Ela usava seu nariz como uma arma, e sobre as pálpebras de mil cores, seu olhar calculista era o de uma ave de rapina. Mostrava-se, para com o rei, de uma polidez pungente, cerimoniosa em cada um dos seus movimentos, seu andar, seu modo de inclinar o rosto, de usar o penteado complicado, de formar, com os seus lábios duros, palavras de uma maldade minuciosa.

E é finalmente com Bágoas, apresentado não como eunuco, mas como um hermafrodita muito jovem, que o rei consegue acalmar seus sentidos.

Pode-se, decerto, explicar essa presença do homossexualismo pela importância das relações pederásticas na Grécia antiga. Não cabe aqui fazer essa análise. Porém, é claro que a relação entre o *erasta* (o homem feito) e o *erômeno* (o adolescente) tinha um caráter iniciático e não implicava a escolha definitiva de uma sexualidade da qual as mulheres estariam excluídas. O Alexandre de Klaus Mann não é apenas um jovem efebo. Na sua relação com os companheiros, pode-se discernir uma influência platônica, embora haja também a escolha incontestável de uma sexualidade, escolha que também é a do autor. Não é por acaso que Klaus Mann escreveu dois outros romances biográficos consagrados a Tchaikovski e a Luís II da Baviera.

Essa dimensão do romance não deve, evidentemente, fazer esquecer o outro sentido que Klaus Mann atribui à aventura de Alexandre: um sonho utópico que se destrói porque o poder corrompe. Assim, não são ocultados nem os excessos, nem as violências, nem os crimes. À medida que o relato prossegue, o herói se torna "o déspota macedônio, o carrasco da Grécia". Cada vez mais orientalizado, fica seduzido pelo discurso dos brâmanes, e também pela rainha Candace. A relação

carnal entre os dois é, para ele, o começo de sua decadência. Pois, se experimenta no abraço da rainha uma real "felicidade", é, no entanto, por uma espécie de impostura que o desenlace se produz: ele se fez passar, junto a Candace, por Heféstion — pequena distorção no *Romance* do Pseudo-Calistenes, no qual foi sob a identidade de Antígono que ele se aproximara da rainha —, traindo duplamente seu mais caro amigo. E quando começava a experimentar uma sensação de beatitude, a intrusão no quarto de um dos filhos de Candace, para matá-lo, obriga-o a fugir. A partir daí, decidido a não mais ceder, Alexandre torna-se insensível:

> Quanto mais ele avançava em seu império, mais ameaçador se tornava o seu olhar. Tornava-se irreconhecível; no passado, ele se mostrara violento, mas essa calma cruel em seu rosto era uma coisa nova.

A cada dia ele se orientalizava mais, recusando-se mesmo a receber seus súditos de língua grega. No romance, assim como nos relatos dos historiadores antigos, essa orientalização explica a ruptura com os macedônios do exército. Mas ela toma aqui um caráter dramático, já que concerne até mesmo a Heféstion. Foi por ter se recusado a ouvi-lo que a morte de seu amigo provoca em Alexandre uma verdadeira crise de loucura:

> O rei se lançou sobre o cadáver; ele urrava, sua boca espumava. Quiseram contê-lo, mas ele se debatia, os olhos injetados de sangue. Ninguém poderia julgar que algum mortal pudesse dar tais gritos, que não expressava nem luto nem qualquer sofrimento humano: mas antes um abandono, um desespero que não pode ser compartilhado, e que apenas podem experimentá-lo os deuses.

A partir de então, sob a máscara do tirano dissimula-se uma terrível angústia que Alexandre só supera com uma atividade febril: "Ele vivia em meio a seus projetos e seus cálculos desmedidos, mal dormindo à noite, trabalhando sem descanso; nesse entremeio, oferecia sacrifícios, recebia adivinhos." E adormecia, entupido de soníferos, ao lado de Bágoas.

Depois viria o banho fatal e a morte ao final de alguns dias, nos braços de um anjo a quem Alexandre confessa seus pecados, e cujas

últimas palavras são: "Tu voltarás sob outra forma." Ao que o rei responde: "Para estabelecer o reino, meu anjo? Para estabelecer o reino." Fim que anuncia uma ressurreição, a de Dioniso, mas também e talvez ainda mais a de Cristo.

O romance de Klaus Mann é fascinante por muitas razões. Revela a força da imagem de Alexandre, capaz de inspirar um jovem escritor, a quem o advento do nazismo forçaria a exilar-se. Será um Alexandre bem diferente que irá nos interessar agora para concluir esse percurso, o de um escritor italiano contemporâneo, Valerio Manfredi. O grande romance desse autor, traduzido para o português com o título *Aléxandros* (Rio de Janeiro: Rocco, 1999), teve grande difusão, tanto na Itália quanto na França. Não estamos mais aqui na tradição do Pseudo-Calistenes, apesar de o autor reconhecer tê-lo consultado "ocasionalmente". Valerio Mandredi reivindica, na verdade, a leitura dos quatro historiadores principais, Diodoro, Quinto Cúrcio, Plutarco e Arriano, sem buscar por isso conciliá-los. Ele é romancista, não historiador; suas escolhas são em primeiro lugar "narrativas", e ele esclarece na nota que fecha o último tomo que "o dever de um romancista não é resolver os problemas que a crítica historiográfica debateu amplamente". Fidelidade, portanto, no essencial, às fontes sobre as quais sabemos serem, elas mesmas, também reconstruções e, mais ainda, preocupação com o aval de um acadêmico. Mas, ao mesmo tempo, escolha de uma linguagem relativamente atual, que consiste, por exemplo, em traduzir *strategos* por "general", o que em si não tem nada de chocante e torna mais surpreendente, em contrapartida, o uso constante de *hétairoi* e de *pezhétairoi*. Essa "atualização" se expressa a princípio pelo emprego, ao descrever as relações pessoais, de termos inesperados nesse contexto "monárquico": assim, Alexandre chama Filipe de papai e Olímpia de mamãe.

A composição do conjunto revela também uma escolha deliberada. O primeiro tomo termina com a partida para a Ásia e é, assim, prioritariamente dedicado à infância e à adolescência de Alexandre, umas cem páginas evocando apenas os dois primeiros anos do reino. Do mesmo modo, o segundo volume acaba com a fundação de Alexandria. E apenas no terceiro volume são tratadas as campanhas às quais os antigos concediam mais espaço: o fim da guerra contra Dario, a conquista das capitais reais, as difíceis operações nas altas satrapias, enfim, a Índia e

o retorno. Destacaremos dois traços característicos desse romance: o quase desaparecimento do fantástico, que corresponde à vontade, afirmada pelo autor, de "narrar de modo realista, tentando prender o leitor, uma das maiores aventuras de todos os tempos"; e a preocupação em fornecer uma descrição tão precisa quanto possível dos cercos mais famosos (Mileto, Halicarnasso, Tiro) e da batalha de Isso, sobre a qual afirma ter efetuado "um reconhecimento direto do local".

A imagem dada por Valerio Manfredi de seu herói está muito próxima à de Plutarco em sua *Vida de Alexandre*, isto é, globalmente positiva. Alexandre é um jovem impetuoso e orgulhoso, o que o leva a desentender-se com o seu pai. Porém, quando este se vai, ferido de morte por Pausânias, Alexandre fica perturbado: "Ele o aperta contra o peito, enquanto o sangue espirrava em suas vestimentas, inundando os braços e as mãos. 'Papai', gritava, soluçando. 'Papai, não!' E suas lágrimas quentes corriam sobre as faces exangues do rei."

Ele ama com ternura sua mãe e sua irmã Cleópatra. Não tem nada em comum com o Alexandre atraído pelo corpo dos rapazes de Klaus Mann. Uma jovem escrava é quem o inicia no amor físico. Em seguida, experimenta uma grande paixão por Barsina, a viúva de seu adversário Mêmnon. Após a morte trágica dela, casa-se com Estatira, a filha de Dario, a quem ama com ternura. Mas foi com Roxana que ele experimentou o amor: "Então Alexandre compreendeu que até aquele momento nunca havia amado, que vivera apenas histórias repletas de intensa paixão, de desejo ardente, de afeição, de admiração, todavia não de amor. Então era isso o amor."

Mas evidentemente Alexandre não é apenas esse grande apaixonado. É também um estrategista notável, um homem de grande coragem que se expõe em todas as batalhas e encara a morte muitas vezes, um político hábil que sabe conquistar seus adversários, um sábio, enfim, que gosta de conversar com o indiano Calano. Em suma, sonha em acabar com os antagonismos antigos entre gregos e persas, e justifica, diante de seus soldados, as uniões organizadas em Susa entre macedônios e mulheres iranianas: "É o único modo de garantir um futuro para nossas conquistas, de apagar os ressentimentos, os ódios, os desejos de vingança. Uma única pátria, um só rei, um só povo. Esse é meu projeto, essa é também a minha vontade."

Apesar de sua admiração pelo herói, Valerio Manfredi não pode abstrair os hábitos repreensíveis que a tradição imputava a Alexandre: o destino de Tebas, o incêndio de Persépolis, o processo de Filotas e o assassinato de Parmênio, o de Clito e o fim de Calistenes. No que diz respeito a Tebas, encontramos a tradição segundo a qual a decisão foi tomada pelo Conselho da Liga de Corinto "por uma grande maioria. E se Alexandre pessoalmente lhe era hostil, não pôde opor-se, pois havia proclamado que respeitaria a decisão do Conselho".

O incêndio de Persépolis é justificado não apenas pela noite de orgia que o precedeu, na qual encontramos a cortesã ateniense Taís, mas sobretudo pelo fato de antes de entrar na cidade, Alexandre ter cruzado com um bando miserável de homens horrivelmente mutilados, prisioneiros gregos capturados pelos persas durante diversas campanhas. E ao velho Parmênio, que o censura pela destruição dessa maravilha da arte, Alexandre responde:

> Vou te responder e te explicar meus atos. Autorizei o saque a Persépolis a fim de que os gregos saibam que eu sou seu vingador, o homem em quem eles podem reconhecer-se, o único que acabou com um duelo secular. E quis que o palácio de Dario e Xerxes fosse queimado por uma jovem ateniense.

Filotas é culpado de não ter revelado o complô do qual tinha conhecimento. Mas é a assembléia do exército que o condena, e Alexandre, que aceita o veredito, fica perturbado com a morte do amigo de infância. E quando decide mandar assassinar Parmênio, é com os olhos cheios de lágrimas que o faz, não sem antes se expor às críticas dos amigos mais queridos: "Se vocês acreditam que ultrapassei os limites permitidos ao ser humano, se vocês consideram o gesto que estou prestes a realizar o feito de um tirano execrável, matem-me."

É, portanto, uma imagem bastante positiva de Alexandre que esse romance destinado a um vasto público transmite. É possível indagar a que corresponde essa demonstração da parte do autor: narrar uma bela história que, mesmo terminando mal, é suscetível de fazer sonhar leitores alimentados por superproduções cinematrográficas? Como em toda bela aventura, é preciso que o herói, apesar de algumas fraquezas,

seja um homem com quem gostaríamos de parecer, bom filho e bom esposo, mas também um ser excepcional que "morre aos trinta e três anos, depois de ter mudado o curso da História e realizado seu sonho, conquistar o mundo", para retomar a conclusão da quarta capa da edição de bolso francesa.

Se escolhi terminar essa busca da imagem mítica de Alexandre por esses dois romances, é que eles me parecem reveladores da ambigüidade dessa imagem e do que quiseram fazê-la expressar ao longo dos anos. A partir das mesmas fontes, Alexandre foi ora um sonhador utópico, ora um déspota cruel, ora um sedutor cheio de mulheres ou um apaixonado por jovens rapazes, ora um herói cavalheiresco, ora um soldado brutal, mas também um filósofo, um judeu, um muçulmano, um cristão, quando não o próprio Cristo, que morrerá com a mesma idade.

Diante de tal personagem, o(a) historiador(a) levado(a) no turbilhão desse caleidoscópio termina por indagar-se acerca da própria validade do seu empreendimento. É tentando responder a essa interrogação que nos esforçaremos de concluir.

CONCLUSÃO

Ao final desta biografia de Alexandre, será que podemos nos pronunciar sobre a indagação formulada ao concluir a última parte, a validade desse empreendimento?

O homem Alexandre permanecerá para nós sempre estranho, pois só o conhecemos pelo olhar dos outros. Quando muito, podemos entrever incontestáveis qualidades físicas de coragem e de resistência, uma ambição desmedida, que o levou a ultrapassar os objetivos iniciais da expedição asiática tais como foram concebidos por Filipe, um senso agudo das ações oportunas manifestado no plano militar, mas também no plano político, quando associa os vencidos à administração das terras conquistadas e depois à sua defesa.

Entretanto, se mencionarmos tudo isso e deixarmos de lado a dimensão psicológica, cara aos romancistas, mas que o historiador só deve abordar com extremo cuidado, permanecerá ainda a questão essencial: Alexandre mudou o curso da História?

Hoje, é de bom-tom afirmar a continuidade da Grécia clássica na sua expressão essencial, a cidade-estado, até o final do século III. Não podemos duvidar, se considerarmos em especial o testemunho da epigrafia, que as cidades gregas da Europa, e mesmo as das costas ocidentais da Ásia Menor, continuaram a viver como no passado, realizando assembléias, elegendo magistrados, honrando benfeitores.

Além disso, as estruturas sociais quase não sofreram modificações importantes, seja no mundo grego seja nos territórios orientais. E o

mesmo poderia ser dito das atividades econômicas, até onde podemos avaliá-las. Mesmo a difusão da moeda, limitada a certas regiões, não alterou de fato as práticas comerciais.

Em suma, como vimos, se o uso da língua grega se expandiu, especialmente em meio urbano, as resistências locais foram importantes, e apenas o forte pulso da administração romana conseguirá impor a unidade lingüística da parte oriental do império.

E no entanto... Essa unidade frágil, questionada desde a morte de Alexandre, deixou vestígios profundos. Primeiro, ao impor no Mediterrâneo Oriental essa forma nova de poder político, a monarquia pessoal. Bem diferente das formas anteriores de poder monárquico, apesar de integrá-las de certo modo, pois baseada em dois princípios: por um lado, o direito da lança, a vitória militar; por outro, as qualidades "reais" do monarca. Foi a aventura de Alexandre que contribuiu para a elaboração dessa monarquia pessoal, embora tenham sido os seus sucessores que lhe emprestaram sua forma definitiva. Talvez mais do que qualquer outro, Ptolomeu, filho de Lagos, o primeiro rei do Egito helenístico, fora quem lançou as suas bases. Foi ele que, ao apoderar-se dos restos mortais de Alexandre, favoreceu o nascimento do mito. Foi ele quem fez de Alexandria não apenas o primeiro porto mediterrâneo, retomando por sua conta a exploração dos recursos do país empreendido pelo grego Cleômenes de Náucratis, mas também o principal foco da vida intelectual grega, capaz de rivalizar com uma Atenas privada de qualquer independência real, obrigada a aceitar a presença no Pireu de uma guarnição macedônia e a buscar o apoio de um ou outro diádoco para recuperar um semblante de liberdade.

O Egito lágida e, em seguida, a Síria selêucida serão o cadinho onde vão se elaborar sincretismos que seria inútil negar e sem os quais teríamos dificuldade em entender o fervilhar ideológico e religioso do final do primeiro milênio anterior à nossa era.

Seria possível objetar-nos que tudo isso só se manifestou bem depois da morte de Alexandre. Com efeito, durante seu breve reinado, ocupado quase sempre com operações militares, nada de muito sólido pôde ter sido construído. Mas deve-se a ele o que se desenvolveu após sua morte e após as querelas contrapondo seus companheiros, pois foi justo a sua imagem, a representação dada de seus atos e de suas

ambições que se tornariam o elemento fundador daquilo que chamamos de civilização helenística.

Pudemos avaliar na última parte deste livro, em que nos limitamos a seguir algumas pistas de uma pesquisa que precisaria ser aprofundada, a importância de que se revestiu ao longo dos séculos a figura de Alexandre. E que essa figura seja em grande parte senão totalmente mítica não invalida o fato de, como todo mito, ela ter cumprido uma função que o historiador não pode desprezar.

Não se trata, portanto, de formular outra vez o famoso dilema do lugar e do papel dos indivíduos na História. Responder a isso negativamente, como ocorre quando se opõe, com razão, os movimentos internos de longa duração nas sociedades à ação dos indivíduos, por mais prestigiosos que eles sejam, quando se recusa, por isso mesmo, a biografia como gênero digno de ser abordado pelos historiadores, é desconhecer a importância dessa dimensão mítica. O que é válido para Alexandre também o é para Luís XIV, Napoleão, De Gaulle, para ficarmos com alguns exemplos franceses, embora os historiadores que escrevem sobre esses três "heróis" de nossa História disponham de uma documentação sem comparação possível com aquela a que o historiador de Alexandre tem de recorrer. Temos consciência, ao escrever isso, de estar rompendo com uma tradição. E também de nos inscrever numa iniciativa que renovou a abordagem da História, ao levar em conta o imaginário e seu lugar na evolução das sociedades.

ANEXOS

OS PRINCIPAIS COMPANHEIROS DE ALEXANDRE

ANTÍGONO, O ZAROLHO

Filho de um nobre macedônio, acompanhou Alexandre na Ásia. Em 333, tornou-se sátrapa da Frígia e, desde então, seu papel foi mais o de um administrador do que o de um chefe militar. Sua importância, após a morte de Alexandre, afirmou-se antes enquanto estratego da Ásia. Foi sob esse título que ele conduziu uma campanha vitoriosa contra Eumênio, aliado na Ásia de Polipércon. Seu poder suscitou contra ele uma aliança dos outros diádocos. Porém, ajudado por seu filho Demétrio, reforçou sua autoridade no Egeu. Em 306, ele foi o primeiro a fazer-se aclamar rei por seu exército. Morreu em Ipso, em 301, deixando para Demétrio ambições intactas, mas um império diminuído.

ANTÍPATRO

Companheiro de Filipe, foi a ele que Alexandre, tornado rei após o assassinato de seu pai, confiou o cuidado de governar a Macedônia e vigiar os gregos. Esforçou-se para manter as ligações com a Liga de Corinto, em especial durante a guerra contra Ágis III, o rei espartano que conseguira formar uma coalizão contra a Macedônia. Ele o venceu em 331, em Megalópolis. Depois da morte de Alexandre, teve de enfrentar o levante de parte dos gregos reunidos ao redor de Atenas. Encerrado na fortaleza de Lamia, na Tessália, foi socorrido pelos reforços vindos da Ásia; obrigou os atenienses a aceitarem a presença de uma guarnição macedônia no Pireu e a adotarem o regime oligárquico. Após o desaparecimento de Cratero e Perdicas, que em seguida à morte de Alexandre partilharam a autoridade sobre os "reis" Filipe Arrideu e o menino Alexandre IV, Antípatro obteve a regência na conferência de Triparadeisos. Sua morte em 319 reabriria as hostilidades entre os diádocos.

CALISTENES

Calistenes de Olinto, sobrinho de Aristóteles, acompanhou Alexandre na Ásia. Decidiu redigir um relato da conquista. Mas não pôde suportar que Alexandre adotasse certos costumes persas. Não se sabe se ele foi assassinado por ordem do rei ou se morreu na prisão. Só conhecemos sua obra pelas referências de historiadores tardios. Atribuíram-lhe, mais tarde, o famoso *Romance de Alexandre*.

CASSANDRO

Filho de Antípatro, ergueu-se contra a decisão de seu pai de confiar a regência a Polipércon, mantendo-se solidamente no Egeu. Conseguiu apoderar-se da Macedônia e esforçou-se para conter as ambições de Antígono, suscitando contra ele uma coalizão dos outros diádocos. Adotou também o título real depois de 306 e participou da guerra que terminou com a derrota e a morte de Antígono em Ipso (301). Não pôde, no entanto, impedir Demétrio de conservar sólidos apoios na Grécia. Sua morte em 287 desencadearia novas guerras pela possessão da Macedônia que só deveriam terminar com a coroação, em 276, do filho de Demétrio, Antígono Gônatas.

CRATERO

Um dos generais de Alexandre, participou das três grandes batalhas da conquista da Ásia. Após a execução de Parmênio, recebeu um cargo de alto comando. Foi encarregado por Alexandre em 324 de trazer os veteranos para a Europa. Pôde, desse modo, ajudar Antípatro a conter gregos revoltados após o anúncio da morte de Alexandre. Participou em seguida da guerra contra Perdicas e Eumênio e morreu em 321, lutando contra este último.

DEMÉTRIO DE FALERA

Filósofo ateniense da escola peripatética, a quem foi confiado por Cassandro, em 317, o governo de Atenas, que dirigiu durante dez anos, esforçando-se para estabelecer um regime moderado, inspirado na obra de seu mestre, Teofrastos. Quando Demétrio, filho de Antígono, apoderou-se de Atenas em 307, ele fugiu, primeiro para Tebas, depois para Alexandria, junto a Ptolomeu. Foi o mentor das grandes criações

que fariam a fama de Alexandria, o museu e a biblioteca. De sua obra considerável nada restou senão alguns fragmentos conservados por autores posteriores.

DEMÉTRIO POLIORCETA

Filho de Antígono, esteve muito cedo associado aos empreendimentos do pai e aos seus esforços para conservar uma grande parte do império de Alexandre. Foi a vitória naval que obteve sobre a frota de Ptolomeu em Chipre, em 306, que permitiu a seu pai tomar o título real e associá-lo a seu poder. Em Atenas, que conquistara em 307, e onde estivera muitas vezes, foi objeto de um culto que o assimilava a um deus. Sua fama de "conquistador de cidades" (*poliorcete*) não o impediu de fracassar em Rodes. Depois da morte de Antígono em Ipso, privado do império asiático de seu pai, ele se manteve na Grécia e nas ilhas. Conseguiu apoderar-se da Macedônia em 294. Mas foi expulso por Lisímaco e Pirro, rei do Épiro, que partilharam o país. Partindo para a Ásia com a idéia de reconquistar o império de Antígono, foi feito prisioneiro por Seleuco e morreu em 283.

EUMÊNIO DE CARDIA

Esse grego, originário de Quersoneso da Trácia, acompanhou Alexandre na Ásia e, a partir de 330, foi o secretário encarregado da chancelaria real. Após a morte do rei, na ocasião da partilha da Babilônia, confiaram-lhe a satrapia da Capadócia. Fiel aos herdeiros legítimos de Alexandre, desentendeu-se com Antígono, que conseguiu expulsá-lo para as altas satrapias e depois cooptar seu exército. Abandonado por seus soldados, Eumênio foi condenado à morte e executado em 316.

FILOTAS

Um dos filhos de Parmênio, participou das campanhas de Alexandre. Suas ambições, talvez também sua recusa em admitir a orientalização do poder do rei após a morte de Dario, incitaram-no, senão a participar, ao menos a manter silêncio durante uma conspiração nascida no seio do exército. Denunciado, foi levado diante do exército, condenado à morte e executado.

HARPALO

Nobre macedônio e amigo de infância de Alexandre, acompanhou-o na Ásia. A partir de 331, foi encarregado de gerir o importante tesouro real. Teria cometido malversações enquanto Alexandre conduzia a campanha na Índia? A verdade é que, ao anúncio do retorno do rei, ele fugiu de Babilônia com mercenários e uma parte do tesouro de que era encarregado. Foi para Atenas, de onde era cidadão honorífico. A princípio repelido, talvez por instigação de Demóstenes, acabou sendo preso e uma parte de seu dinheiro foi depositada na Acrópole. Graças a seus cúmplices, conseguiu fugir, mas o desaparecimento da metade dos 700 talentos confiados ao tesouro de Atena desencadeou um inquérito do Areópago e a acusação a Demóstenes e a alguns outros oradores por terem desviado o dinheiro. Condenado a uma forte multa, Demóstenes exilou-se e só voltou a Atenas após o anúncio da morte de Alexandre. Quanto a Harpalo, refugiou-se em Creta, onde morreria assassinado em 321.

HEFÉSTION

Nobre macedônio, amigo de infância de Alexandre, acompanhou-o durante toda a campanha da Ásia. Recebeu após 330 um importante comando e o título de quiliarca, emprestado da hierarquia iraniana. Sua morte súbita em 324 atingiu profundamente Alexandre, que lhe concedeu funerais grandiosos e o elevou à posição de herói, instituindo festas em sua honra.

LISÍMACO

De origem tessália, foi um dos companheiros de Alexandre, à frente de sua guarda pessoal. Após a morte do rei, durante a partilha da Babilônia, recebeu a Trácia e uma parte do Helesponto. Participou das guerras dos diádocos contra Antígono e também adotou o título de rei após 306. Consolidando seu poder no norte do Egeu, conseguiu, em 285, tornar-se o único senhor da Macedônia, de onde expulsou Demétrio. Mas a ruptura com Seleuco lhe foi fatal: morreu após a derrota de Curupedion em 281. Seu reino não lhe sobreviveria.

NEARCO

Originário de Creta, foi um fiel companheiro de Alexandre, que lhe confiou o comando da frota durante o retorno da Índia, do delta do Indus até a embocadura do Tigre. Deixou uma descrição da Índia, utilizada por Estrabão e Arriano. Depois da morte de Alexandre, colocou-se a serviço de Antígono e de seu filho Demétrio. Morreu em 312.

PARMÊNIO

General macedônio, distinguiu-se junto a Filipe. Foi provavelmente sob as ordens deste que foi para a Ásia em 336. Porém, diante da resistência que lhe opuseram as forças reais persas, não pôde conservar senão alguns pontos de apoio. Após a passagem de Alexandre pela Ásia, recebeu o vice-comando do exército. Foi a despeito dos seus conselhos de prudência que Alexandre travou a batalha de Granico. Apesar disso, conservou o seu comando, mas o conflito entre o rei e ele só agravar-se-ia, até que, implicado na "conspiração" de seu filho Filotas, e após o seu "processo", foi executado sem julgamento em Ecbatana.

PERDICAS

Companheiro de Alexandre, participou de toda a campanha a seu lado. Depois da morte de Heféstion e da partida de Cratero para a Europa, ocupou, durante os últimos meses da vida de Alexandre, um lugar privilegiado junto a ele. A morte do rei o trouxe ao primeiro plano. Tornou-se o protetor dos "reis" após o acordo de Babilônia. Mas seu triunfo foi de curta duração. Enquanto tentatava invadir o Egito, foi assassinado pelos soldados macedônios de seu exército em 321.

POLIPÉRCON

Nobre macedônio, participou de todas as campanhas. Mas não se destacou particularmente nas operações militares. Foi só após a morte de Antípatro, em 319, que foi levado a desempenhar um papel político. Colocando-se contra Cassandro em defesa das liberdades gregas, tentou em vão impor-se na Macedônia. Pôs-se a serviço de Antígono. Não se sabe exatamente quando morreu.

PTOLOMEU

Companheiro de Alexandre, participou ativamente de toda a campanha, da qual fez um relato utilizado por Clitarco e pela maioria dos historiadores, mas especialmente por Arriano. Após a morte de Alexandre, tornou-se senhor do Egito, apoderou-se dos despojos do rei, depositando-os primeiramente em Mênfis, depois em Alexandria. Ao contrário dos outros diádocos, ele não tinha ambições com relação à Macedônia, e preferiu reforçar suas posições no Egito, na Síria e nas ilhas. Recebeu o título real em 305 (com o nome de Ptolomeu I Sôter) e fez de Alexandria sua capital, onde, aconselhado por Demétrio de Falero, fundou o museu e a biblioteca. Para reunir seus súditos gregos e egípcios, instituiu o culto ao deus Serapis. Morreu em 285, após zelar pela transmissão do poder a seu filho Ptolomeu II Filadelfo.

SELEUCO

Acompanhou Alexandre na Ásia, mas sem realizar ações de destaque. Na partilha de Triparadeisos, em 321, obteve a satrapia da Babilônia. Após ter sido expulso de suas posições asiáticas, conseguiu não só retomá-las posteriormente mas também aumentá-las, apoderando-se da Susiana e da Média. Como os outros diádocos, atribuiu-se o título real em 305. Depois da batalha de Ipso, obteve a Cilícia e uma parte da Síria, reunindo, assim, um território imenso, onde multiplicou as fundações de cidades. Senhor da Ásia Menor após sua vitória de Curupedion sobre Lisímaco, procurou, durante algum tempo, reconstituir em proveito próprio o império de Alexandre, apoderando-se da Macedônia. Mas foi assassinado em 281, sem conseguir realizar seu projeto. Antes garantira sua sucessão associando ao seu poder Antíoco, o filho que ele teve da bactriana Apaméia, a quem desposara em Susa em 324.

CRONOLOGIA

338	Vitória de Filipe II da Macedônia sobre Atenas e seus aliados em Queronéia.
337	Formação da Liga de Corinto.
336	Assassinato de Filipe. Coroação de Alexandre, na Macedônia, e de Dario III Codomano, na Pérsia.
335	Revolta e destruição de Tebas
334	Desembarque de Alexandre na Ásia. Batalha de Granico.
333	Batalha de Isso.
332	Tomada de Tiro e de Gaza
331	Estada de Alexandre no Egito. Fundação de Alexandria. Batalha de Gaugamela. Derrota do rei espartano Ágis III em Megalópolis.
330	Tomada das capitais reais. Incêndio e destruição de Persépolis. Morte de Dario.
329	Travessia do Hindu-Kuch. Execução de Besso. Início da conquista das satrapias orientais.
328	Campanha de Sogdiana.
326	Vitória sobre o rei indiano Poro.
325	Descida do vale do Indus em direção ao oceano. Travessia do deserto de Gedrósia.

324	"Bodas" de Susa. Embaixada de Nicanor a Olímpia.
323	Morte de Alexandre. Acordo de Babilônia. Início da Guerra Lamíaca.
322-321	Derrota dos atenienses em Cranon. Conferência de Triparadeisos e nova repartição das satrapias.
319	Morte de Antípatro.
316	Assassinato de Filipe Arrideu e de Olímpia.
310	Assasssinato de Alexandre IV e de Roxana.
306-305	Tomada do título real pelos diádocos.
301	Batalha de Ipso. Morte de Antígono.
297	Morte de Cassandro
294	Demétrio Poliorceta se apodera da Macedônia.
281	Batalha de Curupedion. Coroação de Antíoco I na Síria, de Ptolomeu II Filadelfo no Egito.
276	Antígono Gônatas se apodera da Macedônia.

SUCESSÃO DOS REIS PERSAS

Ciro I	ca. 640-600
Cambises I	ca. 600-558
Ciro, o Grande	ca. 558-528
Cambises	528-522
Dario I	521-486
Xerxes I	486-465
Artaxerxes I	465-424
Dario II, o Bastardo	424-405
Artaxerxes II (Mnêmon)	404-358
Artaxerxes III (Oco)	358-338
Dario I Codomano	336-330

BIBLIOGRAFIA

FONTES*

Epigráficas e numismáticas

HEISSERER A. J. *Alexander the Great and the Greeks. The Epigraphic Evidence*. University of Oklahoma Press, 1980.

OIKONOMIDÈS A. N. *The Coins of Alexander the Great. An Introduction Guide*. Chicago, 1981.

Arqueológicas

Ressaltamos a publicação das escavações da DAFA (Delegação Arqueológica Francesa no Afeganistão) em *Mémoires*, XIX (sobre a Bactriana); XXI, XXVI-XXXI (sobre Ai Khanoum), Paris, 1964-1992.

Literárias

São as referências mais problemáticas. Edições consultadas:

ARRIANO. [*Anabase*] *Histoire d'Alexandre. L'Anabase d'Alexandre le Grand*. Traduzido do grego por P. Savinel, seguido de "Flavius Arrien entre deux mondes", de P. Vidal-Naquet. Paris: Éditions de Minuit, 1984. E para o texto grego, o t. I, livros I-IV na coleção Loeb, com um prefácio de P. A. Brunt, Londres, 1976.

DIODORO. Livros XVII e XVIII. Texto estabelecido e traduzido por P. Goukowsky. Paris: Belles Lettres, 1976 e 1978.

* Dispomos agora dos primeiros livros *Le Histoires d'Alexandre*. Paris: Belles Lettres, col. "Fragments", 2001. (N.A.)

JUSTIN. *Abrégé des Histoires philippiques de Trogue Pompée*, t. I. Tradução de E. Chambry. Paris: Classiques Garnier, 1936.

PLUTARCO. [*Alex.*, *Cés.*] *Vies*. t. IX: *Alexandre-César*. Texto estabelecido e traduzido para o francês por R. Flacelière e E. Chambry. Paris: Belles Lettres, 1975. [Ed. bras.: *Alexandre e César: as vidas comparadas dos maiores guerreiros da Antigüidade*. São Paulo: Ediouro, 2001, tradução Hélio Vega.]

_____. *Œuvres morales* [*Fortuna*], t. V, 1. Texto estabelecido e traduzido por F. Frazier e C. Froidefond. Paris: Belles Lettres, 1988.

PSEUDO-CALISTENES. [*Romance de Alexandre*] *Le Roman d'Alexandre. La vie et les hauts faits d'Alexandre de Macédoine*. Traduzido e comentado por G. Bonnoure e B. Serret. Paris: Belles Lettres, 1992.

QUINTO CÚRCIO. [*Histórias*] *Histoires*. Texto estabelecido e traduzido por H. Bardon, 2 v. Paris: Belles Lettres, 1961-1965.

As fontes literárias suscitaram inúmeros comentários. O mais antigo é o de Guillaume Emmanuel Joseph Guilhem de CLERMONT-LODÈVE, barão de SAINTE-CROIX, *Examen critique des anciens historiens d'Alexandre*. Paris: 1775, 2ª ed., 1804.

Entre os trabalhos mais recentes, destacamos:

ATKINSON, J. E. *A Commentary of Q. Curtius Rufus Historiae Alexandri Magni*, livros III e IV. Londres: Studies in Classical Philology: 1980.

BRACCESI, L. (Org.). *L'Alessandro di Giustino*. Roma: 1993.

CENTANORI, M. *Il Romanzo di Alessandro*. Turim: 1991.

HAMMOND, N. G. L. *Three Historians of Alexander the Great: The so-called Vulgate Authors, Diodore, Justin and Curtius*. Cambridge: 1983.

_____. *Sources for Alexander the Great: an Analysis of Plutarch Live and Arrian Anabasis Alexandrou*. Cambridge: 1993.

MERKELBACH, R. *Die Quellen des Griechischen Alexander Roman*. Munique: 1954.

PEDECH, P. *Historiens compagnons d'Alexandre*. Paris: 1984.

PRANDI, L. "L'Alessandro di Plutarco". In: Van der Stockt (Org.). *Rhetorical Theory and Praxis in Plutarch*. Louvain-Namur: 2000.

STADTER, P. A. *Arrian of Nicomedie*. University of North Carolina Press, 1980.

OBRAS GERAIS

BOSWORTH, A. B. *Conquest and Empire. The Reign of Alexander the Great*. Cambridge: 1988.

_____. "Alexander the Great. Part 1: The events of the reign. Part 2: Greece and the conquered countries". In: *The Cambridge Ancient History. VI: The Fourth Century B.C.* Cambridge University Press: 1994.

BRIANT, P. *De la Grèce à l'Orient. Alexandre le Grand*. Paris: 1980.

DROYSEN, G. *Alexandre le Grand*. Tradução francesa de J. Benoist-Méchin. Paris: 1934. Reed. Bruxelas: Complexe, 1991.

FOX LANE, R. *The Search for Alexander*. Boston: 1980.

GOUKOWSKY, P. "Alexandre et la conquête de l'Orient". In: WILL, E.; MOSSÉ, C.; GOUKOWSKY, P. *Le monde grec et l'Orient. II: Le IV Siècle et l'époque hellénistique*. 3. ed. Paris: PUF, 1993.

GREEN, P. *Alexander of Macedon (356-323 B.C.). A Historical Biography*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1991.

HAMILTON, J. R. *Alexander the Great*. Londres: 1973.

HAMMOND, N. G. L. *Alexander the Great. King, Commander and Statesman*. 2. ed. Londres: 1989.

_____. *The Genius of Alexander the Great*. Londres: 1992.

O'BRIEN, J. M. *Alexander the Great. The Invisible Enemy*. Londres: 1992.

RADET, G. *Alexandre le Grand*. Paris: 1931.

SCHACHERMEYR, F. *Alexander der Große. Das Problem seines Persönlichkeit und seines Wirkens*. Viena: 1973.

SEIBERT, J. *Alexander der Große*. Darmstadt: 1972.

TARN, W. W. *Alexander the Great. I: Narrative. II: Sources and Studies*. Cambridge: 1948-1950.

WILCKEN, U. *Alexandre le Grand*. Paris: Payot, 1933.

WILL, W. *Alexander der Große*. Stuttgart: 1986.

WIRTH, G. *Studien zur Alexandergeschichte*. Darmstadt: 1985.

O MUNDO NASCIDO DA CONQUISTA

AYMARD, A. "L'institution monarchique" e "Sur l'assemblée macédonienne". *Études d'histoire ancienne*. Paris: PUF, 1967. p. 123-35 e 143-63.

CABANES, P. *Le Monde en partage, de la mort d'Alexandre à la paix d'Apamée (323-188)*. Paris: Seuil, 1996.

ROSTOVTZEFF, M. *Histoire économique et sociale du monde hellénistique*. Paris: Robert Laffont, 1989.

SARTRE, M. *D'Alexandre à Zénobie. Histoire du Levant antique (IV siècle Av J.-C. - III siècle ap. J.-C.)*. Paris: Fayard, 2001.

WILL, E. *Histoire politique du monde hellénistique*, t. I, 2. ed. Nancy: 1979.

_____. "Le monde hellénistique". In: WILL, E.; MOSSÉ, C.; GOUKOWSKY, P. *Le monde grec et l'Orient*, t. II. *op. cit.*

WILL, E. & ORRIEUX, C. *Ioudaismos-Hellenismos, essai sur le judaïsme judéen à l'époque hellénistique*. Nancy: 1986.

O MITO DE ALEXANDRE

Sobre as origens, o livro esencial é o de P. GOUKOWSKY, *Essai sur les origines du mythe d'Alexandre. I: Les Origines. II: Alexandre et Dionysos*, Nancy: 1978-1981.

Algumas obras coletivas:

FUNDAÇÃO HARDT PARA O ESTUDO DA ANTIGÜIDADE CLÁSSICA. *Alexandre le Grand. Image et réalité*. t. XXII. Genebra: 1976.

SORDI, M. (Org.). *Alessandro Magno tra Storia e Mito*. Milão: 1984.

QUIRICO, T. (Org.). *Alessandro Magno. Storia e Mito*. Roma: Fundação Memmo, 1995-1996.

Alexandre le Grand dans les littératures occidentales et proche-orientales. Atas do Colóquio de Paris, 27-29 novembro de 1997. Nanterre: Université de Paris-X, 1999.

CAREY, G. *The Medieval Alexander* (ROSS, D. J. A., Org.). Cambridge University Press, 1956.

FRUGONI, G. *La Fortuna di Alessandro Magno dell'Antichità al Medioevo*. Florença: 1978.

GRELL, C. & MICHEL, C. *L'École des princes ou Alexandre disgracié*. Precedido de "Les Alexandre", por P. Vidal-Naquet. Paris: Belles Lettres, 1988.

MEYER, P. *Alexandre le Grand dans la littérature française du Moyen Âge*. Paris: 1882.

Sobre a imagem de Alexandre na tradição árabe, destacamos dois artigos de F. de POLIGNAC: "Alexandre dans la littérature arabe. L'Orient face à l'hellénisme". *Arabica*, XXIX, 3, 1982, p. 296-306; e "L'homme aux deux cornes. Une image d'Alexandre du symbolisme grec à l'apocalypse musulmane". MEFRA, 96, 1984, p. 29-51.

Sobre a imagem de Alexandre na tradição judaica, além das observações de P. VIDAL-NAQUET no prefácio do livro de C. GRELL e C. MICHEL, destacamos dois artigos antigos de I. LÉVI, "La légende d'Alexandre dans le Talmud". *Revue des études juives*, 2, 1881, p. 293-300; e "La légende d'Alexandre dans le Talmud et le Midrash". *Revue des études juives*. 7, 1888, p. 78-93; assim como J. P. ROTHSCHILD. "Alexandre hébreu ou Micromégas". *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge*, t. CXII, 2000-2001, p. 27-42.

Enfim, a imagem de Alexandre em dois romances:

MANFREDI, V. *Alexandre le Grand*. 3 v. Paris: Plon, 1999; Pocket, 2001. [Ed. bras.: *Aléxandros*. 3 v. Rio de Janeiro: Rocco, 1999-2000. Tradução Mario Fondelle.]

MANN, K. *Alexander. Roman der Utopie*. Munique: 1929.

Índice onomástico

Abulites, sátrapa de Susiana 35, 114, 125
Ada, rainha da Caria 103, 123
Adonis 167
Afrodite 168
Agamenon 29, 104
Agaton 124
Agesilau, rei espartano 16-17, 20, 59, 136, 137
Ágis III, rei espartano 30-31, 37, 62, 122-123, 153
Agnon, estratego ateniense 85
al-Khidr, profeta 194
Alexandre de Paris, autor de *Romance de Alexandre* 191
Alexandre I, filho de Amintas, rei da Macedônia 52, 73
Alexandre II, rei da Macedônia 19
Alexandre IV, filho de Alexandre e de Roxana 130-131, 144, 178
Al-Farabi, filósofo árabe 194
Amintas, companheiro de Alexandre 124
Amintas I, rei da Macedônia 73
Amintas II, rei da Macedônia 97
Amintas III, rei da Macedônia 20, 23, 128
Amon 10, 62, 83, 102, 178, 182, 188-189, 194
Amyot, Jacques, humanista francês 197
Anaxarco de Abdera, filósofo grego 65
Andrômaco, governador da Samaria e da Judéia 123
Antálcidas, general espartano 16
Antígona, amante de Filotas 38
Antígono, o Zarolho, sátrapa da Frígia 75, 123, 127, 129-131, 133, 140, 144-146, 154, 162, 190, 212
Antígono II Gônatas, filho de Demétrio e rei da Macedônia 145, 178
Antileón de Chalces 69
Antimenas de Rodes, tesoureiro de Alexandre 76, 125
Antíoco I, filho de Seleuco e rei da Síria 146-147, 154, 164
Antíoco III, rei da Síria 147
Antíoco IV, rei da Síria 195
Antípatro, governador da Macedônia e da Grécia 23, 26, 30, 37, 46-47, 62, 88, 115, 121-122, 128-130, 141, 144, 191
Apeles, pintor grego 96
Apiano 180
Apolodoro 124
Apolônio, ministro das Finanças de Ptolomeu II 157, 158
Aquiles 29, 54, 80-82, 96-97, 104
Ariobarzanes, sátrapa da Persida 35
Ariobarzanes, sátrapa frígio 20
Aristandro, áugure lício 206
Aristarco de Samos, astrônomo grego 163
Aristeu 163-165
Aristóbulo de Cassandréia, companheiro de Alexandre 27, 65-66, 89, 175, 183
Aristogíton, tiranicida 86
Aristóteles, filósofo grego 9, 17, 23, 41, 52, 65-66, 74, 76, 82, 97-99, 108, 115, 123, 138-139, 143, 162, 189, 192, 194, 210
Arquelau, rei da Macedônia 19, 97
Arquimedes, matemático e engenheiro grego 163
Arriano de Nicomédia, historiador e filósofo grego 9, 25, 27, 31-32, 46, 53, 58, 61-62, 65-66, 76, 83, 89, 113, 125, 162, 179, 182-184, 187, 197, 202-203, 208, 213

Arsínoe, irmã de Ptolomeu II 146
Artabazo, general persa 104, 124
Artaxerxes III (Oco), imperador persa 15, 17, 20, 21, 46, 122
Artaxerxes II (Mnêmon), imperador persa 16
Artaxerxes IV. *ver* Besso (Artaxerxes IV), sátrapa de Bactriana, depois imperador persa
Ártemis de Éfeso 165
Asandros, filho de Filotas e governador da Lídia 123
Ástapo, sátrapa da Carmânia 125
Astarté 168
Átalo, tio de Cleópatra 23, 111
Atargates 168
Atis 167
Atropates, sátrapa de Média 124
Austanes, mago persa 206
Averróis, filósofo árabe 194
Axiana, rainha indiana 198
Baal 206
Bágoas, eunuco persa 203, 211, 212
Balacros 123
Barsina, concubina de Alexandre 104, 214
Bendis, deusa trácia 167
Besso (Artaxerxes IV), sátrapa de Bactriana, depois imperador persa 35, 37-39, 55, 71, 103, 113, 124
Brásidas, general espartano 85
Briséida 104
Bucéfalo, cavalo de Alexandre 42, 64, 96
Calano, mago hindu 206, 214
Calas, governador da Frígia Helespôntica 123
Calígula 181
Calistenes de Olinto, companheiro de Alexandre e historiador grego 41, 53, 65-66, 114, 142-143, 175, 178, 182, 185, 193, 199, 202, 209, 212, 213, 215
Cambises II, imperador persa 20, 30
Candace 190, 211-212
Candolo 190
Carlos, o Temerário 192
Cassandro, filho de Antípatro e futuro rei da Macedônia e da Grécia 115, 130-131, 133, 144-145, 162
Chabrias 86
Charles de Mitilena, camarista de Alexandre 65-66
Chiron, centauro 96
Cibele 167
Cipião, o Africano 180
Ciro II, o Grande, imperador persa 10, 20, 42, 72
Cláudio 182
Cleandro 125
Cleômenes de Náucratis, governador do Egito 31, 76, 123-125, 218
Cléon, estratego ateniense 85
Cleópatra, irmã de Alexandre 106, 129, 214
Cleópatra, segunda esposa de Filipe II 23, 53, 111
Cleópatra VII, rainha do Egito 181
Clitarco de Alexandria, historiador 27, 175, 179, 182, 184
Clito, o Negro, companheiro de Alexandre 34, 38-39, 41, 57, 89, 111, 112, 124, 142, 182, 185, 199, 201, 207, 210, 215
Condé, Luís II de Bourbon, príncipe de, dito o Grande Condé 197
Conon, comandante ateniense 15, 86
Cora 165-166
Cratero, general de Alexandre 38, 41, 44-46, 77, 93, 107, 121, 127-129
Crítio, escultor ateniense 86
Dânae 81
Dandamis 190
Dario I, imperador persa 42, 51, 73, 134
Dario III Codomano, imperador persa 21, 24, 29-32, 34-37, 39, 46, 55, 59, 61, 63, 71, 73, 83, 102-107, 113, 124, 143, 145, 149, 188-189, 197, 200, 213-215
Deinocrato de Rodes 63
Dejanira 80
Dêmades, orador ateniense 25, 68, 87, 105
Deméter 165, 166, 168
Demétrio de Falero, filósofo 130-131, 162-164
Demétrio I Poliorceta, filho de Antígono, o Zarolho, e rei da Macedônia 130-131, 133, 140, 145-146, 162

Demóstenes, estratego ateniense 9, 16-17, 24-25, 51-52, 67-68, 86-87, 122-123, 129
Denis, o Antigo, tirano de Siracusa 137
Denis, o Jovem, tirano de Siracusa 137
Dimnos 38, 56
Diodoro da Sicília, historiador grego 9, 27, 29, 31-32, 34-35, 46, 54-58, 60, 62-63, 71, 73, 76, 83, 141, 153, 175-177, 179, 182-184, 187, 197, 213
Dion, tirano de Siracusa 137
Dioniso 42, 81, 84, 88-89, 109, 165-166, 168, 178, 213
Dul Qarnayn 193
Duris de Samos, historiador grego 85
Epaminondas, general tebano 17-18, 59, 193
Epicuro, filósofo grego 162
Eratóstenes de Cirena, sábio e diretor da biblioteca de Alexandria 88, 163
Esdras 169
Espeusipo, mestre da Academia 99
Espitámenes, comandante da cavalaria de Sogdiana-Bactriana 39
Ésquilo, poeta trágico grego 97, 163
Ésquines, orador ateniense 16, 24-25, 86, 122
Estatira, filha de Dario e segunda esposa de Alexandre 105, 214
Estrabão, geógrafo grego 162
Euclides, matemático grego 163
Eumênio de Cardia, chefe da chancelaria de Alexandre 46, 65-66, 129-130, 144, 178, 183
Eurídice, irmã de Cassandro e esposa de Filipe Arrideu 130
Eurípides 41, 57, 97, 108, 111, 163, 165
Evágoras, rei do Chipre 135
Failos de Crotona 106
Farnabazo, almirante persa 31
Febo 189
Filipe, médico de Alexandre 102
Filipe, o Bom 192
Filipe Arrideu (Filipe III), filho de Filipe II, meio-irmão de Alexandre 128, 130, 144
Filipe II da Macedônia 15-21, 23-25, 29, 37, 51-54, 56, 61, 65, 74, 80-83, 87, 95-97, 101, 108-109, 111, 121-122, 128, 131, 135, 140, 149, 182, 184-185, 188-189, 206, 210, 213, 217
Filisto 97
Filócrates 163
Fílon de Alexandria 63
Filotas, companheiro de Alexandre 34, 38, 56-57, 114, 123, 141, 182, 215
Filoxeno, governador da Caria 104, 125, 203
Filoxeno de Cítara 97
Flávio Josefo, historiador judeu 158, 185, 195
Fócio, estratego ateniense 61, 105, 130
Fratafernes, governador de Partia 75, 124
Galien, médico grego 163
Gauthier de Châtillon 191
Glauco, médico 114
Guilherme, arcebispo de Reims 191
Hades 166
Harmódio, tiranicida 86
Harpalo, tesoureiro de Alexandre 45, 68, 76, 87-88, 97, 122, 125, 129
Hecateu de Abdera 155, 164
Heféstion, companheiro de Alexandre 38, 42, 44, 46, 93, 114, 128, 210, 212
Hera 80-81
Héracles 31, 42, 80-81, 109, 135, 168, 178
Hérmias de Atarnea, tirano 97-98
Hermipo de Esmirna 66
Hermolau 66
Heródoto, historiador grego 51, 73, 133
Hipérides, orador ateniense 68, 87-88, 129
Hipodamos de Mileto 153
Homero 104, 108, 193
Idrieus, sátrapa de Caria 21

Ifícrates, estratego ateniense 20, 86
Iscômaco 136
Ísis 167, 168
Isócrates 16, 64, 74, 97, 108, 135-136, 149
Javé 206
Jean de Bourgogne, conde de Étampes 192
Jean Wauquelin 192
Jeremias, profeta judeu 196
João III, de Nápoles, arquiduque 191
Júlio César 9, 181, 183, 185
Julius Valerius, tradutor de *Romance de Alexandre* 188, 191
Justino, historiador romano 179, 182, 184, 199
Lagos 161, 218
León, arquipresbítero 191
Leonato, companheiro de Alexandre 129
Leônidas, preceptor de Alexandre 96, 106
Leóstenes, estratego ateniense 129
Le Brun, Charles, pintor francês 197
Licurgo, homem de Estado ateniense 97, 122, 163
Lisandro, navarco espartano 15-16, 59, 85-86
Lisímaco, governador, depois rei da Trácia 102, 127, 129-131, 145-146
Lisímaco, pedagogo de Alexandre 96
Lisipo, escultor de Sícion 95
Lucano, poeta latino 185
Luís XIII 197
Luís XIV 197, 198, 219
Mably, Gabriel Bonnot de, filósofo e historiador francês 199
Mâneto, historiador egípcio 163
Marco Antonio 181
Masaque, sátrapa do Egito 30
Mascudi, escritor e viajante árabe 193
Mausolo, sátrapa de Cária 21, 59-60, 123
Mazaios, general persa 34-35, 107, 124
Megabates 137
Melqart 168
Mêmnon de Rodes, mercenário a serviço de Dario III 25, 29, 60, 104, 214
Menandro, companheiro de Alexandre 114
Menés, governador da Cilícia, depois da Síria e da Fenícia 123
Menon, governador da Síria, depois de Samaria 123
Mitridates I 180
Moisés 164, 194
Montaigne, Michel Eyquem de 193
Montesquieu, Charles de Secondat, barão de La Brède e de, 200-202
Napoleão I Bonaparte 203, 219
Nearco, companheiro de Alexandre 44-47, 65-66, 98
Nectanebo, faraó egípcio 188-189, 192
Neoptólemo 82
Nesiotes, escultor 86
Nesso 80
Nezami, poeta persa 194
Nicanor de Estagira, emissário de Alexandre 47, 67-68, 122-123
Nicias, governador de Lídia 125
Nicocles, rei do Chipre 135
Olímpia, primeira esposa de Filipe II 23, 47, 53, 67-68, 80-81, 88, 96, 107, 129-130, 143-145, 188-190, 213
Onesicrito 82
Orsodates 114
Orxines, sátrapa de Pérsida 125
Osíris 166, 168
Otanes 51
Otávio Augusto 9, 181-182
Oxatres, sátrapa de Paretacena 114
Oxiartes, pai de Roxana e governador de Bactriana 41, 73, 75
Parmênio, general de Alexandre 25, 34, 37-38, 56-57, 60, 82, 102, 127, 182, 207, 215
Pausânias, assassino de Filipe II 210, 214
Peleu 80
Pelópidas, general tebano 18
Perdicas, general de Alexandre 38, 42, 46, 106, 127-129, 162, 177
Perdicas II, rei da Macedônia 52
Perdicas III, rei da Macedônia 19, 23
Péricles, homem de Estado ateniense 134
Perseu 31, 81

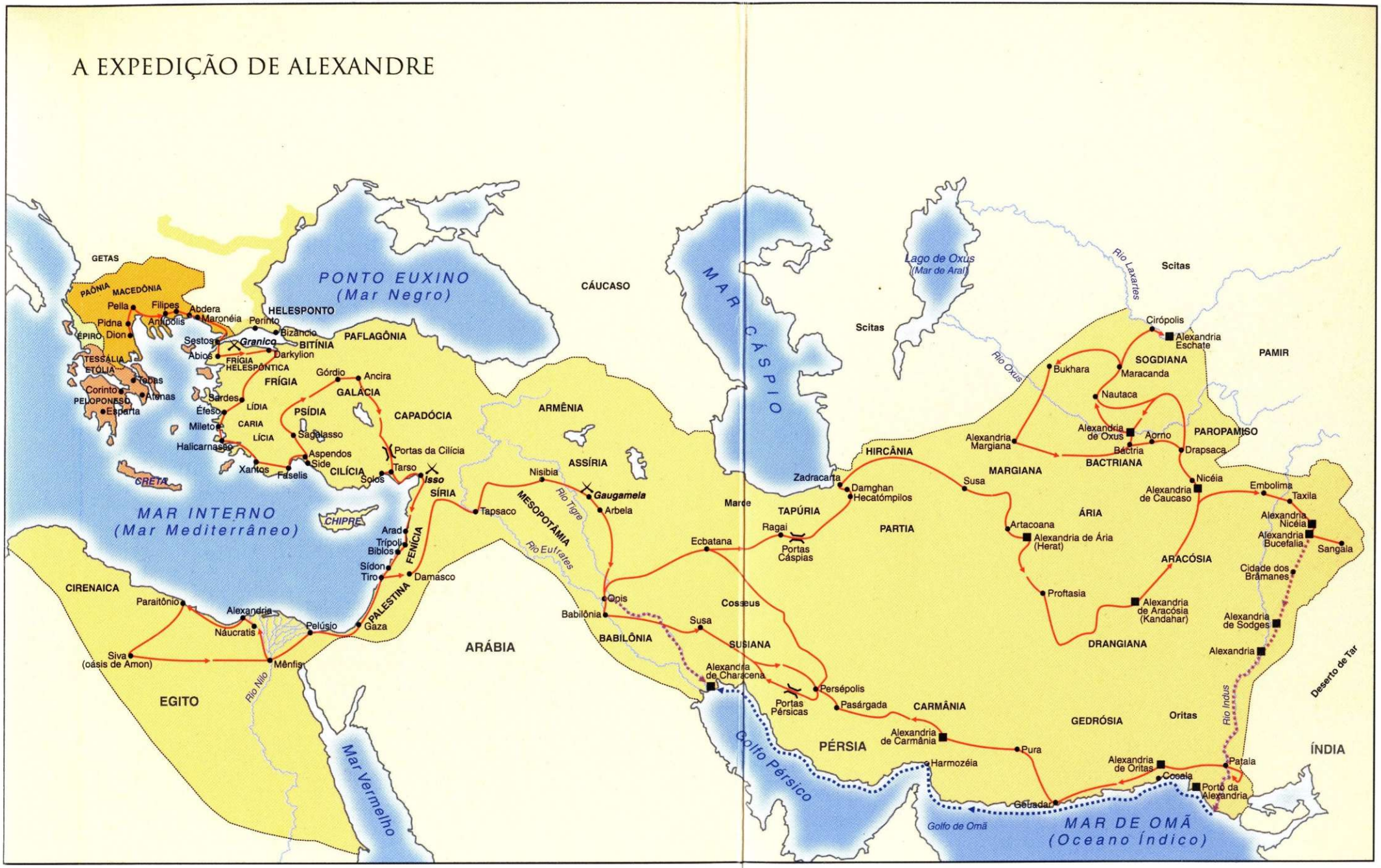
Peucestas, porta-escudo de Alexandre 44, 107, 125
Pirro, rei do Épiro 145
Pitionicia 68
Platão, filósofo grego 52, 86, 97-98, 108, 135, 137-138, 167
Plutarco, biógrafo e moralista 9, 31-32, 36, 38, 41, 44, 55-56, 61-62, 65-66, 71-74, 76, 79-83, 85, 88-89, 93-99, 101-109, 111-115, 124-125, 130, 142, 144, 162, 178, 180-181, 183-184, 187, 197, 199, 202-203, 207, 213-214
Polipércon, companheiro de Alexandre 130
Polistrato 36
Pompeu 180
Poro, soberano indiano 42, 44, 75, 102, 124, 189, 190, 198
Poseidon 87
Proteu 189
Ptolomeu III Evérgetes, rei do Egito 163
Ptolomeu II Filadelfo, rei do Egito 62, 146, 155, 157, 158, 163, 164
Ptolomeu IV Filipátor, rei do Egito 162
Ptolomeu I Sôter, rei do Egito 27, 38, 46, 62, 89, 113, 123-124, 127, 129-131, 133, 146, 155, 161-164, 167-168, 175, 177-179, 183, 218
Quinto Cúrcio 9, 27, 56, 62, 128, 179, 182-184, 187, 191-192, 197, 199, 202-203, 213
Racine, Jean 198-199, 202
Rollin, Charles, escritor francês 200
Roxana 46, 73-74, 104-105, 128, 130, 143, 189, 211, 214
Sabázio 167
Sainte-Croix, Guillaume Emmanuel Joseph Guilhem de Clermont-Lodève, barão de 183, 202
Satibarzanes, sátrapa de Ária 38, 63
Seleuco, governador da Babilônia, depois rei da Síria (Seleuco I) 130-131, 133, 146, 147, 154
Sêmele 81, 89
Sêneca, homem político e filósofo romano 184
Serapis 168
Sinis 113
Sitalces 125
Sócrates, filósofo grego 86, 108, 134, 136, 138, 167
Sófocles, poeta trágico grego 97, 108, 163
Suetônio, biógrafo latino 181
Taís, cortesã ateniense 113, 215
Taxila, soberano indiano 42, 198-199
Telestes de Selimonte 97
Teofrastos, filósofo grego 162
Teseu 113
Tétis 80, 81
Thomas de Kent 191
Timocléia, nobre tebana 112
Timóteo, estratego ateniense 20, 86
Tissafernes, sátrapa de Lídia e de Cária 20
Trajano 181
Trogo Pompeu, historiador romano 179, 182
Tucídides, historiador grego 52, 85-86, 134
Ulisses 80, 189
Vasco de Lucena 192
Voltaire, François Marie Arouet, dito 201-202
Xenócrates de Calcedônia, mestre da Academia 99
Xenofonte, historiador e chefe militar grego 17, 72, 134-137, 151
Xerxes I, imperador persa 106, 113, 149, 215
Zenão, intendente de Ptolomeu II 157-158, 162
Zeus 10, 77, 79-82, 84, 87, 141

Índice de mapas

A expedição de Alexandre na Ásia	verso da capa
A conquista da Ásia Menor	28
A conquista das satrapias centrais	33
A conquista das satrapias superiores	40
A campanha da Índia	43

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM GARAMOND 10,7
POR 15 E IMPRESSO SOBRE PAPEL OFF-SET 90 g/m²
NAS OFICINAS DA BARTIRA GRÁFICA, SÃO BERNARDO
DO CAMPO-SP, EM DEZEMBRO DE 2004

A EXPEDIÇÃO DE ALEXANDRE



■ *Cidades fundadas por Alexandre*
• *Outras cidades*

Trajetos de Alexandre
Rotas terrestres
Rotas fluviais
Rota marítima (percurso da frota macedônia)

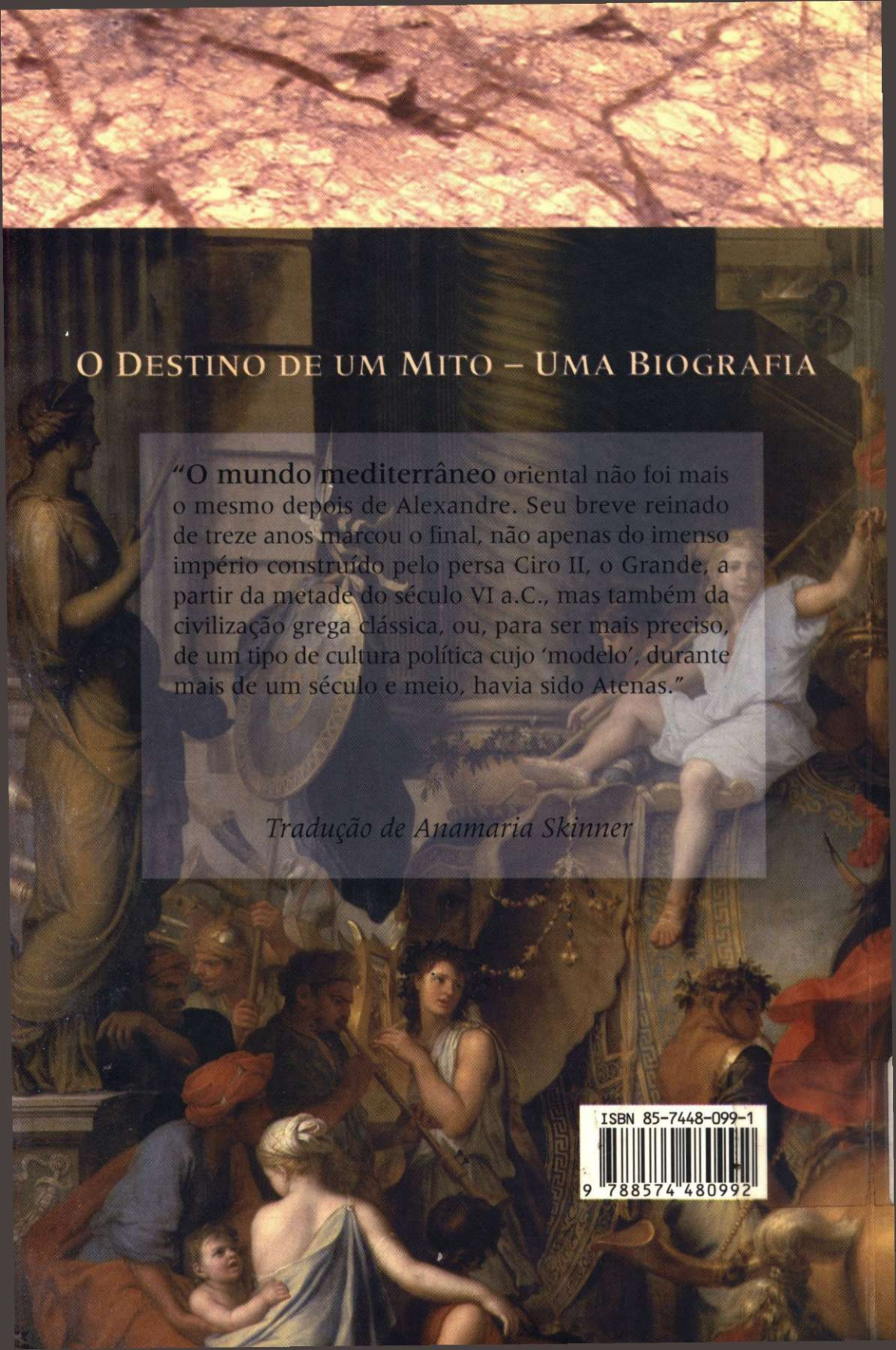
Helade
Reino de Épiro
Reino da Macedônia, na posse de Alexandre
Império de Alexandre
Principais batalhas de Alexandre: Granico, Isso e Gaugamela

Escala (quilômetros)
0 50 100 200 300 400 500

Claude Mossé, renomada helenista francesa, tem na história da Grécia do século IV a.C. seu tema de eleição, pelo qual se destacou no cenário intelectual francês e internacional.

Além de ter lecionado história grega nas universidades de Rennes e Clermont-Ferrand, foi uma das fundadoras de Paris VIII, antiga Vincennes, onde atualmente ocupa o cargo de professora emérita. No final da década de1980, esteve no Brasil como professora visitante para participar de ciclos de conferências na UFRJ e na USP. Além das atividades acadêmicas, Mossé foi repórter durante trinta e cinco anos na Rádio-Televisão da Suíça francesa, onde produziu e apresentou uma série de programas literários e históricos.

Possui extensa obra sobre a Antigüidade, dentre as quais *Atenas: a história de uma democracia* (UnB, 1982), *O processo de Sócrates* (Jorge Zahar, 1990), *Démosthène ou les ambiguïtés de la politique* (1994), *Politique et societé en Grèce ancienne* (1995), *Le Château des Papes* (2000) e *Dicionário da civilização grega* (Jorge Zahar, 2004).



O Destino de um Mito – Uma Biografia

"O mundo mediterrâneo oriental não foi mais o mesmo depois de Alexandre. Seu breve reinado de treze anos marcou o final, não apenas do imenso império construído pelo persa Ciro II, o Grande, a partir da metade do século VI a.C., mas também da civilização grega clássica, ou, para ser mais preciso, de um tipo de cultura política cujo 'modelo', durante mais de um século e meio, havia sido Atenas."

Tradução de Anamaria Skinner

ISBN 85-7448-099-1

9 788574 480992